

Relatório de Gestão 2018

TRANSTEJO - Transportes Tejo, S.A.

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA 9
1. **Apresentação e enquadramento** 11
1.1. Síntese histórica 11
1.2. Identidade Corporativa 13
1.3. Empresas participadas pela Transtejo 16
2. **Factos relevantes ocorridos em 2018** 17
3. **Estrutura Organizacional** 25
4. **Atividade** 26
4.1. Atividade Comercial 26
4.1.1. Atividade Desenvolvida 26
4.1.2. Procura 26
4.1.3. Receitas Tarifárias 28
4.1.4. Receitas Não Tarifárias 29
4.1.5. Reclamações 30
4.1.6. Serviço de apoio ao Cliente (Cartões Lisboa Viva) 32
4.1.7. 1.1.7. Transporte de Veículos 32
4.2. Exploração Operacional 33
4.2.1. Frota 33
4.2.2. Oferta 34
4.2.3. Taxa de Regularidade 34
4.3. Segurança de Exploração (*Safety*) 35
5. **Gestão Corporativa** 37
5.1. Segurança e Vigilância 37
5.1.1. Higiene e Segurança no Trabalho 37
5.1.2. Vigilância e Segurança Humana 37
5.1.3. Sinistralidade 38
5.2. Gestão Ambiental 40
5.3. Recursos Materiais 41
5.3.1. Gestão e Manutenção da Frota 41
5.3.1.1. Soflusa 42
5.3.1.2. Transtejo 43
5.3.2. Gestão das Infraestruturas 44
5.3.2.1. Atividades desenvolvidas 44
5.3.2.2. Projetos 45
5.3.2.3. Gestão da manutenção 46
5.4. Recursos Tecnológicos 47
5.4.1. Informação em tempo real 47
5.4.2. Sistemas de Informação 47
5.4.3. Inovação e Desenvolvimento 47
5.5. Auditoria Interna e Gestão de Risco 48
5.6. Comunicação e Marketing 48
5.7. Relações Internacionais 55
6. **Gestão de Pessoas** 56
6.1. Gestão do Efetivo 56
6.1.1. Movimentações na Transtejo 56

6.1.2. Movimentações na Soflusa 56
6.2. Princípio de Igualdade do Género 58
6.3. Política Salarial 59
6.4. Formação 60
6.5. Indicadores de Prestação de Trabalho 61
6.5.1. Horário de Trabalho 61
6.5.2. Taxa de Absentismo 61
6.5.3. Horas Trabalhadas 62
7. Situação Económica e Financeira 63
7.1. A Transtejo e a Soflusa como Entidade Pública Reclassificada 63
7.2. Adoção do SNC-AP 63
7.3. Análise sobre as Contas Individuais 65
7.3.1. Resultados Operacionais 65
7.3.2. Modelo de Financiamento 66
7.3.3. Serviço da Dívida e Gestão do Risco Financeiro 67
7.3.4. Esforço Financeiro do Estado 68
7.3.5. Investimentos 69
7.3.6. Estrutura Patrimonial 70
7.3.7. Resultados Globais 72
7.3.7.1. Evolução de Resultados 72
7.3.7.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais 72
7.3.7.3. Evolução dos Gastos 74
7.4. Análise sobres as Contas Consolidadas 79
7.4.1. Resultados Operacionais 79
7.4.2. Modelo de Financiamento 80
7.4.3. Investimento 80
7.4.4. Estrutura Patrimonial 81
7.4.5. Resultados Globais 81
7.4.5.1. Evolução de Resultados 81
7.4.5.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais 82
7.4.5.3. Evolução dos Gastos por Natureza 83
8. Governo Societário 87
9. Cumprimento das Orientações Legais 88
10. Notas Finais 101
10.1. Agradecimentos 101
10.2. Proposta de aplicação de Resultados 101
10.3. Eventos subsequentes 101

Anexo I - Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras 2018 - Contas Individuais
Anexo II - Demonstrações Orçamentais e Anexo às Demonstrações Orçamentais 2018 - Contas Individuais
Anexo III - Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras 2018 - Contas Consolidadas
Anexo IV - Demonstrações Orçamentais e Anexo às Demonstrações Orçamentais 2018 - Contas Consolidadas

Índice de Figuras

Figura 1 – Diagrama de rede TRANSTEJO 12
Figura 2 – Publicação da Carta do Cliente do Site da Transtejo 15
Figura 3 – Diagrama de participações da Transtejo, em 31 de dezembro de 2018 16
Figura 4 – Estrutura Organizacional em vigor a 31 de dezembro de 2018 25
Figura 5 – Frota da Transtejo e da Soflusa a 31 de dezembro de 2018 (ótica patrimonial) 33

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Ritmo de crescimento da procura por empresa (TT e SL) 27
Gráfico 2 – Estrutura da Procura / Ligação Fluvial (2010; 2014; 2018) 27
Gráfico 3 - Receita Tarifária, variação homóloga 2018/2017 28
Gráfico 4 – Estrutura de receitas consolidada (2018) 29
Gráfico 5 – Repartição da Receita não Tarifária (TTSL 2018) 30
Gráfico 6 – Peso relativo de cada classe de motivo de reclamação (TTSL 2018) 31
Gráfico 7 – Evolução comparativa das reclamações: horários e totais (TTSL 2014-2018) 31
Gráfico 8 – Evolução do número de veículos transportados (2016-2018) 33
Gráfico 9 – Taxa de Ocupação por ligação fluvial em 2018 34
Gráfico 10 – Supressão de Carreiras (variação por motivo: 2017 - 2018) 35
Gráfico 11 – Evolução dos acidentes de trabalho (TTSL 2010-2018) 37
Gráfico 12 – Peso relativo da indisponibilidade de frota como motivo de supressão de carreiras (TTSL: 2014-2018) 44
Gráfico 13 – Variação do Efetivo Médio (2010 – 2018) 57
Gráfico 14 - Distribuição do efetivo, por grupo etário e área de atividade a 31 de dezembro de 2018 57
Gráfico 15 - Distribuição de efetivos, por regime de horário de trabalho a 31 de dezembro de 2018 61
Gráfico 16 – Causas de absentismo (TTSL 2018) 62
Gráfico 17 – Evolução dos Rendimentos Operacionais (2012-2018) 72
Gráfico 18 - Estrutura de Rendimentos (Total - 2018) 73
Gráfico 19 - Estrutura de Gastos (Total - 2018) 74
Gráfico 20 - Evolução do custo anual médio (€/L) de Gasóleo consumido (2009-2018) 75
Gráfico 21 – Estrutura de FSE (2018) 76
Gráfico 22 – Evolução dos Gastos Operacionais (2016-2018) 78
Gráfico 23 – Contas Consolidadas - Evolução dos Rendimentos Operacionais (2018-2011) 82

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Indicadores de Procura (2016-2018) 26
Tabela 2 – Estrutura de passageiros por título de transporte (2016-2018) 28
Tabela 3 – Evolução da Receita (valores consolidados 2016-2018) 28
Tabela 4 – Receita Tarifária (2018-2016) 29
Tabela 5 – Receita consolidada das atividades acessórias (2018-2016) 29
Tabela 6 – Evolução das reclamações por classe de motivos (2014-2018) 32
Tabela 7 – Indicadores de Oferta (2016-2018) 34
Tabela 8 – Taxa de Regularidade (2016-2018) 34
Tabela 9 – Supressão de carreiras (evolução 2016-2018) 35
Tabela 10 - Valores de Sinistralidade TRANSTEJO (2016-2018) 38
Tabela 11- Valores de Sinistralidade SOFLUSA (2016-2018) 39
Tabela 12 – Sinistralidade TTSL (detalhe: 2017-2018) 39
Tabela 13 – Soflusa: gastos de manutenção por navio (€) 42
Tabela 14 – Ponderação das avarias dos navios nos motivos de supressão de carreiras (Soflusa) 42
Tabela 15 – Transtejo: gastos de manutenção por navio (€) 43
Tabela 16 – Ponderação do número de avarias dos navios nos motivos de supressão de carreiras (Transtejo) 43
Tabela 17 – Evolução do efetivo da Transtejo (2016-2018) 56
Tabela 18 – Evolução do efetivo da Soflusa (2016-2018) 56
Tabela 19 - Efetivos por área de atividade, género e faixa etária a 31 de dezembro de 2018 57
Tabela 20 - Remunerações pagas em 2018, por género 59

Tabela 21 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial (2016-2018) 59
Tabela 22 – Formação na TT (2016-2018) 60
Tabela 23 – Formação na SL (2016-2018) 60
Tabela 24 – Evolução da Taxa de Absentismo (2016-2018) 61
Tabela 25 - Horas Trabalhadas (2016-2018) 62
Tabela 26 - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2016-2018) 65
Tabela 27 - Variação de caixa e seus equivalentes (2016 2018) 66
Tabela 28 – Resumo dos Contratos de empréstimos celebrados com o Estado (DGFT) até 31-12-2018 67
Tabela 29 – Serviço da Dívida até 31-12-2018 68
Tabela 30 – Stock da Dívida - Evolução 68
Tabela 31 – Rendimentos de Subsídios à Exploração (2016-2018) 69
Tabela 32 – Investimento (2016-2018) – Valores sem iva 69
Tabela 33 – Variação do Património (2016-2018) 70
Tabela 34 – Resultados (2016-2018) 72
Tabela 35 – Rendimentos Operacionais (2015-2017) 73
Tabela 36 – Síntese de Gastos (2016-2018) 74
Tabela 37 – Detalhe CMVMC (2016-2018) 75
Tabela 38 – Indicador de consumo de Gasóleo na Exploração (2016-2018) 75
Tabela 39 – Detalhe de FSE (2016-2018) 76
Tabela 40 – Detalhe de Gastos com Pessoal (2016-2018) 77
Tabela 41 – Gastos de Financiamento (2016-2018) 78
Tabela 42 – Plano de Redução dos Gastos (2010-2018) 78
Tabela 43 - Contas Consolidadas - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2016-2018) 79
Tabela 44 - Contas Consolidadas - Variação de caixa e seus equivalentes (2016-2018) 80
Tabela 45 - Contas Consolidadas - Investimento (2016-2018) 80
Tabela 46 - Contas Consolidadas - Variação do Património (2017-2018) 81
Tabela 47 - Contas Consolidadas - Resultados (2016-2018) 81
Tabela 48 - Contas Consolidadas - Rendimentos (2016-2018) 83
Tabela 49 - Contas Consolidadas - Gastos (2016-2018) 83
Tabela 50 - Contas Consolidadas - CMVMC (2016-2018) 84
Tabela 51 - Contas Consolidadas - FSE (2016-2018) 84
Tabela 52 - Contas Consolidadas - Gastos com Pessoal (2016-2018) 85
Tabela 53 - Contas Consolidadas - Gastos de Financiamento (2016-2018) 86
Tabela 54 – Grelha-resumo das boas práticas de governação 87
Tabela 55 – Indicadores de Acompanhamento 2018 88
Tabela 56 – Indicadores de Execução PAO (2018) 89
Tabela 57– Execução Orçamental (2018) 90
Tabela 58 - Passivo Remunerado (2018 - 2017) 90
Tabela 59 – PMP (2018-2017) 91
Tabela 60 – Atrasos nos Pagamentos (2018) 91
Tabela 61 – Remunerações da Mesa da Assembleia Geral 92
Tabela 62 – Identificação dos Membros do Conselho de Administração 92
Tabela 63 – Acumulação de Funções 92
Tabela 64 – Estatuto do Gestor Público 93
Tabela 65 – Remunerações CA 93
Tabela 66 – Benefícios Sociais 93
Tabela 67 – Encargos com Viaturas 93
Tabela 68 – Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço 93
Tabela 69 – Identificação e Estatuto Remuneratório dos Membros do Conselho Fiscal 94
Tabela 70 –Remuneração Anual dos Membros do Conselho Fiscal 94
Tabela 71 – Identificação do ROC 94
Tabela 72 – Remuneração do ROC 94
Tabela 73 – Identificação do Auditor Externo 94
Tabela 74 –Remuneração do Auditor Externo 94

Tabela 75 – Remunerações do Pessoal (sem Órgãos Sociais) e reduções remuneratórias 2014-2018 95
Tabela 76 – Gastos com Comunicações 95
Tabela 77 – Gastos com Viaturas 95
Tabela 78 – Avaliação do cumprimento do PRC (2018) 97
Tabela 79 – Cumprimento Princípio UTE 98
Tabela 80 – Informação divulgada no SEE 99
Tabela 81 – Resumo do Cumprimento das Orientações Legais (2018) 100

NOTA DE ABERTURA

A atividade desenvolvida pela Transtejo - Transportes Tejo, SA (Transtejo) e o modelo de governo desta sociedade têm vindo a ser marcados nos últimos anos, por efeitos decorrentes do contexto e enquadramento institucional, com particular destaque para os seguintes aspetos:

i) Condição de Entidade Pública Reclassificada determinada em 2013, equiparada a Serviço e Fundo Autónomo, com efeitos ao nível da sujeição à disciplina orçamental e cumprimento de orientações legais, aplicáveis ao setor das Administrações Públicas;

ii) Integração em 2015, no projeto de gestão conjunta das empresas de transportes de Lisboa, enquadrado pela nomeação de um Conselho de Administração único e comum às empresas Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., Metropolitano de Lisboa, E.P.E., Transtejo - Transportes Tejo, S.A. e Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. (Conforme determinado pelo Decreto-Lei nº 161/2014 de 29 de outubro, dando seguimento ao Plano Estratégico dos Transportes, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 45/2011 de 10 de novembro);

iii) Destaca-se, a partir de 2016, o novo enquadramento ministerial do setor, com a sua inclusão na tutela do Ministério do Ambiente, que passou a assumir responsabilidade pelas políticas de transportes urbanos e habitação;

iv) Reversão do projeto de gestão conjunta das empresas de transportes de Lisboa iniciado em 2015, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017, tendo sido reestabelecida a autonomia jurídica das sociedades Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., Metropolitano de Lisboa, E.P.E., Transtejo - Transportes Tejo, S.A. e Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., conforme determinado pela Lei nº 22/2016, de 4 de agosto, que revogou os Decretos-Lei nº 98/2012 e 161/2014, de 03 de maio e 29 de outubro, respetivamente.

O programa do XXI Governo Constitucional para o mandato 2016-2019, contemplou o desenvolvimento de uma política de transportes, enquadrada num projeto marcado pela inversão das anteriores políticas económicas e sociais e o desenvolvimento de um conjunto de medidas de relançamento da economia portuguesa.

A referida alteração de enquadramento ministerial do setor, visou assegurar um dos grandes objetivos do programa, a "descarbonização da economia", pela via do desenvolvimento de um sistema de mobilidade sustentável, reforçando as competências das autarquias locais na área dos transportes, implicando como medida prioritária, a reversão dos processos de subconcessão, que se encontravam projetados e que estiveram na origem do processo que levara à concentração das empresas em 2015.

Como ponto de partida para o restabelecimento da autonomização das empresas e reversão do processo empreendido nos anos 2015 e 2016, caracterizado pelo projeto de Gestão conjunta das empresas de Transportes de Lisboa, o acionista Estado nomeou em 30/12/2016 um novo Conselho de Administração para a Transtejo - Transportes Tejo, S.A., que por sua vez, nomeou a 2 de janeiro de 2017, através de Deliberação Social Unânime por Escrito, novo Conselho de Administração para a participada Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., em regime de acumulação de funções, para o mandato 2017-2019.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Nomeação 30-12-2016	
Presidente	Marina João da Fonseca Lopes Ferreira
Vogal	Sara Maria Murta Ribeiro
Vogal	José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão

Na sequência da sua nomeação, este Conselho de Administração[1] foi confrontado com os exigentes desafios, decorrentes da necessidade de implementar uma gestão autónoma destas empresas, constatando, desde então, a situação de insuficiência de recursos, competências técnicas e fragilidades de várias ordens que foi necessário colmatar.

Ao longo do ano de 2018, procedeu-se à consolidação do novo modelo de Gestão corporativa e recuperação da atividade da Transtejo, dando continuidade ao processo iniciado em 2017 com prioridade para a recomposição da estrutura organizacional, recuperação de processos, reforço de recursos e competências técnicas, considerando estes fatores como críticos para o negócio da empresa (com principal destaque, para a continuidade da recuperação do atraso nas intervenções de manutenção da frota de navios).

O foco principal manteve-se no restabelecimento da capacidade de prestar um serviço público sustentável e de qualidade, adequado às necessidades de mobilidade dos Clientes, recuperando a confiança dos vários *stakeholders* e atenuando, permanentemente, os efeitos decorrentes das condicionantes a que a empresa se encontra sujeita, pela da aplicação da disciplina do Orçamento de Estado.

Apresenta-se neste relatório a síntese do desempenho do exercício de 2018 que se reconhece, implicou um esforço contínuo apreciável, sendo de assinalar o empenho de toda a equipa de Gestão, que com resiliência, confiança e dedicação, permitiram superar as dificuldades deste exigente ano. Sem este comprometimento de todos, não teria sido possível assegurar a continuidade da prestação do serviço público e o cumprimento da missão da Transtejo.

O Conselho de Administração

Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira, Presidente

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia, Vogal

[1] Nota sobre alterações na estrutura e composição do Conselho de Administração:

Na data da apresentação deste processo de Prestação de Contas do exercício de 2018, o Conselho de Administração da Transtejo é composto pelos signatários, tendo ocorrido as seguintes alterações à estrutura e composição deste Órgão de Gestão:

1) Cessação de funções, do Vogal do Conselho de Administração, Senhor Eng.º José Osvaldo do Carmo Batista Bagarrão, com efeitos a partir de 31 de janeiro de 2019;
2) Nomeação para Vogal do Conselho de Administração da Transtejo, através da Deliberação Social Unânime por Escrito de 31.01.2019 e nomeação em regime de acumulação de funções, para Vogal do Conselho de Administração da Soflusa, através de Deliberação Social Unânime por Escrito de 8 de fevereiro de 2019, do Senhor Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia, para acompanhar o mandato em curso, de 2017-2019, com produção de efeitos a 1 de fevereiro de 2019;
3) Cessação de funções, da Vogal do Conselho de Administração da Transtejo, S.A., Senhora Dra. Sara Maria Murta Ribeiro, com efeitos a partir de 31 de agosto de 2019;

1. Apresentação e enquadramento

1.1. Síntese histórica

A sociedade Transtejo foi constituída em 17 de dezembro de 1975[2], sob a forma originária de empresa pública, na sequência da nacionalização e fusão de cinco operadores privados[3] que então exploravam cinco carreiras fluviais do rio Tejo, ligando Lisboa a diversas localidades da margem Sul, como medida de reestruturação e coordenação da atividade de transporte fluvial de passageiros, viaturas e algumas mercadorias, assegurando o seu regular funcionamento.

A atividade de transporte fluvial de passageiros no estuário do rio Tejo, com carácter regular, destina-se a fazer face à necessidade coletiva essencial de mobilidade entre as duas margens do rio, havendo, nesta medida, que acautelar a satisfação das necessidades dos diversos tipos de populações servidas.

Em 1977 desencadeou-se o primeiro processo de modernização da frota de navios através da encomenda de construção de 12 Cacilheiros e de um conjunto de obras de expansão e melhoramento das infraestruturas dos portos e terminais, designadamente a construção do terminal do Terreiro do Paço, para as ligações ao Montijo e ao Seixal, e a construção de um terminal para passageiros em Cacilhas.

Em 21 de julho de 1992, através do Decreto-Lei n.º 150/92 a Transtejo foi transformada em sociedade anónima, mantendo o capital integralmente detido pelo Estado. Nos termos dos estatutos aprovados pelo referido diploma, o seu objeto consubstancia-se na *"exploração de transportes fluviais de passageiros, podendo, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis e comerciais, industriais e financeiras relacionadas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com aquele objeto ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização."*

Em dezembro de 2001, a Transtejo adquiriu à CP - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P., a totalidade do capital social da Soflusa, passando a ser acionista única desta sociedade.

A Soflusa foi constituída em 1992, no âmbito de um projeto subjacente à intenção governamental de individualizar a exploração da travessia fluvial Lisboa (Terreiro do Paço) – Barreiro, integrada na rede ferroviária nacional, motivo que levou à constituição do "setor fluvial" da CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.

Desde então, nos termos dos seus Estatutos, a Soflusa assegura o serviço de transporte de passageiros no rio Tejo, na travessia entre Lisboa (Terreiro do Paço) e o Barreiro, desenvolvendo *"a exploração de transportes fluviais, bem como o exercício de quaisquer atividades comerciais ou industriais conexas ou complementares"*.

De referir que, em 31 de dezembro de 2018, o Capital Social da Soflusa, no montante de 59.500.000€, se encontrava totalmente subscrito e realizado, sendo constituído por 11.900.000 ações com valor nominal de 5,00€, mantendo-se integralmente detido pela Transtejo.

Refira-se também que, em 31 de dezembro de 2018, o Capital Social da Transtejo, no montante de 208 025 085€, se encontrava totalmente subscrito e realizado, sendo constituído por 41 605 017 ações com valor nominal de 5,00€, mantendo-se integralmente detido pelo Estado Português.

---

[2] Através do Decreto-Lei n.º 701-D/75 de 17 de dezembro.

[3] Sociedade Marítima de Transportes, Lda. / Empresa de Transportes Tejo, Lda. / Sociedade de Motonaves, Lda. / Jerónimo Rodrigues Durão, Herd., Lda. / Damásio, Vasquez & Santos, Lda.

No final de 2018, a Transtejo operava quatro ligações fluviais gerindo 4 terminais fluviais (TF) e 3 estações fluviais (EF):

i) TF Montijo - TF Cais do Sodré
ii) TF Seixal - TF Cais do Sodré;
iii) TF Cacilhas - TF Cais do Sodré;
iv) EF Trafaria EF Porto Brandão - EF Belém;

Por seu lado, a Soflusa (empresa subsidiária) assegura a ligação Barreiro - Terreiro do Paço, utilizando para o efeito 2 terminais fluviais (TF Barreiro e TF Terreiro do Paço).

Em complemento da atividade de prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros, a Transtejo e a Soflusa desenvolvem um conjunto de atividades acessórias, contemplando a cedência de espaços para exploração comercial por terceiros (espaços publicitários, espaços comerciais e parques de estacionamento), procurando oferecer aos seus clientes serviços adicionais.

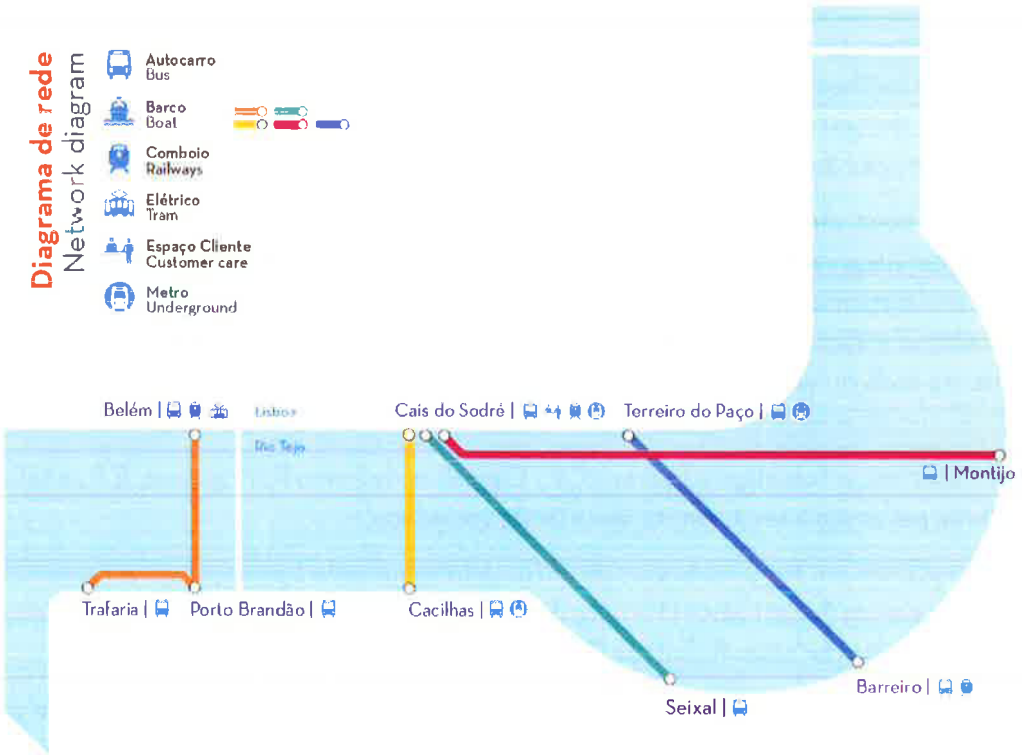


Figura 1 - Diagrama de rede TRANSTEJO

Desde 2001, os sucessivos Conselhos de Administração, comuns às duas empresas (Transtejo e Soflusa), procuraram dar seguimento à concentração societária, com o objetivo de concretizar a reorganização e uniformização do modelo de transporte fluvial de passageiros entre as duas margens do Tejo.

Neste sentido, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2010, de 15 de dezembro, que enquadrava as medidas de consolidação orçamental referentes ao OE2011 decorrentes do Plano de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, foi incluída no Plano Estratégico dos Transportes (PET) para o período 2011-2015, publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011 de 10 de novembro, a operação de extinção da Soflusa por integração na Transtejo.

Considerando o regime de acumulação de funções previsto no Decreto-Lei n.º 161/2014 de 29 de outubro, os Conselhos de Administração das sociedades Transtejo, Soflusa, Metro e Carris passaram a ser integrados pelos mesmos membros, a partir de 8 de janeiro de 2015, data em que foram nomeados por Resolução do Conselho de Ministros.

Em 2015, foram contempladas medidas operacionais, que constituíam fatores facilitadores da concentração empresarial, tendo em vista potenciar a já referida concretização da fusão por integração da Soflusa na Transtejo, ao longo desse exercício.

Considerando este enquadramento legal, a concretização da fusão entre as duas sociedades passou a estar presente nos objetivos da Gestão, destacando-se, no percurso desenvolvido até final de 2016:

i) A efetiva concretização da concentração da atividade comercial e das áreas de suporte (administrativa, financeira e recursos humanos);
ii) O esforço de aproximação e integração das duas sociedades, subjacente à preparação de Planos de Atividades numa base consolidada;
iii) A aprovação de Instrumentos de Gestão unificados, aplicáveis ao Grupo, designadamente Código de Ética, Sistema de Gestão Ambiental e Sistema de Avaliação de Desempenho;

Não obstante a orientação seguida no antecedente, a aplicação da Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto, com especial referência à autonomização das várias sociedades (até então em fase de integração), com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017, deu origem a uma nova abordagem deste enquadramento, com impactos relevantes ao nível do modelo organizacional e da Gestão da Atividade desenvolvida pela Transtejo.

A perspetiva de autonomização assumiu inevitáveis reflexos ao nível da estrutura de gastos operacionais e de funcionamento, como adiante se demonstrará. Não obstante, esta alteração permitiu recuperar o foco da Gestão no cumprimento da Missão assumida pela empresa, no âmbito da prestação de um serviço público de transporte fluvial de passageiros, com níveis de qualidade, frequência e fiabilidade efetivamente persentidos pelos seus Clientes.

1.2. Identidade Corporativa

Missão

A Transtejo tem como missão a prestação do serviço de transporte público fluvial de passageiros com padrões elevados de qualidade e segurança, seguindo critérios de sustentabilidade económico-financeira, social e ambiental.

Visão

Promover a mobilidade sustentável, seguindo uma estratégia integrada de transportes para a Área Metropolitana de Lisboa e ser reconhecida pelo seu bom desempenho em termos de conforto, economia de tempo e qualidade do serviço proporcionado aos seus clientes.

Valores

Os valores/princípios de natureza ética que regem a atuação da Transtejo (e da Soflusa) e dos seus trabalhadores são os seguintes:

Transparência - Como empresa do SEE a Transtejo promove uma Gestão transparente, fomentando as boas práticas de governação, gestão dos fundos públicos e divulgação do grau de cumprimento dos seus objetivos, com respeito pelos direitos das pessoas, pelos princípios da não discriminação, da igualdade de oportunidades e do cumprimento da legislação, assumindo uma posição de integridade e ética na relação com clientes e fornecedores.

Rigor - A Transtejo procura ser rigorosa no cumprimento das obrigações que decorrem dos normativos a que se encontra sujeita e na prestação de informação ao seu acionista e ao público em geral, procurando maximizar a eficiência nos custos e investimentos para reduzir/conter o esforço financeiro do Estado.

Eficiência - A Transtejo procura fazer o melhor com os recursos que tem ao seu dispor, ainda que escassos, numa perspetiva de melhoria constante do serviço.

Segurança - A segurança dos clientes e trabalhadores é condição essencial do serviço prestado pela Transtejo, a par da proteção do ambiente e promoção da segurança de pessoas e bens.

A necessidade de observância e respeito por valores de natureza ética que regem a atuação da Transtejo e dos seus colaboradores encontra-se enquadrada no Código de Ética, publicado em 2008, documento que reforça o foco na adoção de padrões de conduta, tendo por base princípios de crescimento sustentável, regras de rigor e transparência. Nos termos previstos no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o código de ética aplicável às empresas Transtejo e Soflusa encontra-se disponível para consulta nos *sites* da DGTF e da Transtejo (https://ttsl.pt/).

Com o objetivo de melhorar continuamente o serviço de transporte público fluvial e a mobilidade na área metropolitana de Lisboa, mais especificamente entre as margens do rio Tejo, foi criada a Carta do Cliente, documento que procura fortalecer a relação entre as empresas do Grupo e os seus Clientes, estabelecendo os seguintes **compromissos para com o cliente:**

1. Fornecer um serviço de qualidade e adequado às expetativas do cliente;
2. Contribuir para o reforço da articulação intermodal;
3. Ajustar a sua atividade às necessidades de mercado e implementar horários que respondam eficazmente à procura existente;
4. Promover e aplicar as ações necessárias para garantir elevados padrões de segurança no serviço de transporte e na sua utilização, bem como garantir a segurança dos clientes;
5. Manter elevados índices de regularidade do serviço, promovendo as ações possíveis para minimizar os transtornos causados por perturbações do Serviço, ou situações excecionais, seja por motivos decorrentes da própria operação, seja por motivos alheios à Transtejo;
6. Disponibilizar toda a informação relevante sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação de serviço, de forma clara, percetível e rigorosa, em espaços próprios existentes nos locais de espera e no interior dos navios, bem como nos demais suportes de comunicação com o cliente;
7. Assegurar que os diversos equipamentos ao dispor do cliente se encontram em perfeitas condições de funcionamento, promovendo, quando tal não aconteça, a respetiva reparação no menor espaço de tempo possível;
8. Garantir que os locais de espera sob sua gestão, bem como os navios e equipamentos, se encontram em bom estado de conservação e limpeza, sendo, para o efeito, regularmente vistoriados e limpos;
9. Assegurar a qualidade dos Recursos Humanos para que executem o serviço de forma competente e profissional, assegurando a qualidade e rigor no atendimento ao cliente;
10. Em colaboração com as entidades competentes, assegurar que o serviço prestado possa ser facilmente utilizado por todos, implementando as medidas necessárias para permitir a acessibilidade dos clientes cuja mobilidade se encontre, por algum modo, reduzida;
11. Colocar ao dispor dos clientes os meios necessários para a apresentação de sugestões e reclamações;
12. Assegurar a análise cuidadosa das reclamações, providenciando, em tempo útil, o envio da respetiva resposta e promovendo internamente as devidas medidas de correção e melhoria;
13. Avaliar periodicamente, através de inquérito específico, o nível de satisfação dos clientes.

Por outro lado, o mesmo documento procura suscitar a colaboração dos clientes de forma a serem atingidos os padrões de qualidade e segurança propostos. São os seguintes **deveres do cliente:**

1. Viajar com título de transporte válido e apresentá-lo aos agentes ao serviço da Transtejo sempre que for solicitado;
2. Validar sempre o título de transporte. Caso não valide o título, o cliente incorre numa situação de transgressão (Lei n. 28/2006, de 4 de julho, com alterações introduzidas pela Lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro, e Portaria n.º 343/2002 de 02 de abril);
3. Não fumar nas instalações e no interior dos navios. Caso o faça, o cliente estará a incorrer em infração prevista e punida por lei (Lei 37/2007 de 14 de agosto, com alterações introduzidas pela Lei n.º 109/2015, de 16 de agosto);
4. Respeitar as normas existentes relativas ao transporte de animais (Dec. Lei 315/2009 de 29 de outubro, Portaria 968/2009 de 26 de agosto, Portaria 422/2004 de 24 de abril), bicicletas e outros objetos particulares, que, pelo seu volume ou conteúdo, possam causar incómodo ou constituir perigo;
5. Utilizar os equipamentos de forma adequada, respeitando as indicações e regras de utilização;
6. Respeitar o sinal de fecho de canais e portões de embarque e respetivos avisos de segurança;
7. Colaborar com os clientes prioritários e de mobilidade reduzida sempre que necessário e respeitar os lugares que lhes são destinados;
8. Ajudar a manter os locais de espera e navios limpos, utilizando os recipientes existentes para a recolha de lixo;
9. Evitar produzir ruído que possa incomodar os outros passageiros;
10. Alertar os agentes ao serviço da Transtejo para a existência de alguma situação anómala ou perigosa.

Ao longo do exercício de 2018, a Transtejo, manteve como objetivo contribuir para a implementação e desenvolvimento de um novo e dinâmico modelo empresarial, com foco na melhoria da intermodalidade, eficiência e aumento da qualidade dos serviços prestados, mantendo como desafio permanente, ser uma alternativa de valor ao transporte individual, diferenciando-se pela crescente qualidade do serviço prestado e pela melhoria do seu desempenho ambiental.



Figura 2 - Publicação da Carta do Cliente do Site da Transtejo

1.3. Empresas participadas pela Transtejo

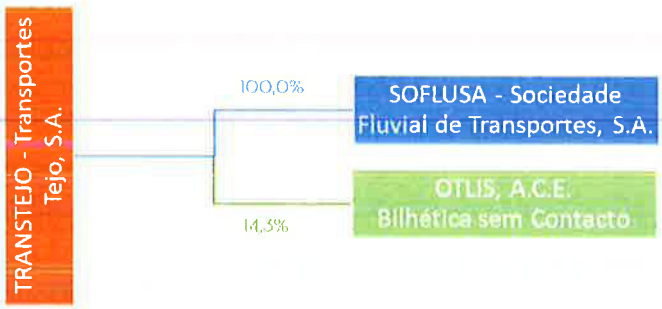


Figura 3 - Diagrama de participações da Transtejo, em 31 de dezembro de 2018

Em 31 de dezembro de 2018 a Transtejo detinha as seguintes participações financeiras:

- ✓ SOFLUSA - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., detida a 100%;
- ✓ OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa (ACE - Agrupamento Complementar de Empresas) que tem como objeto principal o desenvolvimento, implementação e gestão de novas tecnologias na área da bilhética sem contacto. É responsável pelo Sistema VIVA e presta serviços a mais de duas dezenas de empresas nas áreas da mobilidade e transporte.

A OTLIS é detida em partes iguais pelas 7 empresas que constituem o agrupamento: Companhia Carris de Ferro, SA, CP - Comboios de Portugal, EPE, Metropolitano de Lisboa, EPE, Transtejo - Transporte Tejo, SA, Barraqueiro Transportes, SA, TST - Transportes Sul do Tejo, SA e Rodoviária de Lisboa, SA.



2. Factos relevantes ocorridos em 2018

Ao longo do ano 2018, persistiram os constrangimentos já sentidos em 2017, ao nível da insuficiência de recursos humanos, financeiros e materiais, qualidade e disponibilidade de meios para a operação, situação que, inevitavelmente, implicou a supressão de algumas ligações, com todos os efeitos menos positivos daí decorrentes para o Serviço Público e satisfação das necessidades de mobilidade dos nossos Clientes.

Estas circunstâncias continuam associadas à situação de desinvestimento a que as empresas estiveram sujeitas nos últimos anos, daí resultando um estado de degradação dos ativos de exploração que levará o seu tempo a recuperar. O principal impacto ocorreu na disponibilidade de navios para operar e assegurar a oferta programada. Tais dificuldades resultam essencialmente, do elevando número de navios com certificados de navegabilidade caducados, por incapacidade de cumprimento do plano de docagens obrigatórias exigidas pelas Autoridades Marítimas (por restrições orçamentais e condicionantes processuais).

No início de 2018 encontravam-se em curso várias intervenções nas frotas de navios das duas empresas, Transtejo e Soflusa, iniciadas em 2017, após os processos de autorização e disponibilização de enquadramento orçamental, que só foi possível obter no segundo semestre de 2017, na sequência das diligências desenvolvidas junto da Tutela.

Mantendo o sentido de recuperar o atraso e dinamizar o lançamento dos procedimentos contratuais necessários para concretizar o plano de intervenções nas frotas de navios, reposição dos recursos operacionais e contenção dos níveis de degradação de ativos considerados críticos para assegurar os níveis de oferta programada (navios e pontões), o ano de 2018 obrigou, ainda, a um esforço continuado de recuperação do atraso existente nas imprescindíveis grandes intervenções, bem como na reposição das condições operacionais e de segurança adequadas ao transporte fluvial de passageiros em acordo com o nível de serviço exigido.

Destacam-se os factos relevantes ocorridos desde a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2018, e diretamente relacionados com o mesmo:

- Os **Planos de Atividades e Orçamento referente a 2018**, foram aprovados pelo Conselho de Administração da Transtejo e da Soflusa em 16 de novembro de 2017 (2017A03009296);
- Na mesma data, a Transtejo solicitou através do Ofício 2017E02009359, pedido de **exceção do cumprimento dos limites financeiros de referência**, correspondentes ao PAO 2018, tendo obtido despacho favorável do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente (Inf nº 1662/DPCO/2017 de 27 de novembro), com indicação da remissão do mesmo, para o Senhor Secretário de Estado do Tesouro, através do Ofício nº 2041, de 15-12-2017;
- **Atualização tarifária** - Em 11 de dezembro de 2017, foi publicado o Despacho Normativo 21-a/2017, que no seu n.º 1, alínea b), fixou em 2,0% a percentagem máxima de aumento médio de atualização das tarifas praticadas para os títulos de transporte relativos aos transportes coletivos de passageiros nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, incluindo transportes fluviais. De acordo com n.º 19, do mesmo despacho, as tarifas dos títulos de transporte público de passageiros decorrentes da sua aplicação seriam praticadas a partir de 1 de janeiro de 2018;
- Em 29 de dezembro de 2017 foi publicada a **Lei do Orçamento de Estado para 2018 (Lei do OE2018)**, salientando-se com especial impacto na gestão orçamental da Transtejo:
    - A utilização condicionada das dotações orçamentais (artigo 4º) com a consequente aplicação de cativações sobre as rubricas de aquisição de bens e serviços (15%);
    - As disposições sobre Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 55º);
    - As orientações específicas referentes a encargos com contratos de aquisição de serviços (artigo 58º).

(JANEIRO)

- Através do Ofício nº 2018E02000011 de 02/01/2018 a Transtejo solicitou delegação de competências no Conselho de Administração para a celebração de novos contratos de aquisição de serviços com diferente objeto ou contraparte de contrato vigente em 2017, comprometendo-se a assegurar o cumprimento do disposto no nº 1 e nº 2 do artigo 58º da Lei do OE2018 (encargos globais pagos com aquisição de serviços de 2018, limitados ao montante de encargos globais pagos em 2017).
    - Processo de autorização: Despacho nº 05/2018 de 12/02/2018 do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente (SEAAmb) - Delegação de competências prevista no Artigo 58º da Lei do Orçamento de Estado para 2018 - Ficando, porém, a Transtejo, obrigada a assegurar e demonstrar a compensação necessária ao cumprimento do disposto no número 1 do artigo 58º da Lei do OE2018.
    - No seguimento do Despacho supra referido e do estabelecido, como condicionante de tal delegação, do cumprimento dos limites a que se refere o nº 01 do artigo 58º da Lei do OE2018, considerando a necessidade de assegurar o lançamento de um conjunto de procedimentos de aquisição de serviços essenciais à prestação do serviço público de transporte fluvial, verificando-se a necessidade de ultrapassar o montante global de despesa realizada em 2017, foi submetido novo pedido de autorização para assumir encargos em 2018 superiores aos limites estabelecidos.
    - Considerando o disposto no nº 03 do artigo 58º da Lei do OE2018, a dispensa de tais limites pode ser autorizada em situações excecionais e devidamente fundamentadas, tendo a empresa apresentado pedido, devidamente quantificado, para ultrapassar os limites estabelecidos.

Dando enquadramento aos vários pedidos em apreço, foi publicada a RCM nº 44/2018 de 05/04/2018, através da qual a Transtejo (e a Soflusa) foram dispensadas do cumprimento dos limites estabelecidos no nº 01 do artigo 58º, para a formação de contratos de empreitada de grande e pequena manutenção, bem como para o cumprimento dos requisitos de segurança da atividade e sempre que estejam em causa encargos com manutenção, conservação e certificação da frota de navios e pontões.

- **1º pedido de alteração orçamental - reforço aquisição de bens e serviços,** enquadrado por 2 ofícios:

  Através do Ofício 2018E02001059 de 26 de janeiro de 2018, a Transtejo solicitou descativação parcial do seu orçamento de atividades, no montante de 1.787.945 €, referente aos cativos aplicados, nos termos da Lei do OE2018 sobre rubricas do agrupamento 02 - Aquisição de Bens e Serviços, diretamente relacionadas com a prestação do Serviço Público de Transporte e cumprimento da Missão da Transtejo:

  Gasóleo (835.143 €) | Seguros (344.970 €) | Vigilância e Segurança (535.252 €) | Manutenção de Instalações (72.580 €).

    - Sobre este pedido, foi obtido Despacho com autorização do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, transmitido através da Inf. Nº 130/DPCO/2018 de 05/02/2018.

  Através do Ofício 2018E02001056 de 26 de janeiro de 2018, a Transtejo solicitou autorização para efetuar uma alteração orçamental de descativação global da rubrica "outros serviços", que em sede de análise da proposta do OE2018 foi excessivamente dotada, tendo, em consequência, sido penalizada com um elevado montante de cativos de acréscimo. Para regularização deste desequilíbrio, foi solicitada a descativação de 4.959.293 € e reposição deste montante na rubrica de conservação e reparação da frota.

    - Sobre este pedido, foi obtido o Despacho com autorização do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, transmitido através da Inf. Nº 119/DPCO/2018 de 05/02/2018

Na sequência dos pedidos referidos (TT 2018E02001056 e TT 2018E02001059), foi proferido o Despacho nº 378/2018/SEO de 05 de março de 2018 - autorização do Senhor Secretário de Estado do Orçamento para a descativação de 5M€ em aquisição de Bens e Serviços e autorizado o reforço da rubrica 020203 (conservação de frota) por contrapartida de 020225 (outros serviços).

- **Cobrança de coimas** - A 29 de janeiro de 2018, entrou em vigor a Portaria n.º 37/2018, que no seu artigo 3.º aprovou o conteúdo da notificação prevista no n.º 2, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 117/2017, de 12 de setembro, a enviar aos arguidos de contraordenações praticadas antes da entrada em vigor do referido diploma e cuja prescrição ainda não tenha ocorrido. Para este efeito, as empresas exploradoras dos serviços de transportes coletivos passaram a dispor de 6 meses, a contar da data da entrada em vigor do Decreto-Lei, para notificar os arguidos, por correio registado, da possibilidade de procederem ao pagamento voluntário das respetivas coimas;

(FEVEREIRO)

- **Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado - UTE -** Através de ofício de 08 de fevereiro de 2018, a Transtejo solicitou à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) dispensa da aplicação do princípio da Unidade de Tesouraria para 2018, reforçado por ofício de 06 de junho de 2018, solicitando extensão do pedido para o ano de 2019. Por ofício de 9 de julho de 2018, o IGCP comunicou o despacho de autorização para excecionamento do cumprimento da UTE, para os anos de 2018 e 2019.

(ABRIL)

- **2º pedido de alteração orçamental:**

  Através do Ofício 2018E02004867 de 26 de abril de 2018, a Transtejo solicitou novo pedido de autorização para alteração orçamental fora do âmbito da Gestão Flexível do OE2018.

  Revelando-se insuficiente o montante de descativos autorizados face ao pedido anteriormente formulado, foi reforçada a fundamentação da necessidade de reposição de dotações orçamentais, no montante de 1.747.238 € para aquisição de bens e serviços, salientando a situação de constrangimentos orçamentais condicionantes do desenvolvimento da atividade da empresa.

  - Sobre este pedido, foi obtido o Despacho com autorização do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, transmitido através da Inf. Nº 645/DPCO/2018 de 15/05/2018.

  Através do Despacho nº 1107/2018/SEO de 29 de junho de 2018 - foi concedida autorização do Senhor Secretário de Estado do Orçamento para reforço da rubrica "combustíveis e lubrificantes" até ao montante de 1,7 M€, através de descativação no montante de 328.168 € e o remanescente por gestão flexível com dispensa de cativo adicional.

(MAIO)

- Em 15 de maio foi publicado o Decreto-lei n.º 33/2018, de 15 de maio (**Decreto-Lei de Execução Orçamental** referente ao Orçamento de Estado para 2018).

- **Necessidades de Financiamento 2018:** Através do Ofício **2018E02005014** de 04 de maio de 2018, a Transtejo solicitou à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, um pedido de financiamento - necessidades de financiamento de maio a dezembro de 2018, no qual considerou o valor necessário para apoio financeiro a conceder à sua participada Soflusa, no montante até 6.947.134 €, sendo que para assegurar a existência de fundos disponíveis deveria ser, no mínimo, de 2.000.000 €, até final de junho de 2018.

Através do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, n.º 519/18-SET, de 3 de julho, foi autorizada a concessão do 1º empréstimo de 2018 a celebrar entre o Estado e a Transtejo, no valor de 6.000.000 €

(JUNHO)

- **3º Pedido de Alteração Orçamental**

  Através do Ofício 2018E02006777 de 20 de junho de 2018, a Transtejo solicitou novo pedido de autorização para alteração orçamental fora do âmbito da Gestão Flexível do OE2018

  No seguimento das negociações salariais levadas a cabo entre a Transtejo e os sindicatos, das quais resultou um acordo ratificado pelo Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, resultou um montante de encargos orçamentais e despesas com pessoal não enquadrados no orçamento disponível da Transtejo, quantificados em 938.272 €.

  Considerando a indisponibilidade orçamental para recurso à gestão flexível, foi apresentada proposta de integração e aplicação do saldo de gerência transitado de 2017.

  - Sobre este pedido, foi obtido o Despacho com autorização do Senhor Ministro do Ambiente, transmitido através da Inf. Nº 437/MAMB/2018 de 11/07/2018.

(JULHO)

- **Delegação de competências - assunção de encargos plurianuais:** Por Despacho n.º 25/2018, de 24 de julho de 2018, o Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente delegou no Conselho de Administração da Transtejo a competência a que se refere o n.º 5 do artigo 44.º do Decreto-lei n.º 33/2018, de 15 de maio (Decreto-Lei de Execução Orçamental do OE2018), para o ano de 2018;

- **1ª operação de Apoio financeiro intragrupo (TT-SL):** Por deliberação n.º 2018A03008264, de 26 de julho de 2018, o Conselho de Administração da Transtejo aprovou a operação de apoio financiamento à Soflusa através da concessão de empréstimo de médio/longo prazo no montante de 2.200.000 €, no âmbito do Orçamento de 2018 e com efeitos a julho de 2018;

- **Contrato de Serviço Público de Transporte de Passageiros:** Por ofício de 27 de julho de 2018, endereçado ao Senhor Chefe de Gabinete do Senhor Ministro das Finanças, a Transtejo requereu, nos termos do n.º3, do artigo 35.º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a celebração de contrato de serviço público de transporte de passageiros, como medida de sustentabilidade financeira, destinada a superar a situação deficitária da empresa.

(AGOSTO)

- **Necessidades de Financiamento 2018 - Reavaliação:** Por ofício de 30 de agosto de 2018, a Transtejo apresentou à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, proposta de reavaliação das necessidades de financiamento para o 4.º trimestre de 2018 - sob a forma de dotações de capital, no montante de 3.476.723€ para cobertura do plano de investimentos revisto e de 2.º empréstimo de médio e longo prazo, no montante de 10.000.00€. Este pedido, incluiu o apoio financeiro a conceder à Soflusa, no montante de até 3.800.000 €;

  Através do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, n.º 837/18-SET, de 29 de outubro, foi autorizada a concessão do 2º empréstimo de 2018 a celebrar entre o Estado e a Transtejo, no valor de 5.470.780 €

(SETEMBRO)

- **4º Pedido de alteração orçamental**

  Através do Ofício 2018E02010358 de 14 de setembro de 2018, a Transtejo solicitou novo pedido de autorização para alteração orçamental fora do âmbito da Gestão Flexível do OE2018, com referência aos anteriores pedidos de descativação submetidos e face à insuficiência de dotação para aquisição de combustível, foi solicitado novo reforço desta rubrica no montante de 640.000 €

Através do Despacho nº 1621/2018/SEO de 19 de outubro de 2018 - foi concedida autorização do Senhor Secretário de Estado do Orçamento para reforço da rubrica "combustíveis e lubrificantes" no montante de 640 mil € por contrapartida de aquisição de bens de capital (investimento).
Foi ainda autorizado através deste Despacho, o reforço de despesas com pessoal no montante de 520.000 € por contrapartida de descativo.

Através do Despacho nº 1786/2018/SEO de 16 de novembro de 2018 - foi concedida autorização do Senhor Secretário de Estado do Orçamento para reforço da rubrica "combustíveis e lubrificantes" no montante de 587 mil € por contrapartida de descativo em aquisição de bens e serviços (ABS).

(NOVEMBRO)

- **2ª Operação de Apoio financeiro intragrupo (TT-SL):** Por deliberação n.º 2018A03012830, de 16 de novembro de 2018, o Conselho de Administração da Transtejo aprovou a operação de apoio financeiro à Soflusa através da concessão de empréstimo de médio/longo prazo no montante de 2.503.055 €, no âmbito do Orçamento de 2018;

Relativamente ao desenvolvimento da atividade de prestação de serviço público e níveis de desempenho da Transtejo e Soflusa, apresentam-se nos painéis seguintes os principais indicadores de monitorização, evidenciando de forma sistematizada os resultados alcançados em 2018 nas dimensões **Oferta**, **Procura**, **Qualidade do Serviço**, **Frota**, **Recursos Humanos** e **Resultados**, contextualizados numa série histórica homóloga referente ao período 2016-2018.

Nos capítulos específicos deste relatório será efetuada análise mais aprofundada sobre o desempenho no exercício.

TRANSTEJO

PAINEL DE INDICADORES

INDICADORES DE ATIVIDADE		2016	2017	2018	Δ 2018/2017 Abs	Δ 2018/2017 %
Indicadores de PROCURA						
PT (Passageiros Transportados)	Un.	8 313 292	8 825 133	9 314 319	489 186	5,5%
PKT (Passageiros x Km)	Un.	37 856 481	39 484 866	41 539 839	2 054 973	5,2%
Indicadores de OFERTA						
LKO (Lugares x Km)	Un.	219 285 306	214 737 007	232 081 813	17 344 806	8,1%
Qualidade de Serviço						
Regularidade	%	98,6%	98,6%	97,5%	-0,01 pp	-
Taxa de Ocupação	%	17%	18%	18%	0,00 pp	-
INDICADORES DE RH		**2016**	**2017**	**2018**		
Nº de efetivos a 31.DEZ	Un.	297	301	301	0	0,0%
Número médio de efetivos	Un.	298	300	301	1	0,3%
Massa Salarial	Milhares€	6 012	6 536	6 905	369	5,6%
Indemnização por Rescisões	Milhares€	124	0	79	79	-
ESTRUTURA ACIONISTA		**2016**	**2017**	**2018**		
Total do Capital Social	Milhares€	116 971	208 025	208 025	0	0,0%
Cap. Social detido pelo Estado	%	100	100	100	-	-
SITUAÇÃO PATRIMONIAL		**2016**	**2017 ***	**2018**		
Ativo não corrente	Milhares€	39 385	44 499	45 319	820	1,8%
Ativo corrente	Milhares€	5 873	7 565	6 168	(1 397)	-18,5%
Total Ativo	Milhares€	**45 258**	**52 063**	**51 487**	**(577)**	**-1,1%**
Património Líquido (Capital Próprio)	Milhares€	(135 411)	(34 926)	(49 684)	(14 758)	42,3%
Passivo	Milhares€	180 669	86 989	101 171	14 181	16,3%
Total Capital Próprio e Passivo	Milhares€	**45 258**	**52 063**	**51 487**	**(577)**	**-1,1%**
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		**2016**	**2017 ***	**2018**		
EBITDA	Milhares€	**(7 734)**	**(7 561)**	**(10 031)**	**(2 470,7)**	**32,7%**
RESULTADO OPERACIONAL	Milhares€	**(9 152)**	**(9 598)**	**(12 142)**	**(2 543,9)**	**26,5%**
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	Milhares€	**(12 718)**	**(11 628)**	**(13 438)**	**(1 810,1)**	**15,6%**
RESULTADO LÍQUIDO	Milhares€	**(12 726)**	**(11 659)**	**(13 458)**	**(1 798,9)**	**15,4%**
INVESTIMENTOS		**2016**	**2017 ***	**2018**		
Renovação e Beneficiação Infraestrutura	Milhares€	22	23	105	82,2	364,8%
Renovação e Beneficiação de Frota (Navios e Pontões)	Milhares€	10 410	83	641	557,5	671,3%
Outros Investimentos	Milhares€	61,1	436	930	493,4	113,1%
TOTAL de INVESTIMENTO	Milhares€	**10 493**	**542**	**1 675**	**1 133,1**	**209,1%**
INDICADORES DE ESTRUTURA		**2016**	**2017 ***	**2018**		
Passivo Remunerado	Milhares€	156 701	81 150	92 621	11 470,8	14,1%
Autonomia Financeira %	%	-299,2%	-67,1%	-96,5%	-29,42 pp	-
Solvabilidade %	%	-74,9%	-40,1%	-49,1%	-8,96 pp	-
INDICADORES FINANCEIROS		**2016**	**2017 ***	**2018**		
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	26	60	44	-16	-27,2%
Volume de Negócios	Milhares€	6 825	7 664	8 280	616	8,0%
Margem do EBITDA	%	-112,95%	-98,64%	-121,22%	-22,58 pp	-
Rendimentos Operacionais [1]	Milhares€	9 181	10 981	11 710	729	6,6%
Gastos Operacionais *(sem indemnizações por rescisão)* [2]	Milhares€	16 766	20 580	23 773	3 194	15,5%
Gastos Operacionais por Passageiro Transportado	€	2,02	2,33	2,55	0,22	9,5%
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais [3]	%	54,8%	53,4%	49,3%	-4,1 pp	-

(3) = (1)/(2)

** Valores reexpressos SNC-AP*

SOFLUSA

PAINEL DE INDICADORES

INDICADORES DE ATIVIDADE		2016	2017	2018	Δ 2018/2017 Abs	Δ 2018/2017 %
Indicadores de PROCURA						
PT (Passageiros Transportados)	Un.	7 740 779	7 955 909	8 420 349	464 440	5,8%
PKT (Passageiros x Km)	Un.	72 144 060	74 149 072	78 477 651	4 328 579	5,8%
Indicadores de OFERTA						
LKO (Lugares x Km)	Un.	237 642 478	225 618 858	233 468 050	7 849 192	3,5%
Qualidade de Serviço						
Regularidade	%	97,9%	95,8%	96,9%	1,07 pp	-
Taxa de Ocupação	%	30,4%	32,9%	33,6%	0,75 pp	-
INDICADORES DE RH		**2016**	**2017**	**2018**		
Nº de efetivos a 31.DEZ	Un.	145	139	133	-6	-4,3%
Número médio de efetivos	Un.	145	143	135	-8	-5,6%
Massa Salarial	Milhares€	2 937	3 156	3 115	-42	-1,3%
Indemnização por Rescisões	Milhares€	20	65	0	-65	-100,0%
ESTRUTURA ACIONISTA		**2016**	**2017**	**2018**		
Total do Capital Social	Milhares€	44 500	44 500	59 500	15 000	33,7%
Cap. Social detido pela **TRANSTEJO**	%	100	100	100	-	-
SITUAÇÃO PATRIMONIAL		**2016**	**2017 ***	**2018**		
Ativo não corrente	Milhares€	17 228	15 508	14 710	(798)	-5,1%
Ativo corrente	Milhares€	2 630	4 906	7 051	2 145	43,7%
Total Ativo	Milhares€	**19 857**	**20 415**	**21 761**	**1 347**	**6,6%**
Património Líquido (Capital Próprio)	Milhares€	(5 243)	2 940	14 421	11 481	390,5%
Passivo	Milhares€	25 100	17 475	7 341	(10 134)	-58,0%
Total Património Líquido e Passivo	Milhares€	**19 857**	**20 415**	**21 761**	**1 347**	**6,6%**
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		**2016**	**2017 ***	**2018**		
EBITDA	Milhares€	(273)	1 036	960	(77)	-7,4%
RESULTADO OPERACIONAL	Milhares€	(1 276)	(1 489)	(1 619)	(130)	8,7%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	Milhares€	(1 555)	(1 781)	(1 952)	(171)	9,6%
RESULTADO LÍQUIDO	Milhares€	(1 557)	(1 784)	(1 956)	(172)	9,6%
INVESTIMENTOS		**2016**	**2017 ***	**2018**		
Renovação e Beneficiação Infraestrutura	Milhares€	-	-	175	175	-
Renovação e Beneficiação de Frota (Navios e Pontões)	Milhares€	76	683	1 538	855	125,2%
Outros Investimentos	Milhares€	0,7	123	67	(56)	-45,6%
Total de INVESTIMENTO	Milhares€	**76**	**806**	**1 780**	**974**	**120,9%**
INDICADORES DE ESTRUTURA		**2016**	**2017 ***	**2018**		
Passivo Remunerado	Milhares€	11 558	15 326	4 791	(10 535)	-68,7%
Autonomia Financeira	%	-26,4%	14,4%	66,3%	51,87 pp	-
Solvabilidade	%	-20,9%	16,8%	196,5%	179,63 pp	-
INDICADORES FINANCEIROS		**2016**	**2017 ***	**2018**		
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	64	54	43	-11	-21,0%
Volume de Negócios	Milhares€	8 459	8 996	9 645	649	7,2%
Margem do EBITDA	%	-2,29%	11,52%	9,95%	-1,57 pp	-
Rendimentos Operacionais [1]	Milhares€	9 937	12 354	12 693	340	2,8%
Gastos Operacionais *(sem indemnizações por rescisão)* [2]	Milhares€	10 111	13 777	14 312	535	3,9%
Gastos Operacionais por Passageiro Transportado	€	1,31	1,73	1,70	-0,03	-1,8%
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais [3]	%	98,3%	89,7%	88,7%	-0,98 pp	-

(3) = (1)/(2)

** Valores reexpressos SNC-AP*

Principais destaques na evolução 2017-2018 | Transtejo (Contas Individuais):

- Aumento da Procura em 5,2% (aferido pelo nº de passageiros.km transportados)
- Aumento da Oferta em 8,1% (aferido pelo nº de lugares.km oferecidos)
- Manutenção do número de trabalhadores a 31 de dezembro (301 efetivos)
- Aumento da Massa Salarial em 5,6%
- Incremento das Indemnizações por rescisão em 79 mil €
- Total de Investimento = 1.675 mil € (Capitalizações)
- Passivo Remunerado = 92.621 mil € (aumento de 11.471 mil €, no período)
- PMP = 44 dias (diminuição de -16 dias face a 2017)
- EBITDA = - 10.031 mil € (negativo / agravamento de 2.471 mil €) - Contas individuais
- Rendimentos Operacionais = 11.710 mil € (aumento de 7%) - Contas individuais
- Gastos Operacionais (sem indemnizações por rescisão) - 23.773mil € (aumento de 16%) - Contas individuais

Principais destaques na evolução 2017-2018 | Soflusa (Contas Individuais):

- Aumento da Procura em 5,8% (aferido pelo nº de passageiros.km transportados)
- Aumento da Oferta em 3,5% (aferido pelo n.º de lugares.km oferecidos)
- Redução em 4,3%, do número de efetivos a 31 de dezembro (-6 trabalhadores)
- Redução da Massa Salarial em 42 mil € (-1,3%), não tendo sido despendidas quaisquer verbas com Indemnizações por rescisão
- Total de Investimento = 1.780 mil € (ótica capitalização)
- Passivo Remunerado = 4.791 mil € (salientando-se uma variação de 10.535 mil € no período)
- PMP = 43 dias (redução de 11 dias face ao ano anterior)
- EBITDA = 960 mil € (agravamento em 77 mil €)
- Rendimentos Operacionais = 12.693 mil € (aumento de 2,8%, 340 mil €)
- Gastos Operacionais (sem Indeminizações por rescisão) = 14.312 mil€ (aumento de 3,9%)

Principais destaques na evolução 2017-2018 | GRUPO (Ótica Consolidada):

- Aumento da Procura em 5,6% (aferido pelo nº de passageiros.km transportados)
- Incremento da Oferta em 5,7% (aferido pelo nº de lugares.km oferecidos)
- Redução em 1,4% do número de efetivos (-6) a 31 de dezembro (-6 trabalhadores SL | 0 trabalhadores TT)
- Aumento da Massa Salarial em 3,4% (+327 mil€)
- Aumento das Indemnizações por rescisão em 21% (valor pago 79 mil€ - exclusivamente TT)
- Total de Investimento = 3.455 mil € (Capitalizações)
- Passivo Remunerado = 92.621 mil € (aumento de 11.470 mil €, no período)
- EBITDA = -7.329 mil € (agravamento de 2.582 mil €) - Contas consolidadas
- Rendimentos Operacionais = 24.133 mil € (aumento de 6,0%) - Contas consolidadas
- Gastos Operacionais (sem indemnizações por rescisão) = 35.860 mil € (aumento de 12,0%) - Contas consolidadas

3. Estrutura Organizacional

A 30 de março de 2017, foi aprovada uma nova estrutura organizacional comum à Transtejo e à Soflusa, consubstanciada num Manual de Organização que definiu as atribuições da macroestrutura. Foram ainda aprovadas as dependências hierárquicas e funcionais dos novos Órgãos de Direção assim como nomeados os respetivos responsáveis e aprovado o seu estatuto remuneratório.

Posteriormente procederam-se a pequenos ajustes na Estrutura Organizacional, sendo que, no final de 2018 a estrutura, comum à Transtejo e à Soflusa, se encontrava sintetizada no seguinte organograma:

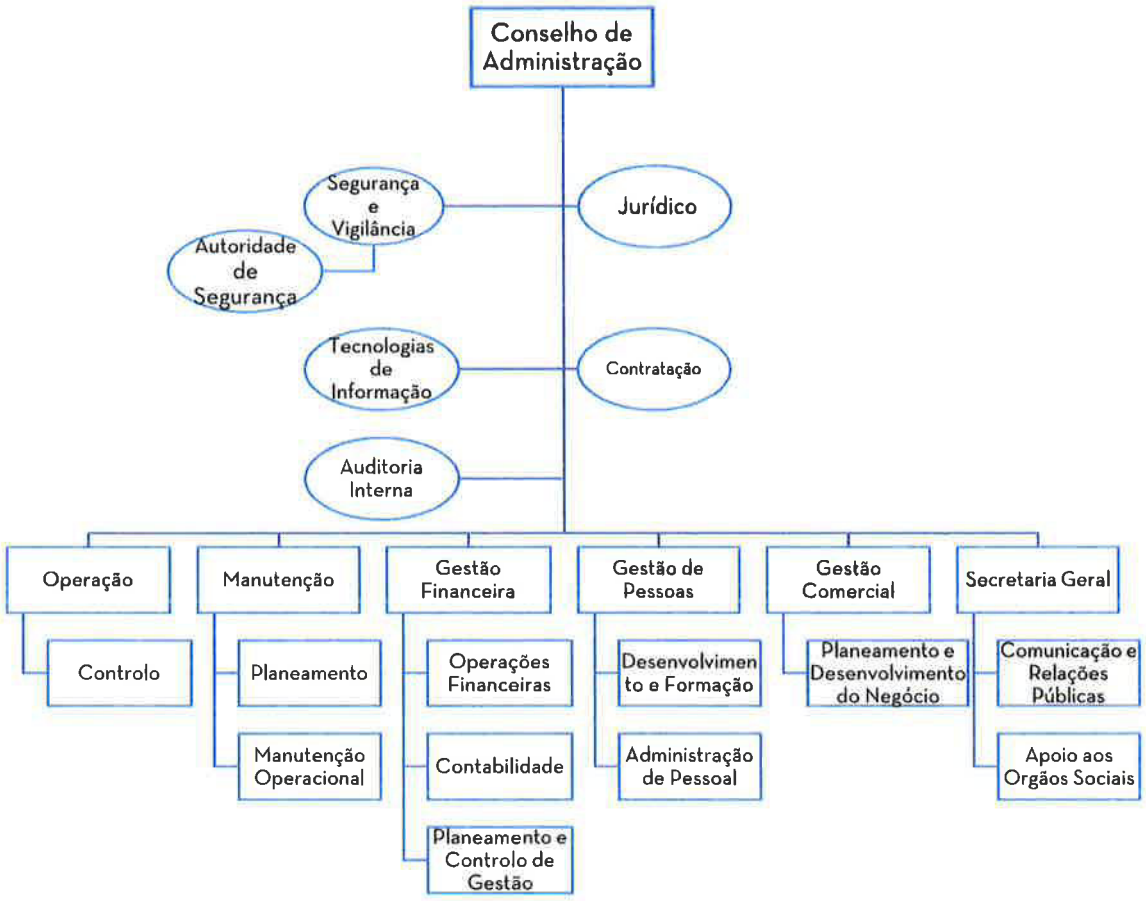


Figura 4 - Estrutura Organizacional em vigor a 31 de dezembro de 2018

4. Atividade

4.1. Atividade Comercial

4.1.1. Atividade Desenvolvida

No que diz respeito ao serviço prestado ao Cliente, o ano 2018 foi marcado por um conjunto de novas funcionalidades, destacando-se as seguintes:

a) Novos validadores de acesso para embarque em todos os terminais e estações fluviais;
b) Substituição dos noteiros e dispensadores de cartões em todas as máquinas de venda automática de bilhetes (MAVB);
c) Novo sistema informático de venda manual de títulos de transporte;
d) Instalação de écrans LCD com informação online dos horários de partida, supressões ou atrasos das ligações fluviais, nos terminais do Cais do Sodré, Montijo, Seixal, Barreiro e Terreiro do Paço;
e) Aquisição de novos equipamentos de fiscalização;
f) Externalização de serviços complementares ao serviço de recolha e transporte de valores, designadamente, logística de trocos e abastecimento de MAVB,
g) Reforço do serviço de vigilância nos terminais do Terreiro do Paço, Cacilhas, Belém e Trafaria.

Foram ainda notificados 217 passageiros da Soflusa e 199 passageiros da Transtejo para pagamento voluntário de coimas atrasadas, gerando uma receita de 2.705 €. Esta notificação decorreu do regime especial e transitório previsto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 117/2017, de 12 de outubro de 2017, que admitia a possibilidade de pagamento voluntário das coimas aplicadas a contraordenações praticadas antes de 13/09/2017, ainda não prescritas.

No serviço de Apoio ao Cliente foi implementado um sistema de chamada, permitindo a triagem dos atendimentos, que são em média 90/dia. Em particular, nos meses de setembro e outubro, altura em que o Passe 4_18 passou a ter apenas como limite a idade dos jovens, houve um grande esforço dos trabalhadores do Espaço Cliente para fazer face à elevada solicitação dos clientes.

4.1.2. Procura

No ano em análise, a Procura do Transporte Fluvial nas ligações servidas pela Transtejo e pela Soflusa registou um crescimento global de 5,7% em nº de passageiros relativamente ao ano anterior, mantendo assim a tendência de crescimento verificada em 2016 e 2017.

Ligações Fluviais	VAR 2018 / 2017		2018		2017		2016	
	PT	PKT	PT	PKT	PT	PKT	PT	PKT
Montijo - Cais do Sodré	4,3%	4,3%	1 031 343	15 420 641	988 838	14 785 106	953 533	14 257 225
Seixal - Cais do Sodré	6,7%	6,7%	1 229 305	10 444 176	1 152 284	9 789 805	1 145 236	9 729 925
Cacilhas - Cais do Sodré	6,2%	6,2%	6 691 977	14 387 751	6 301 235	13 547 655	5 853 909	12 585 904
Trafaria - Porto Brandão - Belém	-5,5%	-5,5%	361 694	1 287 271	382 776	1 362 300	360 614	1 283 425
TOTAL TRANSTEJO	**5,5%**	**5,2%**	**9 314 319**	**41 539 839**	**8 825 133**	**39 484 866**	**8 313 292**	**37 856 480**
Barreiro - Terreiro do Paço	5,8%	5,8%	8 420 349	78 477 651	7 955 909	74 149 072	7 740 779	72 144 060
TOTAL TTSL	**5,7%**	**5,6%**	**17 734 668**	**120 017 490**	**16 781 042**	**113 633 938**	**16 054 071**	**110 000 540**

Tabela 1 - Indicadores de Procura (2016-2018)

Apresentam-se, por ligação fluvial, as seguintes variações registadas em 2018:

- Aumento da procura na ligação Montijo - Cais do Sodré (4,3%), dando sequência à tendência de aumento de passageiros desde 2015;
- Aumento significativo da procura na ligação Seixal - Cais do Sodré (6,7%), sendo a ligação que apresentou o maior acréscimo relativo de todas as ligações operadas pela Transtejo e pela Soflusa;
- Pequena diminuição no ritmo de crescimento da procura na ligação Cacilhas - Cais do Sodré (6,2%), consolidando, contudo, o nível de acréscimo de passageiros que se tem verificado nos últimos anos nesta ligação;
- Redução da procura na ligação Trafaria - Porto Brandão - Belém (-5,5%), fruto da irregularidade na oferta adiante detalhada, anulando o bom desempenho registado em 2017;
- Aumento da procura na ligação Barreiro - Terreiro do Paço (5,7%), mantendo a tendência de crescimento verificada em 2016 e 2017.

O gráfico seguinte ilustra a variação anual da procura em cada uma das empresas:

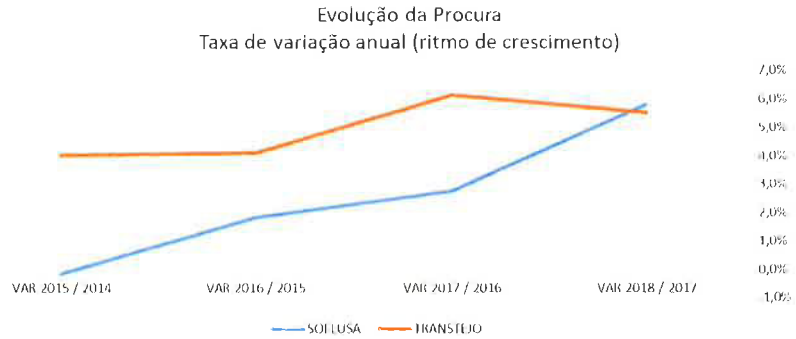


Gráfico 1 - Ritmo de crescimento da procura por empresa (TT e SL)

Outro aspeto de importante realce gráfico é a estrutura da Procura por ligação fluvial, avaliando quais as ligações com maior importância relativa no conjunto do serviço realizado, dando nota da sua evolução nos últimos oito anos, com destaque para a transferência de quota da ligação de Cacilhas para a Ligação do Barreiro entre 2010 e 2014, e no sentido inverso entre 2014 e 2018:

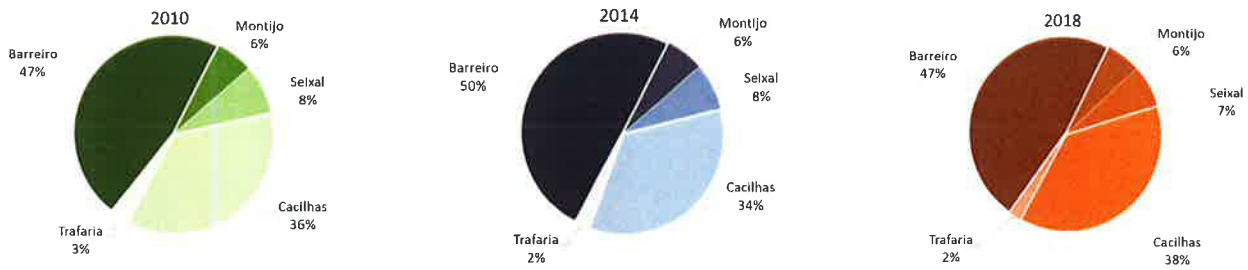


Gráfico 2 - Estrutura da Procura / Ligação Fluvial (2010; 2014; 2018)

Em 2018 as ligações entre Cacilhas e o Cais do Sodré e entre o Barreiro e o Terreiro do Paço foram responsáveis por 85% (15,1 M) dos passageiros transportados pela TTSL.

Pela observação do próximo quadro verifica-se que, dos títulos ocasionais, o bilhete continua a obter a preferência dos passageiros, se bem que apresentando alguma redução comparativamente a 2017 (de 17% para 15% da distribuição por tipo de título) que foi, grosso modo, "captada" pelo título denominado "Zapping" (incremento de 8% para 10% comparativamente a 2017).

A preferência dos passageiros mantém-se pelo título denominado "Passe Combinado" (42% da estrutura de procura) à qual se juntam os títulos multimodais que mantêm uma proporção de 23% na estrutura de procura por título de transporte:

Estrutura da Procura por Título de Transporte - TTSL	2018	2017	2016
Bilhetes	**15%**	17%	16%
Zapping	**10%**	8%	8%
Passes de Rede	9%	9%	8%
Combinados	**42%**	41%	42%
Multimodais	**23%**	23%	24%
Outros (1)	1%	1%	1%
Total	**100%**	**100%**	**100%**

(1) Inclui validações, apoio ao cliente e gratuitos

Tabela 2 - Estrutura de passageiros por título de transporte (2016-2018)

4.1.3. Receitas Tarifárias

À semelhança do ano anterior, a receita consolidada da venda de títulos de transporte apresenta um crescimento de 7,5% (+1,240 M€).

	Receita (M€)	Dif PH (M€)	Δ PH
2016	15,3	1,285	8,4%
2017	16,5	1,240	7,5%
2018	17,8		

Tabela 3 - Evolução da Receita (valores consolidados 2016-2018)

Conforme ilustra o gráfico seguinte, com exceção do bilhete simples, verifica-se, face a 2017, uma variação positiva nos restantes títulos:

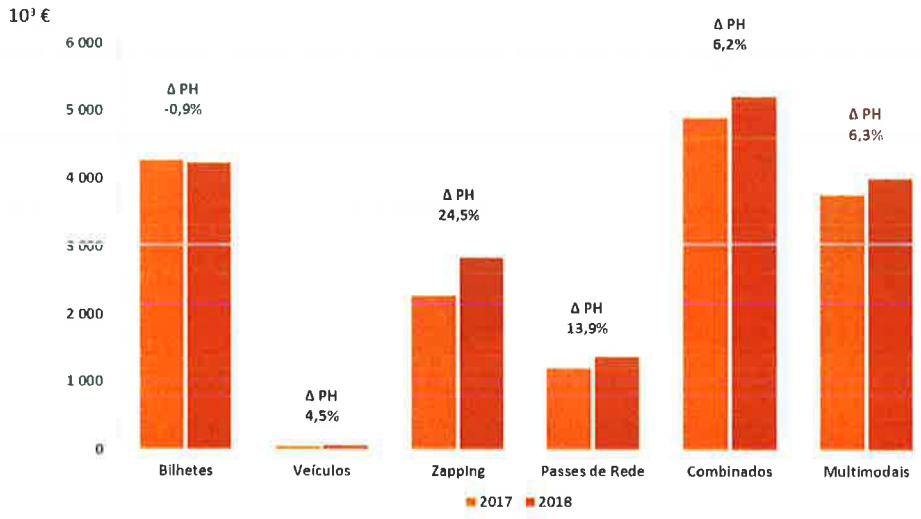


Gráfico 3 - Receita Tarifária, variação homóloga 2018/2017

O gráfico seguinte permite destacar que 32% da estrutura de receitas é composta por títulos próprios, sendo a maior fatia dessa estrutura composta pelos passes Multimodais e Combinados (52%).

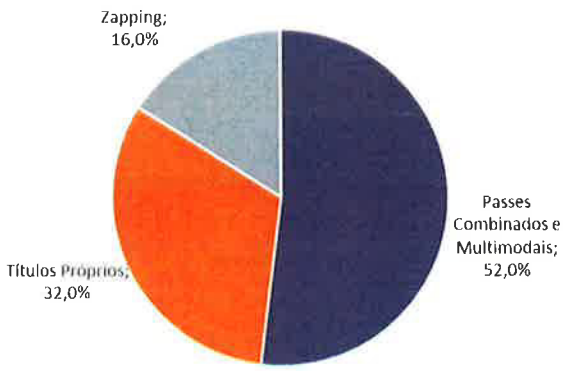


Gráfico 4 - Estrutura de receitas consolidada (2018)

Detalhando as variações dos diversos títulos de transporte observa-se que os bilhetes simples apresentaram um desvio negativo de -0,9%, enquanto os passes de rede (assinaturas mensais próprias) registaram um crescimento que se traduziu numa variação homóloga de 13,9%. Contudo, o tipo de título com maior incremento percentual de receita foi o bilhete zapping (24,5%), mantendo a tendência de crescimento que vinha registando.

Com relação aos restantes passes mensais, comparativamente com 2017, o crescimento da receita dos passes Multimodais foi de 6,3% e dos passes Combinados de 6,2%.

Receita Tarifária TTSL - 10^3 €					
Títulos de Transporte	Δ / PH		2018	2017	2016
Bilhetes	-38,78	-0,9%	4 243	4 282	3 852
Veículos	2,84	4,5%	65	63	47
Zapping	558,61	24,5%	2 843	2 284	2 041
Passes de Rede	169,64	13,9%	1 387	1 217	1 109
Combinados	307,25	6,2%	5 229	4 921	4 690
Multimodais	239,95	6,3%	4 021	3 781	3 524
Total	1 239,52	7,5%	17 788	16 549	15 263

Tabela 4 - Receita Tarifária (2018-2016)

4.1.4. Receitas Não Tarifárias

Em complemento da atividade de transporte de passageiros são desenvolvidas outras ações, dando primazia à rentabilização da frota e dos espaços comerciais existentes nos terminais e estações fluviais que, em 2018, geraram receitas complementares no montante de 964,5 mil €. Destaca-se o Protocolo de colaboração entre a Transtejo e a Carristur, no âmbito da exploração de cruzeiros turísticos no Tejo, que, apesar da redução de receita (-74,6 mil €), produziu, ainda assim, um rendimento de 353,7 mil €, correspondendo a 36,7% do total da receita não tarifária.

Atividades Acessórias (10^3€)	VAR 2018/2017		2018	2017	2016
Aluguer de Espaços Comerciais	1,9%	9,2	482,9	473,8	451,6
Espaços para Publicidade	53,8%	13,1	37,5	24,4	23,3
Parques de Estacionamento	-7,9%	-7,7	90,3	98,1	129,0
Protocolo Carristur	-17,4%	-74,6	353,7	428,3	354,8
Total	-5,9%	-60,0	964,5	1 024,5	958,7

Tabela 5 - Receita consolidada das atividades acessórias (2018-2016)

As infraestruturas ao serviço da empresa são ainda rentabilizadas através da concessão dos seus espaços publicitários, tendo esta parcela registado um crescimento na receita de aproximadamente 54% face a 2017 (+13 mil €).

Relativamente ao estacionamento de veículos nos terminais fluviais, este é um serviço concessionado a terceiros, disponibilizando a Transtejo/Soflusa aos clientes, parque de estacionamento pago nos terminais fluviais do Seixal e do Barreiro. A redução na receita verificada em 2018 com este serviço traduz, ainda, a cedência do parque de estacionamento do terminal fluvial do Seixalinho (Montijo) a este município, através de Protocolo que entrou em vigor no do dia 1 de junho de 2017, razão pela qual a receita, no ano em análise, apresenta uma redução em relação ao período homólogo, ano em que foram contabilizados 5 meses de receita do referido parque de estacionamento.

A rentabilização dos espaços comerciais disponíveis nos terminais fluviais e serviço de bar nas embarcações, concessionados a diversos ramos de atividade, é uma área de negócio que se tem mantido relativamente estável nos últimos anos e que representa metade da receita não tarifária, apresentando, porém, margem de progressão e dinamização face ao contexto económico, e turístico.

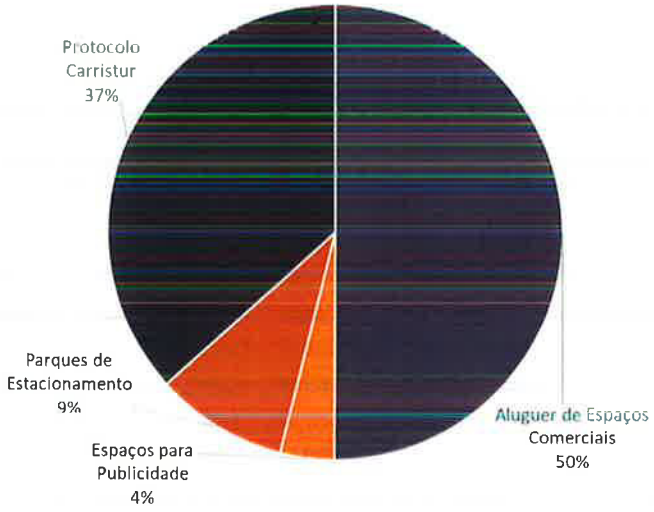


Gráfico 5 - Repartição da Receita não Tarifária (TTSL 2018)

4.1.5. Reclamações

A Transtejo/Soflusa registou uma redução de 2% no número total de reclamações recebidas em 2018 relativamente a 2017. O gráfico seguinte apresenta o peso relativo de cada classe de motivo de reclamação:

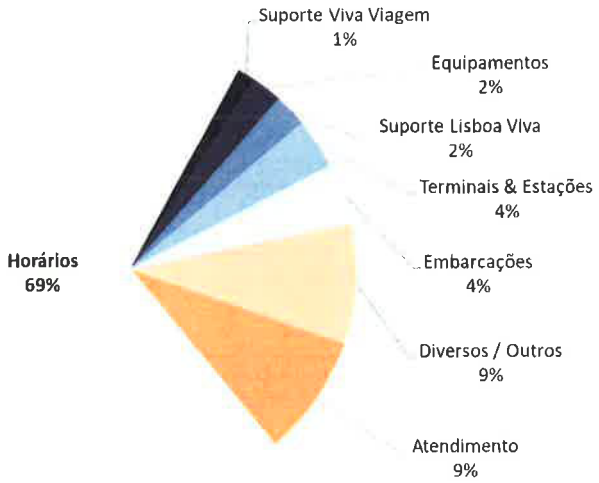


Gráfico 6 - Peso relativo de cada classe de motivo de reclamação (TTSL 2018)

A manutenção do elevado número de reclamações recebidas relativamente a anos anteriores, é consequência do incremento continuado nas reclamações motivadas pelo o (in)cumprimento de horários e supressões de serviço que o gráfico seguinte pretende ilustrar:

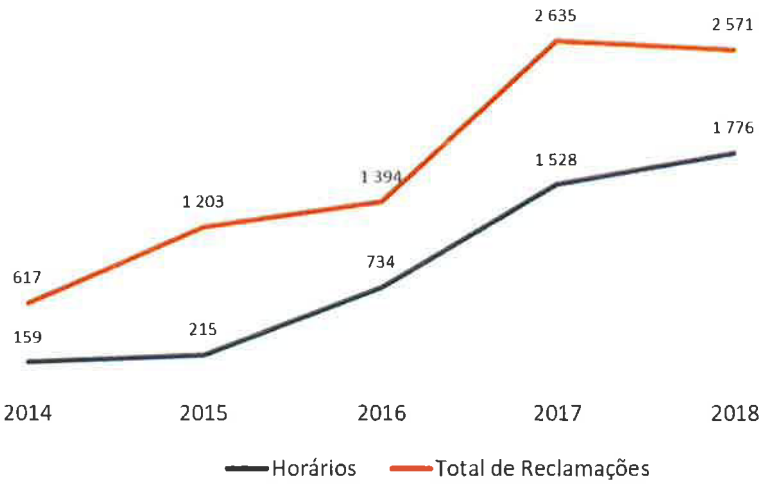


Gráfico 7 - Evolução comparativa das reclamações: horários e totais (TTSL 2014-2018)

Importa salientar que no ano de 2018, se mantiveram as dificuldades com a operacionalidade da frota da Transtejo, expressas na ocorrência de atrasos e supressão de carreiras por insuficiência de navios, justificando o aumento considerável do número de reclamações com os horários.

Transtejo | Soflusa

Motivo	Δ 18/17		2018	2017	2016	2015	2014
Atendimento	-29%	-92	223	315	215	372	216
Equipamentos	-46%	-48	57	105	35	43	45
Instalações - Terminais & Estações	-54%	-107	92	199	54	257	74
Embarcações	-31%	-50	109	159	186	70	4
Horários	16%	248	1 776	1 528	734	215	159
Suportes Lisboa Viva	-30%	-26	61	87	43	49	49
Suportes Viva Viagem	-67%	-68	33	101	29	24	22
Diversos / Outros	56%	79	220	141	98	173	48
Total de Reclamações	**-2%**	**-64**	**2 571**	**2 635**	**1 394**	**1 203**	**617**

Tabela 6 - Evolução das reclamações por classe de motivos (2014-2018)

Importa registar a diminuição no número de reclamações relacionadas com o atendimento (-92), com os equipamentos em utilização (48), com as instalações (-107) e com as embarcações (-50), traduzindo significativos progressos introduzidos pela Organização no que respeita ao caracter informativo e de facilidade de utilização de alguns equipamentos como sejam validadores de títulos, sistema visual de informação ao público, maior disponibilidade de máquinas automáticas de venda de títulos (MAVT).

Não obstante estes resultados, a empresa tem procurado mobilizar recursos financeiros e orçamentais, sensibilizando a Tutela para a criticidade de recuperar os níveis de serviço, qualidade e funcionalidade das suas instalações e equipamentos, assumindo ativamente uma preocupação em melhorar as condições da oferta e a satisfação dos seus clientes.

4.1.6. Serviço de apoio ao Cliente (Cartões Lisboa Viva)

A atividade do Espaço Cliente apresenta significativo crescimento, sendo registada uma produção média mensal de 1.500 cartões Lisboa Viva personalizados "na hora". Destaca-se, ainda, o atendimento presencial diário, médio, de 90 clientes. Isto apesar da diminuição do horário de atividade, face aos constrangimentos resultantes de falta de meios humanos.

4.1.7. 1.1.7. Transporte de Veículos

A ligação da Trafaria é frequentemente interrompida quando as condições meteorológicas (em especial forte ondulação associada aos períodos da preia-mar) não permitem o embarque e desembarque seguro de passageiros e viaturas na estação fluvial da Trafaria ou, com menor frequência, na estação fluvial do Porto Brandão.

Períodos de chuva intensa provocaram aluimento no piso da estação fluvial de Belém em março de 2018, com a consequente interrupção desta ligação durante 10 dias. Nova interrupção da ligação, motivada por danos nas instalações consequência de condições meteorológicas adversas, ocorreu em novembro. Contudo, apesar da irregularidade na oferta e, em consequência, ter sido a ligação Trafaria - Porto Brandão - Belém a única em que ocorreu redução no nº de passageiros transportados, a procura pelo transporte de veículos apresentou, ainda assim, um ligeiro aumento em relação a 2017.

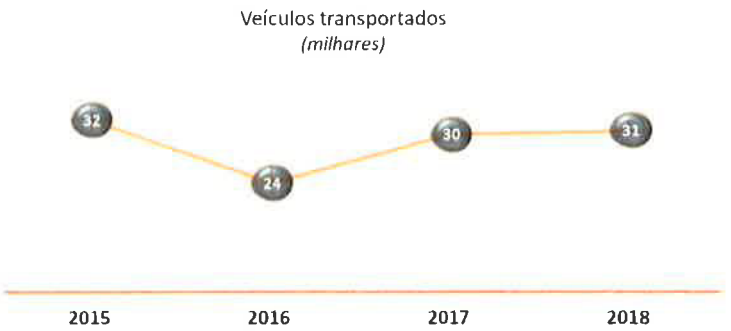


Gráfico 8 - Evolução do número de veículos transportados (2016-2018)

4.2. Exploração Operacional

4.2.1. Frota

No final de 2018, as frotas da Transtejo e da Soflusa eram compostas por 28 navios agrupados nas seguintes classes:



Figura 5 - Frota da Transtejo e da Soflusa a 31 de dezembro de 2018 (ótica patrimonial)

Os catamarans da classe Algés/S. Julião estão designados para a operação nas ligações do Montijo e do Seixal em conjunto com os dois catamarans da classe Austal afretados à Soflusa. O navio S. Jorge e as embarcações da classe Cacilhense operam geralmente na ligação de Cacilhas e os navios mistos de passageiros e viaturas, da classe Ferry, servem a ligação da Trafaria - Porto Brandão - Belém.

Os 8 navios da classe *Damen* operaram exclusivamente na ligação entre o Barreiro e o Terreiro do Paço. As embarcações restantes, Fantasia e S. Paulus estão vocacionadas para o serviço de turismo no rio Tejo,

encontrando-se o navio S. Paulus ao serviço da Carristur, no âmbito de Protocolo em vigor, referente à atividade marítimo-turística - *"Cruzeiros no Tejo"*.

4.2.2. Oferta

O ano de 2018 regista, em termos globais, uma estabilização no número de viagens realizadas (+0,2%; +302 vg.) comparativamente ao ano anterior. O n.º de horas de serviço público total das embarcações foi de 59.218 horas (+0,75% em relação a 2017) e o total de lugares quilómetro oferecidos (LKO) teve um incremento relativo ao período anterior de 5,7%.

Ligações Fluviais	VAR 2018 / 2017			2018			2017			2016		
	Viagens	H. Serviço	LKO [1]	Viagens	H. Serviço	LKO	Viagens	H. Serviço	LKO	Viagens	H. Serviço	LKO
Montijo - Cais do Sodré	0,58%	-0,26%	4,77%	12 733	7 870	93 778 914	12 659	7 891	89 513 198	12 826	7 962	92 250 207
Seixal - Cais do Sodré	1,18%	0,57%	10,14%	15 325	8 301	57 393 742	15 147	8 254	52 109 570	15 391	8 396	53 871 216
Cacilhas - Cais do Sodré	-1,17%	-1,52%	14,60%	52 030	14 647	62 433 437	52 644	14 874	54 479 082	52 966	15 274	54 793 415
Trafaria - Porto Brandão - Belém	-3,22%	-3,60%	-0,86%	9 449	5 390	18 475 719	9 763	5 591	18 635 157	9 860	6 218	18 370 468
TOTAL TRANSTEJO	**-0,75%**	**-1,10%**	**8,08%**	**89 537**	**36 208**	**232 081 813**	**90 213**	**36 610**	**214 737 007**	**91 043**	**37 850**	**219 285 306**
Barreiro - Terreiro do Paço	2,40%	3,80%	3,48%	41 736	23 010	233 468 050	40 758	22 168	225 618 858	42 530	23 006	237 642 478
TOTAL TTSL	**0,23%**	**0,75%**	**5,72%**	**131 273**	**59 218**	**465 549 863**	**130 971**	**58 777**	**440 355 865**	**133 573**	**60 857**	**456 927 784**

Tabela 7 - Indicadores de Oferta (2016-2018)

Há que referir o aumento significativo do indicador LKO na ligação Cacilhas - Cais do Sodré (+14,6%) devido à utilização frequente do navio S. Jorge, com capacidade para 996 passageiros, em contraste com os navios da classe Cacilhense, com menor utilização por motivo de avaria, e cuja lotação é de apenas 476 passageiros.

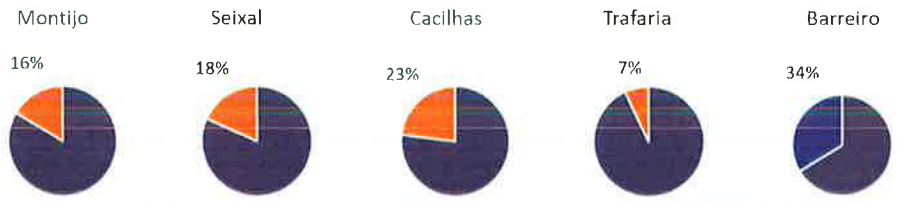


Gráfico 9 - Taxa de Ocupação por ligação fluvial em 2018

As ligações fluviais de Cacilhas (23%) e do Barreiro (34%) continuam a apresentar os melhores valores para a taxa de ocupação - relação entre Procura e Oferta, aferida pelo quociente entre o número de passageiros quilómetro transportados (PKT) e o número de lugares quilómetro oferecidos (LKO).

4.2.3. Taxa de Regularidade

Em 2018 a taxa de regularidade na totalidade das ligações foi de 97,3% (97,5% na Transtejo e 96,9% na Soflusa), justificando-se a variação face ao planeado pelas viagens suprimidas e considerando, também, as alterações das viagens planeadas na ligação Barreiro - Terreiro do Paço devido ao ajuste do horário ocorrido a 11 de setembro de 2018.

Ligações Fluviais	VAR 2018 / 2017			2018			2017		2016
	Viagens Realizadas		Var Tx Regularidade (A-B)	Viagens Planeadas (a)	Viagens Realizadas (b)	Taxa de Regularidade (A=b/a)	Viagens Realizadas	Taxa de Regularidade (B)	Taxa de Regularidade
	Δ	Var							
Montijo - Cais do Sodré *	0,58%	74	0,00	12 917	12 733	98,6%	12 659	98,5%	98,6%
Seixal - Cais do Sodré	1,18%	178	0,01	15 555	15 325	98,5%	15 147	98,0%	98,3%
Cacilhas - Cais do Sodré	-1,17%	-614	-0,01	53 522	52 030	97,2%	52 644	98,7%	98,5%
Trafaria - Porto Brandão - Belém	-3,22%	-314	-0,03	9 864	9 449	95,8%	9 763	99,1%	99,6%
TOTAL TRANSTEJO	**-0,75%**	**-676**	**-0,01**	**91 858**	**89 537**	**97,5%**	**90 213**	**98,6%**	**98,6%**
Barreiro - Terreiro do Paço	2,40%	978	0,01	43 074	41 736	96,9%	40 758	95,8%	97,9%
TOTAL TTSL	**0,23%**	**302**	**0,00**	**134 932**	**131 273**	**97,3%**	**130 971**	**97,7%**	**98,4%**

Tabela 8 - Taxa de Regularidade (2016-2018)

A Transtejo | Soflusa apresentou uma diminuição do total de supressões em relação a 2017, justificado essencialmente pela redução de supressões motivadas por greves ou plenários (-692).

Transtejo | Soflusa - Motivo de Supressão	VAR 2018 / 2017		2018	2017	2016
Greves/Plenários	-73,07%	-692	255	947	58
Ajustes programados	-34,72%	-201	378	579	684
Indisponibilidade de frota Operacional	10,21%	181	1 953	1 772	844
Outros motivos	917%	477	529	52	237
TOTAL	-7%	-235	3 115	3 350	1 823



Tabela 9 - Supressão de carreiras (evolução 2016-2018)

Durante o ano de 2018, foram suprimidas um total de 3.115 viagens programadas, o que representa uma de supressões de 7% face a 2017, sendo a "Indisponibilidade de frota Operacional" o principal motivo de supressão de viagens.

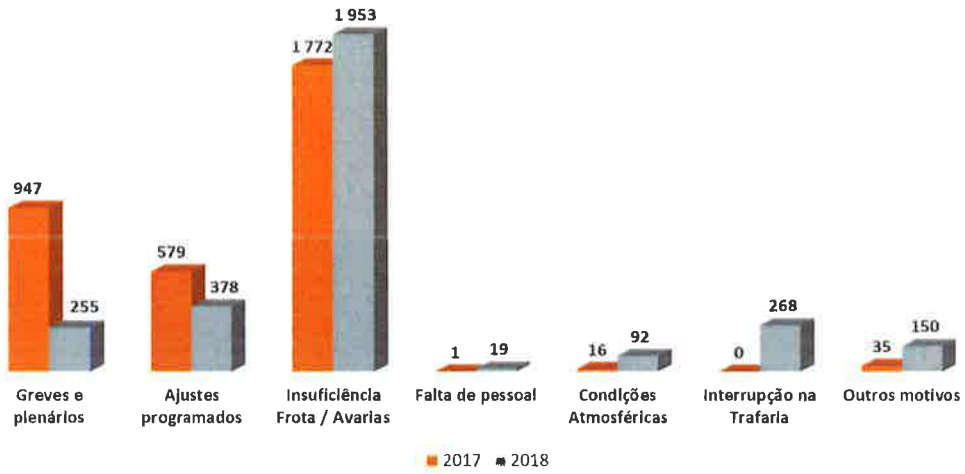


Gráfico 10 - Supressão de Carreiras (variação por motivo: 2017 - 2018)

4.3. Segurança de Exploração (*Safety*)

No âmbito do desenvolvimento das funções de Autoridade de Segurança do modo Navio, definidas do Despacho N.º 1094/98 (2ª série), de 19 de janeiro, do Ministério do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território, a ação reparte-se pela elaboração, verificação, atualização e treino dos procedimentos e mecanismos de resposta a emergências na operação de transporte fluvial de passageiros.

Inclui, ainda, a definição de procedimentos de segurança, análise de ocorrências e a promoção de ações de formação, por forma a serem adotadas as melhores práticas e supridas deficiências detetadas, agindo preventivamente sobre a cadeia de erros para minimizar os acidentes em exploração. Neste sentido, devem ser desenvolvidos os processos necessários à garantia da prestação do serviço de transporte público em Segurança, nomeadamente no que diz respeito às operações e à circulação de pessoas e bens dentro da Organização.

Enumeram-se as ações e medidas preventivas tomadas, no que diz respeito à verificação das boas práticas (individuais e da Organização) conducentes a uma operação segura dos navios da frota e da operação dos terminais:

a) Avaliação das ações de treino obrigatórias mensais a bordo dos navios com a realização de algumas visitas acompanhando a realização de um dos exercícios definidos nas Instruções de Emergência do Plano de Emergência Interno;

b) Acompanhamento das vistorias e inspeções, a nado, para certificação e classificação dos navios e pontões - avaliando as competências das tripulações envolvidas e colaborando com as entidades certificadoras no sentido da correção de não conformidades;

c) Inspeção dos meios de salvação dos navios e pontões, designadamente balsas rígidas, jangadas pneumáticas, boias circulares, coletes de salvação, sinais pirotécnicos e outros equipamentos de emergência e socorro;

d) Acompanhamento das ações de manutenção, teste e inspeção anual, realizadas por entidade externa certificada, aos equipamentos e meios de combate a incêndio de todas as embarcações, terminais fluviais, armazéns e outras instalações da Empresa.

e) Realização das vistorias regulamentares aos equipamentos de deteção e combate a incêndio de todos os terminais e estações fluviais bem como de armazéns e outras instalações indispensáveis ao exercício da atividade.

f) Está em curso a redefinição das medidas de autoproteção em todas as instalações da Empresa, bem como a atualização do Manual de Segurança e Proteção do Ambiente e do Plano de Emergência Interno.



5. Gestão Corporativa

5.1. Segurança e Vigilância

5.1.1. Higiene e Segurança no Trabalho

No ano de 2018, foram realizadas 40 intervenções no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho (30 na Transtejo e 10 na Soflusa), recorrendo à prestação de serviço externo por parte da entidade Ecosaúde, S.A.

Ocorreram 39 acidentes de trabalho, traduzindo-se numa redução de 9 acidentes face aos 48 verificados em 2017.

Salienta-se uma redução do total de acidentes de trabalho registados para valores inferiores aos registados em 2010. Dado importante para análise é ponderar o n.º total de acidentes de trabalho pelo efetivo médio anual de trabalhadores das duas empresas - taxa de acidentes de trabalho:

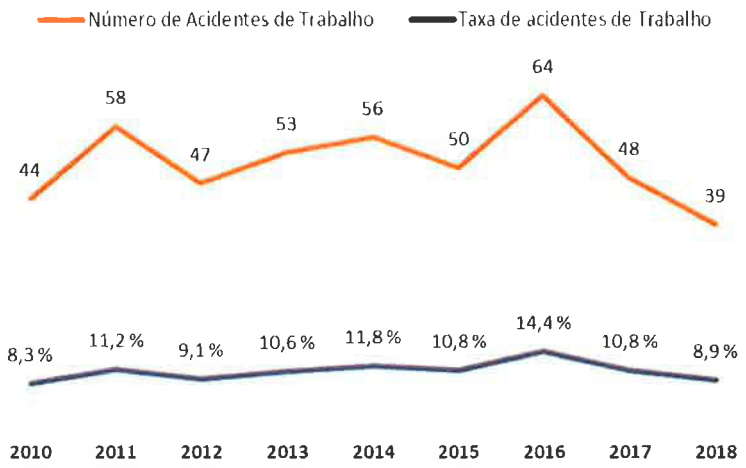


Gráfico 11 - Evolução dos acidentes de trabalho (TTSL 2010-2018)

5.1.2. Vigilância e Segurança Humana

- *Formação*

  Durante o ano de 2018, foram desenvolvidas as seguintes ações de formação no domínio da proteção e segurança:

  a) Operador de Desfibrilhador Automático Externo (DAE) / Renovação do Certificado de Operador de DAE (6 operadores na SL e 31 na TT);
  b) Prevenção e Extinção de Incêndios (5 formandos na SL e 59 na TT).

- *Proteção*

  Manteve-se em 2018 o modelo de gestão desta atividade, em continuidade com o processo em curso nos anos anteriores, designadamente:

  a) Gestão do contrato e do serviço de Vigilância e Segurança Humana;
  b) Acompanhamento da prestação de serviços gratificados contratados com as forças policiais (Polícia de Segurança Pública e Polícia Marítima);
  c) Planeamento e reforço operacional em situações de greve, falha de navios e outros eventos de massas que requereram reforço das medidas de proteção e de controlo de acessos;
  d) Gestão e manutenção das centrais de alarme de intrusão, existentes nos terminais e estações.

- *Equipamentos de deteção de intrusão*

  Procedeu-se à ligação do equipamento de deteção de intrusão à central de deteção de incendio do armazém do Barreiro, ficando a totalidade dos referidos equipamentos ligados a central de receção e gestão de alarmes.

  Procedeu-se também à instalação de uma central de intrusão no armazém sito no nº22 da rua do Ginjal (Cacilhas), que por sua vez, foi ligada à central de deteção de incêndio existente.

  Efetuou-se a também a ligação do equipamento de deteção de intrusão existente na estação fluvial de Belém à central de deteção de incendio dessa estação.

  Salienta-se que todos os supracitados equipamentos foram ligados à central de receção de alarmes do prestador de serviços de assistência técnica a estes equipamentos.

- *Equipamentos de videovigilância dos edifícios*

  Foi concluída a substituição integral do sistema de videovigilância, compreendendo todas as instalações da Soflusa e todas as instalações da Transtejo com exceção da Doca 13 (instalação prevista em 2019).

- *Equipamentos de deteção e combate a incêndios de edifícios*

  Os equipamentos de combate a incendio, bem como a respetiva sinalética, foram objeto de vistorias programadas, com uma periodicidade mínima mensal, sendo que a manutenção anual foi assegurada por empresa certificada, tendo sido efetuada a gestão e acompanhada a manutenção dos equipamentos de combate a incêndio em conjunto com o prestador de serviços.

  Trimestralmente, foram realizados testes aos equipamentos de deteção automática de incêndio (SADI), estando a cargo de empresas certificadas a sua manutenção anual.

  Foi alargada à frota da Transtejo a gestão da manutenção do equipamento de combate a incêndio e foi substituído o sistema automático de deteção de incêndio (SADI) do terminal fluvial do Seixalinho no Montijo.

5.1.3. Sinistralidade

Com o objetivo de melhorar as condições de exploração, estão estabelecidos procedimentos de averiguação e análise de ocorrências com a finalidade de determinar as causas, circunstâncias e consequências sobre os intervenientes envolvidos a fim de propor melhorias no sentido de reduzir os riscos associados e, eventualmente, agir sobre as medidas e mecanismos de prevenção instituídos.

SINISTRALIDADE TRANSTEJO	Δ 18/17		2018	2017	2016
Acidentes de Trabalho (At)	-22,5%	-9	31	40	50
Emergências (E)	-50,0%	-1	1	2	6
Acidentes com Passageiros e nos Terminais (Ap)	175,0%	21	33	12	24
Acidentes em viaturas transportadas (Av)	50,0%	1	3	2	0
Incidentes Criminais	4,2%	2	50	48	31
Outros	-10,0%	-6	54	60	80
Total de Acidentes (At + E + AP + Av)	21,4%	12	68	56	80

Tabela 10 - Valores de Sinistralidade TRANSTEJO (2016-2018)

SINISTRALIDADE SOFLUSA	D 18/17		2018	2017	2016
Acidentes de Trabalho (At)	0,0%	0	8	8	14
Emergências (E)	0,0%	0	1	1	1
Acidentes com Passageiros e nos Terminais (Ap)	-88,4%	-61	8	69	15
Incidentes Criminais	-36,8%	-21	36	57	62
Outros	-11,9%	-7	52	59	42
Total de Acidentes (At + E + AP)	-78,2%	-61	17	78	30

Tabela 11- Valores de Sinistralidade SOFLUSA (2016-2018)

Enquadramento das principais ocorrências verificadas durante o ano de 2018:

a) Emergência [de Grau 1] => 2 → Contempla ocorrências decorrentes: (i) da colisão entre navios onde apenas se registaram danos materiais e (ii) de outro navio ter ficado sem meios de propulsão tendo sido assistido na atracação ao cais e os passageiros desembarcado, sem registo de danos;

b) Acidentes com passageiros => 41 → Destes, 18 deram-se a bordo das embarcações, 15 nos passadiços e pontões durante o embarque ou desembarque. Os 8 acidentes restantes ocorreram nos terminais;

O quadro seguinte detalha o global das ocorrências, comparando com os valores participados em 2017:

SINISTRALIDADE GRUPO TTSL	2018	2017
I. Total de Acidentes (At + E + AP + Av)	**85**	**134**
Acidentes de Trabalho (At)	39	48
Emergências (E)	2	3
Acidentes com Passageiros e nos Terminais (Ap)	41	81
Acidentes em viaturas transportadas (Av)	3	2
II. Incidentes Criminais	**86**	**105**
III. Outros	**106**	**119**
Embates e avarias com passageiros a bordo	8	24
Doença súbita a bordo de passageiro	31	26
Doença súbita em terminal fluvial	39	35
Outras Ocorrências	28	34
Total (I)+(II)+(III)	**277**	**358**

Tabela 12 - Sinistralidade TTSL (detalhe: 2017-2018)







5.2. Gestão Ambiental

Em cumprimento das obrigações legais e contribuindo para a preservação do meio ambiente e dos recursos, destacam-se as atividades, com maior relevância, desenvolvidas:

a) Renovação do certificado energético dos edifícios do Terreiro do Paço e do Cais do Sodré;

b) Revisão e renovação dos contratos de gestão de resíduos, conducente a melhorias nas condições existentes para a armazenagem temporária de resíduos.

c) Projeto Salvar o Mar a Reciclar - projeto de sensibilização ambiental com vista à conservação do recurso água e à promoção da saúde dos rios e oceanos, bem como da sua biodiversidade. Este projeto teve como público alvo os filhos dos colaboradores a frequentar o ensino pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico. Nesta ação foram recebidas 3 escolas, num total de 4 turmas. Cada turma preparou um contentor para recolha seletiva de resíduos urbanos (papel e plásticos), utilizando materiais não perigosos da operação (coletes, boias e cabos de amarração), os quais se encontram expostos na sede da empresa. Como contrapartida assistiram a uma pequena ação de sensibilização sobre os oceanos e viajaram a bordo de um Cacilheiro na ligação Cais do Sodré - Cacilhas.






d) Redução de 50% do consumo de água no Terminal do Barreiro, como consequência do esforço conjunto da Soflusa e da Câmara Municipal do Barreiro na deteção de fugas de água na rede de abastecimento e rápida intervenção para a sua reparação;

e) Sensibilização para a utilização racional e eficiente dos consumos de água e energia através da *intranet* e do sítio da internet da Transtejo | Soflusa;

f) Considerando a importância da preservação ambiental, a Soflusa contactou algumas escolas secundárias do concelho do Barreiro, com vista á sua participação num projeto a que chamou de "A Arte de Reciclar". Com o objetivo de sensibilizar, envolver e informar acerca das temáticas da utilização sustentada dos recursos, da proteção dos rios e oceanos bem como da educação pela arte.

Na sequência deste contacto fomos convidados a participar no Projeto a "Casa, Oficina Criativa", uma parceria do Agrupamento de Escolas de Santo André e do Centro Comunitário de Santo André - Casa dos Rapazes.

A Oficina criativa, pelo seu carácter eminentemente lúdico e facultativo, é um espaço privilegiado para a consagração de diversos saberes e onde os jovens podem estimular o seu lado criativo, pelo que lhes foi colocado o desafio de construir um ecoponto com materiais reciclados oriundo na nossa atividade de exploração. A Soflusa forneceu os materiais, que foram trabalhados e o resultado foi o ecoponto que se encontra em funcionamento nos escritórios do Barreiro.

Ainda no que diz respeito à Gestão Ambiental, procedeu-se à implementação e monitorização do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, com a realização regular de reuniões de acompanhamento dos processos definidos no Manual de Gestão.

O processo em curso permitiu ainda, durante o ano de 2018, fechar não conformidades legais transitadas e contribuir para a melhoria da eficácia e eficiência dos processos com vista ao cumprimento das obrigações legais no âmbito da preservação do meio ambiente.

5.3. Recursos Materiais

5.3.1. Gestão e Manutenção da Frota

A Transtejo | Soflusa procurou assegurar ao longo do ano 2018, o cumprimento do Horário de Serviço Público em todas as ligações onde opera.

O modelo de gestão das atividades de manutenção da frota da Transtejo é assegurado internamente, compreendendo a coordenação das atividades de manutenção, a obtenção de certificação estatutária e de classe. A realização de grandes intervenções em motores e docagem de navios e pontões, de obrigatoriedade periódica, é efetuada por entidade externa, com recurso a concurso público (consideradas no Plano de Investimentos e no Orçamento de Exploração).

O modelo de gestão das atividades de manutenção da frota da Soflusa é assegurado por uma entidade externa (gestão técnica em regime de *outsourcing*), compreendendo a coordenação das atividades de manutenção, obtenção de certificação estatutária e de classe da frota. A realização de grandes beneficiações de motores (consideradas no Plano de Investimentos) assim como as docagens de navios e pontões (consideradas no Orçamento de Exploração), tal como na Transtejo, é efetuada com recurso a concurso público.

O Plano de Manutenção apresentado no PAO2018 foi preparado com o objetivo estratégico de continuar a recuperar o atraso nas intervenções indispensáveis para manter as condições de operacionalidade da frota de navios e pontões, assegurando que estes equipamentos se encontram em perfeitas condições técnicas, de segurança e fiabilidade, e detentores de Certificados de Navegabilidade devidamente validados pelas autoridades marítimas.

Os constrangimentos orçamentais decorrentes das cativações e limites determinados pela Lei do OE2018, causaram um primeiro impacto condicionante do cumprimento do Plano de Manutenção da Frota, tendo suscitado a apresentação de pedidos de autorização específicas para reforço de dotações, compatibilizando o cumprimento da legislação aplicável à empresa com as necessidades de assegurar o cumprimento do serviço público. Nesse sentido, através da publicação da RCM nº 44/2018 de 05de abril de 2018, foi permitido à Transtejo e à Soflusa assegurar a formação de contratos relacionados com a manutenção, conservação e certificação da frota de navios e pontões.

5.3.1.1. Soflusa

No cumprimento do referido Plano de Manutenção, destacam-se as seguintes intervenções realizadas durante o ano de 2018 na Soflusa:

REAL 2018	GASTOS COM MANUTENÇÃO - Grandes Rubricas				Total GASTOS
Navios	Serviço de GestãoTécnica	Estaleiros	Oficinas	Sobressalentes +Materiais	
Damião de Goes	131 727		4 442		136 169
Miguel Torga	120 972				120 972
Fernando Namora	138 838	31 153	41 078	39 160	250 228
Gil Vicente	133 131	3 489	42 610	46 375	225 605
Jorge de Sena	109 979		0	42 719	152 698
Almeida Garret	127 918	79 493	28 245	125 092	360 749
Fernando Pessoa	150 651			33 879	184 530
Antero de Quental	123 877				123 877
Cesário Verde	104 467	47 680	23 463	85 619	261 229
Fantasia	0	47 982			47 982
Pedro Nunes	111 179				111 179
TOTAL	1 252 739	209 797	139 838	372 845	1 975 219

Tabela 13 - Soflusa: gastos de manutenção por navio (€)

Importa referir que, adicionalmente, acresce aos Gastos de Manutenção com Navios da Soflusa, o montante de 51.112 € com a manutenção de pontões, perfazendo o total de 2.026.330 € na rubrica "Conservação e reparação (frota de navios e pontões)".

O quadro seguinte ilustra a preponderância do fator manutenção (preventiva e corretiva: planeamento de docagens, ações de manutenção periódicas e reparação de avarias) na disponibilidade de navios da Soflusa para operação:

Soflusa - Motivo de Supressão	VAR 2018 / 2017		2018	2017	2016
Indisponibilidade de frota Operacional	-75%	-952	324 48,8%	1 276 59,9%	220 21,5%
TOTAL	-69%	-1 465	664 100,0%	2 129 100,0%	1 024 100,0%

Tabela 14 - Ponderação das avarias dos navios nos motivos de supressão de carreiras (Soflusa)

Apesar da elevada redução de supressões na Soflusa motivadas por avarias, em 2018 comparativamente a 2017, observa-se que cerca de metade das supressões do serviço são motivadas por causas, direta ou indiretamente, ligadas com o fator manutenção.

5.3.1.2. Transtejo

Destacam-se as seguintes intervenções realizadas durante o ano de 2018 na Transtejo:

REAL 2018	GASTOS COM MANUTENÇÃO - Grandes Rubricas				Total GASTOS
Navios	Serviço Gestão Técnica	Estaleiros	Oficinas	Sobressalentes + Materiais	
Alentejense		*Alienação deste navio em 2018*			0
Campolide		181 750	36 293	36 681	254 724
Dafundo			718	6 753	7 471
Eborense				0	0
Madragoa			6 894	-6	6 888
Seixalense		75 542	76 334	13 635	165 511
Sintrense		284 500	15 560	12 862	312 922
Palmelense		*Alienação deste navio em 2018*			0
S. Jorge			42 309	15 142	57 451
Algés		70 546	12 367	67 033	149 946
Castelo		143 500	16 046	74 245	233 791
Chiado		106 050	58 024	17 982	182 056
S. Julião		95 325	15 031	44 302	154 657
S. Paulus				460	460
Aroeira			117 002	22 803	139 805
Carnide		236 658	62 099	62 024	360 780
Sé		235 387	376 030	36 629	648 046
Lisbonense			39 500	24 198	63 697
Almadense		222 424	70 284	91 717	384 425
Comuns à Frota	117 000		16 275	60 771	194 045
TOTAL	117 000	1 651 682	960 765	587 229	3 316 675

Tabela 15 - Transtejo: gastos de manutenção por navio (€)

Acresce ao total de Gastos de Manutenção com Navios da Transtejo, o montante de 928.182 € com a manutenção de pontões, perfazendo o total de 4.244.858 € nas rubricas "FSE - Conservação e Reparação (navios e pontões)" e "CMVMC - Sobressalentes e Materiais (navios e pontões)".

O quadro seguinte ilustra a preponderância do fator manutenção (preventiva e corretiva: planeamento de docagens, ações de manutenção periódicas e reparação de avarias) na disponibilidade de navios da Transtejo para operação:

Transtejo - Motivo de Supressão	VAR 2018 / 2017		2018		2017		2016	
Indisponibilidade de frota Operacional	228%	1 133	1 629	66,5%	496	40,6%	624	78,1%
TOTAL	101%	1 230	2 451	100,0%	1 221	100,0%	799	100,0%

Tabela 16 - Ponderação do número de avarias dos navios nos motivos de supressão de carreiras (Transtejo)

Por fim, bem ilustrativo é o gráfico seguinte, que apresenta a evolução da percentagem de supressões do serviço motivadas pela indisponibilidade de frota no período 2014-2018 para o conjunto das duas empresas.

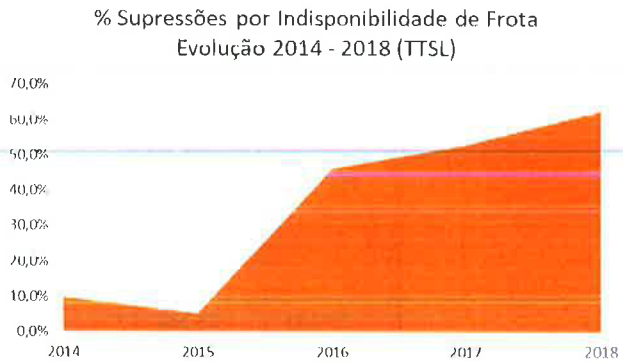


Gráfico 12 - Peso relativo da indisponibilidade de frota como motivo de supressão de carreiras (TTSL: 2014-2018)

5.3.2. Gestão das Infraestruturas

Em 2018 teve início o contrato de prestação de serviços de conservação de edifícios e manutenção das instalações das duas Empresas, Transtejo e Soflusa. Neste âmbito foram realizadas várias ações de manutenção preventiva e corretiva nas diversas estações e terminais fluviais. Neste primeiro ano do contrato, naturalmente, foram realizadas mais ações corretivas. Pretendeu-se corrigir as anomalias e não conformidades encontradas, decorrentes da falta de manutenção nos edifícios ao longo do tempo.

5.3.2.1. Atividades desenvolvidas

Muitas das deficiências encontradas nos edifícios das empresas, resultam de infiltrações e irregularidades nas coberturas, tornando-se assim essencial a sua reabilitação e impermeabilização. Neste sentido, foram adquiridos os consumíveis e corrigidas/beneficiadas as coberturas, no âmbito do contrato de manutenção, das seguintes estações e terminais fluviais:

- Estação Fluvial de Porto Brandão;
- Estação Fluvial da Trafaria;
- Terminal Fluvial do Barreiro;
- Terminal Fluvial do Cais do Sodré;
- Terminal Fluvial do Barreiro - atendendo ao elevado estado de degradação deste terminal, sobretudo das coberturas, por questões de segurança, foram feitas intervenções de fixação das placas e painéis de rebordo. Foram, ainda, retirados painéis/placas que apresentavam riscos de segurança.

Foram, ainda, executadas empreitadas de beneficiação e impermeabilização nas seguintes estações e terminais:

- Estação Fluvial de Belém;
- Terminal Fluvial de Cacilhas;
- Terminal Fluvial do Seixal.

Apenas não foi intervencionada a cobertura do Terminal Fluvial do Montijo, cujos trabalhos foram adiados para o 1º semestre de 2019. Também não foi possível concluir os trabalhos de impermeabilização da cobertura do Terminal Fluvial do Cais Sodré, pelo que estes trabalhos também transitaram em curso para 2019.

Com esta estratégia de beneficiação das coberturas foi possível resolver uma grande parte dos problemas encontrados no interior destes edifícios.

Para além das coberturas, outra grande preocupação foi ao nível da segurança das instalações, tendo sido executados vários trabalhos, projetos e empreitadas com este objetivo, como são exemplo:

A. Transtejo

- Empreitada de substituição dos cabos de aço da antena no edifício nº 12 da rua do Ginjal, em Cacilhas;
- Empreitada de reabilitação de instalações elétricas no Terminal Fluvial de Cacilhas;
- Empreitada de reabilitação da envolvente próxima da Estação Fluvial da Trafaria;
- E empreitada de beneficiação das não conformidades detetadas pelo TREIE (Técnico Responsável pela Exploração das Instalações Elétricas). Esta empreitada deverá ser concluída no 1º semestre de 2019;
- Serviços de desmatação;
- Aquisição de termos de responsabilidade dos termoacumuladores (foram verificados/beneficiados e/ou substituídos todos os termoacumuladores da empresa, sendo emitido comprovativo por técnico credenciado, atestando a conformidade dos mesmos).

B. Soflusa

- Substituição das tampas de pavimento no Terminal Fluvial do Barreiro;
- Substituição da iluminação do parque de estacionamento e vias de acesso ao Terminal Fluvial do Barreiro;
- Beneficiação das não conformidades detetadas pelo Técnico Responsável pela Exploração das Instalações Elétricas - esta empreitada deverá ser concluída no 1º semestre de 2019;
- Serviços de desmatação;
- Aquisição de termos de responsabilidade dos termoacumuladores (foram verificados/beneficiados e ou substituídos todos os termoacumuladores da empresa, operação certificada por técnico credenciado, através da emissão de documentação atestando a conformidade dos mesmos).

Com vista à melhoria das condições de conforto, acessibilidade e circulação dos nossos passageiros e funcionários, foram efetuadas beneficiações gerais nas estações, terminais e edifícios de escritórios, com destaque para diversas melhorias/reparações ao nível dos portões de embarque e desembarque, construção de novos abrigos (paragens) no Terminal Fluvial do Barreiro e reparação ou substituição de equipamentos de AVAC (ar condicionado), entre outras.

Em termos de eficiência energética, procedeu-se à substituição de diversas luminárias por LED, prevendo-se continuar com esta boa prática nos próximos anos, adquirindo luminárias eficientes. Está ainda definida como estratégia a colocação de interruptores ativados por sensores de movimento - já se iniciou a sua instalação no Terminal Fluvial do Cais Sodré, prevendo-se continuar a sua aplicação em 2019.

Está também prevista a colocação de torneiras temporizadas e sistemas de descarga automática nos projetos novos, a desenvolver, ou já em desenvolvimento.

Em termos das não conformidades legais detetadas, foram corrigidas as relacionadas com o TREIE, elevadores, geradores, AVAC e termoacumuladores.

5.3.2.2. Projetos

Considerando o elevado estado de degradação de algumas estações e terminais fluviais, foram elaborados projetos, estudos e diagnósticos com vista a preparar futuras intervenções ou empreitadas, tais como:

- Projeto de beneficiação das estruturas e substituição da cobertura do Terminal Fluvial de Cacilhas, que deverá ser concluído até ao final do ano de 2019;
- Projeto de reabilitação da Estação Velha, cuja empreitada deverá ter início no 2º semestre de 2019;
- Projeto de reabilitação da Estação Fluvial da Trafaria.

Terminal Fluvial do Barreiro

Considerando o elevado estado de degradação do Terminal Fluvial do Barreiro, foram elaborados projetos/estudos e diagnósticos com vista a preparar uma intervenção mais profunda, reabilitando integralmente todo o Terminal, promovendo a redefinição de espaços e a melhoria das condições de segurança e de conforto, quer para os funcionários quer para os utentes.

Considerando o aumento da procura neste terminal, está também, prevista uma ampliação e adaptação do espaço para mobilidade condicionada, incluindo invisuais. Todos estes objetivos encontram-se contemplados nos projetos em desenvolvimento, destacando-se:

a) Projetos de arquitetura e especialidades para a reabilitação geral;
b) Estudo geológico, geotécnico e geofísico, como procedimento preparatório para a aquisição da elaboração de projeto para a instalação dos funcionários da Soflusa e projeto de compatibilização dos vários projetos de reabilitação previstos
c) Projeto de reformulação dos espaços comerciais e de serviços existentes.

Terminal fluvial do Terreiro do Paço

No Terminal Fluvial do Terreiro do Paço, foram realizadas pequenas intervenções, como beneficiações nos portões de acesso ao terminal por questões de segurança, através da redefinição do seu desenho, de modo a barrar o acesso ao terminal quando encerrado.

Na sequência da cedência da Estação Sul Sueste à Associação de Turismo de Lisboa (ATL), foram desenvolvidos trabalhos preparatórios com vista à separação e individualização dos dois terminais, uma vez que as infraestruturas são comuns/dependentes. Foram definidas as características, lógicas de intervenção e de comunicação entre estes dois terminais, estando prevista a utilização de um pontão da Estação Sul Sueste pela Soflusa sempre que seja necessário por questões de serviço público. Todas estas questões deverão ser vertidas em projeto a apresentar pela ATL em 2019.

5.3.2.3. Gestão da manutenção

Ao nível da gestão da manutenção, no ano de 2018 foram definidas as estratégias de manutenção e de ação, destacando-se a uniformização dos modelos e equipamentos e a substituição (progressiva) dos geradores por sistemas UPS (fonte de alimentação ininterrupta). Teve, ainda, início no ano de 2018 o estudo de soluções compatibilização dos motores dos portões de embarque com as necessidades de operação e de segurança. Todos os projetos em desenvolvimento ou que venham a ser desenvolvidos já terão contempladas estas especificidades definidas em conjunto com as unidades orgânicas responsáveis pela Segurança e Gestão Comercial.

Ainda, a respeito da uniformização, ao nível da imagem dos edifícios da empresa, também foram definidas estratégias, quer pela escolha de materiais e/ou cores, com o objetivo de identificação da Empresa.

A inexistência de arquivo dos projetos e das intervenções tem provocado vários constrangimentos, pelo que em 2018 teve início a organização, arquivo e cadastro dos projetos, empreitadas e intervenções de manutenção em suporte papel e digital (apenas dos processos a partir de 2018). Pretende-se neste sentido, a elaboração de um Plano Estratégico das Infraestruturas, bem como a seleção e organização do arquivo histórico mais antigo (anterior a 2018) e a digitalização da documentação relevante.

Ainda em 2018 estabeleceu-se uma via de comunicação com a APL (Autoridade do Porto de Lisboa) e outras entidades como a CP (Comboios de Portugal), a CMS (Câmara Municipal do Seixal) e a CMB (Câmara Municipal

do Barreiro), com o objetivo de partilha de informação, definição de estratégias comuns e cumprimento de obrigações legais, como por exemplo a comunicação das intervenções junto da CP ou da APL.

5.4. Recursos Tecnológicos

5.4.1. Informação em tempo real

Foi disponibilizada ferramenta aos terminais para melhor poderem assinalar as perturbações na oferta, indicando supressões ou alterações de horário.

5.4.2. Sistemas de Informação

Para além da atividade contínua e permanente de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas em exploração nas Empresas, ao longo de 2018 foram desenvolvidas melhorias e/ou benefícios em três vertentes específicas:

A. **Implementação de melhorias funcionais,** realizadas em diversos sistemas, destacando-se as seguintes ações:
   a) Consolidação e aperfeiçoamento do Sistema de Gestão Documental - TTDoc, desenvolvido e implementado em 2017;
   b) Desenvolvimento de melhorias e adaptações para novas funcionalidades no sistema *Workflow*.

B. **Implementação de projetos**, salientando-se os seguintes:
   a) Implementação de novo ERP - Software Primavera, substituindo o programa de contabilidade vigente (UNIT 4 - AGRESSO) e algumas funcionalidades do *Workflow*, visando assegurar de forma integrada, a contabilidade financeira, analítica e orçamental, o processo aquisitivo, a gestão da tesouraria e de contratos, permitindo a adoção, a partir de 01 de janeiro de 2018, do SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, determinado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro.
   b) Renovação do posto de trabalho - aquisição de computadores pessoais e monitores.
   c) Melhoria da rede instalando links com maior a largura de banda para a ligação entre os diferentes sites;
   d) Implementação de novo sistema de venda assistida PMV ("Posto Manual de Vendas");
   e) Implementação de novos componentes nas MAVB (noteiros e contadores de trocos);
   f) Implementação de novos painéis de informação ao público disponibilizando informação em tempo real.

C. **Estudo / análise para a implementação de novos projetos**
   a) Início do estudo de implementação de novo software de Recursos Humanos para integrar com o ERP Primavera;
   b) Início do projeto de validação de viagens por telemóvel, em parceria com a Via Verde.

5.4.3. Inovação e Desenvolvimento

No capítulo da Inovação e Desenvolvimento, e tendo em conta a melhoria constante do serviço bem como a eficiência nos custos e investimentos, assinalam-se os seguintes projetos/ações:

a) Instalação de novos validadores de títulos de transporte em todas as salas de embarque de todos os terminais e estações, durante o primeiro semestre de 2018. Esta renovação de equipamentos, com mais de duas décadas de serviço, permitiu dar resposta à incontornável necessidade de atualização tecnológica, capaz de fazer face às alterações de bilhética que aconteceram ao longo do ano de 2018 e às exigências técnicas dos projetos de inovação agendados para 2019;

b) Desenvolvimento de melhorias nos sistemas de informação e renovação do sistema de comunicação entre os diversos locais (escritórios e terminais fluviais) pela substituição das antenas de comunicações sem fio por ligações físicas em fibra ótica;

c) Aquisição de painéis de informação sobre "Partidas", bem como de informação personalizada sobre "Destino". Estes equipamentos foram instalados em 2018 nos principais átrios e à entrada de cada sala de embarque dos terminais fluviais do Barreiro e do Terreiro do Paço;

d) Arranque do projeto de desenvolvimento de aplicação TTSL para telemóvel, na expectativa da sua consolidação em 2019, que permitirá aos clientes um acesso personalizado e em tempo real a informação do serviço da Transtejo | Soflusa.

5.5. Auditoria Interna e Gestão de Risco

Durante o ano de 2018, o Gabinete de Auditoria Interna continuou a assumir as funções de auditoria e de consultoria das empresas Transtejo e Soflusa.

O plano anual de auditoria interna apresentado formalizava e propunha, entre outras ações, a realização de duas auditorias internas:

- ✓ Processo de tratamento de reclamações
- ✓ Implementação do RGPD

Condicionalismos de várias ordens e o cumprimento das prioridades definidas pela gestão de topo, não permitiram a sua realização.

Em 2018 relativamente à função auditoria interna baseada na gestão de risco, as ações tiveram incidência no follow-up das recomendações e pareceres emitidos em relatórios de auditorias anteriores (externos e internos), designadamente a monitorização da implementação, pelas áreas, das propostas de melhoria então avançadas.

As ações de auditoria interna realizadas em 2018 limitaram-se à validação do cumprimento dos requisitos legais em matéria de Qualidade, Ambiente e Higiene e Segurança do trabalho e à realização de auditorias energéticas aos edifícios do Cais de Sodré e do terminal fluvial do Terreiro do Paço, com vista à sua certificação.

No âmbito da Gestão do Risco, foi elaborado em 2018 o Relatório de Execução do Plano Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas relativo a 2017, o qual obteve aprovação do Conselho de Administração em 27 de setembro de 2018, tendo o mesmo sido carregado no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) em 25 de fevereiro de 2019.

5.6. Comunicação e Marketing

A. Desenvolvimento e implementação de novo website para a Transtejo, S.A. e Soflusa, S.A.

O site ttsl.pt, online desde 29.08.2018, destaca-se pela sua informação em tempo real, pela apresentação otimizada das informações e conteúdos relevantes para os passageiros, em virtude de uma experiência de navegação melhorada, resultante de um grafismo mais apelativo, mais light, mais transparente e mais intuitivo.

B. Política de Apoios e Patrocínios do Grupo:

Apoio à divulgação de iniciativas de âmbito educacional, social, desportivo, artístico e cultural:

a) Inicie o ano a pedalar

A Transtejo | Soflusa apoiou a realização do evento "Inicie o ano a pedalar", organizado pela FPCUB - Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta tendo autorizado, no dia 6 de janeiro,

o transporte excecional de 20 bicicletas (n.º máximo), por navio, em determinados horários da ligação fluvial do Barreiro.

b) Iniciativa «Faz-te ao Futuro, com a Garantia Jovem»

Iniciativa promovida pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e apoiada pela Comissão Europeia, que visa informar e envolver melhor os parceiros de terreno da Garantia Jovem e simultaneamente, sensibilizar os jovens sobre a plataforma, mobilizando a sociedade e diversos parceiros de forma mais alargada.

A partir do mês de fevereiro, a Soflusa apoiou a divulgação da campanha de sensibilização junto dos seus colaboradores, dos seus clientes e da população em geral, em especial dos jovens que não se encontrem a estudar, a trabalhar ou em formação.

c) Balcão Digital Câmara Municipal do Seixal

Em abril, o Terminal fluvial do Seixal recebeu 2 ações de divulgação do novo serviço gratuito, do município do Seixal, o Balcão Digital da Água.
Esta campanha, da responsabilidade da Câmara Municipal do Seixal, permitiu uma maior proximidade e informação aos munícipes, utilizadores do transporte público fluvial.

d) Iniciativas da Direção-Geral do Património Cultural

Apoio gratuito, à divulgação online das iniciativas "Dia Internacional dos Monumentos e Sítios - 18 de abril", "Dia Internacional dos Museus e Noite dos Museus - 18 e 19 de maio", "Festa do Património - 9 de junho" e "Jornadas Europeias do Património - 28, 29 e 30 de setembro".

Em contrapartida, a Direção-Geral do Património Cultural comprometeu-se a inserir a marca TTSL em todos os materiais, suportes, meios e plataformas informativos e promocionais das iniciativas.

e) Plataforma REDE | Ligações solidárias

Em maio, o Metropolitano de Lisboa lançou a plataforma solidária REDE [Renascer, Erguer, Dedicar, Envolver]: um mercado solidário digital que pretende diminuir o tempo e a distância entre doadores (particulares ou entidades coletivas, públicas ou privadas) e entidades beneficiárias (Autarquias, IPSS, ONG, etc.) que registam, na plataforma, os bens e serviços necessários à população que auxiliam.

A TTSL, cumprindo com a sua missão de serviço público, desenvolvendo a sua política de sustentabilidade e valorizando o seu compromisso ético e social, apoiou e promoveu esta iniciativa, criada para ligar os que mais precisam àqueles que, de forma voluntária, querem ajudar.

f) *"Lisbon Music Fest"*

Apoio à divulgação online da 4.ª edição do *"Lisbon Music Fest"*, iniciativa anual promotora da cultura e do intercâmbio de jovens músicos de todo o mundo que, de 12 a 28 de julho, levou concertos gratuitos a vários monumentos e emblemáticos locais de Lisboa, bem como a outras cidades de Portugal.

C. Comunicação Institucional:

Publicações Oficiais;

Entrada em vigor a 1 de setembro do Código de Conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho



D. Comunicação Externa:

- Eventos e campanhas;

a) "Jazz na Rua" no Terminal fluvial do Barreiro

Na manhã de 17 de setembro, entre as 7h e as 9h, o terminal fluvial do Barreiro recebeu a iniciativa "Jazz na Rua", permitindo aos passageiros e utilizadores do terminal desfrutarem da boa energia dos sons musicais da Escola de Jazz do Barreiro



b) Dia Mundial da Música

Na tarde do 1 de outubro, o terminal do Cais do Sodré e a ligação fluvial do Montijo receberam as comemorações do Dia Mundial da Música.
Os utilizadores do terminal do Cais do Sodré foram surpreendidos pelas performances musicais de professores do Conservatório Regional de Artes do Montijo.
Já os passageiros que embarcaram às 18h30, com destino ao Montijo, viveram uma experiência de viagem diferente, com atuações a bordo.

- Informações e comunicados;

c) Alteração das condições gerais do Cartão Lisboa Viva

A TTSL, a par dos operadores que compõem a OTLIS, veiculou, online, informação relativa às novas Condições Gerais do Cartão Lisboa VIVA, decorrentes da entrada em vigor do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (com efeitos a partir de 25 de maio de 2018).

d) Alargamento do desconto de 25% do Lisboa Viva 4_18

A Transtejo | Soflusa, a par dos vários operadores de transporte, veiculou, online, informação relativa à extensão do desconto de 25% no valor do título de transporte a todas as crianças estudantes com idade inferior ou igual a 18 anos, que não frequentem o ensino superior e que não se encontrem abrangidos pelo transporte escolar (Portaria n.º 249-A/2018).

e) Tarifário 2019

A 21 de dezembro, iniciou-se a divulgação do Tarifário 2019 junto dos passageiros, quer através do site quer através de Informação ao Cliente específica veiculada nos terminais e estações fluviais.

- Iniciativas, apoios e parcerias / Temas abordados;

a) Meia Maratona de Lisboa 2018



Como habitual, nas várias edições desta prova, a Transtejo concedeu o seu apoio logístico à realização da Meia Maratona de Lisboa: A 11 de março - dia da prova - transportou a equipa de juízes e a organização, entre Porto Brandão e Belém. Como contrapartida, recebeu dorsais de participação para as modalidades Mini Maratona e Meia Maratona.

b) Trafaria (com) Prova 2018

De 1 a 3 de junho, o Passeio Ribeirinho da Trafaria recebeu nova edição do festival de gastronomia Trafaria (com) Prova, ao qual a Transtejo volta a associar-se como parceiro de mobilidade.

Numa estratégia de aproximação das margens do Tejo, a Transtejo disponibilizou um total de oito carreiras extra na ligação fluvial Trafaria - Belém.

c) Projeto MOVE-SE

Dando seguimento à colaboração iniciada em 2017, a Transtejo/Soflusa apoiou, durante o primeiro semestre do ano, a realização de várias ações de rastreio do Projeto MOVE-SE, da responsabilidade do GAT - Grupo de Ativistas em Tratamentos, junto do Terminal fluvial do Barreiro.

Autorizando o estacionamento gratuito da unidade móvel de rastreios, a empresa contribuiu para a divulgação do projeto, para a realização de rastreios e distribuição de material informativo e preventivo.

d) Rock in Rio Lisboa 2018



Na 8.ª edição do Rock in Rio - 23, 24, 29 e 30 de junho - a TTSL garantiu ligações à Cidade do Rock durante o seu normal horário de funcionamento, mantendo-se a postos para, em caso de procura, realizar serviço especial (após últimas carreiras) nas ligações fluviais de Cacilhas e do Barreiro.

A par do reforço de oferta, a Soflusa fez-se representar no stand "Transportes Públicos", existente no interior do recinto, através de voluntários que prestaram informação sobre oferta e horários do transporte pública fluvial.

e) Procissão Fluvial de São Pedro

No dia 29 de junho, a Transtejo apoiou logisticamente a tradicional "Procissão do Mar", integrada no programa das Festas Populares de S. Pedro, no Montijo, através da cedência, a custo reduzido, de um Catamarã, destinado ao transporte dos convidados do município.

f) Summer Course Best Almada

Em meados de julho, a Transtejo apoiou a realização do programa de lazer da 13ª edição do Summer Course, promovido pela organização académica da FCT-UNL - BEST Almada.

O evento, no qual estiveram cerca de 25 estudantes de toda a Europa, incluiu visitas culturais e académicas a Lisboa, algumas das quais utilizando o transporte público fluvial.

Atendendo à oportunidade de promoção da empresa e do modo fluvial junto do target jovem e turista, a Transtejo concedeu desconto comercial de 50% no valor do bilhete simples, válido na ligação fluvial Cacilhas - Cais do Sodré. Como contrapartida, a marca TTSL foi inserida no site BEST Almada, bem como nos materiais de promoção do evento e nas redes sociais.

g) NOS Alive 2018

A Transtejo associou-se à 12.ª edição do NOS Alive com uma parceira exclusiva com a CP, através da qual disponibilizou um bilhete combinado para portadores de bilhete NOS Alive'18, aplicável ao percurso "Cacilhas - Cais do Sodré - Algés".

Nas madrugadas de 13, 14 e 15 de julho, a Transtejo realizou duas carreiras extra com destino a Cacilhas.

Para os festivaleiros fãs do sol e das praias da Costa da Caparica, a Transtejo ofereceu um desconto especial na viagem Ida e Volta na ligação fluvial Belém - Porto Brandão - Trafaria.

h) Protocolo de colaboração «Comunicação em Saúde: *Everyone, Everywhere, Every day*»

No dia 20 de julho, a Transtejo/Soflusa assinou, a par de outras oito empresas de transporte público, o protocolo de colaboração com a Direção Geral de Saúde «Comunicação em Saúde: *Everyone, Everywhere, Every day*», iniciativa, que visou divulgar campanhas de promoção de saúde junto de todos os cidadãos, tornando mais próxima e acessível informação relevante, útil para uma vida saudável.

i) *"World Bike Tour"* 2018

A Transtejo/Soflusa apoiou, no dia 5 de agosto, a realização do "*World Bike Tour 2018*", tendo autorizado o transporte excecional de 20 bicicletas (n.º máximo) por navio em determinados horários da ligação fluvial do Barreiro.

j) Lisboa Ciclável

Apoio na realização do evento "Lisboa Ciclável", organizado pela FPCUB - Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta, tendo autorizado, no dia 16 de setembro, o transporte excecional de 20 bicicletas (n.º máximo), por navio, em determinados horários da ligação fluvial do Barreiro.

k) Campanha Passe a Passe 2018

No dia 19 de setembro, no âmbito das comemorações da Semana Europeia da Mobilidade, a Área Metropolitana de Lisboa lançou uma campanha de promoção da utilização do transporte público, em parceria com vários operadores de transporte.

A Campanha Passe a Passe 2018 destinou-se a quem nunca usou o sistema e a quem não carregava títulos mensais há mais de 12 meses. Através desta iniciativa, na qual a Transtejo/Soflusa participou ativamente, foi oferecido o segundo mês de passe aos novos utilizadores do cartão Lisboa Viva.

l) 7ª edição do OPEN HOUSE Lisboa

Nos dias 22 e 23 de setembro, a Soflusa "abriu as portas" do seu Terminal fluvial do Terreiro do Paço, para visitas guiadas a este espaço de grande valor arquitetónico e cultural da cidade de Lisboa. Iniciativa inserida na 7ª edição do OPEN HOUSE Lisboa, organizada pela Trienal de Arquitetura de Lisboa, a qual pretendeu dar a conhecer, de forma gratuita, 84 espaços de referência na cidade.

As visitas guiadas ao Terminal fluvial do Terreiro do Paço, contaram com os testemunhos pessoais dos arquitetos e artistas responsáveis pela obra do atual terminal.

m) Sunset Solidário

A Transtejo apoiou a realização da 2.ª edição do evento Sunset Solidário, organizado pela Associação Salvador, no dia 25 de setembro.
O apoio traduziu-se na autorização de utilização, a título gratuito, do espaço exterior da Estação fluvial de Belém - espaço de check-in dos convidados ilustrado em anexo e passeio de acesso ao pontão de embarque - bem como do pontão, para embarque/desembarque de convidados em embarcação da empresa WaterX, mediante aplicação da marca TTSL nos meios, suportes e materiais de comunicação do evento.

n) Evento "Combina e Move-te"

No dia 29 de setembro, a cidade de Lisboa encerrou as comemorações da Semana Europeia da Mobilidade 2018 com um grande evento que reuniu todos os operadores de transporte de passageiros e as principais entidades, empresas e marcas de mobilidade, inovação, ambiente, sustentabilidade e qualidade de vida. Sob o mote "Combina e Move-te", a Avenida da Liberdade tornou-se o grande palco da mobilidade sustentável e da vida saudável.

Sob o lema "Mobilidade sustentável, proteção do rio e do ambiente", a TTSL marcou presença nesta iniciativa, com um espaço próprio original e promoveu, de forma lúdica e divertida, o transporte público fluvial e as travessias do Tejo.

o) Tasquinhas e Burricadas

A Transtejo apoiou, logisticamente, a realização da 13.ª edição do evento de "Tasquinhas e Burricadas", através da cedência, a título gratuito, do espaço de estacionamento Transtejo, em Cacilhas, num determinado período horário de 29 e 30 de setembro.
Com este apoiou a empresa facilitou a realização de atividades lúdicas (os passeios de burros e a corrida) do evento que recria a antiga tradição de Cacilhas com jogos tradicionais, bancas com doces e artesanato, danças e cantares.

p) Festival Bicicleta Solidária 2018

Apoio na realização do evento "Festival Bicicleta Solidária", organizado pela FPCUB - Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta. No dia 28 de outubro, foi autorizado o transporte excecional de 20 bicicletas (n.º máximo), por navio, em determinados horários da ligação fluvial do Barreiro.

q) Peditório Anual Liga Portuguesa contra o Cancro 2018

Mantendo o apoio às iniciativas levadas a cabo pela Liga Portuguesa Contra o Cancro, a Transtejo recebeu o Peditório Nacional 2018 sob responsabilidade do Núcleo Regional do Sul. Entre 31 de outubro e 4 de novembro, a campanha esteve ativa nos terminais fluviais de Cacilhas, Cais do Sodré e Seixal, bem como na Estação de Belém.

r) Chave Móvel Digital

No dia 11 de dezembro, o terminal fluvial do Terreiro do Paço recebeu a campanha "Chave Móvel Digital", um método de autenticação alternativo, simples e seguro que permite o acesso a diversos sites públicos e também a alguns privados, apenas com um nome de utilizador e um pin.

Esta ação da responsabilidade da Agência para a Modernização Administrativa (AMA), acolhida no âmbito da estratégia de responsabilidade social da empresa, permitiu sensibilizar e informar os passageiros da ligação fluvial do Barreiro.

E. Comunicação Interna / Temas abordados:

a) Alterações remuneratórias decorrentes da Lei do Orçamento de Estado 2018

No início de janeiro, divulgação interna - via e-mail, artigo na Intranet e cartazes nos principais espaços sociais da empresa - das alterações remuneratórias decorrentes da entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2018.

b) Dia Internacional da Mulher



No dia 8 de março, a TTSL assinalou o Dia Internacional da Mulher, destacando a Igualdade de Género, através de uma mensagem ativada na Intranet e enviada, por email, a todos os trabalhadores.

c) Meia Maratona de Lisboa 2018

Como contrapartida do apoio logístico à realização da Meia Maratona de Lisboa, realizada em março, a Organização recebeu dorsais de participação para as modalidades Minimaratona e Meia Maratona. Os dorsais foram distribuídos pelos trabalhadores e familiares diretos (marido/mulher, filhos, pais, irmãos, avós), mediante passatempo, veiculado pelos habituais canais de comunicação interna.

d) # 40 dias sem plástico

Em março, a Transtejo | Soflusa iniciou uma campanha digital de sensibilização, junto dos trabalhadores. Sob o mote "# 40 dias sem plástico" e tendo por base curiosidades relacionadas com os hábitos diários, foram apresentados os objetos e as práticas inimigas do ambiente e de um futuro sustentável.

e) Novo RGPD - Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais

Em maio, com a aplicação do RGPD 2016/679, 27 de abril (de acordo com o artigo 99º), a empresa deu a conhecer a forma como, a partir de 25 de maio, passaria realizar o tratamento de dados pessoais dos seus trabalhadores. Tal informação foi efetuada em suporte digital e suporte papel.

f) Dia Nacional da Energia

No dia 29 de maio, comemorando o Dia Nacional da Energia, a empresa realizou uma campanha de digital (email e Intranet) junto dos trabalhadores através da qual veiculou, ao longo do dia, 8 mensagens sobre consumo sustentável de energia quer em casa quer no trabalho. Numa linguagem factual, prática e acessível e com uma imagem atrativa foram lançados a reflexão desafios tais como: "Sabe quais são os eletrodomésticos com maior consumo na sua casa?", "Quer saber como poupar no consumo de eletricidade?", "Sabe que pode poupar 700€ com uma simples mudança de lâmpada?", "Está a par do consumo de energia nos nossos terminais?", "Conhece as metas da Estratégia Europeia para a Energia?".

g) Dia Mundial do Ambiente



Através de uma imagem disruptiva publicada na Intranet, no dia 5 de junho, a TTSL chamou a atenção do seu público interno para os oito milhões de toneladas de plásticos que, a cada ano, chegam aos oceanos, ameaçando as vidas marinha e humana.

h) Dia Mundial dos Oceanos

Mantendo o seu esforço na preservação do seu património natural, a Organização celebrou a data de 8 de junho através de um artigo, na Intranet, sobre o TOP 10 do Lixo marinho na costa e nas praias. Os objetivos foram sensibilizar e informar o público interno sobre o valor dos rios, mares e oceanos, bem como sobre o risco do designado lixo marinho nos vários ecossistemas.

i) Recrutamento de voluntários - Rock in Rio 2018

No âmbito da participação da Transtejo/Soflusa no stand de representação dos operadores de transporte de passageiros, instalado no interior do recinto, foi lançado o desafio de recrutar 3 voluntários, junto dos filhos dos trabalhadores. A sua missão foi prestar informação sobre a oferta e horários das ligações fluviais, durante os 4 dias do evento.

j) Aqua Splash Seixal 2018

No âmbito da cedência de parte da área exterior do terminal fluvial do Seixal, para instalação do parque aquático ocasional "Aqua Splash Seixal", a Transtejo negociou condições especiais de acesso ao evento, por parte dos trabalhadores da Transtejo/Soflusa e seus familiares. Entre 28 de junho e 31 de agosto, o público interno pode usufruir de um desconto sobre o valor dos bilhetes.

k) Earth Overshoot Day

No dia 1 de agosto, a Transtejo/Soflusa assinalou, na Intranet, a data em que a pressão anual da humanidade sobre a natureza excede o que os ecossistemas da Terra podem fornecer naquele ano (de acordo com a *Global Footprint Network* (GFN). A associação a este movimento mundial junta-se a outras ações que concorrem para os objetivos estratégicos de sustentabilidade da empresa.

l) Nova marca TTSL

Em final de agosto, alcançadas as condições estruturais para uma nova imagem, foi apresentada a marca TTSL aos trabalhadores. Uma identidade renovada e projetada para o futuro, mais próxima das pessoas, alicerçada numa nova maneira de estar, numa outra forma de comunicar os valores, a memória e o património imaterial da empresa

No início de setembro, a nova marca e os seus elementos gráficos e visuais - logotipo, cores, tipografia, imagética - começou a ser utilizada, dando-se a conhecer através dos suportes e meios de informação e comunicação da empresa, nas interações potenciadas por todos.

m) Dia Nacional da Água



No dia 1 de outubro, a TTSL assinalou o Dia Nacional da Água com a publicação, na Intranet, de um artigo de sensibilização sobre importância deste recuso natural, analisando as vertentes disponibilidade, consumo, custo, medidas de poupança.

n) Campanha de Vacinação contra a Gripe Sazonal 2018

A já tradicional iniciativa de prevenção de saúde decorreu entre 14 e 30 de novembro, com ações localizadas no Barreiro, no Terreiro do Paço e Cais do sodré, que facilitaram a adesão de todos os interessados.

o) Dia Nacional do Mar

A TTSL divulgou, na sua Intranet, o conjunto de iniciativas de comemoração do Dia Nacional do Mar, organizado pela Comissão Cultural de Marinha, com o objetivo de assinalar a data e de destacar a importância que o Mar tem em Portugal.

p) Recicle Sempre

Na época de Natal, a TTSL partilhou, na sua Intranet, a campanha de sensibilização da Sociedade Ponto Verde sobre a reciclagem e o ambiente. Sob o mote "Neste Natal, transforme ideais em gestos reais", foram veiculadas dicas simples, fáceis e divertidas para pôr em prática.

5.7. Relações Internacionais

A Transtejo assegura a sua participação em organizações internacionais do setor da mobilidade e transporte público de passageiros, nomeadamente, na CEEP e na UITP. Nesta última, a empresa integra a Waterborne Transport Platform, na qual se promove a partilha de práticas essenciais para o incremento do negócio e o conhecimento das melhores práticas internacionais, potenciando o desenvolvimento da sua atividade.

A Transtejo, S.A. marcou presença na principal Feira Internacional da Indústria Marítima (SMM insights) que decorreu entre 4 e 7 setembro de 2018, em Hamburgo, na Alemanha. A representação da empresa neste evento, palco dos principais fabricantes mundiais de equipamentos navais, teve com objetivo identificar e definir o tipo de navio e sistemas de propulsão a adotar, para a renovação da frota da Empresa.



6. Gestão de Pessoas

6.1. Gestão do Efetivo

Na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto e, no âmbito do processo de autonomização das empresas, anteriormente sob gestão conjunta, foi necessário, ao longo de 2018, continuar o processo de recomposição de uma nova estrutura organizacional, promovendo a reorganização interna, no sentido do dimensionamento do efetivo às reais necessidades, tendo em conta o seu nível de atividade e de forma a garantir uma organização eficiente.

Destaca-se o esforço desenvolvido para otimizar os recursos da Transtejo e da Soflusa, mantendo o projeto de gestão conjunta das entidades que compõem a Organização (n.º de efetivos a 31.dez 2018 = 434 | 2017 =440).

	Δ 18/17		2018	2017	2016
Efetivo médio	1	0,3%	301	300	298
Nº efetivos a 31.DEZ	0	0,0%	301	301	297

Tabela 17 – Evolução do efetivo da Transtejo (2016-2018)

	Δ 18/17		2018	2017	2016
Efetivo médio	-5,6%	-8	135	143	145
N.º efetivos - 31.DEZ	-4,3%	-6	133	139	145

Tabela 18 – Evolução do efetivo da Soflusa (2016-2018)

6.1.1. Movimentações na Transtejo

Quanto à movimentação de pessoas na Transtejo, verificaram-se 8 entradas e 8 saídas:

- Entradas
  - 2 contratos de trabalho por tempo indeterminado (1 deles resultante de integração no âmbito do PREVPAP);
  - 5 contratos de cedência de interesse público - celebrados nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro e do artigo 241º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
  - 1 contrato com pluralidade de empregadores (mobilidade funcional) de trabalhador da Soflusa que passou a ser considerado no efetivo da Transtejo.

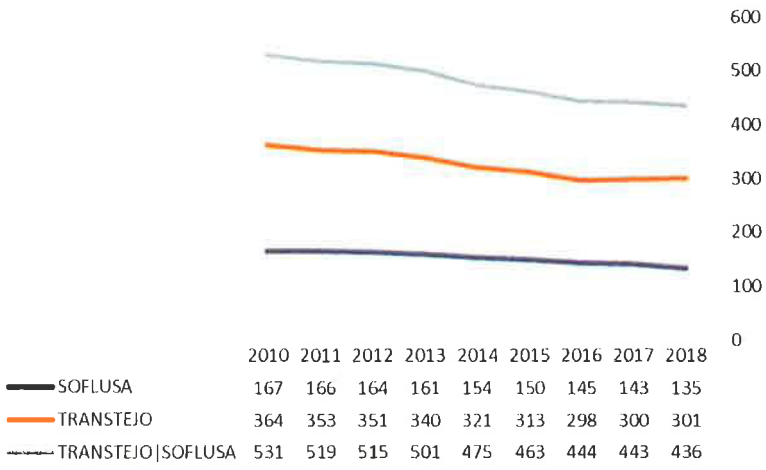
- Saídas
  - 2 por iniciativa do trabalhador;
  - 3 por motivo de reforma;
  - 2 por rescisão por mútuo acordo;
  - 1 por outro motivo.

6.1.2. Movimentações na Soflusa

Com relação à movimentação de pessoas na Soflusa, não se verificaram entradas, tendo-se registado um total de 6 saídas:

- Saídas
  - 5 por motivo de reforma;
  - 1 por mobilidade funcional – pluralidade de empregadores acordada com um trabalhador da Soflusa que passou a ser considerado no efetivo da Transtejo.

O gráfico seguinte apresenta a evolução do efetivo médio nas duas empresas ao longo dos anos:



	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
SOFLUSA	167	166	164	161	154	150	145	143	135
TRANSTEJO	364	353	351	340	321	313	298	300	301
TRANSTEJO|SOFLUSA	531	519	515	501	475	463	444	443	436

Gráfico 13 - Variação do Efetivo Médio (2010 - 2018)

Os gráficos seguintes apresentam a caracterização do efetivo total das duas empresas, em 31 de dezembro de 2018, por faixa etária e área de atividade.

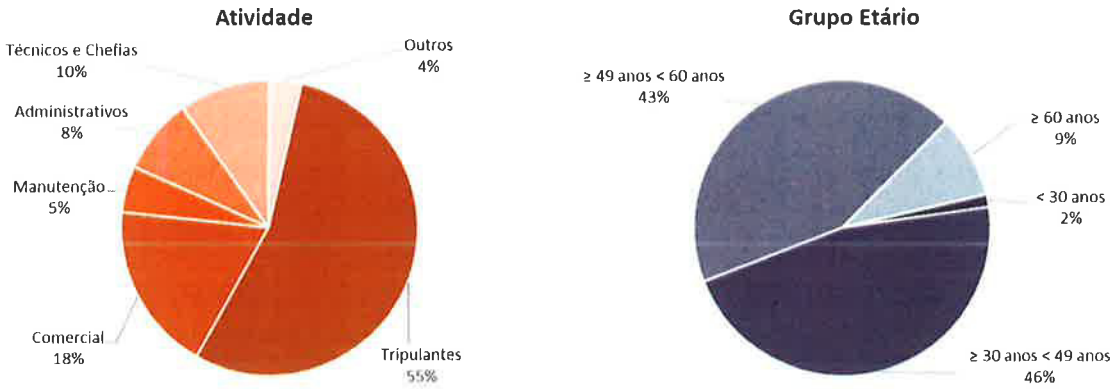


Gráfico 14 - Distribuição do efetivo, por grupo etário e área de atividade a 31 de dezembro de 2018

O quadro seguinte caracteriza o efetivo, em 31 de dezembro de 2018, por género, faixa etária e área de atividade.

	Tripulantes					Comercial					Manutenção				
Transtejo | Soflusa	< 30 anos	≥ 30 anos < 49 anos	≥ 49 anos < 60 anos	≥ 60 anos	Total	< 30 anos	≥ 30 anos < 49 anos	≥ 49 anos < 60 anos	≥ 60 anos	Total	< 30 anos	≥ 30 anos < 49 anos	≥ 49 anos < 60 anos	≥ 60 anos	Total
Homens	6	105	106	17	234	-	31	29	2	62	-	12	6	4	22
Mulheres	-	2	1	-	3	-	12	3	3	18	-	-	-	-	-
Soma	6	107	107	17	237	-	43	32	5	80	-	12	6	4	22

	Administrativos					Técnicos e Chefias					Outros				
Transtejo | Soflusa	< 30 anos	≥ 30 anos < 49 anos	≥ 49 anos < 60 anos	≥ 60 anos	Total	< 30 anos	≥ 30 anos < 49 anos	≥ 49 anos < 60 anos	≥ 60 anos	Total	< 30 anos	≥ 30 anos < 49 anos	≥ 49 anos < 60 anos	≥ 60 anos	Total
Homens	-	6	9	1	16	-	9	13	5	27	-	4	10	1	15
Mulheres	-	8	8	4	20	-	12	3	2	17	-	-	-	-	-
Soma	-	14	17	5	36	-	21	16	7	44	-	4	10	1	15

376	Homens	58	Mulheres	434 Efetivos

Tabela 19 - Efetivos por área de atividade, género e faixa etária a 31 de dezembro de 2018

Os dados apresentados permitem extrair as seguintes conclusões:

a) 73% dos efetivos estão afetos às áreas operacionais (Tripulantes 55%; Comercial 18%);
b) 52% dos trabalhadores têm mais de 48 anos de idade, sendo que 43% dos trabalhadores se encontram na faixa etária compreendida entre os 49 e os 60 anos de idade;
c) Apenas 14,6% dos trabalhadores são do género feminino. Estas trabalhadoras estão, maioritariamente, afetas às áreas Comercial (18), Técnica e/ou Chefia (17) e Administrativa (20), assinalando-se, contudo, três tripulantes do sexo feminino.

6.2. Princípio de Igualdade do Género

No quadro da sua política de gestão, a Transtejo/Soflusa observa os princípios de igualdade e de não discriminação entre homens e mulheres no sentido de dar o seu contributo para que a Sociedade seja mais equilibrada, justa, inclusiva e coesa.

Estão identificados os aspetos que evidenciam a persistência das desigualdades de género e o ritmo lento das evoluções ocorridas globalmente, sublinhando que: as disparidades de género na população ativa e nas taxas de emprego diminuíram apenas marginalmente; as mulheres jovens enfrentam o maior risco de desemprego; a qualidade do emprego das mulheres continua a ser um desafio; as diferenças entre homens e mulheres na distribuição das tarefas não remuneradas e nos cuidados significam que há uma maior probabilidade das mulheres trabalharem menos horas numa atividade remunerada de qualquer natureza; com as tendências atuais serão necessários 70 anos para eliminar as disparidades salariais de género; e as desigualdades no trabalho entre homens e mulheres resultam em disparidades de género no acesso à proteção social, nomeadamente nas prestações por maternidade e de velhice.

Importará, por isso, continuar a assumir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres como um compromisso e uma prioridade estratégica e tê-la em consideração em todos os aspetos da tomada de decisão. A existência de condições que promovam a igualdade de género nas organizações e, de forma mais abrangente, a diversidade, permite que as pessoas, individualmente e integradas em equipas, se revelem mais criativas, com níveis mais elevados de motivação, de realização e de satisfação, mais produtivas e mais capazes de corresponder aos objetivos e aos desafios colocados às e pelas entidades empregadoras.

Trata-se de uma relação "*win-win*": organizações mais conscientes da importância da afirmação de uma cultura coletiva de responsabilidade social e justiça, que incorporam nas suas estratégias de gestão os princípios de igualdade e de não discriminação entre mulheres e homens, e que obtêm, por esta via, o melhor aproveitamento de todo o potencial existente nas pessoas, fazendo prevalecer o talento em detrimento de estereótipos infundados, têm trabalhadores e trabalhadoras mais produtivos/as, empenhados/as e felizes e são agentes mais fortes de desenvolvimento económico e social e, em regra, também, mais bem-sucedidas, mais sustentáveis e, de forma crescente, mais valorizadas e a merecer a preferência e a confiança de clientes e restantes "*stakeholders*".

A Transtejo/Soflusa, predispôs-se, à medida que os documentos estratégicos são revistos, bem como na comunicação interna/externa, produzida, editada e distribuída, incorporar princípios de igualdade e não discriminação entre homens e mulheres, adotando linguagem inclusiva (escrita, não escrita e em imagens).

Destaca-se, também, a entrada em vigor, a 1 de setembro de 2018, do Código de Conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho.

A prossecução desta estratégia está, porém, condicionada à especificidade de grande parte das funções desempenhadas pelo efetivo da Transtejo | Soflusa, maioritariamente relacionadas com a área marítima, designadamente pelas tripulações (mestres, maquinistas e marinheiros), cuja atividade é, tradicionalmente, desempenhada por homens, e em que o número de pessoal do género feminino habilitado é, ainda, reduzido.

Tal justifica que no final de 2018, conforme evidenciado na Tabela 19 apresentada anteriormente, do universo de 434 efetivos que integram as duas empresas, 86,6% (376 trabalhadores) são do género masculino e apenas 13,4% (58 trabalhadoras) são do género feminino.

De acordo com o n.º2, da RCM n.º18/2014, de 5 de março, que determina que as empresas do Setor Empresarial do Estado promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações, apresenta- se no quadro seguinte o valor dos Gastos de Pessoal do ano em análise, por género, nas duas Empresas.

Transtejo

Remunerações Pagas	Homens	Mulheres	Total 2018
Remunerações Orgão Sociais	69 365	190 728	260 093
Remunerações do Pessoal	4 946 344	1 115 880	6 062 224
Indemnizações	74 062	0	74 062
Encargos sobre remunerações	1 255 251	312 384	1 567 635
Outros Gastos com Pessoal *(Processamento)*	563 762	75 582	639 343,82
Total Remunerações Pagas	**6 908 784**	**1 694 573**	**8 603 357**

Soflusa

Remunerações Pagas	Homens	Mulheres	Total 2018
Remunerações Orgão Sociais	-	324	324
Remunerações do Pessoal	2 547 230	238 464	2 785 695
Indemnizações	-	-	-
Encargos sobre remunerações	628 996	58 373	687 369
Outros Gastos com Pessoal *(Processamento)*	259 280	15 263	274 543
Total Remunerações Pagas	**3 434 878**	**313 053**	**3 747 931**

Tabela 20 - Remunerações pagas em 2018, por género

6.3. Política Salarial

Ao setor público empresarial aplicou-se, em 2018, e nos termos do artigo 23.º da LOE 2018, o disposto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, considerando-se repostos os direitos adquiridos na sua totalidade desde 1 de janeiro de 2018.

Relativamente às categorias profissionais não previstas nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho foi aplicado o disposto no artigo 18.º da LOE 2018.

Em 2018, o subsídio de Natal voltou a ser pago, na sua totalidade, no mês de novembro.

No ano em análise e no que respeita aos gastos com pessoal, verificou-se um aumento total de 5,3%:

GASTOS COM PESSOAL	Δ 18/17		2018	2017	2016
TRANSTEJO	537	6,4%	8 953	8 417	7 752
SOFLUSA	114	2,9%	4 067	3 953	3 678
Total	**651**	**5,3%**	**13 020**	**12 369**	**11 430**

MASSA SALARIAL	Δ 18/17		2018	2017	2016
TRANSTEJO	369	5,6%	6 905	6 536	6 012
SOFLUSA	-42	-1,3%	3 115	3 156	2 937
Total	**327**	**3,4%**	**10 019**	**9 692**	**8 949**

Tabela 21 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial (2016-2018)

Este acréscimo reflete o impacto da aplicação plena do disposto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, conforme determinado no artigo 23.º da LOE 2018, bem como do processo de revisão salarial para 2018.

- ✓ Com base no artigo 18.º da LOE 2018, e após adequada apreciação favorável e propostas apresentadas pelas respetivas hierarquias, foi possível proceder à alteração obrigatória do posicionamento remuneratório de técnicos para níveis superiores da respetiva categoria profissional, retomando o processo de progressão de carreiras que se encontrava impedido desde de 2011, por questões legais.
- ✓ No mesmo sentido, conforme enquadrado nos Acordos de Empresa da Transtejo e da Soflusa, e tendo por base adequada apreciação favorável e/ou propostas apresentadas pelas respetivas hierarquias, foi

possível proceder à promoção de técnicos administrativos para as categorias imediatamente superiores, retomando o processo de progressão de carreiras impedido desde 2011, por questões legais.

- ✓ Refira-se, ainda, a reposição na sua totalidade, dos direitos adquiridos dispostos em instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, conforme estabelecido no artigo 23.º da Lei do OE2018.
- ✓ Adicionalmente, decorreu um processo de revisão salarial que resultou num acordo entre a Soflusa e os Sindicatos representativos dos trabalhadores, datado de 8 de junho, sendo que a 1.ª fase deste teve efeitos no processamento salarial de junho de 2018.

6.4. Formação

A Transtejo | Soflusa considera a formação como um investimento nos seus trabalhadores, uma forma de incrementar o seu desempenho, valorizando desta forma as pessoas e a Organização.

Comparativamente com o ano anterior, o volume de formação na Transtejo registou uma diminuição de 6%, com 1.726 horas de formação. Apesar do número de ações de formação apresentar uma redução de 15% (-9 ações), o número de participantes verificou um acréscimo de 66% (+ 99 participantes).

TRANSTEJO	Δ 18/17		2018	2017	2016
N.º Horas de Formação	-6%	-114	1 726	1 840	1 496
N.º Ações de Formação	-15%	-9	52	61	191
N.º Participantes em Formação	66%	99	250	151	256

Tabela 22 - Formação na TT (2016-2018)

Relativamente à Soflusa, o volume de formação em 2018 (aferido em número de horas) registou uma diminuição de 68%, quando comparado com 2017, atingindo um total de 153 horas de formação. O número de ações de formação diminuiu (de 25 para 19) e observou-se também uma diminuição no número de participantes (de 56 para 40), quando comparado com o período homólogo.

SOFLUSA	Δ 18/17		2018	2017	2016
N.º Horas de Formação	-68%	-324	153	477	449
N.º Ações de Formação	-24%	-6	19	25	52
N.º Participantes em Formação	-29%	-16	40	56	99

Tabela 23 - Formação na SL (2016-2018)

Em 2018 o modelo de formação e gestão do conhecimento foi realizado através da organização das ações de formação alinhadas de acordo com 4 eixos principais:

- ✓ Gestão - integrando ações no âmbito da gestão;
- ✓ Técnica - envolvendo ações de formação de cariz técnico em ferramentas críticas para o negócio;
- ✓ Comportamental - abrangendo ações de fortalecimento de competências relacionais ("soft skills");
- ✓ Organizacional - contendo ações de conhecimento da atividade, da organização e de ferramentas transversais a estas.

Nesse sentido foram realizadas ações de formação procurando abranger as diferentes áreas: desenvolvimento de competências na área da gestão, contabilidade, segurança e saúde no trabalho, auditoria interna, direito do trabalho, entre outras, destacando-se:

- ✓ Programa de Gestão Pública e Liderança

Iniciativa dirigida exclusivamente a 10 dirigentes de 1ª linha, com vista a potenciar uma liderança forte e mobilizadora em sintonia com as exigências da moderna gestão empresarial;

- ✓ SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública
  Com vista a identificar o enquadramento e características do SNC-AP em termos de harmonização contabilística europeia;
- ✓ Acordo de Empresa
  Foram realizadas 7 ações neste âmbito com vista a realçar os aspetos mais importantes do Acordo de Empresa em vigor na TRANSTEJO e da legislação laboral;
- ✓ Combate a Incêndios - 1ª intervenção
  Realizaram-se 7 ações neste domínio tendo em vista dotar os participantes dos conhecimentos básicos no combate a incêndios, ao nível da 1ª intervenção.

No ano 2018 tiveram início 2 estágios profissionais celebrados ao abrigo do regime instituído pelo Decreto-Lei nº 66/2011 de 01 de junho.

6.5. Indicadores de Prestação de Trabalho

6.5.1. Horário de Trabalho

No que se refere à distribuição dos trabalhadores pelo tipo de horário, devido à natureza da atividade, a grande maioria está afeta a horários por turnos (73%). Os restantes trabalhadores estão afetos a horários flexíveis, fixos, ou sujeitos a regime de isenção de horário de trabalho (IHT).

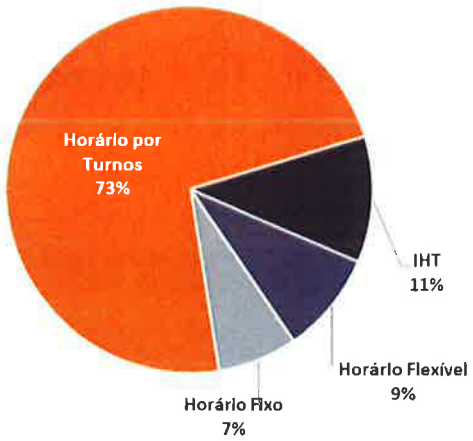


Gráfico 15 - Distribuição de efetivos, por regime de horário de trabalho a 31 de dezembro de 2018

6.5.2. Taxa de Absentismo

A taxa de absentismo sofreu um acréscimo de 0,28pp na Transtejo e de 2,33pp na Soflusa face ao ano anterior, explicada pelo aumento do absentismo de longa duração, nomeadamente doença e acidentes de trabalho.

Taxa de Absentismo	18/17	2018	2017	2016
TRANSTEJO	0,28 pp	9,12%	8,84%	6,84%
SOFLUSA	2,33 pp	8,90%	6,57%	7,31%

Tabela 24 - Evolução da Taxa de Absentismo (2016-2018)

A doença e os acidentes de trabalho mantêm-se os motivos de absentismo com maior expressão. Em conjunto, são responsáveis por 75% das ausências, tal como evidenciado no gráfico seguinte:

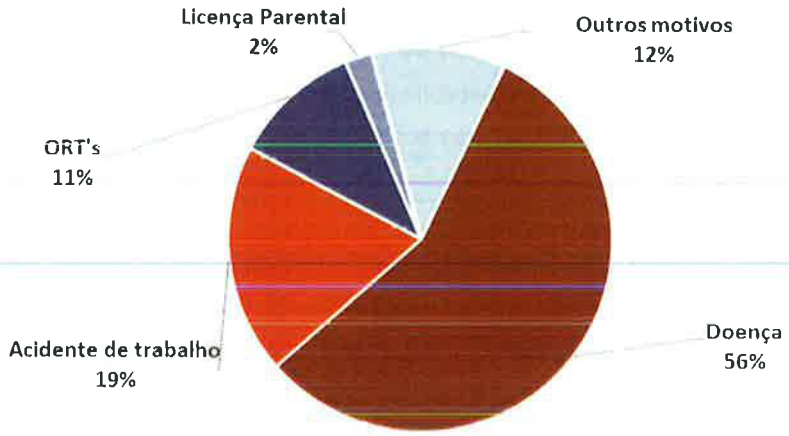


Gráfico 16 - Causas de absentismo (TTSI 2018)

6.5.3. Horas Trabalhadas

O número de horas trabalhadas encontra-se associado à taxa de absentismo, pelo que este indicador decorre do aumento das horas de ausência evidenciadas no ponto anterior no que respeita à Soflusa e da quase estagnação na evolução deste indicador no que respeita à Transtejo.

Horas Trabalhadas	Δ 18/17		2018	2017	2016
TRANSTEJO	3 300	0,6%	522 661	519 361	509 123
SOFLUSA	-7 712	-3,0%	245 961	253 673	253 254
GRUPO	**-4 412**	**-0,6%**	**768 622**	**773 034**	**762 377**

Tabela 25 - Horas Trabalhadas (2016-2018)



7. Situação Económica e Financeira

7.1. A Transtejo e a Soflusa como Entidade Pública Reclassificada

Com base na análise dos dados estatísticos de 2012 que aferiram, através do Rácio de Mercantilidade, o baixo grau de autonomia financeira e insuficiência de meios financeiros próprios gerados pela sua atividade, desde abril de 2013 que o Instituto Nacional de Estatística incluiu as sociedades Transtejo e Soflusa no perímetro das Administrações Públicas, na lista de Entidades Públicas Reclassificadas, equiparadas a Serviços e Fundo Autónomos.

Desta reclassificação decorreram impactos relevantes para cada uma destas sociedades em matéria de reporte de informação e controlo da execução orçamental, em observância de legislação específica, aplicável com efeitos ao longo dos exercícios de 2013 a 2018:

a) Lei do Orçamento de Estado aprovada para cada ano económica (Em 2018: Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro - Lei do OE 2018);

b) Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 2/2018 de 29 de janeiro e republicada pela Lei n.º 37/2018 de 7 de agosto, alterada pela Lei n.º 41/2014 de 10 de julho), implicando obrigações de reporte à Direção-Geral do Orçamento / Ministério das Finanças:

   a. Em 2018: No âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento do Estado 2019, dando cumprimento às orientações transmitidas através da Circular DGO n.º 1390, de 08 de agosto de 2018;

   b. No âmbito da execução do OE (de 2018): reportes, previstos no artigo 95.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DL n.º 33/2018, de 15 de maio);

c) Aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a partir de janeiro de 2014.

No exercício de 2018 foi dada continuidade ao cumprimento do conjunto de obrigações acima referido, em linha com os processos implementados desde 2014, que visaram o desenvolvimento interno de mecanismos de monitorização da execução orçamental na ótica financeira e modelos de apuramento de informação para reporte às entidades coordenadoras do programa orçamental do Estado - DGO e SGMAmb.

7.2. Adoção do SNC-AP

Destaca-se neste ano em particular, o desafio colocado à Transtejo e à Soflusa, decorrente das reformas em curso no sistema de Contabilidade Pública, pela necessidade de adoção pela 1ª vez, do SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, dando cumprimento ao disposto no Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de outubro.

O referido diploma determinou que durante o exercício de 2018 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições técnicas para adoção deste referencial contabilístico, impondo-se esta mudança pela necessidade de permitir uma visão integrada, através de um processo de consolidação de contas, que proporcione uma compreensão completa das finanças das Administrações Públicas.

O SNC-AP constitui uma aproximação ao Sistema de Normalização Contabilística em vigor nas empresas privadas, com as necessárias adaptações ao Setor Público, contemplando 3 subsistemas da contabilidade pública:

Contabilidade Orçamental

- Ótica da Despesa / Receita (Registo de todas as fases, ex: Cabimento / Compromisso / Obrigação / Pagamento)
- Destaque para a NCP 26 - Que inclui requisitos para a consolidação orçamental;
- Apresentação de uma classe de contas própria (classe 0) e Classificadores Orçamentais da Despesa / Receita

Contabilidade Financeira

- Contabilidade patrimonial (Ativos, Passivos, Gastos e Rendimentos) / Adotando plano de contas nacionais, semelhante ao utilizado no setor privado (SNC / IFRS);

Contabilidade de Gestão

- Integra os modelos de Contabilidade Analítica e Investimentos (projetos)
- Destaca-se a NCP 27
- Possibilidade de integração com o modelo de orçamentação por programas (Sistema ABC)

A adoção do SNC-AP pela Transtejo e pela Soflusa, implicou a coexistência dos 3 subsistemas de contabilidade (Orçamental, Financeira e de Gestão) num mesmo sistema de informação, suportando toda a informação necessária para assegurar os reportes de execução orçamental, a par do apuramento de resultados e contabilização de Ativos e Passivos.

Para permitir o cumprimento destes requisitos foi necessário assegurar a substituição dos sistemas informático de apoio (software AGRESSO / contabilidade e funcionalidades de gestão orçamental no Workflow), por um novo Sistema de Informação, o ERP (*Enterprise Resource Planning*) Primavera.

Nesse sentido, com início em janeiro de 2018, foi empreendido um elevado esforço de parametrização do referido ERP e recuperação de dados históricos, com início no processo de aquisição de bens e serviços, envolvendo de forma muito específica as áreas da Contratação e da Gestão Financeira (Contabilidade e Operações Financeiras).

Como qualquer mudança, esta exigiu uma adaptação e reflexão sobre os processos internos, no sentido da sua melhoria, salientando-se a importância da participação em ações de formação promovidas pelo INA e pela Secretaria Geral do Ministério do Ambiente.

A motivação para este desafio residiu, essencialmente, na expectativa de obter, a curto prazo, ganhos de produtividade e simplificação de processos, obtendo informação sistematizada e de melhor qualidade, para assegurar uma gestão orçamental eficaz, um apuramento de resultados financeiros coerente com os registos patrimoniais e orçamentais e o cumprimento dos reportes a que a empresa se encontra obrigada.

O objetivo e compromisso assumido junto da UNILEO (entidade que procede à monitorização da adoção do SNC-AP) foi de entrar em plena adoção do novo referencial a partir do exercício de 2019, tendo sido possível recuperar e validar no novo ERP, todos os dados contabilísticos, financeiros e orçamentais referentes ao exercício de 2018, assegurando o cumprimento desta imposição legal por parte da Transtejo e da Soflusa, dando desse modo, o seu contributo para a correta aferição das contas públicas.

7.3. Análise sobre as Contas Individuais

7.3.1. Resultados Operacionais

euros

Resultados *(Contas Individuais)*	Var. 2018/2017		2018 SNC-AP	2017 SNC-AP	2016 IFRS
	Abs.	%			
Total de Rendimentos Operacionais	**727 695**	**6,6**	**11 709 887**	**10 982 192**	**9 833 423**
Prestação de Serviços	616 066	8,0	8 279 787	7 663 721	6 824 513
Subsídios à Exploração	41 646	3,3	1 303 178	1 261 532	1 300 722
Reversões	27 145	2 714,5	28 145	1 000	-
Outros Rendimentos e Ganhos	42 838	2,1	2 098 777	2 055 939	1 708 188
Total de Gastos Operacionais	**3 271 578**	**15,9**	**23 852 124**	**20 580 546**	**18 985 270**
Custo Matérias Consumidas	640 554	20,1	3 825 721	3 185 167	2 639 986
Fornecimentos e Serviços Externos	2 124 101	42,3	7 143 421	5 019 320	4 758 752
Gastos com o Pessoal	536 676	6,4	8 953 256	8 416 580	7 762 714
Gastos de Depreciação e de Amortização	73 222	3,6	2 110 956	2 037 734	2 069 598
Perdas por Imparidade	28 877	-	28 877	-	25 557
Provisões do Período	6 000	-	6 000	-	-
Outros Gastos e Perdas	(137 852)	(7,2)	1 783 893	1 921 745	1 728 663
Prejuízo da SOFLUSA (Eq. Patrimonial)	(95 842)	(5,6)	1 611 127	1 706 969	1 475 639
Outros Gastos e Perdas - Residual	(42 009)	(19,6)	172 766	214 776	253 024

Tabela 26 - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2016-2018)

O desempenho económico e financeiro da Transtejo no ano de 2018, caracterizou-se essencialmente, pelos seguintes factos:

a) Variação positiva de 6,6% (+728 mil €) dos **Rendimentos Operacionais**, devido essencialmente ao aumento de 8% (+617 mil €), em **Vendas e Serviços Prestados** e de 2,1% (+43 mil €) em **Outros Rendimentos e Ganhos**. Esta melhoria é consequência do aumento da receita tarifária decorrente do aumento da procura verificado nas ligações servidas pela Transtejo (+8% face a 2017). Por outro lado, salienta-se um aumento de receitas das atividades não transporte (aluguer de navios, venda de cartões passe e atividade turística).

b) Os **Gastos Operacionais** inverteram a trajetória descendente dos últimos anos, com um acréscimo de 15,9% (+3.272 mil €), consequência do aumento verificado nas seguintes rubricas:

I. 20,1% (+641 mil €), em **Custo das Matérias Consumidas**, conforme detalhe no ponto 7.3.7.3 deste Relatório;

II. 42,3% (+2.124 mil €), em **Fornecimentos e Serviços Externos**, conforme detalhe no ponto 7.3.7.3 deste Relatório;

III. 6,4% (+537 mil €) em Gastos com o Pessoal, conforme detalhe no ponto 6.3 deste Relatório;

IV. **Gastos de Depreciação e de Amortização** 3,6% (+73 mil €), **Perdas por Imparidade** (+29 mil €) e **Provisões** (+6 mil €);

V. Em sentido inverso registou-se diminuição de 7,2% (-138 mil €) em **Outros Gastos e Perdas**, para esta variação contribuiu, essencialmente, a diminuição do prejuízo do exercício referente à participada Soflusa, (-96 mil €), resultado da aplicação do método da equivalência patrimonial e Outros gastos e perdas - residual (- 42 mil €) reflete os gastos associados a taxas de consumo (água e eletricidade), sinistros, perdas em inventários e outros.

c) Têm-se mantido as dificuldades em reverter a situação de défice de exploração, associado ao elevado custo dos fatores de produção - destacando-se o Gasóleo, (principal recurso consumido na atividade de exploração), as intervenções de manutenção na frota de navios e pontões e os custos da estrutura de recursos indispensáveis à prestação do serviço. Os rendimentos diretos da prestação do um serviço público com tarifário fixado administrativamente, revelam-se insuficientes para equilibrar a estrutura de resultados operacionais, não sendo este défice coberto por compensações financeiras adequadas.

d) Foi mantido o Modelo de Financiamento suportado pelo apoio do Estado, através de empréstimo a Médio/Longo Prazo para cobertura das necessidades de tesouraria corrente e financiamento do plano de investimentos, assegurando também o apoio financeiro à participada Soflusa.

e) Os cash-flow gerados pela atividade de prestação de serviço público mantiveram a trajetória negativa, fruto da recorrente insuficiência em gerar receitas diretas da atividade, para cobrir a despesa associada à estrutura de Gastos Operacionais, pelas razões anteriormente referidas.

euros

Demonstração dos Fluxos Caixa *(Contas individuais)*	Var. 2018/2017 Abs.	%	2018 SNC-AP	2017 SNC-AP	2016 IFRS
Fluxo Atividades Operacionais	(1 116 327)	(20,3)	(6 617 744)	(5 501 417)	(6 270 198)
Fluxo das Atividades de Investimento	(1 196 067)	(22,6)	(6 479 271)	(5 283 204)	(9 776 077)
Fluxo das Atividades de Financiamento	(1 187 686)	9,4	11 470 780	12 658 466	15 115 677
Variação de caixa e seus equivalentes	(3 500 080)	186,8	(1 626 235)	1 873 846	(930 598)
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 873 846	(72,3)	4 466 318	2 592 472	3 523 070
Caixa e seus equivalentes no fim do período	(1 626 235)	36,4	2 840 083	4 466 318	2 592 472

Tabela 27 - Variação de caixa e seus equivalentes (2016-2018)

7.3.2. Modelo de Financiamento

Após um período em que o modelo de financiamento era suportado pela contratação sucessiva de linhas de crédito obtidas na banca comercial, foi constituída uma operação de apoio financeiro, no montante de 118,6 M€, prestado pelo Estado Português à Transtejo (dotação orçamental, inscrita no OE2013 retificativo), tendo permitido a reestruturação de toda a dívida de curto prazo de ambas as empresas em financiamento de M/L Prazo.

Esta operação visou o reforço do apoio financeiro concedido pela Transtejo à participada Soflusa, convertendo-o também em operação de financiamento a M/L prazo, permitindo à Soflusa amortizar todas as linhas de financiamento contratadas na banca comercial e beneficiar das condições de remuneração do serviço da dívida contratadas pela Transtejo.

O modelo de financiamento em vigor é caracterizado pela concentração de novos financiamentos em empréstimos de M/L prazo, obtidos junto do Estado (através da DGFT), destacando-se as seguintes operações:

MAPA RESUMO - CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS CELEBRADOS COM O ESTADO (DGTF)

DATA CONTRATO	DOCUMENTO DE SUPORTE	MONTANTE	FINALIDADE
2013			
28/08/2013	Despacho nº 169/13/MEF de 23 de agosto e nº182/13/MEF de 27 de agosto	5 748 000,00	Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (B. Comercial)
11/09/2013 a)	Despacho nº 1642/13-SET de 03 de setembro	40 524 999,98	Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (B. Comercial)
11/09/2013 a)	Despacho nº 1642/13-SET de 03 de setembro	10 289 499,98	Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (B. Comercial)
11/09/2013 a)	Despacho nº 1642/13-SET de 03 de setembro	1 250 000,02	Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (B. Comercial)
11/09/2013 a)	Despacho nº 1642/13-SET de 03 de setembro	1 500 000,00	Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (B. Comercial)
		59 312 499,98	
2014			
26/02/2014 b)	Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro	1 000 000,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
26/02/2014 b)	Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro	471 458,68	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
26/02/2014 b)	Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro	1 333 333,32	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
26/02/2014 b)	Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro	1 512 275,32	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
26/02/2014 b)	Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro	1 005 051,32	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
		5 322 118,64	
2015			
12/02/2015	Despacho nº 142/15-SET de 04 de fevereiro	3 686 450,84	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
27/04/2015 c)	Despacho nº 492/15-SET de 10 de abril	982 516,66	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
27/04/2015 c)	Despacho nº 492/15-SET de 10 de abril	2 579 115,84	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
27/04/2015 c)	Despacho nº 492/15-SET de 10 de abril	2 500 000,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
		9 748 083,34	
2016			
13/07/2016 d)	Despacho nº 626/16-SEATF de 06 de julho	2 267 721,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
13/07/2016 d)	Despacho nº 626/16-SEATF de 06 de julho	2 000 000,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
		4 267 721,00	
2017			
27/12/2017	Despacho nº 557/19-SET de 28 de junho	2 500 001,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
		2 500 001,00	
2018			
04/07/2018	Despacho nº 518/18-SET de 3 de julho	6 000 000,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
07/11/2018	Despacho nº 837/18-SET de 29 de outubro	5 470 780,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
		11 470 780,00	
	Capital em dívida / 31-12-2018	**92 621 203,96**	

a) Empréstimo de médio e longo prazo no valor de 107.129.000 € disponibilizado por 4 tranches (montante integralmente utilizado)

b) Empréstimo de médio e longo prazo no valor de 7.983.178 € disponibilizado por 5 tranches (montante integralmente utilizado)

c) Empréstimo de médio e longo prazo no valor de até 11.242.162 € disponibilizado por 3 tranches (montante efetivamente utilizado = 7.273.959 €)

d) Empréstimo de médio e longo prazo no valor de até 16.911.381 € disponibilizado por 2 tranches (montante efetivamente utilizado = 4.267.721 €)

Tabela 28 - Resumo dos Contratos de empréstimos celebrados com o Estado (DGFT) até 31-12-2018

7.3.3. Serviço da Dívida e Gestão do Risco Financeiro

A Transtejo apresenta uma estrutura financeira pouco equilibrada, uma vez que, como já referido anteriormente, não consegue gerar receita suficiente que permita cobrir a sua estrutura de custos operacionais, pelo que, o Modelo de Financiamento seguido desde 2013, é suportado em apoio do Acionista Estado, para cobertura das necessidades de tesouraria corrente e financiamento do plano de investimento.

De salientar que na sequência desse modelo de financiamento, a Transtejo tem beneficiado de melhorias significativas nas condições de remuneração do serviço da dívida, comparativamente ao modelo que vigorou até 2013, considerando que os contratos de financiamento celebrados com o IGCP, através da DGTF são remunerados ao custo do financiamento da República.

De referir ainda que o cumprimento do serviço da dívida associado a estes financiamentos tem sido assegurado também com o apoio do Acionista Estado, através da conversão desses créditos (referentes a juros e reembolsos) em aumento de capital em espécie.

Conforme evidenciado na tabela 3, no final de 2018, o montante em dívida ao IGCP ascendia a 92.621 mil€, tendo sido contratados nesse exercício novos financiamentos no montante de 11.470.780€. Ainda em 2018, foi solicitado à DGTF diferimento do pagamento do serviço da dívida referente aos empréstimos contratados de médio e longo prazo, tendo sido obtida essa autorização e deferimento do pagamento de juros e amortizações, sem encargos financeiros adicionais, vencidos a 31 de maio para 30 de novembro de 2018[4].

A liquidação dos valores em dívida a 30 de novembro de 2018 estava prevista numa operação de conversão de créditos em capital que não foi possível concretizar por parte da DGTF, permanecendo vencidos, em 31/12/2018 os seguintes montantes:

Serviço da Dívida | 2018		JUROS	AMORTIZAÇÕES	TOTAL
30/11/2017	31/05/2018	887 898,72	11 881 133,25	12 769 031,97
31/05/2018	30/11/2018	757 359,27	11 881 133,25	12 638 492,52
				25 407 524,48
			Conversão de créditos em Capital | 2018	0,00

Tabela 29 - Serviço da Dívida até 31-12-2018

Merece ainda destaque a operação realizada em fevereiro de 2017, referente ao reembolso de um empréstimo obrigacionista, no montante de 55 milhões de euros. Este empréstimo tinha sido contratado, pela Transtejo em fevereiro de 2007 por um período de 10 anos, junto do DEPFA Bank, PLC.

Como se pode verificar na tabela e gráfico seguinte, foi possível reduzir significativamente os encargos financeiros associados ao financiamento obtido.

(milhares de euros)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Taxa de Juro Efetiva	5,42%	6,89%	5,13%	2,75%	2,34%	2,26%	0,55%	0,75%
Juros Suportados (milhares €)	7 789	10 829	8 899	4 989	4 522	3 921	2 322	1 629
Stock da Dívida (10^3 €uros)	143 629	157 240	173 625	181 608	193 306	156 701	81 275	92 621

Tabela 30 - Stock da Dívida - Evolução

7.3.4. Esforço Financeiro do Estado

O exercício de 2014 constituiu o último ano de vigência dos mais recentes Contratos de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros (CPSP) celebrado entre o Estado e cada uma das (Transtejo e Soflusa) em

[4] Conforme se demostra na tabela publicada na nota 18.9 do Anexo às Demonstrações Financeiras e evidenciado na tabela 28 deste relatório, referente ao montante de Capital em dívida a 31.12.2018, verifica-se que no final do exercício permaneceram sem amortização os referidos montantes.

À data da preparação deste documento é do conhecimento da empresa que foi obtido novo diferimento do serviço desta dívida, para 31 de maio de 2020.

Através do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 1555/19 - SET de 30 de dezembro, foi concedido tal diferimento, sem custos adicionais, tendo implicado a regularização dos Contratos de financiamento através de aditamento aos mesmos.

21 de setembro de 2012, no qual foram estabelecidos níveis mínimos de oferta a praticar pela Soflusa no período 2012-2014.

No âmbito do referido CPSP, foram fixados os montantes das compensações financeiras mínimas por passageiro.km transportado, garantindo desse modo o apoio financeiro do Estado à prestação do serviço público de transporte.

Durante os exercícios de 2015 a 2018, a Transtejo deu continuidade à exploração do serviço público de transporte de passageiros nas ligações de Cacilhas, Montijo, Seixal e Trafaria na forma anteriormente contratualizada, assegurando o mesmo nível de oferta e no respeito pelas condições de qualidade, comodidade, rapidez e segurança que estiveram subjacentes ao período de vigência do CPSP.

Não existindo qualquer compensação previamente fixada, os montantes de Indemnizações Compensatórias transferidos para a Transtejo foram substancialmente reduzidos, sem correspondência direta com a compensação financeira unitária por passageiro.km transportado.

Nas tabelas seguintes apresenta-se o esforço financeiro realizado pelo Estado no apoio direto à Transtejo durante os exercícios de 2016 a 2018:

euros

RENDIMENTOS DE SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO *(Contas Individuais)*	Var. 2017/2016		2018	2017	2016
	Abs.	%			
Indemnizações Compensatórias	0	(0,0)	1 094 340	1 094 340	1 094 340
4_18 e Sub-23	35 246	0,5	111 698	76 451	72 203
Passe Social +	6 399	0,1	97 141	90 741	134 179
TOTAL	41 646	3,3	1 303 178	1 261 532	1 300 722

Tabela 31 - Rendimentos de Subsídios à Exploração (2016-2018)

Relativamente ao montante atribuído em 2018 (1.094 mil €) + IVA, a sua distribuição, entre indemnização compensatória e compensações tarifárias aos títulos subsidiados, foi determinada através da RCM n.º 150/2018 de 19 de novembro.

7.3.5. Investimentos

euros

INVESTIMENTO | Ótica Económica (Contas Individuais)	2018	2017	2016
Aquisição/NOVA Frota	5 403	-	-
Aquisição/Construção de Pontões	180 400	-	9 776 077
Beneficiações de Infraestruturas	104 713	22 527	-
Beneficiações da Frota (Navios e Pontões)	454 723	-	21 950
Segurança	391 101	83 043	633 807
Investimentos Correntes	538 612	436 283	61 128
Total	1 674 953	541 853	10 492 962

Tabela 32 - Investimento (2016-2018) - Valores sem iva

No ano em análise, a despesa de investimento compreendeu:

i. O Projeto Plurianual de aquisição Nova Frota em (fase inicial compreendendo a realização de estudos e projetos); e

ii. Na Segurança procedeu-se à substituição da plataforma de segurança e vigilância;

iii. Investimentos correntes que, essencialmente, englobaram investimentos em hardware, software e WI-FI nos terminais e navios.

Foram ainda efetuadas beneficiações de ILD - Infraestruturas, designadamente no terminal de Cacilhas e Trafaria/Belém.

7.3.6. Estrutura Patrimonial

euros

SITUAÇÃO PATRIMONIAL *(Contas Individuais)*	Var. 2018/2017		2018	2017	2017
	Abs.	%	SNC-AP	SNC-AP	IFRS*
Ativo	**(576 915)**	**(1,1)**	**51 486 500**	**52 063 415**	**49 338 460**
Ativo não Corrente	819 751	1,8	45 318 535	44 498 784	41 772 090
Ativo Corrente	(1 396 666)	(18,5)	6 167 965	7 564 631	7 566 371
Património Líquido e Passivo	**(576 915)**	**(1,1)**	**51 486 500**	**52 063 415**	**49 338 460**
Património Líquido	(14 758 225)	42,3	(49 684 210)	(34 925 985)	(55 792 449)
Passivo não Corrente	(12 837 153)	(22,3)	44 777 503	57 614 656	75 102 497
Passivo Corrente	27 018 463	92,0	56 393 207	29 374 744	30 028 413

* Normativo Anterior

Tabela 33 - Variação do Património (2016-2018)

- **Ativo não Corrente**

Esta rubrica, que contempla o efeito líquido das depreciações acumuladas e a contabilização dos novos investimentos efetuados no exercício, apresenta um acréscimo de 819.751 mil € no período, destacando-se os efeitos das seguintes operações:

1) Aumento da rubrica "Investimentos Financeiros", no montante global de 11.790.275,31 €, conforme detalhe apresentado na nota 23.2. do Anexo às Demonstrações Financeiras, salientando-se o aumento de 15.000.000€ do investimento financeiro na Soflusa, associado à operação de aumento de capital em espécie (por conversão de créditos) - medida destinada a recompor o capital próprio (património líquido) desta participada, dando cumprimento ao disposto no n.º 3, do artigo 35º, do RJSPE – Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, publicado pelo Decreto-Lei nº 133/2013 de 03 de outubro.

2) Em consequência da operação supra referida, foi reduzido no mesmo montante, o valor registado em divida não corrente referente à participada Soflusa (conforme nota 18.2 do Anexo às Demonstrações Financeiras).

As restantes variações ocorridas no "ativo não corrente" refletem, essencialmente, o efeito em Ativos fixos tangíveis decorrente das capitalizações dos novos investimentos do período e o acréscimo de amortizações acumuladas, apresentando uma redução líquida de 513 mil €.

- **Ativo Corrente**

A redução de 1.397 mil € reflete a utilização do saldo de gerência (Caixa e Depósitos Bancários) em 1.626 mil€, necessário para operações de tesouraria, tendo esta operação sido posteriormente comunicada superiormente.

- **Património Líquido**

Agravamento do património líquido negativo em 14.758 mil€ resulta, essencialmente, dos seguintes efeitos conjugados:

i. **Aumento dos Resultados transitados negativos**

No montante de 11.659 mil€, decorrente da incorporação do Resultado Líquido do Exercício de 2017 (11.659.069,46€);

ii. **Agravamento do Resultado Líquido negativo do período**

No valor de 1.799 mil€, considerando que o prejuízo de 2018 ascendeu a 13.457.983,28 €.

iii. **Aumento em Outras Variações no Património Líquido**

No valor de 263 mil €, decorrente de ajustamentos de transição associados à alteração do referencial contabilístico, conforme explicado na nota 18.18 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Nos termos do n.º 3, do artigo 35º, do RJSPE, nos casos em que as empresas públicas apresentem capital próprio (Património Líquido) negativo por um período de três exercícios económicos consecutivos, como é o caso da Transtejo, o órgão de administração deve alertar o titular o Acionista, para que sejam tomadas medidas concretas destinadas a superar a situação deficitária da Empresa.

- **Passivo não Corrente**

Esta rubrica contempla o saldo de Financiamentos Obtidos de Médio/Longo Prazo, encontrando-se apresentada informação detalhada na nota 18.9. do Anexo às Demonstrações Financeiras. As principais variações registadas (redução de 12.708 mil €) decorrem das seguintes operações: (i) aumento referente a novos financiamentos contratados no exercício, no montante de 11.470 mil€ (ii) redução, por transferência para passivo corrente do montante de 24.178.933,17€ referente aos reembolsos a efetuar no período seguinte (vencimento a menos de 1 ano). Salienta-se, ainda, a redução da rubrica Provisões, no montante de 129 mil€, referente ao impacto líquido associado ao desfecho de um processo judicial com a entidade *Actual - Atividade Hoteleiras, Lda.*, implicando reversão no montante de 135.000 € e o reforço de 6.000 € associado à constituição de novas provisões.

- **Passivo Corrente**

Aumento no montante de 27.018 mil€ que resulta, das seguintes operações:

i. Aumento do saldo de Financiamentos Obtidos de Curto Prazo no montante de 24.179 mil€, decorrente da operação de transferência do montante com vencimento previsto para curto prazo;

ii. Aumento do saldo de Outras Contas a Pagar, no montante de 2.210 mil €, refletindo o montante de juros em dívida à DGTF referentes aos financiamentos contratados, vencidos em maio e novembro de 2018. Este saldo aguarda desenvolvimento da operação de conversão de créditos em Capital, não tendo sido possível a sua realização em 2018.

7.3.7. Resultados Globais

7.3.7.1. Evolução de Resultados

No exercício de 2018, a Transtejo apresenta um Resultado Líquido negativo de 13.458 mil€, o que representa um agravamento do prejuízo em 15,4%, face ao período homólogo.

Não obstante a Transtejo ter dado continuidade à prossecução de uma política de contenção de custos, durante o ano de 2018, verificou-se um aumento nos Gastos Operacionais de 3.272 mil€ (+15,9%) face a 2017.

Este aumento resulta da impossibilidade de acomodar, essencialmente, os aumentos em Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal, conforme detalhe no ponto 7.3.7.3 deste Relatório.

Assinala-se um aumento dos Rendimentos Operacionais em 728 mil€ (+6,6%), de acordo com o ponto 7.3.7.2 deste documento.

euros

Resultados (Contas Individuais)	Var. 2018/2017		2018 SNC-AP	2017 SNC-AP	2016 IFRS
	Abs.	%			
Resultado Operacional	**(2 543 884)**	**26,5**	**(12 142 237)**	**(9 598 353)**	**(9 151 846)**
EBITDA	(2 470 662)	32,7	(10 031 281)	(7 560 619)	(7 734 177)
Resultado Financeiro	**733 762**	**(36,2)**	**(1 295 655)**	**(2 029 417)**	**(3 566 563)**
Resultado Líquido	**(1 797 914)**	**15,4**	**(13 457 983)**	**(11 660 069)**	**(12 725 601)**

Tabela 34 - Resultados (2016-2018)

Assinala-se um agravamento no EBITDA negativo em cerca de +2.471 mil€ (+32,7%), essencialmente, gerado pelo aumento de gastos operacionais não acompanhado pelo crescimento dos Rendimentos.

7.3.7.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais

Pela análise do gráfico seguinte, pode constatar-se a estabilidade da receita proveniente do serviço público de transporte. Por outro lado, evidencia-se o impacto da redução das indemnizações compensatórias, desde 2015.

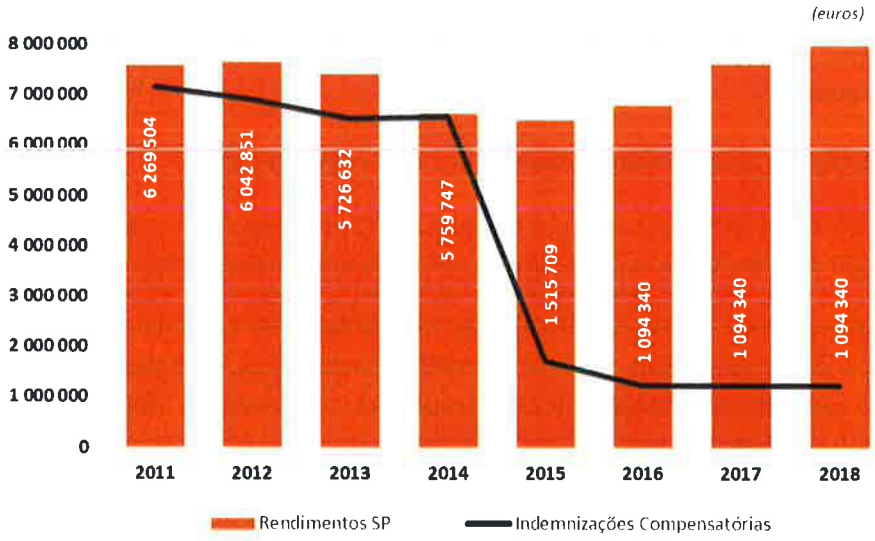


Gráfico 17 - Evolução dos Rendimentos Operacionais (2012-2018)

Da análise comparativa sobre os **Rendimentos Operacionais**, conforme detalhe apresentado na tabela seguinte, destacam-se os seguintes aspetos:

- Aumento das **Compensações Tarifárias** referentes a títulos de transporte subsidiados pelo Estado (4_18, sub23 e Social+), no montante de 42 mil€ (24,9%) face a 2017;
- As atividades assessórias relativas a concessões (aluguer de espaços comerciais, parques de estacionamento e espaços para publicidade), incluindo afretamentos e vendas de cartões passe, apresentam uma variação positiva de 158 mil€ justificada, na sua maioria, pelo acréscimo de receita relacionada com a Venda de Cartões Passe;
- **Ganhos em Investimentos Não financeiros** refletem a operação de alineação de ativos (+83 mil€) e regularizações de sinistros (+36 mil€);
- Diminuição de 171 mil€ (-60,3%), em **Outros**, essencialmente, por reembolso de combustível da participada Soflusa e regularização sinistros

euros

Rendimentos Operacionais (Contas Individuais)	Var. 2018/2017 Abs.	Var. 2018/2017 %	2018 SNC-AP	2017 SNC-AP	2016 IFRS
Rendimento do Serviço Público (Transporte Passageiros)	**616 066**	**8,0**	**8 279 787**	**7 663 721**	**6 824 513**
Subsídios à Exploração	**41 646**	**3,3**	**1 303 178**	**1 261 532**	**1 300 722**
Indemnizações Compensatórias	(0)	(0,0)	1 094 340	1 094 340	1 094 340
Compensações Tarifárias	41 646	24,9	208 838	167 192	206 382
Outros Rendimentos e Ganhos	**42 838**	**2,1**	**2 098 777**	**2 055 939**	**1 708 188**
Alugueres, vendas de cartões passe e Ativ. Turística	157 512	14,1	1 275 071	1 117 558	967 922
Ganhos em investimentos não financeiros	116 566	4 728,9	119 031	2 465	0
Subsídios ao Investimento (afetação ao período)	(60 125)	(9,2)	591 804	651 929	651 929
Outros	(171 116)	(60,3)	112 872	283 987	88 337
Reversões	**27 145**	**2 714,5**	**28 145**	**1 000**	**0**
TOTAL	**727 695**	**6,6**	**11 709 887**	**10 982 192**	**9 833 423**

Tabela 35 - Rendimentos Operacionais (2015-2017)

Em 2018, os rendimentos de Prestação de Serviços representaram 68% da estrutura de rendimentos e registaram uma evolução positiva de 8%, relativamente ao período homólogo.

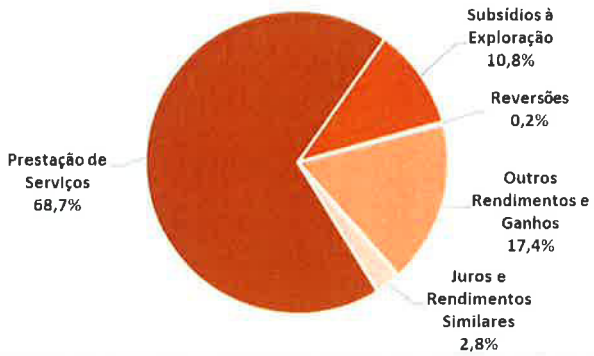


Gráfico 18 - Estrutura de Rendimentos (Total - 2018)

7.3.7.3. Evolução dos Gastos

O gráfico e tabela seguintes representam a estrutura dos Gastos, destacando as rubricas: **Custo das Matérias Consumidas, Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal**, que representam no seu conjunto, /8%.

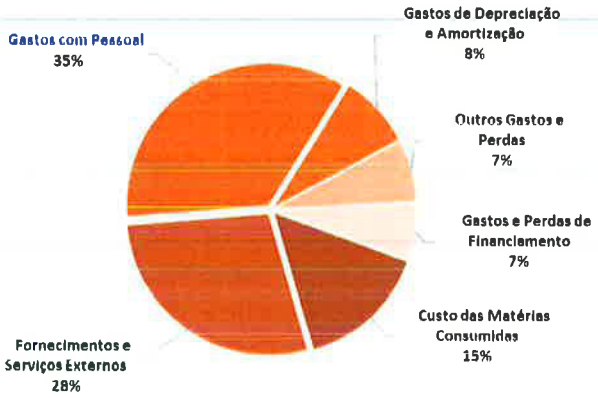


Gráfico 19 - Estrutura de Gastos (Total - 2018)

euros

GASTOS (Contas Individuais)	Var. 2018/2017 Abs.	%	2018 SNC-AP	2017 SNC-AP	2016 IFRS
Custo das Matérias Consumidas	640 554	20,1	3 825 721	3 185 167	2 639 986
Fornecimentos e Serviços Externos	2 124 101	42,3	7 143 421	5 019 320	4 758 752
Gastos com Pessoal	536 676	6,4	8 953 256	8 416 580	7 762 714
Gastos de Depreciação e Amortização	73 222	3,6	2 110 956	2 037 734	2 069 598
Perdas por Imparidade	28 877	-	28 877	-	25 557
Provisões	6 000	-	6 000	-	-
Outros Gastos e Perdas	(137 852)	(7,2)	1 783 893	1 921 745	1 728 663
Prejuízo da SOFLUSA (Equivalência Patrimonial)	(95 842)	(5,6)	1 611 127	1 706 969	1 475 639
Outros Gastos e Perdas - *Residual*	(42 009)	(19,6)	172 766	214 776	253 024
Gastos Financeiros	(692 499)	(29,8)	1 629 301	2 321 800	3 921 308
TOTAL	**2 579 079**	**11,3**	**25 481 425**	**22 902 346**	**22 906 577**

Tabela 36 - Síntese de Gastos (2016-2018)

Na análise dos Gastos Operacionais registados no exercício e de acordo com as tabelas seguintes, merecem referência as seguintes rubricas:

- **Custo das Matérias Consumidas** (3.826 mil€) - relativamente ao período homólogo, regista-se um acréscimo nos gastos com gasóleo (+18,7% | +476 mil€) e consumo de sobressalentes (+30,8% | 117 mil€).

euros

CMCMV *(Contas Individuais)*	Var. 2018/2017 Abs.	Var. 2018/2017 %	2018 SNC-AP	2017 SNC-AP	2016 IFRS
Consumo de Gasóleo	476 404	18,7	3 028 985	2 552 581	2 201 957
Consumo de Lubrificantes	7 384	13,1	63 697	56 313	60 746
Consumo Material de Consumo Diverso	1 651	7,7	23 208	21 557	21 993
Fardamentos	(13 310)	(66,2)	6 808	20 118	17 026
Consumo Material Fotocópia	-	-	-	-	-
Consumo de Bilhetes	687	0,7	103 401	102 715	97 361
Consumo de Sobressalentes	116 777	30,8	495 686	378 909	197 888
Consumo Material de Reparações	50 962	96,2	103 937	52 975	43 016
TOTAL	**640 554**	**20,1**	**3 825 721**	**3 185 167**	**2 639 986**

Tabela 37 - Detalhe CMVMC (2016-2018)

A variação do preço do combustível constitui um fator exogéneo, condicionando de modo determinante os objetivos de redução de gastos operacionais.

O gráfico seguinte ilustra a irregularidade do custo anual médio por litro de gasóleo consumido. Assinala-se, contudo, a inversão da tendência de redução deste custo verificada nos últimos anos, pela subida do custo anual médio (€/L) do gasóleo consumido em 2017 e 2018.

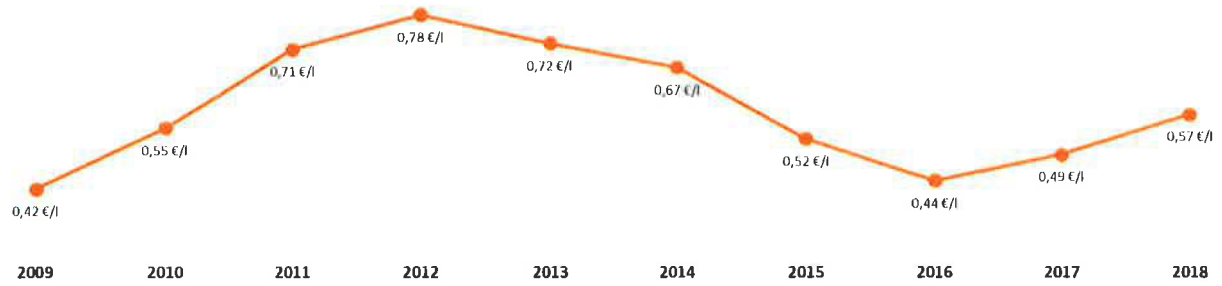


Gráfico 20 - Evolução do custo anual médio (€/L) de Gasóleo consumido (2009-2018)

Face a 2017, destaca-se um aumento do preço médio por litro (+0,08€/L) e das quantidades consumidas (+476 mil/L), conduzindo a um acréscimo global destes de gastos, diretamente relacionados com a atividade de transporte.

(euros; litros)

GASÓLEO	2018	2017	2016
Gasto do consumo na operação TT	3 028 985	2 552 581	2 201 957
Quantidades consumidas	5 279 180 L	5 185 583 L	5 013 752 L
Custo médio por litro	**0,57 €\L**	**0,49 €\L**	**0,44 €\L**

Tabela 38 - Indicador de consumo de Gasóleo na Exploração (2016-2018)

De salientar que os consumos de gasóleo e de materiais de reparação (designadamente sobressalentes) tem relação com o agravamento do estado de conservação da frota de navios, situação que inviabiliza ganhos de eficiência na exploração, não obstante os esforços e iniciativas desenvolvidas, nomeadamente, redução de velocidades na operação fora das horas de ponta e aos fins-de-semana, maior sensibilização dos operacionais para uma condução mais eficiente e monitorização do desempenho energético da frota, recorrendo a software específico, medidas que em 2018 continuaram a ser monitorizadas pela Gestão.

- **Fornecimentos e Serviços. Externos** (7.143 mil€) - regista-se um aumento de 2.124 mil€ (+42,3%) face a 2017. O gráfico apresenta o total de Fornecimentos e Serviços Externos referentes a 2018 distribuído pelas principais rubricas, salientando-se os Gastos de Conservação e Reparação da Frota que representaram, 54% do total da rubrica.

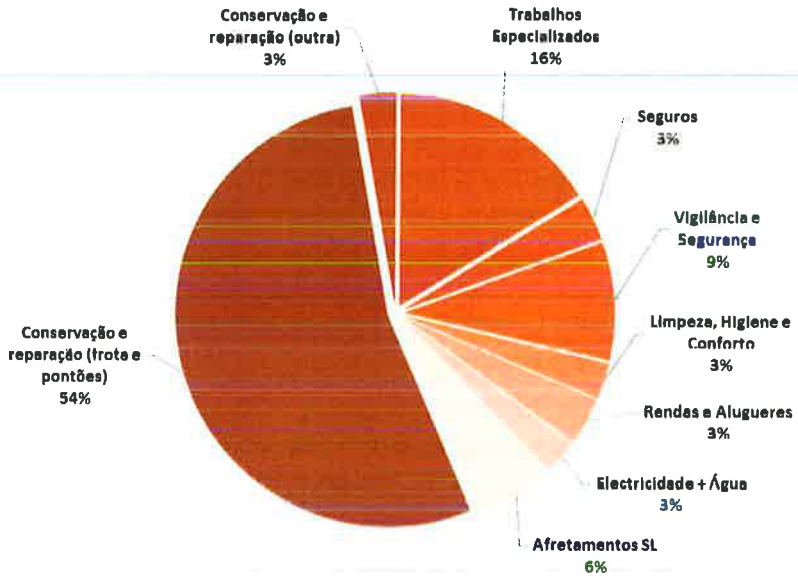


Gráfico 21 - Estrutura de FSE (2018)

A tabela seguinte apresenta a desagregação da estrutura de FSE com indicação da variação face ao período homólogo:

euros

FSE *(Contas Individuais)*	Var. 2018/2017 Abs.	Var. 2018/2017 %	2018 SNC-AP	2017 SNC-AP	2016 IFRS
Conservação e reparação *(frota Navios e Pontões)*	2 011 000	124,8	3 622 028	1 611 027	1 604 274
Conservação e reparação *(outra)*	45 714	32,1	187 941	142 226	69 533
Trabalhos Especializados	214 996	24,7	1 085 500	870 505	670 764
Seguros	(6 193)	(2,7)	225 868	232 061	350 770
Vigilância e Segurança	7 627	1,3	607 484	599 858	606 487
Combustíveis	6 871	83,2	15 132	8 261	12 933
Limpeza, Higiene e Conforto	(8 623)	(4,4)	185 152	193 774	195 241
Rendas e Alugueres	(11 085)	(4,3)	245 610	256 694	217 342
Comunicação	8 446	42,1	28 507	20 061	12 209
Publicidade	8 914	168,8	14 195	5 282	5 751
Electricidade + Água	(428)	(0,2)	181 244	181 672	170 109
Honorários	7 863	72,1	18 772	10 909	11 970
Afretamento de Navios (SL)	(233 200)	(36,7)	401 500	634 700	528 000
Outros Afretamentos	19 165	1 380,7	20 553	1 388	12 258
(Outros)	53 035	21,1	303 936	250 901	291 113
TOTAL	**2 124 101**	**42,3**	**7 143 421**	**5 019 320**	**4 758 752**

Tabela 39 - Detalhe de FSE (2016-2018)

i. **Conservação e reparação (frota)** (+124,8%) - A variação dos gastos de conservação da frota está associada ao plano de intervenção na frota de navios e pontões, contemplando os efeitos dos ciclos de manutenção preventiva dos motores principais, estando também sujeita a um conjunto de intervenções pontuais decorrentes de avarias ou situações imprevistas (intervenções inopinadas).

O aumento verificado nesta rubrica, no montante de 2.011 mil€, reflete o esforço de recuperação do plano de intervenções na frota de navios, apesar do constrangimento orçamental a que a empresa esteve sujeita;

ii. **Trabalhos Especializados** (+24,7%) – Esta rubrica comtempla diversos contratos de prestação de serviços, na sua maioria correspondentes ao recurso externo visando colmatar a insuficiência de recursos e competências internas para assegurar intervenções e trabalhos de elevada complexidade e *Know-how* específicos. Inclui o serviço externo de amarração prestado nas operações de atracação, vistorias e emissão de certificações estatutárias e de classe dos navios e pontões e contempla na sub-conta "assistências e avenças" os vários contratos de prestação de serviços de assistência técnica (manutenção de equipamentos em regime de contrato de avença).

Contempla ainda, trabalhos especializados diretamente associados às atividades de manutenção da frota (vistorias e emissão de certificações estatutárias e de classe);

iii. **Afretamento de Navios** (à SL) (-36,7%) – Operação intra-grupo, associada à utilização dos navios Pedro Nunes e Cesário Verde da Soflusa, por parte da Transtejo, no âmbito de contrato de aluguer;

iv. **Rendas e Alugueres** (-4,3%) – Encargos decorrentes do arrendamento temporário de uma doca na margem sul e referentes à utilização de bens de domínio público marítimo, implicando pagamento de licença da Administração do Porto de Lisboa.

- **Gastos com Pessoal** (8.953 mil€) - Apresenta um aumento de 537 mil€ (+6,4%) face a 2017, refletindo os efeitos das políticas salariais decorrentes da Lei do OE2018, conforme referido no ponto 6.3 deste Relatório.

euros

Gastos com Pessoal *(Contas Individuais)*	Var. 2018/2017		2018 SNC-AP	2017 SNC-AP	2016 IFRS
	Abs.	%			
Remunerações dos Órgãos Sociais	(3 672)	(1,4)	260 093	263 765	236 461
Vencimentos e Outras Remunerações	189 599	3,0	6 410 441	6 220 842	5 731 511
Trabalho Extraordinário	103 742	53,9	296 061	192 318	102 686
Encargos sobre Remunerações	71 489	4,8	1 567 635	1 496 146	1 320 070
Indemnizações	78 679	-	78 679	0	123 728
Seguros (Saúde e Acidentes trabalho)	86 604	40,4	301 179	214 575	203 776
Gastos extra processamento [1]	10 235	35,4	39 168	28 933	44 483
TOTAL	536 676	6,4	8 953 256	8 416 580	7 762 714

Notas: (1) - Inclui: fardamentos, formação, assistência médica e outros

Tabela 40 – Detalhe de Gastos com Pessoal (2016-2018)

De salientar a aumento face a 2017 do valor referente a indemnizações por rescisão (+79 mil€), considerando que das 8 saídas ocorridas, 2 foram por "mútuo acordo", conforme detalhe no ponto 6.1.1 deste Relatório.

- **Gastos de Depreciação e Amortização** (2.111 mil€) - aumento de 73 mil€ (3,6%) face ao período homólogo, refletindo as amortizações dos novos ativos (Capitalização de investimentos em equipamentos diversos, conforme detalhe na nota 5 do anexo às demonstrações financeiras.

- **Outros Gastos e Perdas** (1.784 mil€) - diminuição de 138 mil€ (-7,2%) em relação ao ano transato, essencialmente, explicado pela diminuição do prejuízo do exercício referente à participada Soflusa, (-96 mil €) resultado da aplicação do método da equivalência patrimonial. O valor remanescente (-42 mil €) deve-se gastos associados a taxas de consumo (água e eletricidade), sinistros e perdas em inventários e outros.

- **Gastos e Perdas de Financiamento** (1.629 mil€) - diminuição de 692 mil€ (-29,8%) em relação ao período homólogo. Esta rubrica apresenta 2018, exclusivamente, os juros de financiamento de médio e longo prazo, debitados pelo Estado, correspondendo ao serviço da dívida dos financiamentos obtidos.

  Em 2017, encontravam-se reconhecidos juros no montante de 147.460,37 € referentes ao empréstimo obrigacionista de 55.000 mil €, liquidado em fevereiro de 2017. A redução do valor dos encargos de 2018, deve-se ainda à diferente maturidade dos financiamentos ativos em 2018.

euros

Gastos de Financiamento (Contas Individuais)	Var. 2018/2017 Abs.	Var. 2018/2017 %	2018	2017	2016
Juros de Financiamentos Obtidos	(491 559)	(23,2)	1 629 215	2 120 774	2 398 143
Empréstimo Obrigacionista	(143 460)	(100,0)	0	143 460	1 339 795
Outros Juros	(1 257)	(93,6)	86	1 343	15 774
Outros Gastos de Financiamento	(56 222)	(100,0)	0	56 222	167 595
TOTAL	**(692 499)**	**(29,8)**	**1 629 301**	**2 321 800**	**3 921 308**

Tabela 41 - Gastos de Financiamento (2016-2018)

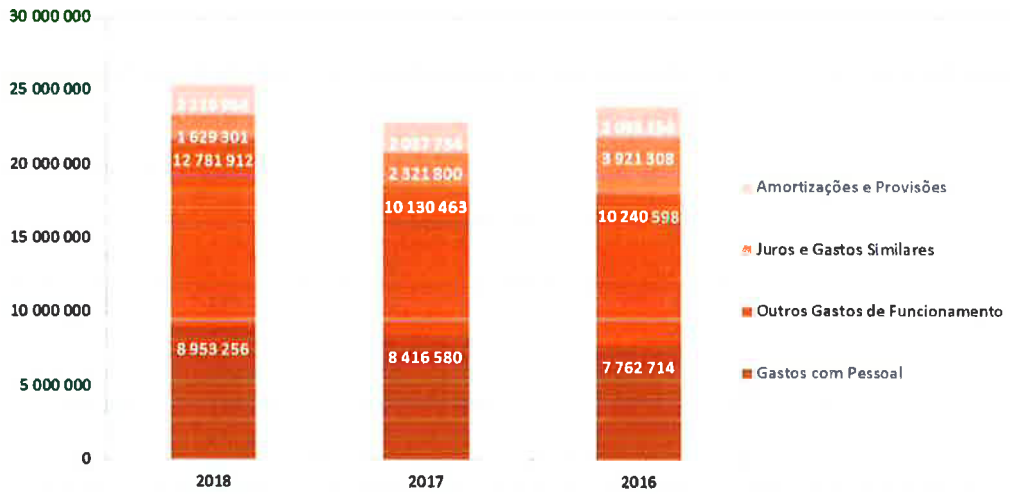


Gráfico 22 - Evolução dos Gastos Operacionais (2016-2018)

Conforme se demonstra na tabela seguinte, em 2018 a Transtejo apresentou uma de redução de 5,8%, dos gastos operacionais face a 2010, não alcançando, porém, o objetivo estabelecido pela DGTF.

euros

Rubricas (Contas Individuais)	Var. 2018/2010 Abs.	Var. 2018/2010 %	2018 SNC-AP	2017 SNC-AP	2016 IFRS	2010 IFRS
Custo das Matérias Consumidas	292 359	8,3	3 825 721	3 185 167	2 639 986	3 533 362
Fornecimentos e serviços externos	(935 007)	(11,6)	7 143 421	5 019 320	4 758 752	8 078 428
Gastos com Pessoal	(592 863)	(6,2)	8 953 256	8 416 580	7 762 714	9 546 119
TOTAL	**(1 235 511)**	**(5,8)**	**19 922 398**	**16 621 067**	**15 161 452**	**21 157 909**

Tabela 42 - Plano de Redução dos Gastos (2010-2018)

7.4. Análise sobres as Contas Consolidadas

7.4.1. Resultados Operacionais

euros

Resultados *(Contas Consolidadas)*	Var. 2018/2017		2018 SNC-AP	2017 SNC-AP	2016 IFRS
	Abs.	%			
Total de Rendimentos Operacionais	**1 361 537**	**6,0**	**24 133 075**	**22 771 538**	**20 806 206**
Prestação de Serviços	1 264 759	7,6	17 924 300	16 659 541	15 283 590
Subsídios à Exploração	157 358	8,8	1 953 195	1 795 838	1 806 919
Reversões	23 645	525,4	28 145	4 500	-
Outros Rendimentos e Ganhos	(84 224)	(2,0)	4 227 435	4 311 660	3 715 697
Total de Gastos Operacionais	**3 863 608**	**12,0**	**35 938 441**	**32 074 833**	**29 676 465**
Custo Matérias Consumidas	1 312 203	21,3	7 484 014	6 171 811	5 536 728
Fornecimentos e Serviços Externos	2 665 427	33,9	10 527 574	7 862 147	7 700 491
Gastos com o Pessoal	650 762	5,3	13 020 124	12 369 362	11 440 327
Gastos de Depreciação e de Amortização	(80 301)	(1,8)	4 476 153	4 556 454	4 554 059
Perdas por Imparidade	14 079	95,1	28 877	14 797	39 974
Provisões do Período	(567 826)	(90,7)	58 500	626 326	65 031
Outros Gastos e Perdas	(130 736)	(27,6)	343 199	473 936	339 855
Resultado Operacional	**(2 502 071)**	**26,9**	**(11 805 366)**	**(9 303 295)**	**(8 870 260)**
EBITDA	(2 582 372)	54,4	(7 329 213)	(4 746 841)	(6 531 567)
Resultado Financeiro	**692 499**	**(29,8)**	**(1 629 301)**	**(2 321 800)**	**(3 566 563)**
Resultado Líquido	**(1 798 914)**	**15,4**	**(13 457 983)**	**(11 659 069)**	**(12 725 601)**

Tabela 43 - Contas Consolidadas - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2016-2018)

Em 2018, o desempenho económico e financeiro do Grupo Transtejo caracterizou-se fundamentalmente pelas seguintes variações:

a) Aumento dos **Rendimentos Operacionais** (6,0%) com destaque para o crescimento verificado nos rendimentos relativos à Prestação de Serviços relacionados com o transporte de passageiros (7,6%), conforme analisado anteriormente neste documento. Por outro lado, salienta-se o aumento na rubrica **Subsídio à Exploração** (8,8%) devido ao aumento de compensações tarifárias (passes 4_18, Sub_23 e Social+).

b) Relativamente aos **Gastos Operacionais** verificou-se um acréscimo (12,0%) para o qual contribuíram as seguintes rubricas:

- **Custo das Matérias Consumidas** (21,3%), com origem no gasto com gasóleo e sobressalentes;
- **Fornecimento e Serviços Externos** (33,9%), este aumento deve-se, essencialmente, à sub-rubrica de Conservação e Reparação da Frota (navios e pontões);
- **Gastos com Pessoal** (5,3%), reflete os incrementos salariais decorrentes da aplicação plena do disposto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, conforme determinado no artigo 21.º da LOE 2018, bem como a regularização no seguro de acidentes de trabalho;
- **Perdas por Imparidade** (95,1%), aumento das imparidades na sequência de abate de sobressalentes sem rotação e/ou obsoletos;

- **Provisões do Período** (-90.7%), regista uma diminuição, essencialmente por ter sido menor o reforço de processo judiciais em curso;
- **Outros Gastos e Perdas** (-27,6%), para esta variação contribuiu essencialmente a regularização de sinistros de navios e taxas associadas ao consumo de água e eletricidade.

7.4.2. Modelo de Financiamento

Desde 2013 que as empresas do Grupo Transtejo integram o perímetro das Administrações Públicas, EPR - Entidades Públicas Reclassificadas, equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos. Desta reclassificação a Transtejo e a Soflusa, deixaram de recorrer a financiamentos junto da Banca Comercial passando essas necessidades de financiamento a ser supridas por empréstimos do Acionista em conformidade com o estipulado na legislação em vigor.

Relativamente aos principais fluxos financeiros, realizados em conformidade com as operações de Despesa e Receita reportados na execução orçamental, apresenta-se a seguinte síntese (conforme DFC):

euros

Demonstração dos Fluxos Caixa *(Contas Consolidadas)*	Var. 2018/2017 Abs.	%	2018 SNC-AP	2017 SNC-AP	2016 IFRS
Fluxo Atividades Operacionais	(164 209)	(2,2)	(7 728 592)	(7 564 383)	(7 961 375)
Fluxo das Atividades de Investimento	(2 040 284)	(132,3)	(3 582 818)	(1 542 535)	(9 776 077)
Fluxo das Atividades de Financiamento	(1 165 114)	9,2	11 470 780	12 635 894	15 115 656
Variação de caixa e seus equivalentes	(3 369 607)	**95,5**	**159 370**	**3 528 977**	**(2 621 796)**
Caixa e seus equivalentes no início do período	3 528 977	**(88,1)**	**7 535 908**	**4 006 932**	**6 628 728**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	159 370	**(2,1)**	**7 695 278**	**7 535 908**	**4 006 932**

Tabela 44 - Contas Consolidadas - Variação de caixa e seus equivalentes (2016-2018)

7.4.3. Investimento

Considerando as restrições financeiras e orçamentais, o cumprimento do Plano de Investimentos do Grupo teve como consequência o adiamento de alguns projetos.

Em 2018 a despesa de investimento realizada ascendeu a 3.455 mil€. A tabela seguinte apresenta os investimentos mais relevantes na Transtejo e na Soflusa.

	Contas Individuais				Euros
INVESTIMENTO | Ótica Economica	**TT 2018**	**SL 2018**	**2018**	**2017**	**2016**
Aquisição/NOVA Frota	5 403	-	5 403	-	-
Aquisição/Construção de Pontões	180 400	-	180 400	-	9 776 077
Beneficiações de Infraestruturas	104 713	175 396	280 109	22 527	-
Beneficiações da Frota (Navios e Pontões)	454 723	1 537 783	1 992 506	682 751	21 950
Segurança	391 101	-	391 101	83 043	709 538
Investimentos Correntes	538 612	67 011	605 623	559 489	61 808
Total	**1 674 953**	**1 780 190**	**3 455 143**	**1 347 810**	**10 569 372**

Tabela 45 - Contas Consolidadas - Investimento (2016-2018)

7.4.4. Estrutura Patrimonial

euros

SITUAÇÃO PATRIMONIAL (Contas Consolidadas)	Var. 2018/2017		2018	2017	2017
	Abs.	%	SNC-AP	SNC-AP	IFRS*
Ativo	**(85 501)**	**(0,2)**	**53 468 608**	**53 554 109**	**53 555 852**
Ativo não Corrente	(924 282)	(2,2)	40 817 004	41 741 287	41 741 287
Ativo Corrente	838 781	7,1	12 651 604	11 812 823	11 814 566
Património Líquido e Passivo	(85 501)	**(0,2)**	**53 468 608**	**53 554 109**	**53 555 852**
Património Líquido	(14 758 225)	42,3	(49 684 210)	(34 925 985)	(55 792 449)
Passivo não Corrente	(12 784 653)	(21,9)	45 653 061	58 437 714	77 088 812
Passivo Corrente	27 457 377	91,4	57 499 757	30 042 380	32 259 489

* Normativo Anterior

Tabela 46 - Contas Consolidadas - Variação do Património (2017-2018)

No decorrer do ano de 2018 a posição financeira consolidada apresenta as seguintes variações:

- Redução da rubrica do **Ativo não Corrente** (-2,2%) reflete essencialmente as depreciações anuais (-4.476 mil €) e as novas capitalizações associadas ao Plano de Investimentos do Grupo (3.455 mil €);
- Aumento da rubrica **Ativo Corrente** (7,1%) que decorre essencialmente da variação registada nas rubricas Estado e Outros Entes Públicos (+490 mil €) e em Outras Contas a pagar (+314 mil €);
- A rubrica do **Capital Próprio** reflete, fundamentalmente, o aumento dos **Resultados Transitados** negativos, resultante da incorporação do Resultado Líquido do Exercício de 2017 no montante de -11.659 mil €, e o impacto do Resultado Líquido de 2018, negativo em 13.458 mil €;
- A variação da rubrica **Passivo não Corrente** (-21,9%) decorre do efeito líquido da transferência para passivo corrente dos montantes endividamento com vencimento no período inferior a 12 meses, e do aumento associado aos Financiamentos Obtidos de Médio/Longo Prazo. Em 2018 foram contratados 2 empréstimos no montante de 6.000.000 € (julho) e 5.470.780 € (outubro), respetivamente;
- O aumento da rubrica **Passivo Corrente** resulta fundamentalmente, do aumento (i) Financiamentos Obtidos no montante de 24.179, mil € (referente à transferência de dívida, com vencimento previsto em 2019), (ii) do aumento da Dívida a Fornecedores no montante de 688 mil € e (iii) aumento de Outras Contas a Pagar no montante de 2.436 mil€.

7.4.5. Resultados Globais

7.4.5.1. Evolução de Resultados

euros

Resultados (Contas Consolidadas)	Var. 2018/2017		2018	2017	2016
	Abs.	%			
EBITA *(Cash-flow Operacional)*	(2 582 372)	54,4	(7 329 213)	(4 746 841)	(6 531 567)
EBIT *(Resultado Operacional)*	(2 502 071)	26,9	(11 805 366)	(9 303 295)	(8 870 260)
RESULTADO LÍQUIDO	(1 798 914)	15,4	(13 457 983)	(11 659 069)	(12 725 601)

Tabela 47 - Contas Consolidadas - Resultados (2016-2018)

O **Resultado Líquido** apurado em 2018 para o Grupo Transtejo foi negativo em 13.457.983 €, refletindo, um agravamento do prejuízo de 15,4% face ao período homólogo.

Tal como já referido na análise das contas individuais da Transtejo os resultados revelam um agravamento do Resultado Operacional e do Cash-flow Operacional, que se apresentam mais negativos face ao período homólogo.

Importa, porém, salientar que estes resultados não são consequência de ineficiências ou de agravamento dos níveis de desempenho operacional. Traduzem sim, o esforço da Gestão em recuperar os níveis de atividade e superar os constrangimentos decorrentes da indisponibilidade de recursos (meios humanos e materiais) para assegurar a prestação de serviço público em ambas as empresas.

A melhoria do resultado financeiro reflete o efeito da alteração da estrutura de endividamento e melhores condições do serviço da dívida contratada.

7.4.5.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais

O gráfico seguinte ilustra a evolução positiva dos rendimentos operacionais. Por outro lado, destaca-se o impacto da redução das indemnizações compensatórias, desde 2015.

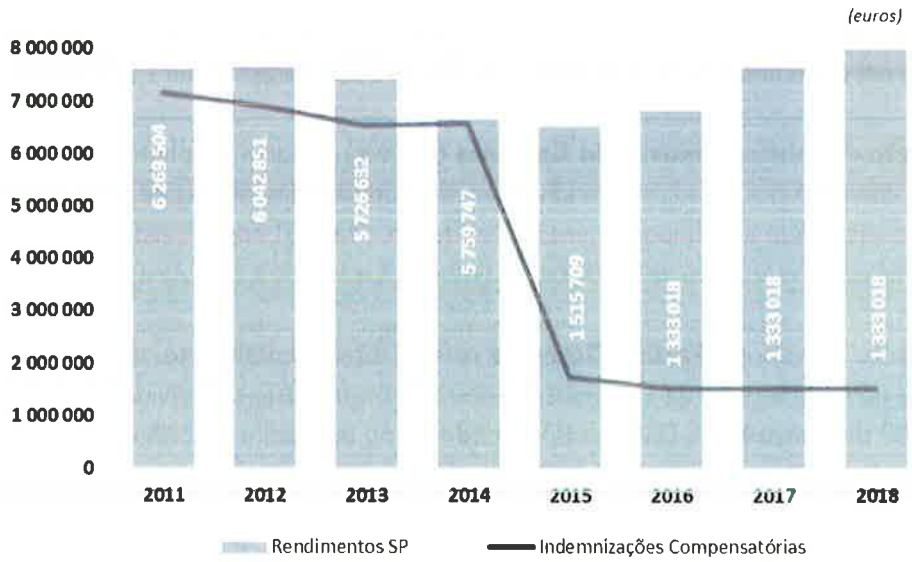


Gráfico 23 - Contas Consolidadas - Evolução dos Rendimentos Operacionais (2018-2011)

Conforme se pode verificar na tabela seguinte os rendimentos apresentam uma variação de +6,3%, face ao período homólogo, sendo de destacar os seguintes aspetos: (i) o aumento dos rendimentos do serviço público em

8,8% (ii) a redução das Compensações Tarifárias em 34% (iii) aumento dos rendimentos das atividades não transporte em 11% (Alugueres, venda de cartões passe, atividade turística).

euros

Rendimentos Operacionais (Contas Consolidadas)	Var. 2018/2017 Abs.	Var. 2018/2017 %	2018 SNC-AP	2017 SNC-AP	2016 IFRS
Rendimento do Serviço Público (Transporte Passageiros)	**1 264 759**	**7,6**	**17 924 300**	**16 659 541**	**15 283 590**
Subsídios à Exploração	**157 358**	**8,8**	**1 953 195**	**1 795 838**	**1 806 919**
Indemnizações Compensatórias	(1)	(0,0)	1 333 018	1 333 019	1 333 019
Compensações Tarifárias	157 358	34,0	620 177	462 819	473 900
Outros Rendimentos e Ganhos	**(16 320)**	**(0,4)**	**4 227 435**	**4 243 756**	**3 715 697**
Alugueres, vendas de cartões passe e Atlv. Turística	163 822	11,0	1 650 205	1 486 383	1 412 305
Rendimentos e Ganhos em Subsidiárias, Associadas (...)	60 899	86,6	131 220	70 321	0
Subsídios ao Investimento (afetação ao período)	(60 125)	(2,7)	2 155 241	2 215 366	2 215 366
Outros	(180 917)	(38,4)	290 769	471 686	88 025
Reversões	**23 645**	**525,4**	**28 145**	**4 500**	**0**
TOTAL	**1 429 441**	**6,3**	**24 133 075**	**22 703 634**	**20 806 206**

Tabela 48 - Contas Consolidadas - Rendimentos (2016-2018)

7.4.5.3. Evolução dos Gastos por Natureza

Na análise dos Gastos Operacionais registados em 2018, merecem referência as rubricas **Custo das Matérias Consumidas, Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal** que representam no seu conjunto 83% do total de Gastos.

euros

GASTOS (Contas Consolidadas)	Var. 2018/2017 Abs.	Var. 2018/2017 %	2018 SNC-AP	2017 SNC-AP	2016 IFRS
Custo das Matérias Consumidas	1 312 203	21,3	7 484 014	6 171 811	5 536 728
Fornecimentos e Serviços Externos	2 665 427	33,9	10 527 574	7 862 147	7 700 491
Gastos com Pessoal	650 762	5,3	13 020 124	12 369 362	11 440 327
Gastos de Depreciação e Amortização	(80 301)	(1,8)	4 476 153	4 556 454	4 554 059
Perdas por Imparidade	14 079	95,1	28 877	14 797	39 974
Provisões	(567 826)	(90,7)	58 500	626 326	65 031
Outros Gastos e Perdas	(62 832)	(15,5)	343 199	406 032	339 855
Gastos Financeiros	(692 499)	(29,8)	1 629 301	2 321 800	3 921 308
TOTAL	**3 239 013**	**9,4**	**37 567 742**	**34 328 729**	**33 597 773**

Tabela 49 - Contas Consolidadas - Gastos (2016-2018)

a) **Custo das Matérias Consumidas** apresenta uma variação de 21,3%. Para este acréscimo contribuíram as variações registadas nas rubricas Consumo de Gasóleo (+1.157 mil€) e Consumo de Sobressalentes (+117 mil€).

euros

CMCMV (Contas Consolidadas)	Var. 2018/2017 Abs.	Var. 2018/2017 %	2018 SNC-AP	2017 SNC-AP	2016 IFRS
Consumo de Gasóleo	1 157 463	21,2	6 614 474	5 457 011	5 005 504
Consumo de Lubrificantes	7 848	7,5	113 012	105 164	119 324
Consumo Material de Consumo Diverso	1 651	7,7	23 208	21 557	21 993
Fardamentos	(13 310)	(66,2)	6 808	20 118	17 026
Consumo Material Fotocópia	-	-	-	-	25 530
Consumo de Bilhetes	(9 188)	(6,8)	126 890	136 078	106 448
Consumo de Sobressalentes	116 777	30,8	495 686	378 909	197 888
Consumo Material de Reparações	50 962	96,2	103 937	52 975	43 016
TOTAL	**1 312 203**	**21,3**	**7 484 014**	**6 171 811**	**5 536 728**

Tabela 50 - Contas Consolidadas - CMVMC (2016-2018)

Importa referir que o preço do gasóleo é uma variável exógena, forte condicionante na prossecução dos objetivos de redução dos gastos operacionais, situação já referida na análise às contas individuais.

b) **Fornecimentos e Serviços Externos** apresenta uma variação de 33,9% face a 2017, salientando-se nesta rubrica os gastos de Conservação e Reparação da Frota (navios e pontões) que representam 56% da estrutura de gastos de FSE.

euros

FSE (Contas Consolidadas)	Var. 2018/2017 Abs.	Var. 2018/2017 %	2018 SNC-AP	2017 SNC-AP	2016 IFRS
Conservação e reparação *(frota Navios e Pontões)*	2 115 391	59,9	5 648 358	3 532 967	3 731 864
Conservação e reparação *(outra)*	80 713	47,0	252 482	171 769	91 943
Trabalhos Especializados	250 040	21,7	1 404 697	1 154 658	932 641
Seguros	(70 188)	(10,6)	588 960	659 149	593 509
Vigilância e Segurança	43 703	4,6	994 220	950 517	964 867
Combustíveis	5 331	35,8	20 221	14 891	16 352
Limpeza, Higiene e Conforto	(3 492)	(1,0)	340 141	343 633	335 302
Rendas e Alugueres	192 419	63,5	495 245	302 827	398 012
Comunicação	14 994	68,2	36 980	21 986	14 134
Publicidade	15 491	264,7	21 343	5 853	8 713
Electricidade + Água	(67 539)	(18,8)	292 335	359 874	237 329
Honorários	14 111	99,3	28 325	14 214	13 770
Outros Afretamentos	(1 388)	(100,0)	-	1 388	13 402
(Outros)	75 843	23,1	404 266	328 423	348 652
TOTAL	**2 665 427**	**33,9**	**10 527 574**	**7 862 147**	**7 700 491**

Tabela 51 - Contas Consolidadas - FSE (2016-2018)

Da análise comparativa dos FSE destacam-se as principais variações, face a 2017:

- **Conservação e Reparação da Frota** constitui a principal natureza de Gastos Operacionais em FSE e registou um aumento de 59,9%. Engloba gastos referentes a estaleiros, oficinas e diversos e apoio técnico especializado à frota de navios. Em 2018 foi dada continuidade à recuperação dos níveis de operacionalidade da frota, efetuando intervenções que vinham sendo adiadas nos anos anteriores por indisponibilidade orçamental. Ainda assim, transitaram para 2019 alguns processos que por ter sido tardia a obtenção de dotação orçamental (por via de descativações), não foi possível concluir em 2018.

- A rubrica **Conservação e Reparação (outra)** apresenta um aumento de 47%. Esta rubrica contempla os gastos de manutenção de instalações (infraestruturas), destacando-se intervenções realizadas nos terminais do Cais do Sodré e Belém;

- **Trabalhos Especializados** regista uma variação de 21,7%. Contempla essencialmente contratos de prestação de serviços (assistência e avenças) e serviços de auditoria financeira e apoio de consultoria. Conforme já explicado, face à atual situação de insuficiência de recursos internos especializados, tem sido necessário recorrer à subcontratação de serviços externos para assegurar trabalhos e estudos de maior complexidade;

- **Rendas e Alugueres** apresenta uma variação de 63,5%. Reflete os gastos com o arrendamento para uso de terraplenos em áreas de domínio público marítimo (Doca 13) e a concessão por ocupação e utilização dos terminais do Terreiro do Paço e Barreiro.

- **Seguros** regista uma variação negativa de 11%: Destacam-se pelo maior valor envolvido, os prémios de cobertura de riscos referentes ao ramo marítimo-cascos e os seguros de responsabilidade civil (passageiros).

c) **Gastos com Pessoal** apresentam uma variação de 5,3% face a 2017. O aumento verificado nesta rubrica deve-se essencialmente a (i) aplicação plena do disposto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, conforme determinado no artigo21.º da LOE 2018, e (ii) regularização no seguro de acidentes de trabalho decorrente do aumento de sinistralidade.

Salienta-se ainda, o aumento de gastos com trabalho extraordinário, associado ao aumento do número de horas trabalhadas neste regime, por necessidade de assegurar o cumprimento de horários (escalas de serviço), colmatando a inexistência de recursos. Este aspeto demonstra o quanto é urgente e necessário reforçar os quadros de pessoal operacional.

euros

Gastos com Pessoal *(Contas Consolidadas)*	Var. 2018/2017		2018 SNC-AP	2017 SNC-AP	2016 IFRS
	Abs.	%			
Remunerações dos Órgãos Sociais	(3 348)	(1,3)	260 417	263 765	236 461
Vencimentos e Outras Remunerações	102 394	1,1	9 228 353	9 125 959	8 524 125
Trabalho Extraordinário	215 390	66,7	538 387	322 997	209 479
Encargos sobre Remunerações	73 337	3,4	2 255 004	2 181 667	1 979 136
Indemnizações	13 663	21,0	78 679	65 017	144 089
Seguros (Saúde e Acidentes trabalho)	253 365	76,6	584 053	330 688	289 259
Gastos extra processamento [1]	(4 039)	(5,1)	75 230	79 269	57 778
TOTAL	650 762	5,3	13 020 124	12 369 362	11 440 327

Notas: (1) - Inclui: fardamentos, formação, assistência médica e outros

Tabela 52 - Contas Consolidadas - Gastos com Pessoal (2016-2018)

d) **Provisões** o valor registado corresponde ao reforço das provisões do exercício, referente ao risco associado a processos judiciais em curso, em cerca de 59 mil€. Esta rubrica regista uma redução significativa no montante de 568 mil €, face a 2017, ano em que foi constituída provisão relacionada com a componente remuneratória de colaboradores, no âmbito da reclamação apresentada pelo Sindicato da Marinha Mercante.

e) Gastos e Perdas de Financiamento esta rubrica regista uma variação de -29,8%. Em 2017 encontrava-se ainda refletido nesta rubrica os gastos de financiamento associados ao empréstimo obrigacionista no montante de 55.000 mil €, reembolsado em fevereiro de 2017.

Salienta-se ainda que no final de 2017 se venceram alguns financiamentos, com impacto na redução de encargos financeiros.

euros

Gastos de Financiamento (Contas Consolidadas)	Var. 2018/2017		2018 SNC-AP	2017 SNC-AP	2016 IFRS
	Abs.	%			
Juros de Financiamentos Obtidos	(491 559)	(23,2)	1 629 215	2 120 774	2 398 143
Empréstimo Obrigacionista	(143 460)	(100,0)	0	143 460	1 339 795
Outros Juros	(1 257)	(93,6)	86	1 343	15 774
Outros Gastos de Financiamento	(56 222)	(100,0)	0	56 222	167 595
TOTAL	**(692 499)**	**(29,8)**	**1 629 301**	**2 321 800**	**3 921 308**

Tabela 53 - Contas Consolidadas - Gastos de Financiamento (2016-2018)



8. Governo Societário

Nos termos do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas estão obrigadas a elaborar, anualmente, um "Relatório de boas práticas de Governo Societário", no qual deverá constar informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II - "Princípios de Governo Societário" do referido Decreto-Lei.

Neste sentido, a Transtejo, dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 54.º do referido diploma, bem como as orientações sobre o processo de prestação de contas de 2018, transmitidas através do Ofício-Circular DGTF n.º 1116, de 12.03.2019, elaborou um relatório de Governo Societário referente ao ano de 2018, que será publicado em documento autónomo.

Relatório do Governo Societário		Identificação		Divulgação	
		S	N	S	N
I.	**Sumário Executivo**	√		√	
II.	**Missão, Objetivos e Políticas**	√		√	
III.	**Estrutura de Capital**	√		√	
IV.	**Participações Sociais e Obrigações legais detidas**	√		√	
V.	**Órgãos Sociais e Comissões**	√		√	
A.	Mesa da Assembleia Geral	√		√	
B.	Administração e Supervisão	√		√	
C.	Fiscalização	√		√	
D.	Revisor Oficial de Contas	√		√	
E.	Auditor Externo	√		√	
VI.	**Organização Interna**	√		√	
A.	Estatutos e comunicações	√		√	
B.	Controlo interno e gestão de riscos	√		√	
C.	Regulamentos e códigos	√		√	
D.	Deveres especias de informação	√		√	
E.	Sítio de internet	√		√	
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	√		√	
VII.	**Remunerações dos Orgãos Sociais**	√		√	
A.	Competência para a determinação	√		√	
B.	Comissão de fixação de remunerações	√		√	
C.	Estrutura das remunerações	√		√	
D.	Divulgação das remunerações	√		√	
VIII.	**Transações com partes relacionadas e Outras**	√		√	
IX.	**Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental**	√		√	
X.	**Avaliação do Governo Societário**	√		√	

Tabela 54 - Grelha-resumo das boas práticas de governação

Para além da informação sobre o governo da sociedade, que consta do documento acima mencionado, a Transtejo disponibiliza esta informação no sítio eletrónico da empresa - https://ttsl.pt/ - bem como no sítio eletrónico do setor empresarial do Estado - http://www.dgtf.pt - mantendo-a, periodicamente, atualizada.

9. Cumprimento das Orientações Legais

Dando cumprimento ao ofício-circular da DGTF - "Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2018", de 12 de março de 2019, apresenta-se detalhe da informação solicitada:

1.a) Objetivos de gestão

No âmbito dos Princípios de Governo Societário, o art.º 38º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, determina o conteúdo e exercício da função Acionista, integrando a definição de orientações a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial, e os principais objetivos de gestão e resultados a alcançar pelos titulares dos Órgãos de Gestão, nomeados para cada triénio.

O quadro seguinte sistematiza um conjunto de indicadores de acompanhamento extraídos do PAO de 2018 permitindo monitorizar os objetivos operacionais subjacentes à estratégia de sustentabilidade da Transtejo.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO (Perspetiva: Contas Individuais)		PAO 2018	REAL 2018	Variação
1 **Rendimentos do Serviço Público**	10^3 €			
Prestação de Serviços Tráfego de Passageiros		8 342 565	8 279 787	-62 778
2 **Margem do EBITDA**	(%)			
EBITDA (€) / Volume de Negócios		-198,3%	-121,2%	-77,10 pp
3 **Prazo Médio Pagamentos (PMP)**	Dias			
Prazo Médio Pagamentos (PMP)		35	44	9
4 **Consumo de combustível por LKO**	Litros			
Consumo de combustível (litros) / LKO - Lugares Km Oferecidos		0,024 L	0,023 L	-0,001 L
5 **Gastos de Manutenção por LKO**	(€)			
Gastos de Manutenção (€) / LKO - Lugares Km Oferecidos		0,030 €	0,016 €	-0,014 €
6 **Taxa de cobertura dos Gastos Operacionais**	(%)			
Rendimentos Operacionais (Sem IC's) (€) / Gastos Operacionais		34,1%	46,1%	12,00 pp
7 **Gastos Operacionais por Passageiro Transportado**	(€)			
Gastos Operacionais (€) / Nº total Passageiros Transportados		2,99 €	2,33 €	-0,65 €
8 **Taxa de Absentismo**	(%)			
Taxa de Absentismo			9,1%	
9 **Grau cumprimento Plano de Investimentos**	(%)			
Grau cumprimento Plano de Investimentos			44,9%	
10 **Índice Qualidade da Oferta** *(a aferir após desempenho)*				
a) **Nº Reclamações por mil PT**			0,22	
b) **Regularidade**			97,5%	
c) **Nº acidentes com passageiros por mil PT**			0,004	

Tabela 55 - Indicadores de Acompanhamento 2018

De acordo com o quadro acima, é possível fazer as seguintes considerações relativamente aos vetores da estratégia de sustentabilidade, apoiados nos indicadores de acompanhamento:

- **Prestar um serviço público de qualidade** (Indicador 10) – ainda que não tenha sido definido objetivo para 2018 nas várias componentes deste indicador, é possível afirmar que (a) o n.º de reclamações por mil PT e o n.º de acidentes com passageiros por mil PT são reduzidas e que (b) a regularidade, determinada pela percentagem de viagens realizadas face às planeadas, foi aproximadamente de 97,5%;
- **Promover o consumo eficiente de recursos** (Indicadores 4, 5 e 7) – os indicadores de consumo de combustível por LKO, gastos de manutenção por LKO e gastos operacionais por passageiro **transportado** apresentam melhorias face ao previsto;
- **Criar valor para o Acionista** (Indicadores 6 e 2) – a taxa de cobertura dos Gastos Operacionais e a margem do EBITDA apresentam variações positivas face ao previsto.

1.b) Execução do Plano de Atividades e Orçamento

O seguinte quadro, evidencia a execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2018 no que diz respeito aos princípios financeiros de referência, investimento e quadro de pessoal:

euros

INDICADORES (Perspetiva: Contas Individuais)	PAO 2018	REAL 2018	Variação Abs.	Variação %
Rendimentos Operacionais[1]	**10 781 871**	**11 089 938**	**308 067**	**2,8%**
72 Prestações de serviços	8 342 565	8 279 787	(62 778)	-0,8%
75 Subsídios à exploração	1 261 532	1 303 178	41 646	3,2%
78 Outros rendimentos e ganhos [1]	1 177 774	1 506 974	329 199	21,8%
Gastos Operacionais[2]	**27 913 277**	**21 706 291**	**(6 206 986)**	**-28,6%**
61 Custo das mercadorias e das matérias consumidas	3 834 590	3 825 721	(8 869)	-0,2%
62 Fornecimentos e serviços	10 637 124	7 143 421	(3 493 703)	-48,9%
63 Gastos com pessoal	10 091 568	8 953 256	(1 138 313)	-12,7%
68 Outros gastos e perdas	3 349 995	1 783 893	(1 566 102)	-87,8%
EBITDA *(Ajustado)* [3]	**(17 131 406)**	**(10 616 353)**	**6 515 053**	**-61,4%**
Resultado Operacional	**(19 080 766)**	**(12 142 237)**	**6 938 529**	**-57,1%**
Resultado Líquido	**(20 390 227)**	**(13 457 983)**	**6 932 243**	**-51,5%**
Gasóleo - Custo Total	**2 709 000**	**3 028 985**	**319 985**	**10,6%**
Consumo *(litros)*	5 200 000 L	5 279 180 L	79 180 L	1,5%
Preço médio / litro	0,52	0,57	0,05	9,4%
Plano de Investimentos	**3 733 150**	**1 674 953**	**-2 058 197**	**-122,9%**
Aquisição NOVA FROTA		5 403	5 403	100,0%
Aquisição/Construção de Pontões	1 500 000	180 400	(1 319 600)	-731,5%
Frota - Navios e Pontões *(Material Circulante)*	1 464 500	454 723	(1 009 777)	-222,1%
Infraestruturas (ILD's)	537 000	104 713	(432 287)	-412,8%
Investimentos Correntes				
- Segurança	14 300	391 101	376 801	96,3%
- Equipamento Informação ao Público	54 150	-	(54 150)	
- Bilhética e controlo de Acessos	137 500	-	(137 500)	
- Outros	25 700	538 612	512 912	95,2%
Quadro de Pessoal[4]				
Nº Médio de Efetivos	342	301	-41	-13,6%
Nº de trabalhadores a 31.dez	342	301	-41	-13,6%

Notas:
1 - Exclui Subsídios ao Investimento
2 - Exlui Amortizações, Provisões e Ajustamentos
3 - Exclui rubricas Non-Cash (referidas em 1 e 2)
4 - Unidade: número

Tabela 56 – Indicadores de Execução PAO (2018)

1.c) Grau de Execução do Orçamento

Esta análise está desenvolvida no Anexo referente às Demonstrações Orçamentais.

2. Gestão do Risco Financeiro

A divulgação prevista no Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro, relativa à evolução dos gastos de financiamento e da taxa de juro anual dos últimos 5 anos, encontra-se no quadro abaixo:

Anos	2018	2017	2016	2015	2014
Encargos Financeiros (€)	1 629 215	2 321 800	3 921 308	4 522 000	4 989 000
Taxa Média de Financiamento (%)	0,8%	0,6%	2,3%	2,3%	2,8%

Tabela 57- Execução Orçamental (2018)

3. Limites Máximos de Endividamento

Nos termos definidos no nº 1 e nº 2, alínea a), do artigo 56º, da Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro (Lei do OE2018):

"1 – O crescimento global do endividamento das empresas públicas fica limitado a 2%, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado, e excluindo investimentos, nos termos a definir no Decreto-Lei de execução orçamental

2 Sem prejuízo do disposto no número anterior e dos objetivos de endividamento previstos, as empresas públicas têm assegurada a necessária autonomia administrativa e financeira para a execução das rubricas orçamentais relativas a programas de investimento previstos nos orçamentos dessas empresas;"

Em conjugação com o nº 1, do artigo 146º, do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio (DLEO de 2018):

1 – Para efeitos do disposto no artigo 56.º da Lei do Orçamento do Estado, no apuramento do crescimento global do endividamento das empresas públicas integradas no setor empresarial do Estado são excluídos os novos investimentos com expressão material

2 - Consideram-se novos investimentos com expressão material os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a € 10 000 000 ou a 10 % do orçamento anual da empresa.

3 – Nos termos do número anterior, a proposta de novo investimento com expressão material é incluída no plano de investimentos da empresa, da qual devem constar os seguintes elementos:

a) Descrição do investimento a realizar;

b) Plano financeiro, com a indicação, para cada ano, das fontes de financiamento durante o período de programação;

c) Programação anual material do investimento, incluindo indicadores físicos que permitam monitorizar a sua execução.

Passivo Remunerado	2018	2017	Variação 18/17	
	Valores (€)		Valor	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrrente)	92 621 203	81 150 423	11 470 780	14,1%
- do qual concedido pela DGTF	92 621 203	81 150 423	11 470 780	14,1%
Aumentos de Capital por dotação		65 811 959	-65 811 959	-100,0%
Aumentos de Capital por conversão créditos		25 242 161	-25 242 161	-100,0%

Novos investimentos	1 674 953

Tabela 58 – Passivo Remunerado (2018 - 2017)

Considerando a aplicação do nº 1, do artigo 146º, do DLEO de 2018 e tendo em conta o montante de investimento de 1.675 mil€, e a aplicação da fórmula do "limite máximo de crescimento do endividamento" resultaria:

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - NovosInvestimentos_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

$$\frac{(11.470.780) + (0) - ()}{(81.150.423 + 208.025.085)} = \mathbf{3,97\%}$$

Nos termos do nº 1, do artigo 56º, da Lei do OE2018, a Transtejo não contribuiria para o objetivo de não agravamento superior a 2% dos níveis de endividamento do setor público empresarial.

4. Prazo médio de pagamentos (PMP)

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, consta da tabela infra:

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	2018	2017	Variação 18/17	
			Valor	%
Prazo (dias)	44	60	-16	-27,2%

Tabela 59 - PMP (2018-2017)

Ao longo do exercício 2018 foi efetuada uma criteriosa gestão de tesouraria e das dotações orçamentais disponíveis para efetuar Despesa, considerando o objetivo de não agravamento dos prazos de pagamento para além das datas de vencimento acordadas com os fornecedores (60 dias), tendo sido possível alcançar esse objetivo.

Tomando em consideração e no pressuposto que o apuramento do indicador é influenciado pelos dados históricos dos 12 meses decorridos anteriormente, e continuidade do cumprimento mensal deste objetivo, prevê-se que a curto prazo seja possível alcançar melhorias no PMP.

O mapa seguinte apresenta a posição em 31-12-2018 das contas a pagar, com evidência das dívidas vencidas e dos pagamentos em atraso ("arrears"), conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

	Dívidas não vencidas	Dívidas Vencidas de acordo com o Art.º1º DL 65-A/2011					Total
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	
Aquisições de Bens e Serviços	46 716	-23 448	0	0	0	-572	22 696
Aquisições de Capital	0	0	0	0	0	0	0
Saldo em dívida	46 716	-23 448	0	0	0	-572	22 696

Tabela 60 - Atrasos nos Pagamentos (2018)

O controlo dos Pagamentos em Atraso é um dos requisitos críticos da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)[5], aplicáveis às sociedades Transtejo e Soflusa a desde de janeiro de 2014, em

[5] O Art.º 3 da LCPA (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro), estabelece como «Pagamentos em atraso» as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura.

consequência da reclassificação destas entidades no perímetro de consolidação das contas públicas, como Serviços e Fundos Autónomos.

Para efeitos do cálculo dos Fundos Disponíveis, é determinante a avaliação da condição da entidade, no âmbito da detenção ou não de pagamentos em atraso, em conformidade com o disposto na LCPA.

5. Recomendações do Acionista

No cumprimento dos deveres especiais de informação e das recomendações periodicamente remetidas pelo Acionista, a Transtejo procura reportar atempadamente toda a informação e prestar os esclarecimentos solicitados.

6. Remunerações (*Apêndice 1*)

6.a) Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2015-2017	Presidente	Dr. Pedro Miguel Nascimento Ventura	500	500
2015-2017	Vice-Presidente	Dra. Tânia Rodrigues do Nascimento	425	425
2015-2017	Secretário	Dr. André Bernardo de Lemos Alves	350	350
				1 275

Tabela 61 - Remunerações da Mesa da Assembleia Geral

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2017-2019	Presidente	Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	DUE	30/12/2016	Não	n/a	n/a	1
2017-2019	Vogal	Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	DUE	30/12/2016	Não	n/a	n/a	1
2017-2019	Vogal	Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	DUE	30/12/2016	Não	n/a	n/a	1

Tabela 62 - Identificação dos Membros do Conselho de Administração

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Função	Entidade	Regime
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	Presidente	Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Público
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	Vogal	Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Público
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	Vogal	Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Público
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	Vogal	OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE	Público

Tabela 63 - Acumulação de Funções

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	S	C	4 578,20	1 831,28
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	S	C	3 662,56	1 465,02
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	S	C	3 662,56	1 465,02

Tabela 64 - Estatuto do Gestor Público

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	86 070,16		86 070,16	4 303,46	81 766,70
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	68 856,08		68 856,08	3 442,82	65 413,26
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	68 856,08		68 856,08	3 442,82	65 413,26
			223 782,32	11 189,10	212 593,22

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).
(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Tabela 65 - Remunerações CA

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	9,13	1 999,47	Segurança Social	19 497,61	389,92			
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	9,13	2 026,86	Segurança Social	15 765,53	389,92			
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	9,13	1 962,95	Segurança Social	15 758,29	389,92			
	27,39	5 989,28	0,00	51 021,43	1 169,76	0,00	0,00	0,00

Tabela 66 - Benefícios Sociais

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	Grupo Alugado_ E	n/a	n/a	Aluguer Mensal	01/01/2018	31/12/2018	719,00	10 181,14	n/a
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	Grupo Alugado_ M	n/a	n/a	Aluguer Mensal	01/01/2018	31/12/2018	640,00	7 071,27	n/a
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	Grupo Alugado_ M	n/a	n/a	Aluguer Mensal	01/01/2018	19/11/2018	640,00	11 858,21	n/a

Tabela 67 - Encargos com Viaturas

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira						0
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro						0
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão			500,4			500,4
						500,4

Tabela 68 - Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço

Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2015-2017	Presidente	Maria Teresa de Figueiredo Ferreira Alves Carvalh	DUE	08/07/2015	1 281,90	1
2015-2017	Vogal Efetiva	Ana Elisabete de Assunção Militão	DUE	30/12/2016	961,42	1
2015-2017	Vogal Efetiva	Ana Paula Fernandes dos Santos	DUE	30/12/2016	961,42	1
2015-2017	Vogal Suplente	André Bernardo de Lemos Alves	DUE	30/12/2016	961,42	1

Tabela 69 - Identificação e Estatuto Remuneratório dos Membros do Conselho Fiscal

Nome	Remuneração Anual (€)			
	Bruto (1)	Reduções (2)	Reversões (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)
Maria Teresa de Figueiredo Ferreira Alves Carvalho	17 946,60	2 274,62	1 168,12	15 671,98
Ana Elisabete de Assunção Militão	13 459,88	1 705,93	876,09	11 753,95
Ana Paula Fernandes dos Santos	13 459,88	1 705,93	876,09	11 753,95
André Bernardo de Lemos Alves	0,00	0,00	0,00	0,00
(3) A reversão das reduções remuneratórias resultou do montante atribuído a 01.03.2012, data da entrada em vigor da RCM n.º16/2012				39 179,88

Tabela 70 -Remuneração Anual dos Membros do Conselho Fiscal

Revisor Oficial de Contas

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2008-...	Efectivo	Vítor Martins & Ahmad, SROC Lda - representado por Dr. Issuf Ahmad (ROC n.º 779 | CMVM n.º 20160412)	100	20161423	DUE	29/08/2008	n/a	10	n/a
2015-2017	Suplente	Dr. Vitor Manuel do Carmo Martins	456	20160148			n/a	10	10

Tabela 71 - Identificação do ROC

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2018 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2018 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Vítor Martins & Ahmad, SROC Lda	24 030	0	24 030	n/a	n/a	n/a	n/a

Tabela 72 - Remuneração do ROC

6.b) Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
BDO & Associados, SROC, Lda.	29	20161384	09/04/2018	1	3	3

Tabela 73 - Identificação do Auditor Externo

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2018 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2018(€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
BDO & Associados, SROC, Lda	7 988		7 988	n/a			

Tabela 74 -Remuneração do Auditor Externo

6.c) Remunerações dos restantes trabalhadores

euros

Rubricas (Contas Individuais)	2018	2017	2016	2015	2014
Remunerações do Pessoal* (sem Orgãos Sociais)	8 614 484	8 152 814	7 392 130	7 834 137	7 637 871
Reduções decorrentes de alterações legislativas	-	-	30 601	77 695	173 254

* Incluí Encargos com a Entidade Patronal / Exclui Indemnizações por rescisão contratual

Tabela 75 - Remunerações do Pessoal (sem Órgãos Sociais) e reduções remuneratórias 2014-2018

7. Artigos 32º e 33º do EGP

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	80,00	852,11	DSUE_31/12/2016
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	80,00	328,46	DSUE_31/12/2016
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	80,00	64,05	DSUE_31/12/2016
		1 244,62	

Tabela 76 - Gastos com Comunicações

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	457,82	770,61	163,40	934,01	Valor mensal calculado com base na DSUE_31/12/2016
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	366,26	2 303,38	1 244,60	3 547,98	Valor mensal calculado com base na DSUE_31/12/2016
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	366,26	1 929,63	786,10	2 715,73	Valor mensal calculado com base na DSUE_31/12/2016
				7 197,72	

Tabela 77 - Gastos com Viaturas

8. Despesas não documentadas

A Transtejo cumpriu o disposto no n.º 2, do artigo 16º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11º, do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, não tendo realizado despesas não documentadas.

9. Relatório sobre remunerações

O nº2, da RCM n.º 18/2014, de 5 de março, determina que as empresas do Setor Empresarial do Estado promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

O cumprimento desta disposição encontra-se subjacente à informação divulgada no Ponto 6.2. - Princípio de Igualdade de Género deste relatório.

10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção

As empresas Transtejo e Soflusa tem aprovado e implementado, desde 28 de Janeiro de 2010, um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009, onde se identificam as áreas que potencialmente podem ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os

controlos instituídos que visam a sua mitigação e prevenção, os seus impactos e a sua probabilidade de ocorrência.

Foi elaborado o Relatório de Execução do Plano Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que obteve aprovação do Conselho de Administração em 27 de junho de 2019.

Nota: O relatório de execução do ano de 2018, foi carregado no SIRIEF em 19 de julho de 2019.

Esta matéria será divulgada com maior profundidade no Relatório do Governo Societário referente ao ano de 2018.

11. Contratação Pública

Em 2018, a Transtejo, aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.

A Empresa cumpriu ainda todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente as relativas à auscultação da Agência de Modernização Administrativa nas aquisições de bens e serviços abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de Maio, na redação dada pela Lei n.º 83-C/2014, de 31 de Dezembro, bem como pelo Decreto-Lei n.º 151/2015, de 6 de Agosto, e considerando os pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais exigidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de Março e pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de Junho. Durante o exercício de 2018, não houve lugar à submissão de contratos a visto prévio do Tribunal de Contas.

Esta matéria será divulgada com maior detalhe no Relatório do Governo Societário referente ao ano em análise.

12. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNPC)

Nesta matéria, desde 2010 que a Transtejo implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

13. Medidas de Redução de Gastos Operacionais

Nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, publicado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro de 2013, as orientações específicas para a preparação dos IPG foram transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), através do Ofício Circular n.º 3708, de 07 de agosto de 2017, referente às "Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão - 2018" estabeleceu os seguintes "Princípios Financeiros" de referência para o exercício, em conformidade com o estabelecido no artigo 145º do DLEO 2018:

Crescimento do EBITDA, face ao ano anterior;

Para empresas deficitárias, redução de custos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com Pessoal, sem indemnizações por rescisão contratual), no seu conjunto, face a 2016.

Redução ou manutenção dos gastos com comunicações e deslocações, face a 2016.

Redução ou manutenção dos gastos com Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria face a 2016

Redução ou manutenção dos gastos com ajudas de custo, alojamento e frota automóvel face a 2016.

A concretização do cenário de otimização previsto, decorrente da fusão por integração da Soflusa na Transtejo, pressuposto que tem vindo a ser considerado nas propostas de Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) desde 2010, teria facilitado o atingir dos limites de despesa máxima fixados.

Ao longo de 2018, foi mantido o foco da gestão na aplicação de medidas de contenção de gastos de funcionamento, procurando dar cumprimento às medidas estabelecidas.

O desempenho da Transtejo, no exercício 2018 foi o seguinte:

(Perspetiva: Contas Individuais)

PRC	2018 Exec.	2018 Orc.	2017 Exec.	2016 Exec.	2018/2017	
					Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	(10 031 281)	(16 539 602)	(7 560 619)	(7 734 177)	(2 470 662)	32,7%
(1) CMVMC	3 825 721	3 834 590	3 185 167	2 639 986	640 554	20,1%
(2) FSE	7 143 421	10 637 124	5 019 320	4 758 752	2 124 101	42,3%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	8 632 605	9 991 568	8 416 580	7 608 385	216 026	2,6%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	78 679	100 000	-	123 728	78 679	
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018	241 971	291 922	-	-	241 971	
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto o artigos 21.º da Lei n.º 42/2016 de 29 de dezembro	-	-	-	-	-	
(4) Gastos Operacionais[a] = (1)+(2)+(3)	19 601 748	24 463 282	16 621 067	15 007 123	2 980 681	17,9%
(5) Volume de negócios (VN)[b]	8 279 787	8 342 565	7 663 721	6 824 513	616 066	8,0%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	2,4	2,9	2,2	2,2		9,2%
(i) Gastos com Deslocações (FSE)	3 708	5 352	448	273	3 260	727,2%
(ii) Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	1 001	3 285	-	-	1 001	
(iii) Gastos com as viaturas[c]	65 339	67 950	57 144	29 372	8 195	14,3%
Total = (i) + (ii) + (iii)	70 048	76 587	57 592	29 645	12 456	21,6%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	301	339	301	297	-	0,0%
N.º Órgãos Sociais (OS)	10	9	10	10	-	0,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	10	10	10	3	-	0,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	291	329	291	294	-	0,0%
N.º Trabalhadores/N.º CD	29	33	29	98	-	0,0%
N.º de viaturas	11	11	11	11	-	0,0%

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMCMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, o efeito da reversão das reduções remuneratórias, nem o efeito do disposto nos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017.
b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.
2017 | Valores reexpressos em SNC-AP

Tabela 78 - Avaliação do cumprimento do PRC (2018)

No que diz respeito ao controlo da frota automóvel, importa referir que o número de viaturas se mantém inalterado, contudo salienta-se a dificuldade em conter o aumento dos gastos devido à elevada antiguidade do parque automóvel.

14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

No cumprimento do disposto na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, a Transtejo procedeu abertura de conta no IGCP, no âmbito do cumprimento do Princípio de UTE.

Conforme previsto no artigo 111.º, da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e artigo 90.º, do Decreto-Lei n.º 27/2017, de 3 de março, a Transtejo procura manter as suas disponibilidades no IGCP, situação que se demonstra no quadro seguinte:

TRANSTEJO - Contas Individuais 2018

Banca Comercial*	1º Trimestre (€)	2º Trimestre (€)	3º Trimestre (€)	4º Trimestre (€)
Depositadas no IGCP	3 644 356	875 711	3 048 157	2 562 305
Outras	27 922	829 893	1 060 140	217 928
Total	3 672 277	1 705 605	4 108 297	2 780 233
Juros auferidos**	0	0	0	0

* Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.
** - Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-1-2016) de todas as

Tabela 79 - Cumprimento Princípio UTE

Não obstante a Transtejo dispor de conta à Ordem junto do IGCP conforme acima indicado, a especificidade da atividade comercial da empresa compreende um conjunto de atividades e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar, nomeadamente:

- Recolha, tratamento e depósito de receita de bilheteira e máquinas de venda automática;
- Abastecimento de trocos às máquinas e bilheteiras dos terminais e estações fluviais;
- Gestão dos terminais POS instalados pela SIBS em condições comerciais favoráveis;
- Emissão e gestão de garantias bancárias;
- Instalação de terminais MB nas estações e terminais fluviais.

Considerando que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação da DGTF e ao IGCP um pedido de dispensa, fundamentada do cumprimento integral do disposto no princípio da UTE, nos termos do n.º 3, do artigo 28.º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro (RJSPE), que seguidamente se reproduz:

- Através de ofício de 08 de fevereiro de 2018, a Transtejo solicitou à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) dispensa da aplicação do princípio da Unidade de Tesouraria para 2018, reforçado por ofício de 06 de junho de 2018 solicitando extensão do pedido para o ano de 2019. Por ofício de 9 de julho de 2018, o IGCP comunicou o despacho de autorização para excecionamento do cumprimento da UTE, para os anos de 2018 e 2019.

15. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

A última auditoria operacional efetuada pelo Tribunal de Contas às empresas Transtejo e Soflusa ocorreu em 2010 (Processo n.º 16/10-AUDIT), tendo sido emitido um conjunto de recomendações, que constam do Relatório de Auditoria n.º 49/2010-2ªS.

Para efeitos de acompanhamento, as empresas deram conhecimento ao Tribunal de Contas das medidas tomadas e sua adoção, dando seguimento às recomendações recebidas.

16. Informação divulgada no SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	2019	Empresas Transtejo e Soflusa
Caracterização da Empresa	S	2014	Empresas Transtejo e Soflusa
Função de tutela e acionista	S	2017	Empresas Transtejo e Soflusa
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S	16/10/2014	Empresas Transtejo e Soflusa
- Identificação dos órgãos sociais	S	16/10/2014	Empresas Transtejo e Soflusa
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	16/10/2014	Empresas Transtejo e Soflusa
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	16/10/2014	Empresas Transtejo e Soflusa
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	16/10/2014	Empresas Transtejo e Soflusa
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	16/10/2014	Empresas Transtejo e Soflusa
Esforço Financeiro Público	S	2016	Empresas Transtejo e Soflusa
Ficha Síntese	S	2017	Empresas Transtejo e Soflusa
Informação Financeira histórica e atual	S	2009	Empresas Transtejo e Soflusa
Princípios de Bom Governo	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
- Outras transações	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
Económico	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
Social	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
Ambiental	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
- Código de etica	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa

Tabela 80 - Informação divulgada no SEE

17. Cumprimento de Obrigações Legais (Quadro Síntese)

Cumprimento das Orientações legais - 2018	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objectivos de Gestão			
Indicadores de Acompanhamento definidos para 2018	S		9-1.a)
Metas a Atingir constantes no PAO 2018	S		9-1.b)
Princípios Financeiros de Referência	S		9-1.b)
Investimento	S	Variação de -123%	9-1.b)
Gastos com pessoal	S	Variação de -13%	9-1.b)
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	Receita = 71,9% | Despesa =72,9%	9-1.c)
Gestão do Risco Financeiro	N.A	Taxa média de financiamento	
Limites de Crescimento do Endividamento	N.A.	Var. Endividamento	
Evolução do PMP a fornecedores	S	9 dias relativamente a 2017	9-4.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	Total de "Arrears" em 31 de Dezembro (em euros) 22.696€	9-4.
Recomendações do acionista na última aprovação de contas (Última Assembleia-Geral de aprovação de contas ocorrida em 03 de março de 2020 - aprovação de contas do exercício de 2017)	S		9-5.
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	S		9-6.a)
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)	C		9-6.a)
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)	C		9-6.a)
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2018 (se aplicável)	N.A.		9-6.b)
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	N.A.		9-7.
Não reembolso de despesas de representação pessoal	N.A.		9-7.
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	Tabela 76 - Gastos com Comunicações	9-7.
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	Tabela 77 - Gastos com Viaturas	9-7.
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		9-8.
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S		9-9.
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	https://ttsl.pt/wp-content/uploads/2019/08/TTSL_Relatorio-de-Execucao-PPRCIC_2018.pdf	9-10.
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		9-11. / 9-12.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S		9-11. / 9-12.
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		
Auditorias do Tribunal de Contas [(b)]			
Recomendações	N.A.	Remetido para o Relatório de Gestão Consolidado	9-15.
Parque Automóvel			
N.º de Viaturas	S	Variação (em n.º) 0 Viaturas	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	Despacho de excecionamento	9-13.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)	S		9-14.
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	92% disponibilidades e aplicações junto no IGCP em 31 de Dezembro	9-14.
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	N.A.	Ofício de 09 julho 2018 - Dispensa do cumprimento 2018 e 201	9-14.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.		9-14.

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

Tabela 81 - Resumo do Cumprimento das Orientações Legais (2018)

10. Notas Finais

10.1. Agradecimentos

O Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento pela colaboração prestada pelas entidades que supervisionam a atividade que constitui o objeto social da Transtejo, particularmente à Direção Geral dos Recursos Marítimos, ao ex-Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e à Capitania do Porto de Lisboa.

Agradece finalmente, a colaboração de todos os que ao longo do exercício contribuíram com o seu desempenho na prossecução do objetivo principal da Empresa, a prestação de um serviço público cada vez mais eficiente e de melhor qualidade.

10.2. Proposta de aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no montante negativo de 13.457.983,28 € (treze milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, novecentos e oitenta e três euros e vinte e oito cêntimos), seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

10.3. Eventos subsequentes

A aprovação deste Relatório de Gestão, decorre num contexto de pandemia internacional, qualificada pela Organização Mundial de Saúde, devido à situação de emergência de saúde pública, ocasionada pelo surto da doença Covid-19, provocada pelo novo Corona vírus.

De uma forma particular e à semelhança dos outros países da União Europeia, foi decretado pelo Presidente da República, em 18 de março de 2020, o estado de emergência (Decreto do Presidente da República nº 14-A/2020), que foi objeto de regulamentação pelo Decreto do Governo nº 2-A/2020 de 20 de março, tendo o mesmo sido sucessivamente renovado, com fundamento na evolução da situação de calamidade pública. Todas as ações foram sendo enquadradas pela intervenção do Governo, através da implementação de medidas orientadas para a contenção dos impactos sociais e económicos decorrentes do surto epidémico, promovendo o apoio às empresas, aos trabalhadores e à sociedade em geral. Todas as medidas foram acompanhadas de enquadramento legislativo, com destaque para sucessivas Resoluções do Conselho de Ministros e Decretos da Assembleia da República.

Ao nível dos transportes públicos de passageiros e salientando o impacto direto na atividade do Grupo Transtejo, foram determinadas medidas essenciais para garantir os serviços indispensáveis à mobilidade e liberdade de circulação das pessoas, destacando-se o Despacho do Senhor Ministro do Ambiente nº 3547-A/2020 de 22 de março, através do qual foram fixados limiares de oferta de serviço público e condições de operação a cumprir pelos operadores de transporte.

Pelo exposto, assiste-se a uma significativa redução da atividade económica e ameaça dos impactos financeiros, decorrentes da atual situação, ainda não totalmente conhecidos e avaliados, mas antevendo-se, essencialmente, provocados pela redução de receitas diretas de exploração e aumento de custos decorrentes da adoção de medidas de prevenção e mitigação da pandemia. Não obstante, merece destaque o cumprimento da atividade da Transtejo, assegurando um serviço público essencial à comunidade, pelo que encontra enquadramento no conjunto de medidas de apoio financeiro anunciadas pelo Decreto-Lei nº 14-C/2020 de 07 de abril.

Embora não sendo possível apurar a totalidade dos efeitos diretos e indiretos, atuais ou potenciais, do presente contexto que se vive a nível mundial, é nossa convicção que os desenvolvimentos futuros da atual situação, não constituirão impactos financeiros com materialidade relevante que implique alteração aos documentos de prestação de contas agora apresentados.

Lisboa, 23 de Abril de 2020

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng.º Luis Filipe Dias Carvalho Maia

TRANSTEJO SOFLUSA

TRANSTEJO - Transportes Tejo, S.A.

EXERCÍCIO DE 2018

CONTAS INDIVIDUAIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO I

Balanço Individual período findo em 31 de dezembro de 2018

Rubricas	Notas	Datas	
		31.12.2018	31.12.2017
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	25 535 188,67	26 048 618,01
Ativos intangíveis	3	233 973,06	156 546,11
Investimentos Financeiros	23.2	14 755 838,25	2 965 562,94
Accionistas/sócios/associados	18.2.g)	4 790 757,91	15 325 948,23
Outros ativos financeiros		2 777,46	2 109,17
Total Ativo Não Corrente		**45 318 535,35**	**44 498 784,46**
Ativo Corrente			
Inventários	10	881 680,19	814 934,02
Clientes, contribuintes e utentes	18.2.a)	106 906,36	109 560,00
Estado e outros ente públicos	18.2.f)	1 100 538,07	763 721,08
Outras contas a receber	18.2.b)	1 204 327,12	1 379 106,65
Diferimentos	18.2.e)	34 429,89	30 991,29
Caixa e depósitos	1.2.e)	2 840 083,15	4 466 317,75
Total Ativo Corrente		**6 167 964,78**	**7 564 630,79**
Total do ATIVO		**51 486 500,13**	**52 063 415,25**
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18.15	208 025 085,00	208 025 085,00
Resultados transitados	18.18	(252 170 537,33)	(240 476 307,45)
Ajustamentos em ativos financeiros	18.18	(1 338 525,85)	189 751,13
Outras variações no património líquido	18.18	9 257 751,88	8 994 555,72
Resultado líquido do período		(13 457 983,28)	(11 659 069,46)
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		**(49 684 209,58)**	**(34 925 985,06)**
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	15	97 500,00	226 500,00
Financiamentos obtidos	7/18.9	44 680 002,82	57 388 155,99
Total Passivo Não Corrente		**44 777 502,82**	**57 614 655,99**
Passivo Corrente			
Fornecedores	18.2.c)	518 211,41	61 204,26
Estado e outros entes públicos	18.2.f)	380 684,71	274 851,77
Financiamentos obtidos	7/18.9	47 941 200,17	23 762 267,00
Fornecedores de investimentos		206 369,64	18 158,34
Outras contas a pagar	18.2.d)	6 926 492,37	4 716 063,88
Diferimentos	18.2.e)	420 248,59	542 199,07
Total Passivo Corrente		**56 393 206,89**	**29 374 744,32**
TOTAL DO PASSIVO		**101 170 709,71**	**86 989 400,31**
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		**51 486 500,13**	**52 063 415,25**

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O Contabilista Certificado:

Dra. Ema Maria de Almeida Ferreira

Demonstração dos Resultados por Natureza Individual período findo em 31 de dezembro de 2018

Rendimentos e Gastos	Notas	Período	
		31.12.2018	31.12.2017
Prestações de serviços e concessões	13	8 279 786,80	7 663 720,74
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	1 303 177,77	1 261 532,07
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		(1 611 126,88)	(1 706 969,28)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(3 825 721,28)	(3 185 167,14)
Fornecimentos e serviços externos	23.3	(7 143 420,95)	(5 019 319,97)
Gastos com pessoal	23.4	(8 953 255,83)	(8 416 579,57)
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	10	28 144,65	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(28 876,76)	
Provisões (aumentos/reduções)	15	(6 000,00)	1 000,00
Outros rendimentos	13/14	2 098 777,45	2 055 939,28
Outros Gastos	23.5	(172 766,16)	(214 775,57)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		**(10 031 281,19)**	**(7 560 619,44)**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	(2 110 955,77)	(2 037 734,02)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		**(12 142 236,96)**	**(9 598 353,46)**
Juros e rendimentos similares obtidos	23.6	333 645,92	292 383,31
Juros e gastos similares suportados	7	(1 629 300,99)	(2 321 800,04)
Resultado antes de imposto		**(13 437 892,03)**	**(11 627 770,19)**
imposto sobre o rendimento	18.2.f)	(20 091,25)	(31 299,27)
Resultado líquido do Período		**(13 457 983,28)**	**(11 659 069,46)**

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O Contabilista Certificado:

Dra. Ema Maria de Almeida Ferreira

Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido período findo em 31 de dezembro de 2018

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património líquido da entidade-mãe					
		Capital/Património Realizado	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do Período (1)		**208 025 085,00**	**(240 476 307,45)**	**189 751,13**	**8 994 555,72**	**(11 659 069,46)**	**(34 925 985,06)**
Alterações no Período							-
Transferências e subsídios de capital	14.1				263 196,16		263 196,16
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	18.18		(11 694 229,88)	(1 528 276,98)		11 659 069,46	(1 563 437,40)
(2)		**-**	**(11 694 229,88)**	**(1 528 276,98)**	**263 196,16**	**11 659 069,46**	**(1 300 241,24)**
Resultado Líquido do Período (3)						**(13 457 983,28)**	**(13 457 983,28)**
Resultado Integral (4)=(2)+(3)		**-**	**(11 694 229,88)**	**(1 528 276,98)**	**263 196,16**	**(1 798 913,82)**	**(14 758 224,52)**
Operações com detentores de Capital no Período							-
Outras operações							-
(5)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Posição no fim do Período (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		**208 025 085,00**	**(252 170 537,33)**	**(1 338 525,85)**	**9 257 751,88**	**(13 457 983,28)**	**(49 684 209,58)**

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O Contabilista Certificado:

Dra. Ema Maria de Almeida Ferreira

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2018

Rubricas	Notas	Período	
		2018	2017
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		11 787 962,96	11 619 240,00
Pagamentos a fornecedores		(13 174 790,09)	(12 113 392,70)
Pagamentos ao pessoal		(8 379 697,81)	(7 864 274,37)
Caixa Gerada de Operações		**(9 766 524,94)**	**(8 358 427,07)**
Outros recebimento/pagamentos		3 148 781,07	2 857 010,48
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)		(6 617 743,87)	(5 501 416,59)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos tangíveis		86 978,33	
Investimentos Financeiros		70 320,83	
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos tangíveis		(1 731 967,58)	(764 589,00)
Ativos Intangíveis		(166 386,89)	
Propriedades de Investimento			
Investimentos Financeiros		(35 160,42)	
Outros ativos		(4 703 055,00)	(4 518 615,00)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		**(6 479 270,73)**	**(5 283 204,00)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		11 470 780,00	2 500 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			65 811 958,77
Outras Operações de Financiamento			68 322,56
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			(55 000 000,00)
Juros e gastos similares			(721 815,07)
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		**11 470 780,00**	**12 658 466,26**
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		**(1 626 234,60)**	**1 873 845,67**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.2.e)	4 466 317,75	2 592 472,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.2.e)	2 840 083,15	4 466 317,75
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		**4 466 317,75**	**2 592 472,08**
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		4 466 317,75	2 592 472,08
De execução orçamental			
De operações de tesouraria			
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**2 840 083,15**	**4 466 317,75**
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		2 840 083,15	4 466 317,75
De execução orçamental		2 884 082,75	4 323 553,75
De operações de tesouraria		(43 999,60)	(142 764,00)

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O Contabilista Certificado:

Dra. Ema Maria de Almeida Ferreira

Adoção pela primeira vez do SNC-AP - divulgação transitória

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas pela Transtejo - Transportes Tejo, S.A. de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP), dando cumprimento ao disposto no Decreto-Lei nº192/2015, de 11 de setembro. Esta legislação determinou que, durante o período de 2018, todas as entidades públicas deviam assegurar as condições para transitar para o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

No cumprimento das orientações sobre a transição para este normativo, as entidades públicas que adotam o SNC-AP pela primeira vez devem:

- Reconhecer todos os seus ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas normas de contabilidade pública;
- Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas normas de acordo com o Plano Oficial de Contas de Contabilidade Pública, e
- Aplicar as normas de contabilidade pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Os ajustamentos resultantes da mudança das políticas contabilísticas que se verifiquem devem ser reconhecidos no saldo de resultados transitados no período em que os elementos são reconhecidos e mensurados e as entidades públicas devem reconhecer ainda os correspondentes ajustamentos no período comparativo anterior.

A NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras - contém um conjunto de divulgações que devem ser efetuadas no ano de transição. No primeiro período de relato em que a entidade aplica pela primeira vez o SNC-AP, deve ser efetuada a divulgação de um conjunto de informações:

- Forma como a transição dos normativos anteriores para as NCP afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados;
- Reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores com património líquido segundo as NCP;
- Reconciliação do resultado relatado segundo os normativos anteriores, relativo ao último período de mais recentes demonstrações financeiras anuais;
- Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com a s NCP;
- Se as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCP são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas.

Com todas as dificuldades inerentes à mudança que esta alteração implicou (ao nível dos processos internos e sistema de informação), a Transtejo procurou dar cumprimento ao desafio de adotar um novo referencial, apresentando-se neste documento as contas do exercício de 2018 de acordo com o mesmo.

Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP

Rubricas do Balanço	Valores conforme normativo anterior 31/12/2017	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de mensuração	Imparidades/ reversões	Outros	Erros	Reclassificações	SNC-AP 01/01/2018
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(2)+...+(9)
ATIVO									
ATIVOS NÃO CORRENTES	41 772 089,78	-	-	-	-	-	-	2 726 694,68	44 498 784,46
Ativos fixos tangíveis	26 048 618,01								26 048 618,01
Ativos intangíveis	156 546,11								156 546,11
Participações financeiras	238 868,26							2 726 694,68	2 965 562,94
Acionistas/sócios/associados	15 325 948,23								15 325 948,23
Outros ativos financeiros	2 109,17								2 109,17
ATIVOS CORRENTES	7 566 370,58	-	-	-	-	-	-	(1 739,79)	7 564 630,79
Inventários	814 934,02								814 934,02
Clientes, contribuintes e utentes	158 410,90							(48 850,90)	109 560,00
Estado e outros entes públicos	763 721,08								763 721,08
Outras contas a receber	1 331 995,54							47 111,11	1 379 106,65
Diferimentos	30 991,29								30 991,29
Caixa e depósitos	4 466 317,75								4 466 317,75
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	(55 792 448,98)							20 866 463,92	(34 925 985,06)
Património/Capital	208 025 085,00								208 025 085,00
Resultados transitados	(250 443 077,84)							9 966 770,39	(240 476 307,45)
Ajustamentos de ativos financeiros	189 751,11								189 751,11
Outras variações no património líquido	(1 905 137,81)							10 899 693,53	8 994 555,72
Resultado líquido do período	(11 659 069,46)								(11 659 069,46)
PASSIVO									
PASSIVO NÃO CORRENTE	75 102 496,57	-	-	-	-	-	-	(17 487 840,58)	57 614 655,99
Provisões	7 466 575,71							(7 240 075,71)	226 500,00
Financiamentos obtidos	57 388 155,99								57 388 155,99
Outras contas a pagar	10 247 764,87							(10 247 764,87)	-
PASSIVOS CORRENTE	30 028 412,77	-	-	-	-	-	-	(653 668,45)	29 374 744,32
Fornecedores	61 204,26								61 204,26
Estado e outros entes públicos	274 851,77								274 851,77
Financiamentos obtidos	23 887 060,24							(124 793,24)	23 762 267,00
Fornecedores de investimentos								18 158,34	18 158,34
Outras contas a pagar	4 611 168,77							104 895,11	4 716 063,88
Diferimentos	1 194 127,73							(651 928,66)	542 199,07

As principais reclassificações efetuadas foram as seguintes (ver nota 1.2.c)):

1. O saldo por utilizar em 31 de dezembro de 2017 dos subsídios ao investimento é de 10.899.693,53€, os quais são reconhecidos em rendimentos, à medida que são contabilizadas as amortizações e depreciações dos bens subsidiados. Este valor foi transferido de diferimentos para outras variações do património líquido (593 - Transferências e subsídios de capital).

Quantias dos subsídios reconhecidos na demonstração de resultados e no balanço			Período de 2018			Período de 2017		
			Demonstração de Resultados	Balanço		Demonstração de Resultados	Balanço	
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período	Quantias reconhecidas no capital	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período	Quantias reconhecidas no capital
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	DGTT Novo Interface Seixal	79 807,68	79 807,68	2 234 614,62	79 807,62	79 807,62	2 314 422,30
		Feder - PIDDAC - C. Seixalinho	96 927,24	96 927,24	3 287 447,47	96 927,12	96 927,12	3 384 374,71
		PIDDAC-Remod. T. Trafaria	-	-	-	60 124,92	60 124,92	-
		PIDDAC - Ferries Novos	398 818,92	398 818,92	4 785 827,60	398 819,08	398 819,08	5 184 646,52
		PIDDAC - T. F. Cacilhas I	16 250,00	16 250,00	-	16 249,92	16 249,92	16 250,00
		SGMAMB - Remot. Campolide	-	-	225 857,96	-	-	
		SGMAMB - Remot. Sé	-	-	430 192,50	-	-	
		SGMAMB - Implement. Wi-Fi	-	-	198 949,54	-	-	
Total			591 803,84	591 803,84	11 162 889,69	651 928,66	651 928,66	10 899 693,53

2. Anulação de provisão por Capitais Próprios negativos da Soflusa, em 31 de dezembro de 2017, no referencial de IFRS's, uma vez que com a conversão para SNC-AP, em 31 de dezembro de 2017, os Capitais Próprios se tornaram positivos em 2.939.865,55€ (ver nota 23.2).

Balanço para a primeira prestação de contas em SNC-AP

Rubricas	Notas	SNC-AP 31-12-2018	SNC-AP 31-12-2017	Normativo anterior 31-12-2017
ATIVOS NÃO CORRENTES				
Ativos fixos tangíveis		25 535 188,67	26 048 618,01	26 048 618,01
Ativos intangíveis		233 973,06	156 546,11	156 546,11
Participações Financeiras		14 755 838,25	2 965 562,94	238 868,26
Acionistas/sócios/associados		4 790 757,91	15 325 948,23	15 325 948,23
Ativos por impostos diferidos		2 777,46	2 109,17	2 109,17
ATIVO CORRENTE				
Inventários		881 680,19	814 934,02	814 934,02
Clientes, contribuintes e utentes		106 906,36	109 560,00	158 410,90
Estado e outros entes públicos		1 100 538,07	763 721,08	763 721,08
Outras contas a receber		1 204 327,12	1 379 106,65	1 331 995,54
Diferimentos		34 429,89	30 991,29	30 991,29
Caixa e depósitos		2 840 083,15	4 466 317,75	4 466 317,75
Total do Ativo		51 486 500,13	52 063 415,25	49 338 460,36
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital		208 025 085,00	208 025 085,00	208 025 085,00
Resultados transitados		(252 170 537,33)	(240 476 307,45)	(250 443 077,84)
Ajustamentos de ativos financeiros		(1 338 525,85)	189 751,13	189 751,13
Outras variações no património líquido		9 257 751,88	8 994 555,72	(1 905 137,81)
Resultado líquido do período		(13 457 983,28)	(11 659 069,46)	(11 659 069,46)
Total do Património Liquido		**(49 684 209,58)**	**(34 925 985,06)**	**(55 792 448,98)**
PASSIVO				
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões		97 500,00	226 500,00	7 466 575,71
Financiamentos obtidos		44 680 002,82	57 388 155,99	57 388 155,99
Outras contas a pagar				10 247 764,87
PASSIVOS CORRENTE				
Fornecedores		518 211,41	61 204,26	61 204,26
Estado e outros entes públicos		380 684,71	274 851,77	274 851,77
Financiamentos obtidos		47 941 200,17	23 762 267,00	23 887 060,24
Fornecedores de investimentos		206 369,64	18 158,34	-
Outras contas a pagar		6 926 492,37	4 716 063,88	4 611 168,77
Diferimentos		420 248,59	542 199,07	1 194 127,73
Total do Passivo		**101 170 709,71**	**86 989 400,31**	**105 130 909,34**
Total do Património Liquido e Passivo		**51 486 500,13**	**52 063 415,25**	**49 338 460,36**

Anexo às demonstrações financeiras individuais

1 Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. Identificação a entidade e período de relato

A Transtejo - Transportes Tejo, S.A. (referida neste documento como "Transtejo" ou "Empresa"), com sede na Rua da Cintura do Porto de Lisboa, Terminal Fluvial do Cais do Sodré, Concelho de Lisboa, Freguesia de Misericórdia, foi constituída em 17 de dezembro de 1975 como empresa pública, tendo sido transformada em sociedade anónima em 21 de julho de 1992. A principal atividade comercial desempenhada pela sociedade corresponde à exploração de transportes fluviais, sendo que, acessoriamente, poderá explorar qualsquer outras atividades turísticas, comerciais ou industriais, conexas, complementares, ou atividades que no seu todo, ou em parte, sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a realização da atividade principal atrás referida, designadamente atividades marítimo - turísticas.

Consequentemente, apesar de não dispor da concessão oficialmente atribuída, a Transtejo explora quatro das cinco carreiras fluviais existentes entre as margens norte e sul do Rio Tejo, sendo a quinta ligação (Terreiro do Paço - Barreiro) assegurada pela sua subsidiária Soflusa.

A Empresa presta serviços de transporte fluvial de passageiros, nos quais se incluem as quatro ligações fluviais referidas (Cacilhas - Cais do Sodré, Seixal - Cais do Sodré, Montijo - Cais do Sodré e Belém - Porto Brandão - Trafaria). A Transtejo exerce ainda uma atividade acessória de exploração de espaços comerciais (espaços publicitários, parques estacionamento, entre outros).

A Transtejo é detida integralmente pelo Estado Português, representado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), entidade responsável pela realização das intervenções financeiras do Estado, acompanhamento de assuntos respeitantes às políticas financeiras da Administração Pública, assegurar a gestão integrada do património estatal, e ainda intervir em operações patrimoniais do sector público.

A Transtejo é uma sociedade de capitais públicos que age sob a tutela do Estado Português, em articulação com a rede de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa. A Empresa rege-se pelos seus Estatutos, pelas normas reguladoras de sociedades anónimas, por disposições do Governo Central relacionadas com o sector dos transportes públicos e com a própria Empresa (disciplina estatutária da Transtejo).

A Transtejo é uma Entidade Pública Reclassificada (EPR), equiparada a Serviços e Fundos Autónomos (SFA) desde 2013. O código da classificação orgânica é o 5871 e está sob a tutela do Ministério do Ambiente.

Com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014, o regime jurídico e financeiro do organismo encontra-se subordinado ao cumprimento da seguinte legislação:

a) Lei do Orçamento de Estado aplicável a cada ano (no caso concreto do ano em análise, Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro - Lei do Orçamento de Estado de 2018);
b) Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 2/2018 de 29 de janeiro e republicada pela Lei n.º 37/2018 de 7 de agosto, alterada pela Lei n.º 41/2014 de 10 de julho), implicando obrigações de reporte à Direção-Geral do Orçamento / Ministério das Finanças;

c) Cumprimento das orientações transmitidas através das Circulares DGO para preparação das Propostas Orçamentais para o OE (em 2018, no âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento do Estado 2019, foi aplicada a Circular n.º 1390, de 08 de agosto de 2018);
d) No âmbito da execução do OE2018: reportes, previstos no artigo 95.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DL n.º 33/2018, de 15 de maio);
e) Aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a partir de janeiro de 2014.

Participação financeira da Transtejo na Soflusa (subsidiária)

A constituição do Grupo Transtejo ocorreu em dezembro de 2001, desencadeada pela aquisição do capital da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., constituída por escritura pública de 11 de novembro de 1992, com o objeto social de exploração de transportes fluviais de passageiros, bem como o exercício de quaisquer outras atividades comerciais ou industriais, conexas ou complementares, suscetíveis de facilitar ou favorecer a realização da atividade principal.

A Soflusa foi constituída pela CP - Caminhos-de-ferro Portugueses, E.P., ao abrigo das disposições dos seus Estatutos - que incluíam a concessão da ligação Lisboa-Barreiro, com o objetivo de articular a rede ferroviária entre as duas margens do Rio Tejo - com o objetivo de explorar aquela ligação.

Em dezembro de 2009, com a publicação dos novos estatutos da C.P. - Comboios de Portugal, E.P.E., foi extinta a base legal na qual lhe era concedida a concessão da exploração da ligação Lisboa - Barreiro, não tendo até ao momento sido, a mesma, formalmente atribuída à Transtejo.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis com exercício anterior.

c) Reclassificação de itens nas demonstrações financeiras

Natureza da reclassificação	Quantia do item ou classe	Razão da classificação
Subsídios não reembolsáveis de capital (transferência da #2823 para #5931)	10 899 693,53	Alteração do referencial contabilístico de IFRS para SNC-AP
Participação Financeira na subsidiária Soflusa (Transferência da #29 para #41 e #56)	9 966 770,39	Com a alteração dos referencial contabilístico a participada Soflusa apresenta capitais próprios positivos, pelo que o registo da equivalência patrimonial é efetuado por contrapartida de "Investimentos Financeiros", não tendo impacto no reforço das provisões.
Clientes para Outros Terceiros	48 850,90	Alteração de critério de classificação
Outros Terceiros para Fornecedores de Investimento	18 158,34	Alteração de critério de classificação
Financiamentos obtidos para Outras Contas a Pagar	124 793,24	Alteração do referencial contabilístico de IFRS para SNC-AP

Enquadramento sobre as principais reclassificações efetuadas:

- Reclassificação na rubrica 593 - Transferências e subsídios de capital, do montante igual a 10.899.693,53€ referente a Subsídios ao Investimento a reconhecer em compensação das amortizações dos bens subsidiados (de acordo com o mesmo grau de depreciação) anteriormente reconhecidos em Diferimentos. Este valor encontrava-se repartido em rubricas de Diferimentos do Passivo Corrente (651.928,66€), montante a reconhecer em período inferior a 1 ano) e Passivo não Corrente (10.247.764,87€).
- Participação financeira na subsidiária - Com a alteração do referencial contabilístico tornou-se necessário efetuar ajustamentos referentes à equivalência patrimonial da participada Soflusa (ver nota 23.2).
- Reclassificação nas rubricas de Outros Terceiros por alteração do critério de classificação das entidades da atividade não principal.

d) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não existiam saldos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

e) Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era como segue:

Conta PCM	Natureza	31.dez.2018	31.dez.2017
111	Caixa/Máquinas Automáticas	59 438,00	82 495,50
118	Caixa Pequena	412,50	350,00
121	Depósitos à ordem no Tesouro	2 562 304,77	4 297 537,27
1221	Banco BPI, S.A.	185 347,42	59 883,41
1222	Novo Banco, S.A.	32 564,58	26 035,69
1223	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	15,88	15,88
	Equivalentes de caixa	-	-
	Descobertos bancários	-	-
Total		2 840 083,15	4 466 317,75

2 Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas de acordo com a NCP 1 e são apresentadas em Euros, correspondendo à moeda funcional da Transtejo, dado que a maior parte das suas transações são efetuadas nesta moeda tratando-se, também, da moeda do seu ambiente económico.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
c) Razão para a reclassificação.

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Transtejo continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

i) Investimentos em subsidiárias

Empresas subsidiárias são todas aquelas entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) nas quais a Transtejo tem poder de decisão sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a Transtejo detém o controlo sobre uma entidade.

Os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Os dividendos recebidos das subsidiárias são registados como um rendimento do exercício, quando deliberados pela Assembleia Geral.

Adicionalmente, sempre que as responsabilidades assumidas pela Empresa ultrapassem o custo de aquisição, além da perda de imparidade registada para o investimento financeiro, é registado adicionalmente uma provisão pelo montante das responsabilidades que ultrapassam a perda de imparidade reconhecida.

ii) Investimentos em empreendimentos conjuntos

Os interesses em empreendimentos conjuntos da Transtejo correspondem a entidades conjuntamente controladas, ou seja, empreendimentos que envolvem o estabelecimento de uma sociedade, parceria, ou outra entidade em que cada empreendedor (incluindo a Transtejo) tem um interesse.

A Transtejo tem um interesse numa Entidade conjuntamente controlada quando tenha acordado contratualmente partilhar o controlo sobre uma atividade económica ou entidade, e apenas existe quando as decisões financeiras e operacionais estratégicas relacionadas com essa atividade ou entidade têm de ser tomadas por unanimidade de todos os investidores na Entidade. O interesse neste tipo de entidades está suportado por Acordos parassociais assinados com os restantes investidores.

A classificação como Entidade conjuntamente controlada cessa quando a Transtejo passa a controlar a Entidade, o que pode ocorrer quando: i) a Transtejo adquire a quota-parte dos outros investidores e o acordo parassocial cesse; ou ii) quando a Transtejo adquire o direito incondicional de comprar (opção de compra) a participação dos restantes investidores, mesmo que não tenha exercido esse direito mas o possa fazer a todo o tempo.

Nas demonstrações financeiras individuais, os interesses em Entidades conjuntamente controladas são mensurados ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade. Os dividendos distribuídos pelas Entidades conjuntamente controladas são reconhecidos como ganhos do período em que são atribuídos.

Adicionalmente, sempre que as responsabilidades assumidas pela Empresa ultrapassem o custo de aquisição, além da perda de imparidade registada para o investimento financeiro, é registado adicionalmente uma provisão pelo montante das responsabilidades que ultrapassam a perda de imparidade reconhecida.

iii) Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Transtejo, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que esta opera (moeda funcional), o Euro. As demonstrações financeiras e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro (moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza.

Ganhos ou perdas cambiais, relativos a empréstimos, caixa e/ou equivalentes de caixa são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza como "Juros e gastos similares suportados" ou "Juros e rendimentos similares obtidos". Todos os outros ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza como outros rendimentos ou gastos operacionais.

No período, não se registaram transações, nem existem saldos em moeda diferente do Euro.

Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2018	2017
USD	1,4500	1,1993
GBP	0,8945	0,8872

Fonte: cotações do Banco de Portugal à data de 31 de dezembro de 2018 e 2017.

iv) Ativos fixos tangíveis

O tratamento contabilístico dos ativos fixos tangíveis foi efetuado de acordo com o disposto na *NCP* 5 - *Ativos Fixos Tangíveis*, estando estes valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Sempre que as partes integrantes de dado ativo fixo tangível possuam ritmos de desgaste funcional diferentes, e caso estas sejam materialmente significativas quando comparadas com o *main* item (componente principal), a Transtejo efetua a depreciação do ativo por componentes (navio e recondicionamentos), em função das suas vidas úteis esperadas.

As despesas subsequentes incorridas com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidas no valor do ativo. Tais despesas poderão ser registadas como um ativo independente apenas se se confirmar como sendo provável que os benefícios económicos associados à posse do ativo sejam benéficos para a Empresa, e caso estes possam ser mensurados com fiabilidade.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que estes são incursos.

Os dispêndios a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 3 a 50 anos
Embarcações	Entre 16 a 22 anos
Equipamento básico - Outros	Entre 3 a 22 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 12 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 3 a 12 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza.

v) Ativos intangíveis

O tratamento contabilístico dos ativos intangíveis é efetuado de acordo com o disposto na NCP 3 - Ativos Intangíveis.
Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando:

i) sejam identificáveis;
ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros;
iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como gastos quando incorridos sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do período em que são incursos.

O custo dos ativos intangíveis adquiridos compreende:

i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;
ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Transtejo valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A Transtejo determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. Os ativos intangíveis registados na demonstração da posição financeira da Transtejo referem-se a software informático (licenças), o qual é amortizado segundo a vida útil estabelecida, a qual não excede 3 anos.

vi) Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. A Transtejo não tem reconhecido ativos com vida útil indefinida.

Relativamente aos ativos não financeiros com vida útil definida, os testes de imparidade são efetuados sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras individuais não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Transtejo avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se assim for, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa). O valor de uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A determinação da existência de imparidade é efetuada para cada ativo individualmente quando gerem fluxos de caixa separados ou de forma agregada ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

vii) Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

a) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
b) Empréstimos concedidos e contas a receber - inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
c) Investimentos detidos até à maturidade - incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a Transtejo tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
d) Ativos financeiros disponíveis para venda - incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

A Empresa reavalia esta classificação a cada data de relato.

viii) Inventários

Os inventários na Transtejo são tratados de acordo com o disposto na *NCP 10 - Inventários*. São reconhecidos como inventários os materiais de consumo (peças, sobressalentes e consumíveis) a utilizar na manutenção dos ativos fixos tangíveis e o inventário de combustíveis e lubrificantes, principal matéria-prima de exploração.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, sendo valorizados subsequentemente ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

ix) Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados por natureza, em "Imparidade de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas, correspondendo o valor líquido das contas a receber, aproximadamente ao seu justo valor.

x) Caixa e depósitos bancários

O caixa e depósitos bancários incluem caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e outros instrumentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidade no curto prazo. Sempre que existam, os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e não são considerados na elaboração da demonstração de fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Transtejo não dispunha de qualquer montante registado como descoberto bancário.

xi) Capital social

O capital corresponde à quantia de capital estatutário da Empresa, estando totalmente titulado em ações ordinárias. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

xii) Passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os "Financiamentos obtidos", "Fornecedores" e "Outras contas a pagar". Os saldos classificados em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

xiii) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao custo, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração do rendimento integral ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Transtejo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

xiv) Gastos com financiamentos

Os gastos com financiamentos incluem juros e outros gastos incorridos pela Empresa ao contrair financiamentos bancários. Estes incluem:

- Juros incorridos com descobertos bancários;
- Juros de empréstimos a curto, médio e longo prazo;
- Amortização de descontos ou prémios derivados da emissão ou re-pagamento de empréstimos;
- Amortização de gastos auxiliares incorridos com a contratação de empréstimos;
- Diferenças de câmbio que surjam no âmbito de empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que tais valores sejam encarados como custos adicionais aos juros incorridos.

Os gastos com financiamentos são reconhecidos como gastos do exercício no período em que incorrem, exceto se associados à construção ou aquisição de um ativo qualificável, caso em que são obrigatoriamente capitalizados.

A capitalização de gastos com financiamentos começa quando o investimento num ativo está a decorrer e existem custos efetivos suportados com os financiamentos, e cessa quando todas as atividades necessárias para preparar um ativo qualificável para o seu uso pretendido, ou venda, são completadas.

xv) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados por natureza, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no património líquido. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras individuais.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

A Transtejo não reconhece ativos por impostos diferidos devido à existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização dos ativos por impostos diferidos, na medida que respeitam, essencialmente, a prejuízos a reportar. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existem situações geradoras de passivos por impostos diferidos.

xvi) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Transtejo tem:

i) uma obrigação presente legal contratual ou construtiva resultante de eventos passados;
ii) para a qual é mais provável que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e
iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Transtejo divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando: a Transtejo tem uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de eventos passados; seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação; e o montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As provisões para reestruturação compreendem compensações para terminação de contratos de colaboradores. Não são reconhecidas provisões para fazer face a perdas operacionais futuras.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para liquidar a obrigação é determinada ao se considerar a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de um ex-fluxo que respeite a um item incluído na mesma classe de obrigações seja reduzida.

Os ativos contingentes são ativos "possíveis" gerados por acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controlo da Transtejo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas, mas divulgados nas notas anexas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

xvii) Subsídios e apoios do Governo

A Transtejo reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis (fundo perdido) são, no âmbito da "NCP14 - Rendimentos de transações sem contraprestação", reconhecidos na rubrica "Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis", nos capitais próprios. No momento em que se cumprem as condições, sendo subsequentemente creditados na demonstração de resultados por natureza à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos que foram financiados e na respetiva proporção.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração de Resultados por Natureza no mesmo exercício em que os gastos associados são incursos e registados (contrapartidas das obrigações contratuais assumidas em termos de exploração, de transporte e de tarifas).

A Transtejo regista como resultados do exercício os valores das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado, decorrentes das obrigações contratuais assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. Adicionalmente são reconhecidos subsídios à exploração referentes às compensações a atribuir ao transporte fluvial, relativas às modalidades de passes "4_18@", "Sub_23" e "Social +".

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

xviii) Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente aos quais a Transtejo detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de "Financiamentos obtidos". Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração de resultados por natureza, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Transtejo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Transtejo tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração de resultados por natureza numa base linear, durante o período da locação.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Transtejo não dispunha de qualquer ativo fixo em regime de locação financeira.

xix) Fornecedores e outras contas a pagar

As rubricas de "Fornecedores" e "Outras contas a pagar", correntes, não vencem juros e são registados pelo seu valor nominal, que corresponde, aproximadamente ao seu justo valor. Quando os saldos a pagar sejam exigíveis para além de 12 meses ou da data de pagamento normal do negócio, a Transtejo terá de registar os passivos pelo valor presente.

As rubricas de "Outras contas a pagar" não correntes são valorizadas ao valor nominal da dívida acrescido dos juros a pagar decorridos.

xx) Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, caso se qualifiquem como tal.

xxi) Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da Transtejo. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da Transtejo refere-se à prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros. A contraprestação recebida pela Transtejo resulta das seguintes transações:

i) venda de bilhetes nas estações;
ii) venda de passes exclusivos Transtejo, passes intermodais ou passes combinados com outros operadores de transportes (ex.: CP, ML e TCB)

Para os diversos tipos de títulos de transporte:

i) O rédito é reconhecido quando os bilhetes são utilizados;
ii) O rédito da venda de passes exclusivos Transtejo é reconhecido no mês a que respeita a venda/carregamento do título de transporte. Já o rédito da venda de passes combinados é reconhecido de acordo com a repartição da receita mensal, efetuada pela AML - Área Metropolitana de Lisboa, de acordo com as quotas fixadas para os diversos operadores de transportes da área da Grande Lisboa. Esta entidade é responsável pela regulação do setor dos transportes, nos termos do disposto na Lei nº 25/2015 de 09 de junho (RJSTPT - Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros).

O rédito da prestação de serviços é reconhecido quando:

i) o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e

ii) seja provável que benefícios económicos fluam para a Transtejo. Assim, o rédito é reconhecido na demonstração de resultados por natureza no período em que os serviços são prestados, de acordo com o princípio da especialização do período.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

xxii) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCP1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, através do recurso ao método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (a) atividades operacionais; (b) atividades de financiamento; e (c) atividades de investimento.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são fundamentalmente provenientes das transações que constituem a principal fonte de geração de recursos financeiros da entidade. São exemplos de fluxos de caixa de atividades operacionais:

(a) Recebimentos de impostos, contribuições, taxas e multas;
(b) Recebimentos pela venda de bens e prestação de serviços;
(c) Recebimentos de subsídios ou transferências e outras dotações ou autorizações orçamentais atribuídas pelo Governo central ou outras entidades do setor público;
(d) Recebimentos de royalties, honorários, comissões e outros rendimentos;
(e) Pagamentos a outras entidades do setor público para financiar as suas operações (não incluindo empréstimos);
(f) Pagamentos a fornecedores de bens e serviços;
(g) Pagamentos a empregados;
(h) Recebimentos e pagamentos de uma entidade seguradora relativos a prémios e indemnizações, anuidades e outros benefícios da apólice;
(i) Pagamentos de impostos sobre a propriedade ou sobre o rendimento (quando apropriado) em relação às atividades operacionais;
(j) Recebimentos ou pagamentos relativos a contratos celebrados para negociação ou comercialização;
(k) Recebimentos ou pagamentos de operações descontinuadas;
(l) Recebimentos ou pagamentos relativos à resolução de litígios.

A divulgação separada de fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento é importante porque tais fluxos representam a extensão das saídas de caixa no sentido de obter recursos que se espera contribuam para a prestação futura de serviços da entidade. Apenas as saídas de caixa que resultem num ativo reconhecido no balanço são elegíveis para se classificarem como atividades de investimento. São exemplos de fluxos de caixa provenientes da atividade de investimento:

(a) Pagamentos para adquirir ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos de longo prazo. Estes pagamentos incluem os relativos a custos de desenvolvimento capitalizados e trabalhos para a própria entidade;
(b) Recebimentos provenientes da venda de ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos de longo prazo;
(c) Pagamentos para adquirir instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e interesses em Diário da República, 1.ª série — N.º 178 — 11 de setembro de 2015 7611 empreendimentos conjuntos (que não sejam pagamentos relativos a instrumentos considerados equivalentes de caixa ou instrumentos financeiros detidos para negociação);

(d) Recebimentos provenientes da venda de instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e de interesses em empreendimentos conjuntos (que não sejam recebimentos relativos a instrumentos considerados equivalentes de caixa ou instrumentos financeiros detidos para negociação);
(e) Adiantamentos e empréstimos feitos a outras entidades (que não sejam adiantamentos e empréstimos feitos por uma instituição financeira pública);
(f) Recebimentos provenientes do reembolso de adiantamentos e empréstimos feitos a outras entidades (que não sejam adiantamentos e empréstimos de uma instituição financeira pública);
(g) Pagamentos relativos a contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos forem detidos para negociação, ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento; e
(h) Recebimentos provenientes de contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos forem detidos para negociação, ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

A divulgação separada dos fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento é importante porque é útil para estimar os fluxos de caixa futuros a pagar a financiadores de capital à entidade. São exemplos de fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento:

(a) Recebimentos provenientes da emissão de títulos de dívida, empréstimos, livranças, obrigações, hipotecas e outros empréstimos de curto ou longo prazo;
(b) Reembolsos de empréstimos obtidos; e
(c) Pagamentos efetuados por um locatário relativos à redução do passivo em aberto de uma locação financeira, incluindo juros.

xxiii) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do exercício. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informações sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados nas notas às demonstrações financeiras, se materiais.

xxiv) Segmentos operacionais

A Transtejo identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, materialmente relevante, o transporte fluvial de passageiros.

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras individuais da Transtejo são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expetativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

- **Provisões:** A Transtejo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

  A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

  A Transtejo utiliza a avaliação dos processos judiciais pelos seus advogados para determinar o reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências.

- **Depreciações:** A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração de resultados por natureza de cada exercício.

  Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

- **Imparidade das contas a receber:** O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica dos outros devedores e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela Gestão, dos riscos de cobrança existentes à data do fecho das demonstrações financeiras, os quais podem vir a divergir do risco efetivo a incorrer.

- **Perdas por Imparidade:** A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Transtejo, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Transtejo.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Transtejo, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

2.5. Aplicação inicial de uma NCP

Na Transtejo não se verifica a aplicação inicial de uma NCP, que tenha efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou possa ter efeito em períodos futuros.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidade, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

i) Fatores do risco financeiro

As atividades da Transtejo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro como:

a) riscos de mercado;
b) risco de crédito; e
c) risco de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Transtejo, sendo a evolução dos mercados analisada de acordo com as mesmas.

Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos a que a Transtejo está sujeita, para definir limites de risco, os controlos adequados para monitorizar a evolução desses riscos e o cumprimento das políticas de gestão de risco implementadas. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para que se mantenham eficazes face à realidade dos mercados e à atividade desenvolvida pela Transtejo.

A gestão do risco é conduzida centralmente pela Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo identifica, avalia e remete à aprovação do Conselho de Administração, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros da Transtejo, no contexto do Grupo Transtejo.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro e a eventual utilização de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados.

Risco de mercado

- Risco de taxa de câmbio: A atividade operacional da Transtejo desenvolve-se em Portugal e a maioria das suas transações são mantidas na moeda funcional da Empresa, o Euro. O risco de taxa de câmbio é pouco expressivo para a realidade da Transtejo, não existindo qualquer política de cobertura para este tipo de risco.
- Risco de taxa de juro: O risco associado à flutuação da taxa de juro tem como principal impacto nas contas da Transtejo o custo do serviço da dívida contratada com instituições financeiras nacionais e internacionais.

O objetivo da gestão do risco de taxa de juro é a redução da flutuação dos custos financeiros, permitindo a obtenção de um resultado líquido mais estabilizado.

Risco de crédito:

O risco de crédito da Transtejo é reduzido uma vez que parte significativa do rédito dos serviços prestados aos clientes é recebida antecipadamente ou na data da prestação do serviço. No caso dos passes intermodais, os valores mensais a receber/a pagar são monitorizados pelo regulador dos transportes, a AML - Área Metropolitana de Lisboa, não existindo riscos de crédito significativos a considerar.

No que se refere aos saldos de "Outras contas a receber" estes resultam maioritariamente de transações pontuais, contudo existem saldos a receber das atividades imobiliárias para os quais o risco de crédito é mais significativo. A política de cobertura de risco definida pela Transtejo passa pela exigência da prestação de garantias e cauções no início do contrato e uma monitorização das atividades dos arrendatários.

Risco de liquidez:

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da empresa, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável e a previsão atempada das necessidades de tesouraria em conjunto com uma adequada gestão das cobranças.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo, que tem como objetivo manter um nível mínimo de tesouraria para fazer face às necessidades financeiras da Transtejo no curto, médio e longo prazo, através da disponibilidade e flexibilidade de financiamento com facilidades de crédito não utilizadas, assim como outras fontes de financiamento. As necessidades pontuais de tesouraria são cobertas pelo controlo das contas a receber e pelo suporte financeiro do Estado Português e do seu acionista.

ii) *Gestão do risco de capital*

O objetivo da Transtejo em relação à gestão de capital alheio, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma utilização prudente de dívida.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de investimento em ativos tangíveis; ii) as tarifas definidas para a prestação de serviços; iii) as comparticipações do Estado e iv) as necessidades de financiamento da exploração.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas

Não existem alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materialmente relevantes de períodos anteriores.

3 Ativos Intangíveis

3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data do relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

b) Método de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes.

c) Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projectos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	930 090,77	828 739,54		101 351,23	1 850 779,25	1 774 599,21		76 180,04
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso	55 194,88			55 194,88	157 793,02			157 793,02
Total	**985 285,65**	**828 739,54**		**156 546,11**	**2 008 572,27**	**1 774 599,21**		**233 973,06**

Em 2018, procedeu-se à correção do registo contabilístico dos ativos referentes a software, reclassificando-os em ativos intangíveis por anulação em ativos fixos tangíveis.

Esta operação implicou um aumento de quantia bruta e amortizações acumuladas no montante de 902.425,60€.

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de depreciações e amortizações respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na demonstração dos resultados por natureza.

e) Quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões e perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projectos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	101 351,23	18 262,88					(43 434,07)			76 180,04
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso	55 194,88	117 361,02	(14 762,88)							157 793,02
Total	156 546,11	135 623,90	(14 762,88)	-	-	-	(43 434,07)	-	-	233 973,06

i) Ativos Intangíveis - Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes adições:

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projectos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação		3 500,00		917 188,48						920 688,48
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso		117 361,02								117 361,02
Total	-	120 861,02	-	917 188,48	-	-	-	-	-	1 038 049,50

ii) Ativos Intangíveis - Diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes diminuições:

Rubricas	Diminuições				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2)+(3)+(4)+(5)
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Goodwill					
Projectos de desenvolvimento					
Programas de computador e sistemas de informação		902 425,60			902 425,60
Propriedade industrial e Intelectual					
Outros					
Ativos intangíveis em curso		14 762,88			14 762,88
Total	-	917 188,48	-	-	917 188,48

3.2. Outras divulgações de ativos intangíveis

a) Ativos intangíveis materialmente relevantes

A Transtejo, em 31 de dezembro de 2018, não detinha ativos intangíveis que, individualmente, se apresentem como materialmente relevantes para as demonstrações financeiras.

b) Ativos intangíveis adquiridos através de transações sem contraprestação e inicialmente reconhecidos pelo justo valor

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Transtejo não detinha ativos intangíveis adquiridos através de transações sem contraprestação.

c) Ativos intangíveis de titularidade restringida e ativos intangíveis dados como garantia de passivos

Em 31 de dezembro de 2018 a Transtejo não tinha passivos garantidos por ativos intangíveis.

d) Compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis

Em 2018 foram assumidos compromissos no montante de 240.551,38€para a aquisição de ativos intangíveis e transitaram de 2017 compromissos no montante de 34.334,07€. Durante o ano libertaram-se verbas destes compromissos no valor de 35.905,18€, por terem sido comprometidos em excesso.

A quantidade total de compromissos assumidos em 2018 para a aquisição de Ativos Intangíveis ascendeu a 274.885,45€.

e) Ativos intangíveis mensurados após reconhecimento que tenham sofrido revalorizações

No exercício de 2018 não existiu revalorização de ativos intangíveis.

3.3. Ativos intangíveis revalorizados

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

3.4. Gastos de pesquisa e desenvolvimento

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

3.5. Outras divulgações

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

4 Acordos de concessão de serviços: concedente

Norma não aplicável.

5 Ativos fixos tangíveis

5.1. Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2017 encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização em conformidade com o período de vida útil máximo dado, constante no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utlizadas correspondem aos períodos de vida estimada.

As vidas úteis e métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

d) Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Outros Ativos Tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	44 996,79	-	-	44 996,79	44 996,79	-	-	44 996,79
Edifícios e outras construções	15 913 530,91	7 754 550,13	-	8 158 980,78	16 018 104,64	8 148 944,65	-	7 869 159,99
Equipamento básico	74 935 434,08	57 354 154,39	-	17 581 279,69	72 846 872,77	56 580 049,88	-	16 266 822,89
Equipamento de transporte	157 377,40	157 377,40	-	-	157 377,40	157 377,40	-	-
Equipamento Administrativo	1 077 629,50	1 032 691,72	-	44 937,78	1 387 163,15	1 157 116,81	-	230 046,34
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	946 733,91	917 722,44	-	29 011,47	1 029 549,93	631 949,79	-	397 600,14
Ativos fixos tangíveis em curso	189 411,50	-	-	189 411,50	726 562,52	-	-	726 562,52
	93 265 114,09	67 216 496,08	-	26 048 618,01	92 210 627,20	66 675 438,53	-	25 535 188,67
Total	**93 265 114,09**	**67 216 496,08**	-	**26 048 618,01**	**92 210 627,20**	**66 675 438,53**	-	**25 535 188,67**

e) Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações								
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças Cambiais	Diminuições	Quantia escriturada (final)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Outros Ativos Tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	44 996,79									44 996,79
Edifícios e outras construções	8 158 980,78	20 186,45					(310 007,24)			7 869 159,99
Equipamento básico	17 581 279,69	163 473,90	198 388,87				(1 676 319,57)			16 266 822,89
Equipamento de transporte	-	-								
Equipamento Administrativo	44 937,78	233 042,55	(581,46)				(47 352,53)			230 046,34
Outros	29 011,47	408 148,44	(5 717,41)				(33 842,36)			397 600,14
Ativos fixos tangíveis em curso	189 411,50	729 241,02	(192 090,00)							726 562,52
	26 048 618,01	1 554 092,36					(2 067 521,70)			25 535 188,67
Total	**26 048 618,01**	**1 554 092,36**					**(2 067 521,70)**			**25 535 188,67**

i) Ativos Fixos Tangíveis - Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes adições:

Rubricas	Adições										
	Internas	Compras	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, reestruturação	Outros	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)
Outros Ativos Tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		-									-
Edifícios e outras construções		20 186,45									20 186,45
Equipamento básico		163 473,90		192 090,00							355 563,90
Equipamento de transporte		-									-
Equipamento Administrativo		233 042,55									233 042,55
Outros		408 148,44									408 148,44
Ativos fixos tangíveis em curso		729 241,02									729 241,02
	-	1 554 092,36	-	192 090,00	-	-	-	-	-	-	1 746 182,36
Total	-	**1 554 092,36**	-	**192 090,00**	-	-	-	-	-	-	**1 746 182,36**

O aumento registado em Ativos Fixos Tangíveis no exercício de 2018 resultou da capitalização de ativos que se encontravam em curso em períodos anteriores, designadamente a aquisição de 100 validadores para os terminais e equipamentos para os terminais de fiscalização (192.090,00€). O aumento registado na rubrica de equipamento administrativo resultou do contrato referente à aquisição de equipamento informático (227.879,76€), na rubrica "Outros" encontra-se registado a aquisição de um sistema de videovigilância para os terminais da Transtejo (386.398,27€). A rubrica de ativos fixos tangíveis em curso inclui o valor de aquisição/reparação de pontões (367.561,50€) e o projeto de implementação de Wi-Fi nos navios e terminais (119.082,94€).

ii) Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes diminuições:

Rubricas	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
Outros Ativos fixos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	-					-
Equipamento básico	1 703 005,94					1 703 005,94
Equipamento de transporte	-					-
Equipamento Administrativo	145,15					145,15
Equipamentos biológicos	-					-
Outros	3 465,81					3 465,81
Ativos fixos tangiveis em curso	-	192 090,00	-	-	-	192 090,00
	1 706 616,90	192 090,00	-	-	-	1 898 706,90
Total	**1 706 616,90**	**192 090,00**	-	-	-	**1 898 706,90**

As diminuições registadas na rubrica de "Ativos fixos tangíveis" reconhecidas durante o exercício de 2018, ascendem a 1.898.706,90€, e respeitam essencialmente, à alienação dos navios Palmelense e Alentejense (1.561.835.51€), e respetivos acessórios e utensílios de navegação (70.931,00€), máquinas e acessórios (70.376,85€), equipamento administrativo (145,15€) e outros ativos tangíveis (3.465,81€), tendo esta operação originado uma mais valia de 83.437,20€.

5.2. Outras divulgações de ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis de titularidade restringida e ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

b) Quantia de dispêndios reconhecidos na quantia escriturada do ativo durante a sua construção

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

c) Quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis

Em 2018 foram assumidos compromissos no montante de 2.867.518,85€ para a aquisição de ativos fixos tangíveis e transitaram de 2017 compromissos no montante de 98.791,68€. Durante o ano libertaram-se verbas destes compromissos no valor de 806.695,11€, por terem sido comprometidos em excesso.

A quantidade total de compromissos assumidos em 2018 para a aquisição de Ativos Fixos Tangíveis ascendeu a 2.159.615,42€.

d) Quantia da compensação por terceiros em imparidade, relativa a bens ativos fixos tangíveis, perdidos ou cedidos

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

5.3. Depreciações de ativos fixos tangíveis

Rubricas	Depreciações do período	
	Reconhecidas nos resultados	Incluídas nos custos de outros ativos
Outros Ativos fixos Tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	(310 007,24)	-
Equipamento básico	(1 676 319,57)	-
Equipamento de transporte	-	-
Equipamento Administrativo	(47 352,53)	-
Equipamentos biológicos		-
Outros	(33 842,36)	-
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-
	(2 067 521,70)	-
Total	**(2 067 521,70)**	-

5.4. Alterações de estimativas contabilísticas

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

5.5. Ativos fixos tangíveis revalorizados

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

5.6. Outras divulgações

a) Ativos fixos tangíveis temporariamente sem uso

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

b) Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estejam em uso

A 31 de dezembro de 2018 a Transtejo tinha os seguintes montantes em ativos fixos tangíveis totalmente depreciados e ainda em uso:

Descrição	
Edifícios	702 645,05
Estações Fluviais e Cais Embarque	1 913 786,02
Pontões, Passadiços e Flutuadores	6 700 589,73
Embarcações	38 664 509,36
Acessórios Utensílios de Navegação	228 616,08
Máquinas e Acessórios	2 726 728,04
Ferramentas e Utensílios	177 210,44
Veículos	157 377,40
Equipamento informático e de telecomunicações	851 635,53
Equipamento de escritório e de reprografia	62 105,87
Mobiliário de escritório e de arquivo	219 218,04
Equipamento do Servico Medicina do Trabalho	13 655,20
Equipamento de decoração e conforto, de utilização comum	556 076,15
	52 974 152,91

c) Ativos fixos retirados de uso ativo e detidos para alienação

Em 31 de dezembro de 2017 a Transtejo tinha identificados para venda 3 navios retirados da operação: Ferries Alentejense e Eborense e o Cacilheiro Palmelense.

Em 2018 foram alienados os navios Alentejense e Palmelense (conforme 5.1.e)).

A 31 de dezembro de 2018 o navio Eborense, registado no ativo fixo pelo valor bruto de 36.741,77€, encontra-se inoperacional, para possível alienação.

6 Locações

Norma não aplicável.

7 Custos de empréstimos obtidos

a) Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

b) Os custos de empréstimos incorridos no exercício de 2018 foram os seguintes:

Entidade	Data do Contrato	Data do visto do TC	Prazo do Contrato	Capital		Taxa de Juro		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de janeiro	Saldo a 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
Direção Geral de Tesouro e Finanças	28/08/2013	n/a	7 anos	11 496 000,00	5 748 000,00	2,37%	2,37%	5 748 000,00	1 033 311,57	6 781 311,57	-	122 667,91	122 667,91		5 748 000,00	5 748 000,00
	13/09/2013	n/a	7 anos	81 050 000,00	40 525 000,00	2,39%	2,39%	40 525 000,00	7 260 519,04	47 785 519,04	-	872 141,15	872 141,15		40 525 000,00	40 525 000,00
	08/10/2013	n/a	7 anos	20 579 000,00	10 289 500,00	2,18%	2,18%	10 289 500,00	1 650 348,15	11 939 848,15	-	201 983,84	201 983,84		10 289 500,00	10 289 500,00
	18/11/2013	n/a	7 anos	2 500 000,00	1 250 000,00	1,87%	1,87%	1 250 000,00	166 656,09	1 416 656,09	-	21 048,32	21 048,32		1 250 000,00	1 250 000,00
	19/12/2013	n/a	7 anos	3 000 000,00	1 500 000,00	1,89%	1,89%	1 500 000,00	197 242,50	1 697 242,50	-	25 528,13	25 528,13		1 500 000,00	1 500 000,00
	27/01/2014	n/a	7 anos	1 500 000,00	1 000 000,00	3,19%	3,19%	500 000,00	174 098,68	674 098,68	-	29 629,34	29 629,34		1 000 000,00	1 000 000,00
	28/02/2014	n/a	7 anos	707 188,00	471 458,67	2,89%	2,89%	235 729,33	72 544,49	308 273,82	-	12 655,31	12 655,31		471 458,67	471 458,67
	15/04/2014	n/a	7 anos	2 000 000,00	1 333 333,33	2,59%	2,59%	666 666,67	177 247,13	843 913,80	-	32 075,23	32 075,23		1 333 333,33	1 333 333,33
	15/07/2014	n/a	7 anos	2 268 413,00	1 512 275,33	2,78%	2,78%	756 137,67	199 841,93	955 979,60	-	39 048,73	39 048,73		1 512 275,33	1 512 275,33
	15/10/2014	n/a	7 anos	1 507 577,00	1 005 051,33	1,72%	1,72%	502 525,67	75 546,08	578 071,75	-	16 056,39	16 056,39		1 005 051,33	1 005 051,33
	19/02/2015	n/a	7 anos	4 423 741,00	3 686 450,83	1,43%	1,43%	737 290,17	176 526,21	913 816,38	-	49 860,78	49 860,78		3 686 450,83	3 686 450,83
	19/05/2015	n/a	7 anos	1 179 020,00	982 516,67	1,17%	1,17%	196 503,33	35 198,41	231 701,75	-	10 877,78	10 877,78		982 516,67	982 516,67
	15/09/2015	n/a	7 anos	3 094 939,00	2 579 115,83	1,40%	1,40%	515 823,17	96 925,53	612 748,70	-	34 224,97	34 224,97		2 579 115,83	2 579 115,83
	17/11/2015	n/a	7 anos	3 000 000,00	2 500 000,00	1,41%	1,41%	500 000,00	87 129,78	587 129,78	-	33 293,33	33 293,33		2 500 000,00	2 500 000,00
	15/07/2016	n/a	7 anos	2 267 721,00	2 267 721,00	2,00%	2,00%	-	66 738,40	66 738,40	-	43 390,45	43 390,45		2 267 721,00	2 267 721,00
	23/09/2016	n/a	7 anos	2 000 000,00	2 000 000,00	2,17%	2,17%	-	55 799,33	55 799,33	-	41 618,01	41 618,01		2 000 000,00	2 000 000,00
	28/12/2017	n/a	7 anos	2 500 000,00	2 500 000,00	0,55%	0,55%		153,33	153,33	-	13 092,64	13 092,64		2 500 000,00	2 500 000,00
	06/07/2018	n/a	7 anos	6 000 000,00	6 000 000,00	0,76%	0,76%	-	-	-	-	22 524,17	22 524,17		-	6 000 000,00
	08/11/2018	n/a	7 anos	5 470 780,00	5 470 780,00	0,83%	0,83%	-	-	-	-	6 703,51	6 703,51		-	5 470 780,00
				156 544 379,00	92 621 202,99			63 923 176,00	11 525 825,66	75 449 001,66	-	1 629 215,00	1 629 215,00	-	81 150 423,00	92 621 203,00

Desde 2013 a Transtejo tem vindo a aplicar um modelo de financiamento com recurso à contratação de empréstimos de médio e longo prazo junto do Estado Português, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Recorrendo à dotação orçamental inscrita no OE2013 retificativo, foi possível reestruturar toda a dívida de curto prazo contratada na banca comercial, contraindo para o efeito, uma operação de financiamento no montante de 118.625.000,00€, a reembolsar em 12 prestações semestrais de igual montante, com início em 31 de maio de 2014 e termo em 30 de novembro de 2019.

Este modelo de financiamento, possibilitado pela condição de Entidade Pública Reclassificada, tem-se mantido em vigor, tendo em 2014 sido celebrado novo contrato de financiamento a 7 anos, com as mesmas condições, no montante de 7.983.178,00€, destinando-se a cobrir necessidades de tesouraria corrente.

Em 2015, no âmbito do mesmo modelo de financiamento, o stock de dívida contratada foi reforçado em 11.697.700,00€.

Em 2016, através de Despacho nº626/16-SEATF de 06 de julho, foi autorizado novo reforço do stock de dívida contratada, tendo ocorrido 2 novos desembolsos, totalizando 4.267.721€.

Também em 2016 ocorreu uma operação de conversão em capital, dos créditos referentes ao serviço da dívida dos exercícios de 2015 e 2016 (aumento de capital em espécie no montante de 46.543.955,38€, contemplado os juros vencidos no montante de 5.671.759,04€ e amortizações no montante de 40.872.196,34€.

Em 2017, através de Despacho do Secretário de Estado do Tesouro de 22 de dezembro, foi autorizada a concessão de um empréstimo de médio e longo prazo para reforço da dívida contratada, no montante de 2.500.000€.

Ainda em 2017 ocorreu uma operação de conversão em capital, dos créditos referentes ao serviço da dívida do exercício de 2017 (aumento de capital em espécie no montante de 25.242.161,23€ (nota 21)), contemplado os juros vencidos no montante de 2.191.181,55€ e amortizações no montante de 23.050.979,68€.

No final de 2017, em consequência das operações acima descritas, o montante em dívida ao Estado ascendia a 81.150.422,99€.

Em 2018, através de Despacho do Secretário de Estado do Tesouro, foram autorizadas as concessões de dois empréstimos de médio e longo prazo para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes da atividade operacional, nos montantes de 6.000.000€ em julho de 2018 e de 5.470.780€ em outubro de 2018.

Ainda em 2018, foi solicitado à Direção Geral de Tesouro e Finanças um diferimento do pagamento do serviço da dívida referente aos empréstimos contratados junto do IGCP. Nesse âmbito, foi diferido o pagamento de juros e amortizações vencidos em 31 de maio e em 30 de novembro de 2018, sem encargos financeiros adicionais.

Face a todas estas situações, no final de 2018, o montante em dívida ao Estado ascendia a 92.621.203€.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

O detalhe destes empréstimos de acordo com o prazo de reembolso é apresentado na Nota 18.9.

Todos os empréstimos estão negociados em euros.

8 Propriedades de Investimento

Norma não aplicável.

9 Imparidade de ativos

As imparidades para clientes de cobrança duvidosa são avaliadas anualmente tendo em conta a avaliação dos riscos de cobrança dos respetivos saldos.

Ativos Financeiros	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo Utilizado	
					Justo Valor	Valor de Uso
Dívidas de Clientes	Gerador de caixa	211 514,96	104 608,60	106 906,36		Fluxos de Caixa
TOTAL		211 514,96	104 608,60	106 906,36		

O montante de 104.608,60€ diz respeito, essencialmente, às entidades:

	Saldo 31/12/2017	Reforços	Reversões	Saldo 31/12/2018
Turisbuilding, Act Maritimo-Turísticas, S.A.	30 302,16	-	-	30 302,16
João Lagos Sports - Gestão de Eventos, S.A.	24 197,60	-	-	24 197,60
Calado & Brito	-	13 607,09	-	13 607,09
Bússola Perfeita, Unipessoal Lda	-	11 936,15	-	11 936,15
Outros	21 232,08	3 333,52	-	24 565,60
	75 731,84	**28 876,76**	-	**104 608,60**

A antiguidade dos saldos vencidos com imparidade é superior a 24 meses.

10 Inventários

a) Política contabilística e método de custeio usado

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo.

O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão de obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Transtejo adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

b) Quantia de inventários registada

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os inventários da Empresa detalham-se conforme se segue:

Descrição	Quantia escriturada inicial	Compras líquidas	Consumos / Gastos	Perdas por imparidade	Reversão de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	Quantia escriturada final
Mercadorias								
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	814 934,02	4 478 825,45	3 825 721,28	614 502,65	28 144,65			881 680,19
Produtos acabados e intermédios								
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos								
Produtos e trabalhos em curso								
Total	**814 934,02**	**4 478 825,45**	**3 825 721,28**	**614 502,65**	**28 144,65**	-	-	**881 680,19**

O valor dos inventários reconhecidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresenta a seguinte decomposição:

	2018	2017
Combustíveis	100 675,12	103 621,54
Lubrificantes	15 210,51	18 980,60
Materiais de consumo	30 212,90	26 893,96
Fardamentos	23 165,50	7 227,37
Bilhetes	26 343,80	25 086,77
Sobresselentes	1 156 395,27	1 130 760,67
Materiais para reparações	144 179,74	145 010,41
Subtotal	**1 496 182,84**	**1 457 581,32**
Imparidades de inventários	(614 502,65)	(642 647,30)
Total inventários	**881 680,19**	**814 934,02**

A totalidade de itens registados em inventários encontra-se contabilizada pelo valor de realização líquido.

O valor dos inventários reconhecidos em 2018, como gasto e incluído na rubrica "custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 3.825.721,28€ (em 2017: 3.185.167,14€), dos quais 3.028.984,93€ correspondem a consumos de combustíveis (2017: 2.552.581,32€).

c) Quantia de inventários registada pelo justo valor menos custos de venda

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

d) Quantia de inventários reconhecida como gasto no período

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas é como segue:

Descrição	2018	2017
Combustíveis	3 028 984,93	2 552 581,32
Consumo de lubrificantes	63 697,27	56 312,79
Materiais de consumo	23 207,61	21 556,90
Economato	103 401,21	102 714,58
Fardamento	6 807,81	20 118,21
Consumo de sobressalentes	495 685,71	378 908,66
Consumo mat. Reparações	103 936,74	52 974,68
Total	**3 825 721,28**	**3 185 167,14**

O montante de maior relevância corresponde aos consumos de combustível (gasóleo) realizado pelas embarcações na atividade de exploração. O acréscimo registado no custo deste consumo deve-se, principalmente, ao aumento do preço médio do gasóleo consumido (0,08€/L), passando de 0,49€/L, em 2017, para 0,57€/L, em 2018.

O apuramento do custo das matérias consumidas nos exercícios de 2018 e 2017 foi determinado como segue:

	2018	2017
Existências iniciais	814 934,02	725 171,05
Compras de materiais diversos	4 506 970,10	3 917 577,41
Regularização de existências	(614 502,65)	(642 647,30)
Existências finais	(881 680,19)	(814 934,02)
Gastos do exercício	**3 825 721,28**	**3 185 167,14**

e) Quantia de redução de inventários reconhecida como gasto no período

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

f) Quantia das perdas por imparidade e das reversões de inventários reconhecidas como um gasto do período

A evolução das perdas por imparidade acumuladas e das reversões de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é detalhada como se segue:

Imparidades	Saldo inicial 31.12.2017	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31.12.2018
Mercadorias					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	642 647,30		(28 144,65)		614 502,65
Produtos acabados e intermédios					
Produtos e trabalhos em curso					
Total	**642 647,30**	**-**	**(28 144,65)**	**-**	**614 502,65**

A imparidade de inventário acumulada corresponde aos sobressalentes da frota sem rotação e/ou obsoletos.

No exercício de 2018 foram efetuadas contagens físicas aos diversos armazéns, originando a reversão de imparidades.

g) Circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é reconhecida quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existam ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como "imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

h) Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantias a passivos

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

11 Agricultura

Norma não aplicável.

12 Contratos de construção

Norma não aplicável.

13 Rendimentos de transações com contraprestação

a) Política contabilística e métodos adotados

VENDAS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados:

i) Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
ii) Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
iii) Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
iv) Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
v) Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de concretização da prestação de serviços à data do balanço.

JUROS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

b) Quantia de cada categoria de Rendimentos

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, têm a seguinte decomposição:

Rendimento	31.12.2018	31.12.2017
Prestação de Serviços	8 279 786,80	7 663 720,74
Venda de bens	-	-
Outros rendimentos	1 454 685,45	1 157 611,14
Juros	333 645,92	292 383,31
Total	**10 068 118,17**	**9 113 715,19**

O montante de Prestações de serviços reconhecidos tem o seguinte detalhe:

Descrição		2018	2017
Tráfego de passageiros			
Bilhetes	i)	2 503 860,88	2 598 005,33
Intermodais	ii)	1 479 756,17	1 389 899,46
Passes próprios	iii)	857 999,11	730 397,25
Combinados	iv)	1 558 954,42	1 432 733,92
Zapping	v)	1 707 441,66	1 292 715,08
Bilhete 24h	vi)	103 089,01	90 263,42
Outros		922,64	-
Tráfego de veículos	vii)	65 486,52	62 646,08
Aluguer de embarcações	viii)	1 550,00	66 350,00
Serviço de turismo		-	-
Outros		726,39	710,20
Total prestações de serviços		**8 279 786,80**	**7 663 720,74**

i) **Bilhetes:** rendimentos de títulos de transporte para viagens ocasionais (carregamentos de cartões Viva Viagens e em máquinas de venda automática).

ii) **Intermodais:** rendimentos de passes de transporte que podem ser utilizados em diversos operadores de transporte público.

iii) **Passes próprios:** passes mensais exclusivos para carreiras Transtejo.

iv) **Combinados:** sistema de passes que permitem a realização de viagens entre um conjunto limitado de operadores de transporte.

v) **Zapping:** sistema de aquisição de viagens que permite aos passageiros ocasionais utilizar os serviços da Transtejo, Carris e Metro mediante carregamento de valores em suporte Viva Viagens.

vi) **Bilhete 24h:** rendimentos de títulos de transporte válidos por um dia para um número ilimitado de viagens.

vii) **Tráfego de veículos:** serviço de transporte de veículos em ferryboats na ligação Belém-Trafaria-Porto Brandão.

viii) **Aluguer de embarcações:** alugueres pontuais de embarcações a terceiros.

O montante reconhecido em Outros Rendimentos diz respeito a rendimentos suplementares e tem o seguinte detalhe:

Descrição	2018	2017
Outros rendimentos		
Aluguer de espaços e outros	315 680,64	305 216,61
Cedências	62 812,99	34 256,16
Concessão/protocolo	498 865,32	428 321,05
Cartões para passes e outros	460 524,89	384 020,71
Ganhos em alienações	83 437,20	-
Outros	33 364,41	5 796,61
	1 454 685,45	**1 157 611,14**

A rubrica "Outros rendimentos" decompõe-se essencialmente em: rendimentos referentes ao aluguer de espaços nas suas instalações (terminais, parques de estacionamento e administrativas), à venda de cartões para carregamento de títulos de transporte e a concessão da atividade de passeios turísticos, efetuados diariamente no Tejo.

c) Rendimentos provenientes da troca de bens ou serviços

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

14 Rendimentos de transações sem contraprestação

14.1. Divulgação das classes de rendimentos sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados:

Rendimentos	31.12.2018	31.12.2017
Subsídios obtidos	**1 303 177,77**	**1 261 532,07**
Indemnizações Compensatórias	1 094 339,62	1 094 339,64
Compensação 4/18 e Sub 23	111 697,56	76 451,28
Compensação Passe Social +	97 140,59	90 741,15
Outros Rendimentos	**644 092,00**	**898 328,14**

O valor na rubrica de "Outros Rendimentos" inclui o valor de imputação de subsídios para investimentos, conforme quadro seguinte:

Quantias dos subsídios reconhecidos na demonstração de resultados e no balanço			Período de 2018			Período de 2017		
			Demonstração de Resultados	Balanço		Demonstração de Resultados	Balanço	
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período	Quantias reconhecidas no capital	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconheddas em gastos do período	Quantias reconheddas no capital
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	DGTT Novo Interface Seixal	79 807,68	79 807,68	2 234 614,62	79 807,62	79 807,62	2 314 422,30
		Feder - PIDDAC - C. Seixalinho	96 927,24	96 927,24	3 287 447,47	96 927,12	96 927,12	3 384 374,71
		PIDDAC-Remod. T. Trafaria	-	-	-	60 124,92	60 124,92	-
		PIDDAC - Ferries Novos	398 818,92	398 818,92	4 785 827,60	398 819,08	398 819,08	5 184 646,52
		PIDDAC - T. F. Cacilhas I	16 250,00	16 250,00	-	16 249,92	16 249,92	16 250,00
		SGMAMB - Remot. Campolide	-	-	225 857,95	-	-	
		SGMAMB - Remot. Sé	-	-	430 192,50	-	-	
		SGMAMB - Implement. WI-FI	-	-	198 949,54	-	-	
Total			**591 803,84**	**591 803,84**	**11 162 889,69**	**651 928,66**	**651 928,66**	**10 899 693,53**

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos em exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 têm a seguinte decomposição no balanço:

Balanço	Ano 2018	Ano 2017
Activos Sujeitos a restrições Contas a Receber de transações sem contraprestação Adiantamento de recebimentos de transações sem contraprestação	41 645,69	-
Passivos relacionados com ativos transferidos sujeitos a condições Passivos relativos a empréstimos bonificados sujeitos às condições dos activos transferidos Passivos perdoados		

O valor indicado corresponde a um valor a receber de subsídios à exploração referente a valores que transitaram de compensações de 4_18 e sub23 e Social+, conforme informação recebida por parte da Secretaria Geral do Ministério do Ambiente.

14.2. Outras divulgações

a) Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de rendimentos provenientes de transações sem contraprestação

O valor mais significativo registado nesta rubrica corresponde às indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado Português como contrapartida das obrigações assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. As verbas atribuídas, registadas nesta conta pelo seu valor líquido de IVA, correspondem ao montante atribuído à Transtejo pela Entidade Coordenadora do Programa Orçamental (Secretaria Geral do Ministério do Ambiente). Este montante, inscrito no Orçamento de Estado de cada um dos anos em referência, foi fixado por distribuição de *plafond*, de acordo com a RCM nº150/2018 e 133/2017. Encontra-se em fase de preparação um novo projeto de Contratualização do Serviço Público de suporte à atribuição de compensações financeiras à Transtejo.

Estes diplomas suportaram, também, a distribuição das compensações recebidas, entre indemnizações compensatórias e compensações tarifárias.

b) Bases em que foi mensurado o justo valor dos recursos que fluíram para a entidade

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

c) Para as principais classes de réditos de impostos que a entidade não tenha podido mensurar com fiabilidade durante o período em que o acontecimento tributável ocorra, informação acerca da natureza desses impostos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

d) A natureza e tipo das principais classes de legados, ofertas e doações, evidenciando separadamente as principais classes de bens em espécie recebidos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

14.3. Serviços em espécie recebidos, incluindo os não reconhecidos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

15 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1. Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

i) Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
ii) Seja provável que um ex-fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
iii) Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro em 2018 e 2017, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Provisões	Saldo inicial 31.12.2017	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31.12.2018
Impostos					
Contribuições					
Juros de mora					
Garantias a clientes					
Processos judiciais em curso	185 000,00	6 000,00	-	(135 000,00)	56 000,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais					-
Matérias ambientais	41 500,00	-	-	-	41 500,00
Contratos onerosos					
Reestruturação					
Outras Provisões					
Total	**226 500,00**	**6 000,00**	**-**	**(135 000,00)**	**97 500,00**

Em 2018 as provisões foram reforçadas em 6.000€ e dizem respeito a diversos processos judiciais interpostos por trabalhadores ao serviço da Empresa.

Houve, ainda, uma utilização de provisão constituída para o efeito, no montante de 135.000€, referente ao desfecho de um processo judicial com a entidade "Actual - Actividades Hoteleiras, Lda.", cuja sentença foi conhecida durante o ano de 2018.

15.2. Breve descrição da natureza das obrigações e momento esperado de quaisquer ex-fluxo de benefícios económicos esperados ou de potencial de serviço

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

15.3. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 a Transtejo não tinha qualquer passivo contingente a reportar. Porém, salienta-se o risco de encargos futuros associados aos processos judiciais referidos no ponto anterior, para os quais se encontra constituída provisão.

15.4. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 a Transtejo não tinha quaisquer ativos contingentes a reportar.

16 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

A Transtejo reconhece as transações em moeda estrangeira às taxas de câmbio das datas das referidas transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizados para as taxas de câmbio da data de fecho.

Os itens não monetários mensurados ao custo histórico por uma moeda estrangeira mantêm o valor transposto à data da transação, não sendo atualizados. Os itens não monetários mensurados ao justo valor numa moeda estrangeira são atualizados para as taxas de câmbio à data em que os justos valores foram determinados.

16.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

As diferenças de câmbio resultantes de transposições atrás referidas são reconhecidas nos resultados do período em que ocorram.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não existiam diferenças de câmbio registadas.

16.2. Moeda de apresentação

A moeda de apresentação é o Euro

17 Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão a 23 de Abril de 2020 pelo Conselho de Administração.

A aprovação deste documento de prestação de contas, decorre num contexto de pandemia internacional, qualificada pela Organização Mundial de Saúde, devido à situação de emergência de saúde pública, ocasionada pelo surto da doença Covid-19, provocada pelo novo Coronavírus.

De uma forma particular e à semelhança dos outros países da União Europeia, foi decretado pelo Presidente da República, em 18 de março de 2020, o estado de emergência (Decreto do Presidente da República nº 14-A/2020), que foi objeto de regulamentação pelo Decreto do Governo nº 2-A/2020 de 20 de março, tendo o mesmo sido sucessivamente renovado, com fundamento na evolução da situação de calamidade pública. Todas as ações foram sendo enquadradas pela intervenção do Governo, através da implementação de medidas orientadas para a contenção dos impactos sociais e económicos decorrentes do surto epidémico, promovendo o apoio às empresas, aos trabalhadores e à sociedade em geral. Todas as medidas foram acompanhadas de enquadramento legislativo, com destaque para sucessivas Resoluções do Conselho de Ministros e Decretos da Assembleia da República.

Ao nível dos transportes públicos de passageiros e salientando o impacto direto na atividade da Transtejo, foram determinadas medidas essenciais para garantir os serviços indispensáveis à mobilidade e liberdade de circulação das pessoas, destacando-se o Despacho do Senhor Ministro do Ambiente nº 3547-A/2020 de 22 de março, através do qual foram fixados limiares de oferta de serviço público e condições de operação a cumprir pelos operadores de transporte.

Pelo exposto, assiste-se a uma significativa redução da atividade económica e ameaça dos impactos financeiros, decorrentes da atual situação, ainda não totalmente conhecidos e avaliados, mas antevendo-se, essencialmente, provocados pela redução de receitas diretas de exploração e aumento de custos decorrentes da adoção de medidas de prevenção e mitigação da pandemia. Não obstante, merece destaque o cumprimento da atividade da Transtejo, assegurando um serviço público essencial à comunidade, pelo que encontra enquadramento no conjunto de medidas de apoio financeiro anunciadas pelo Decreto-Lei nº 14-C/2020 de 07 de abril.

Embora não sendo possível apurar a totalidade dos efeitos diretos e indiretos, atuais ou potenciais, do presente contexto que se vive a nível mundial, é nossa convicção que os desenvolvimentos futuros da atual situação, não constituirão impactos financeiros com materialidade relevante que implique alteração aos documentos de prestação de contas agora apresentados.

18 Instrumentos financeiros

18.1. Políticas contabilísticas e bases de mensuração

Os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidos pela Transtejo quando esta se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, cujos retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo casos de risco de crédito), são mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas. São também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos.

Os demais instrumentos são mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados e os custos de transação na mensuração inicial destes ativos ou passivos financeiros.

As políticas de mensuração de instrumentos financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permanecerem na posse da Transtejo.

18.2. Quantia escriturada dos ativos financeiros e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as categorias de ativos e passivos financeiros estão detalhadas conforme segue:

	Notas	31/12/2018			31/12/2017		
		Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia líquida	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia líquida
Ativos Financeiros							
Caixa e equivalentes a caixa							
Caixa		59 850,50	-	59 850,50	82 845,50		82 845,50
Depósitos bancários		2 780 232,65	-	2 780 232,65	4 383 472,25		4 383 472,25
		2 840 083,15	-	**2 840 083,15**	**4 466 317,75**	-	**4 466 317,75**
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado:							
Ativos não correntes							
Acionistas/sócios	g)	4 790 757,91	-	4 790 757,91	15 325 948,23	-	15 325 948,23
Ativos correntes							
Clientes	a)	211 514,96	(104 608,60)	106 906,36	185 291,84	(75 731,84)	109 560,00
Estado e Outros Entes Públicos	f)	1 100 538,07	-	1 100 538,07	763 721,08	-	763 721,08
Acionistas/sócios							
Outras contas a receber	b)	1 294 577,08	(90 249,96)	1 204 327,12	1 469 356,61	(90 249,96)	1 379 106,65
Diferimentos	e)	34 429,89		34 429,89	30 991,29	-	30 991,29
		7 431 817,91	**(194 858,56)**	**7 236 959,35**	**17 775 309,05**	**(165 981,80)**	**17 609 327,25**
		10 271 901,06	**(194 858,56)**	**10 077 042,50**	**22 241 626,80**	**(165 981,80)**	**22 075 645,00**
Passivos Financeiros							
Passivos financeiros ao custo amortizado							
Passivos não correntes							
Financiamentos bancários		44 680 002,82	-	44 680 002,82	57 388 155,99	-	57 388 155,99
		44 680 002,82	-	**44 680 002,82**	**57 388 155,99**	-	**57 388 155,99**
Passivos correntes							
Fornecedores	c)	518 211,41	-	518 211,41	61 204,26	-	61 204,26
Financiamentos bancários		47 941 200,17	-	47 941 200,17	23 762 267,00	-	23 762 267,00
Estado e Outros Entes Públicos	f)	380 684,71	-	380 684,71	274 851,77	-	274 851,77
Fornecedores de Investimento		206 369,64	-	206 369,64	18 158,34	-	18 158,34
Outras contas a pagar	d)	6 926 492,37	-	6 926 492,37	4 716 063,88	-	4 716 063,88
Diferimentos	e)	420 248,59	-	420 248,59	542 199,07	-	542 199,07
Acionistas/ sócios							-
		56 393 206,89	-	**56 393 206,89**	**29 374 744,32**	-	**29 374 744,32**
		101 073 209,71	-	**101 073 209,71**	**86 762 900,31**	-	**86 762 900,31**

a) Clientes: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de terceiros relacionados com protocolos celebrados com entidades públicas (concessão de viagens, repartição de receitas de passes intermodais, etc.).

b) Outras Contas a receber: A decomposição da rubrica de "Outras contas a receber", é como segue:

Descrição	Obs.	2018	2017
Outros devedores	i)	732 419,59	577 276,40
Pessoal	ii)	82 987,61	94 619,94
Perdas de imparidade		(90 249,93)	(90 249,93)
Outros Devedores		**725 157,27**	**581 646,41**
Rendimentos a reconhecer no período		69 541,51	309 623,39
Soflusa - Soc. Fluvial transportes, S.A.	iii)	288 669,32	380 291,94
Indemnizações compensatórias		41 645,69	-
Otlis - Operadores Trans. Região Lisboa		12 207,94	54 611,65
Operadores Repartição		15 976,59	10 957,75
Indemnizações a receber de seguradoras		10 675,00	10 675,00
Acréscimos de rendimentos		**438 716,05**	**766 159,73**
Gastos a reconhecer		40 453,80	31 300,51
Gastos diferidos		**40 453,80**	**31 300,51**
Total		**1 204 327,12**	**1 379 106,65**

i) Outros devedores: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos da rubrica de Outros devedores apresentam a seguinte decomposição:

		2018			2017		
		Valor bruto	Imparidade	Total	Valor bruto	Imparidade	Total
Caistejo - Actividades Hoteleiras, Lda	a)	61 904,48	(61 904,48)	-	61 904,48	(61 904,48)	-
Manuel Rui Azinhais Nabeiro, Lda.	b)	20 825,00	(20 825,00)	-	20 825,00	(20 825,00)	-
Cristina de Jesus Vaz da Costa	c)	1 523,04	(1 523,04)	-	1 523,04	(1 523,04)	-
Outros	d)	648 167,07	(5 997,41)	642 169,66	493 023,88	(5 997,41)	487 026,47
Total		**732 419,59**	**(90 249,93)**	**642 169,66**	**577 276,40**	**(90 249,93)**	**487 026,47**

a) O saldo a receber refere-se a rendas por ocupação de espaço de restauração a bordo dos catamarãs da Empresa e em terminais, encontrando-se registada uma perda por imparidade correspondente à sua totalidade. Durante o primeiro semestre de 2012 a Empresa rescindiu o contrato com este concessionário, encontrando-se em curso processo judicial associado a este contrato;

b) Foi constituída uma perda por imparidade na totalidade do saldo referente a um débito datado de 2005, relacionado com a comercialização, pelo concessionário Actual em regime de exclusividade dos cafés marca DELTA;

c) Foi constituída uma perda por imparidade na totalidade do saldo referente a débitos de 2013 relacionados com a licença de ocupação de espaços por este concessionário;

d) Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Outros" compreende, essencialmente, saldos a receber da Carristur (243.367,42€) no âmbito do Protocolo de Exploração de atividades de "Cruzeiros no Tejo", passeios turísticos (Yellow Boat) e o valor remanescente do protocolo assinado em 2014 com a Navalria (198.240,00€), referente à compensação devida à Transtejo por responsabilidades financeiras imputáveis à Navalria no âmbito do projeto de construção de 2 navios ferryboats. Este saldo tem contrapartida nos diferimentos passivos.

ii) Pessoal: Esta rubrica é constituída, essencialmente, por adiantamentos de valores aos colaboradores, a título de posterior regularização por parte da Segurança Social e da Companhia de Seguros (subsídios de doença e sinistros).

iii) Acréscimo de rendimentos: Especialização dos gastos suportados pela Transtejo e que são da responsabilidade da Soflusa no montante de 288.669,32€, correspondentes aos consumos de água, luz, aluguer de instalações.

c) Fornecedores: Os saldos mais significativos são como segue:

Descrição entidade	2018	2017
Companhia Carris Ferro Lisboa	271 983,18	-
Petrogal	105 257,57	-
Cecílio & Carlos Sanfins, Lda.	41 364,90	
OTLIS	16 211,49	36 888,55
HR - Aluguer Automóveis	1 739,20	5 349,11
Fórum Selecção	-	7 816,82
Faster Ways	-	4 465,74
EDP Comercial	-	2 832,67
Outras entidades	81 655,07	3 851,37
Total	**518 211,41**	**61 204,26**

d) Outras contas a pagar:

Descrição	Nota	2018	2017
Credores diversos	i)	2 754 967,25	2 735 521,93
Outros credores		**2 754 967,25**	**2 735 521,93**
Juros a pagar	ii)	1 754 008,27	124 793,24
Remunerações a pagar	iii)	1 212 617,63	1 101 045,61
Outros	iv)	1 204 899,22	754 703,10
Acréscimo de gastos		**4 171 525,12**	**1 980 541,95**
Total		**6 926 492,37**	**4 716 063,88**

i) Credores Diversos: Os saldos mais significativos referem-se a valores em aberto para com a DGTF (2.650.239,56€), montante a regularizar no âmbito do acordo celebrado em 2014 entre o Estado Português, Metropolitano de Lisboa, E.P.E, e Transtejo, referente à transmissão de titularidade do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, apurado pela diferença entre o valor do imóvel relevado no referido acordo apurado pelo custo histórico (13.575.239,56€) e a avaliação do mesmo apurada em 2015, no valor de (10.925.000,00€), que, conforme estabelecido no âmbito da referida operação, deveria ter sido objeto de regularização no momento da primeira operação de aumento de capital da Transtejo a regularizar pelo Estado em 2015.
A Transtejo já solicitou à DGTF a reapreciação desta pendência, sobre a qual se aguardam desenvolvimentos;

ii) Juros a pagar: especialização dos encargos financeiros devidos pelos contratos de empréstimo com a DGTF;

iii) Remunerações a pagar: especialização de encargos de colaboradores, por conta de direitos adquiridos e reconhecidos durante o ano. A estimativa respeita a gastos com férias, encargos sociais e abonos variáveis, como sejam subsídios de refeição, prémio de assiduidade, entre outros);

iv) Outros: diz respeito, à repartição de receita com outros operadores de transporte (879.199,39€) e à especialização de licenças de ocupação (278.971,17€).

e) Diferimentos: Especialização das receitas de carregamentos de passes intermodais, passes próprios, combinados e zapping, obtidas em dezembro, referentes a janeiro do ano seguinte.

f) Estado e Outros Entes Públicos:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos da rubrica de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte decomposição:

	2018		2017	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
IRC - Imposto s/ rendimento das pessoas coletivas	71 911,28	-	82 026,24	-
Imposto a recuperar	36 125,65	-	38 956,88	-
Imposto a pagar	-	20 091,25	-	31 299,27
IRS - Imposto s/ rendimento das pessoas singulares	-	174 192,62	-	82 228,25
IVA - Imposto s/ valor acrescentado	992 501,14	-	642 737,96	-
Contribuições p/ segurança social	-	183 364,34	-	158 480,25
Outras tributações	-	3 036,50	-	2 844,00
Total	**1 100 538,07**	**380 684,71**	**763 721,08**	**274 851,77**

O saldo devedor de IRC em 2018 corresponde ao montante do PEC dos exercícios de 2014 (15.662,08€], 2015 (14.117,74€), 2016 (13.867,02€), 2017 (12.450,40€) e 2018 (15.814,04€).

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de IVA a receber ascendia a 992.501,14€, cujo reembolso, no montante de 930.000€ foi solicitado em janeiro de 2019 (550.000€) e fevereiro de 2019 (380.000€), valor que foi recebido em março e abril de 2019, respetivamente.

Os valores credores identificados correspondem a saldos de natureza corrente para com os Centros Regionais de Segurança Social (contribuições do pessoal e da entidade empregadora para a Segurança Social) e ainda retenções de Impostos Sobre o Rendimento sobre entidades terceiras.
Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

Imposto sobre o rendimento corrente

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os montantes a receber e a pagar relativos a IRC têm a seguinte composição:

	2018	2017
Imposto a recuperar	36 125,65	38 956,88
Imposto a pagar	(20 091,25)	(31 299,27)
Total	**16 034,40**	**7 657,61**
Estimativa de Imposto a pagar	(20 091,25)	(31 299,27)
Retenções na fonte de terceiros	36 125,65	38 956,88
Total	**16 034,40**	**7 657,61**

O montante relativo à estimativa de imposto corrente sobre o rendimento foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

	2018	2017
Tributação Autónoma	(20 091,25)	(31 299,27)
	(20 091,25)	**(31 299,27)**

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Prejuízos fiscais	2018	2017	Ano Limite de Utilização
Gerados no exercício de 2018	11 402 663,99	-	2023
Gerados no exercício de 2017	8 823 829,36	8 823 829,36	2022
Gerados no exercício de 2016	8 469 030,28	8 469 030,28	2028
Gerados no exercício de 2015	7 079 386,83	7 079 386,83	2027
	35 774 910,46	**24 372 246,47**	

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 21% sobre a matéria coletável, acrescida de Derrama Municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, perfazendo uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 87º - A do Código do IRC, os lucros tributáveis que excedam os 1,5 milhões de Euros são sujeitos a Derrama Estadual à taxa de 3%, 5% para entidades com um lucro tributável entre 7.500.000€ e 35.000.000€ e 9% para entidades com um lucro tributável superior a 35.000.000€. Em resultado das modificações introduzidas pela lei nº 82 - B/2014 de 31 de dezembro, que alterou: (i) o artigo 87º do Código do IRC e (ii) o art.º 52 do Código do IRC, a partir de 2015 inclusive, a taxa de IRC passou para 21%; a dedução dos prejuízos fiscais foi limitada a 70% do lucro tributável, sendo estendido para 12 anos o período de reporte de prejuízos fiscais apurados a partir de 2014. A lei nº 7-A/2016 de 30/3 alterou a redação do nº1 do artº 52º do CIRC, com efeito aos prejuízos apurados em 2017, a dedução do prejuízo apurado no ano de 2017 poderá ser utilizada apenas em 5 anos.

Em 31 de dezembro de 2018 existia uma diferença temporária relativa a prejuízos a reportar no valor de 35.774.910,46€ (2017: 24.372.246,47€). A Empresa não reconhece os ativos por impostos diferidos, em virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar.

Nos exercícios de 2018 e 2017, a reconciliação entre as taxas nominal e efetiva de imposto, é como segue:

	2018	2017
Resultado antes de imposto	(13 437 892,03)	(11 627 770,19)
Taxa nominal de imposto até 15.000€	17,00%	17,00%
Taxa nominal de imposto	21,50%	21,50%
Imposto esperado	-	-
Diferenças temporárias e permanentes		
Lucro tributável ACE	131 219,90	70 320,83
Anulação MEP Soflusa	1 742 346,78	1 777 290,11
Provisões não dedutíveis	-	-
Estim. IRC e insufic. estimativa imposto	20 091,25	-
Perdas por imparidade em inventários	5 775,54	-
Donativos não previstos	-	2 133,76
Diferença entre mais e menos valias fiscais	41 718,60	-
Limitação dedução gastos de financiamento	295 569,11	1 028 073,73
Anulação MEP OTLIS	(131 219,90)	(70 320,83)
Reversão provisões tributadas	(28 144,65)	(1 000,00)
Mais valias contabilísticas	(83 437,20)	-
Outras deduções	41 308,61	(2 556,77)
Total dos acertos	2 035 228,04	2 803 940,83
Lucro tributável	(11 402 663,99)	(8 823 829,36)
Prejuízos fiscais	-	-
Materia colectável	(11 402 663,99)	(8 823 829,36)
Colecta + Derrama	-	-
Ajustamentos à colecta - tributação autónoma	20 091,25	31 299,27
Ajustamentos à colecta - derrama municipal	-	-
Impostos sobre o rendimento do período	**20 091,25**	**31 299,27**
Taxa efectiva de imposto	-0,15%	-0,27%
Imposto corrente	20 091,25	31 299,27
Imposto diferido	-	-
	20 091,25	**31 299,27**

g) Acionistas/Sócios: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos reconhecidos nesta rubrica referem-se ao empréstimo concedido pela Transtejo à sua subsidiária Soflusa para apoio de tesouraria. Trata-se de uma operação financeira de médio-longo prazo, vencendo juros à taxa nominal média de 3,32%, tendo por base o custo do financiamento obtido pela Transtejo junto do acionista Estado.

18.3. Bases de determinação do justo valor

Nada a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

18.4. Instrumentos de capital próprio cuja mensuração do justo valor deixou de ser fiável

Nada a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

18.5. Ativos financeiros transferidos que não se qualificaram como desreconhecimento

Nada a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

18.6. Ativos financeiros dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes

Nada a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

18.7. Situações de incumprimento para empréstimos obtidos reconhecidos à data do balanço

Nada a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

18.8. Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo obtidos que impliquem pagamento acelerado

Nada a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

18.9. Dívidas superiores a 5 anos e dívidas cobertas por garantias reais

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da Transtejo por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela correspondem a fluxos de caixa contratuais não descontados:

31 de dezembro de 2018	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos obtidos não correntes				
Empréstimos Obtidos	47 941 200,17	42 768 206,15	1 911 796,67	92 621 202,99
Outros passivos não correntes	-	-	-	-
Financiamento obtidos correntes				-
Fornecedores	518 211,41	-	-	518 211,41
Outras contas a pagar	6 926 492,37	-	-	6 926 492,37
Diferimentos	420 248,59	-		420 248,59
	55 806 152,54	42 768 206,15	1 911 796,67	100 486 155,36

31 de dezembro de 2017	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos obtidos não correntes				
Empréstimos Obtidos	23 762 267,00	56 971 489,32	416 666,67	81 150 422,99
Outros passivos não correntes	-	-	-	-
Financiamento obtidos correntes				-
Fornecedores	61 204,26	-	-	61 204,26
Outras dívidas a pagar	4 716 063,88	-	-	4 716 063,88
Diferimentos	542 199,07	-	-	542 199,07
	29 081 734,21	56 971 489,32	416 666,67	86 469 890,20

O valor indicado como empréstimos obtidos a menos de 1 ano, corresponde ao montante de amortização prevista para 2019 (24.178.933,17€). Inclui, ainda, o montante de 23.762.267,00€ transitado de 2017, que no âmbito do modelo de apoio financeiro do Estado, deveria de igual modo ser amortizado através de operação de conversão de créditos. Através do ofício da DGTF com referência SAI_DGTF/2019 de 30 de dezembro de 2019, foi transmitido Despacho nº 1555/19-SET, do Sr. Secretário de Estado do Tesouro, aprovando diferimento de pagamento destes montantes (Dívidas vencidas) para 31 de maio de 2020, sem custos adicionais.

Nenhuma das dívidas em 31 de dezembro de 2018 e 2017, constantes da tabela anterior se encontra coberta por garantias reais.

18.10. Rendimentos e gastos de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Grupo não dispunha de quaisquer instrumentos financeiros geradores de ganhos ou perdas a reportar.

18.11. Contabilidade de cobertura

Não aplicável na Transtejo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.12. Cobertura de risco de taxa de juro fixa

Não aplicável na Transtejo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.13. Cobertura do risco de taxa de juro variável

Não aplicável na Transtejo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.14. Instrumentos de capital próprio

Não aplicável na Transtejo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.15. Ações representativas do capital

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Transtejo, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 41.605.017 ações e 41.605.017 ações, respetivamente com o valor nominal de 5€ cada.

O detalhe do capital social em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

2018		2017	
Número de acções	Capital Social	Número de acções	Capital Social
41 605 017	208 025 085	41 605 017	208 025 085

A Transtejo não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.16. Reconciliação do número de ações em circulação

Não aplicável na Transtejo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.17. Aumentos de capital realizados no período

Em 2018 não existiram aumentos de capital.

18.18. Outros instrumentos de capital próprio emitidos

Outras componentes do Património Líquido são as seguintes:

	Reserva de Cobertura	Resultados Transitados	Ajustamentos	Outras Variações Capital Próprio
1 de Janeiro de 2017	**(155 220,88)**	**(237 674 619,80)**	**-**	**(1 905 137,81)**
Reserva de cobertura	155 220,88	-	-	-
Ajustamentos em Ativos Financeiros	-	-	189 751,13	
Ajustamentos de Transição	-	9 966 770,39	-	10 899 693,53
Aplicação de Resultado 2016	-	(12 768 458,04)	-	-
31 de dezembro de 2017	**-**	**(240 476 307,45)**	**189 751,13**	**8 994 555,72**
Ajustamentos em Ativos Financeiros	-	-	(1 528 276,98)	-
Outros Ajustamentos	-	(35 160,42)	-	263 196,16
Aplicação de Resultado 2017	-	(11 659 069,46)	-	-
31 de dezembro de 2018	**-**	**(252 170 537,33)**	**(1 338 525,85)**	**9 257 751,88**

Património Líquido (Capital Próprio)

Em 31 de dezembro de 2018, o Património Líquido da Empresa encontra-se negativo em resultado da sucessiva acumulação de resultados líquidos negativos, facto que a coloca na situação prevista no art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 35º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro. Assim, nos termos do mesmo artigo, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006 de 29 de março, o Conselho de Administração, irá alertar o Acionista para que sejam tomadas as medidas necessárias.

Os ajustamentos de transição dizem respeito à alteração do referencial contabilístico conforme evidenciado nas notas 1.2.c) e 23.2.

18.19. Riscos relativos a instrumentos financeiros

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.20. Outras situações

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.21. Participações de capital em entidades que sejam subsidiárias, associadas ou entidades conjuntamente controladas

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.22. Investimentos financeiros inscritos por uma quantia acima do seu justo valor

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

19 Benefícios dos empregados

Norma não aplicável.

20 Divulgações de partes relacionadas

20.1. Divulgação de controlo

Subsidiária: Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.

20.2. Transações entre partes relacionadas

a) Natureza do relacionamento entre partes relacionadas

Partes relacionadas	Sede	Percentagem de Participação	
		31.12.2018	31.12.2017
Empresa-mãe:			
Entidades conjuntamente controladas:			
OTLIS, ACE	Rua 1º de Maio, 103 1300-472 Lisboa	14,28%	14,28%
Subsidiárias:			
Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Terminal Fluvial do Cais do Sodré Rua Cintura do Porto de Lisboa 1249-249 Lisboa *	100%	100%
Associadas:			
Outras entidades:			

*Em 31 de dezembro de 2018 a sede social da Soflusa situava-se na Avenida Fontes Pereira de Melo, 28, concelho de Lisboa, freguesia de Avenidas Novas, aguardando-se condições para proceder à sua alteração e adequar os registos na conservatória.

b) Transações que ocorreram entre partes relacionadas

Transações	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017			
	Compra ou venda de ativos	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Outras	Compra ou venda de ativos	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Outras
Entidades com controlo conjunto								
Ollis, A.C.E.	-	120 881,00	184 452,04	74 780,02		108 306,00	274 282,94	119 597,30
Subsidiárias								
Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	-	-	333 645,92	401 500,00	-	-	292 383,31	634 700,00
Outras partes relacionadas								
APL - Administração do Porto de Lisboa	-	-	-	126 709,59	-	-	-	124 469,04
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-	-	-	887 626,91	-	-	239,49	825 328,77
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	-	-	-	252 181,67	-	-	-	47 489,72
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-	-	-	383 652,95	-	-	8 459,59	465 846,70
	-	120 352,00	468 097,96	2 126 451,14	-	108 306,00	575 365,33	2 217 431,53

c) Quantias ou proporções de itens em saldo

Saldos	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Saldos Ativos	Saldos Passivos	Saldos Ativos	Saldos Passivos
Entidades com controlo conjunto				
Ollis, A.C.E.	7 728,03	16 641,99	37 815,59	36 888,55
Subsidiárias				
Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	4 790 757,91	-	15 325 948,23	-
Outras Partes relacionadas				
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	2 268,68	271 983,18	260,72	-
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	62 091,12	-	-	-
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	44 513,65	-	21 215,61	-

21 Relato por segmentos

A Transtejo detém apenas um segmento operacional, o qual consiste na exploração da travessia fluvial de passageiros entre as margens norte e sul do rio Tejo. Consequentemente a Transtejo não preparou informação financeira específica para reporte.

22 Interesses em outras entidades

Norma não aplicável.

23 Outras divulgações

23.1. Informação sobre o regime da prestação do serviço público

Contrato de serviço público

Apesar da relevância social do serviço prestado pela Transtejo, em 31 de dezembro de 2018, este não se encontrava contratualizado. Em setembro de 2012, foi celebrado entre o Estado Português e a Empresa um Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros, a vigorar pelo prazo de 3 anos (2012-2014), através do qual foram definidas as condições de prestação por parte da Empresa, dos serviços públicos do transporte fluvial de passageiros, entre as duas margens do rio Tejo, nas ligações de Lisboa a Cacilhas, Seixal, Montijo, Porto Brandão e Trafaria.

Atualmente encontra- se em fase de preparação novo modelo de contrato de serviço público, na expetativa da sua entrada em vigor em 2020.
Neste contrato serão definidas as obrigações de prestação de serviços da Empresa bem como a compensação devida pelo seu cumprimento.

Destacam-se, nas obrigações do serviço público a contratar:

- Assegurar a oferta do número de circulações definido no contrato;
- Praticar, nos termos da legislação em vigor, preços de transporte controlados administrativamente, nos termos da legislação em vigor;
- Assegurar o transporte das pessoas e entidades com direito de transporte gratuito ou a preços bonificados, nos termos da legislação em vigor.

Serão, igualmente, contratualizadas as regras de determinação do montante das compensações financeiras a atribuir pelo cumprimento dessas obrigações.

23.2. Investimentos Financeiros

Considerando a materialidade do saldo apresentado nesta rubrica do Ativo, assim como a significativa variação do saldo apresentado em 31 de dezembro de 2018 face ao período homólogo de 2017, apresenta-se a seguinte nota explicativa.

O saldo desta rubrica apresentado em 31 de dezembro de 2017, no montante de 2.965.562,94€ contempla o montante de 2.726.694,68€ resultante das operações de reclassificação dos subsídios ao investimento, no Património Líquido da Soflusa (lançamento de reexpressão, para efeitos de comparabilidade, na sequência da adoção do normativo SNC-AP). Ao realizar esta reclassificação nas contas da Soflusa, o seu Património Líquido reexpresso apresenta-se positivo, resultando o impacto líquido esta operação no montante referido. O saldo remanescente, no montante de 238.868,26€ corresponde ao reconhecimento dos resultados positivos da participação financeira na Otlis, ACE.

O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2018, no montante de 14.755.838,25€ reflete:

1. Operações associadas à participação financeira na sociedade Soflusa, totalizando o montante líquido de 14.420.910,50€, compreendendo:
    a. O saldo transitado de 2017, no montante de 2.726.694,68€, correspondente à equivalência patrimonial do património líquido da Soflusa, reexpresso, conforme exposto no ponto anterior;
    b. O aumento de 15.000.000€ do investimento financeiro da Soflusa, associado à operação de aumento de capital em espécie (por conversão de créditos) realizada em 2018, medida destinada a recompor o capital próprio (património líquido) da referida participada, dando cumprimento ao disposto no n.º 3, do artigo 35º, do RJSPE - Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, publicado pelo Decreto-Lei nº 133/2013 de 03 de outubro que determina que, nos casos em que as empresas públicas apresentem capital próprio negativo por um período de três exercícios económicos consecutivos, (como se verificava na Soflusa em 2017- contas em IFRS), o órgão de administração deve propor obrigatoriamente ao titular da função acionista, em alternativa à extinção respetiva, as medidas concretas destinadas a superar a situação deficitária da Empresa.
    c. Redução no montante de 1.955.517,65€ referente à equivalência patrimonial do Prejuízo da Soflusa de 2018;

d. Redução no montante de 1.563.437,40€ referente ao reconhecimento nos rendimentos do exercício dos subsídios ao investimento, proporcionalmente à amortização dos bens subsidiados;
e. Acréscimo de 213,170,87€ referente à operação de correção de diferença de amortizações de navios que foram transferidos em 2010 da Transtejo para a Soflusa. Esta operação é relevada no património líquido nas operações de equivalência patrimonial.

2. Impacto positivo, no montante de 334.927,75€ corresponde ao reconhecimento dos resultados positivos da participação financeira na Otlis, ACE

23.3. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos, referente aos exercícios de 2018 e 2017, é como segue:

		2018	2017
Conservação e reparação	i)	3 817 145,66	1 753 253,71
Trabalhos especializados	ii)	1 085 500,34	870 504,56
Vigilância e Segurança	iii)	607 484,42	599 857,91
Fretamento de navios	iv)	401 500,00	634 700,00
Seguros	v)	225 868,34	232 061,30
Rendas e alugueres	vi)	245 609,52	256 694,18
Limpeza, Higiene e conforto	vii)	185 151,55	193 774,24
Eletricidade	viii)	156 523,71	156 241,27
Outros		418 637,41	322 232,80
Fornecimentos e serviços externos		**7 143 420,95**	**5 019 319,97**

i) Conservação e reparação: constitui a principal natureza de gastos operacionais em fornecimentos e serviços externos. Refere-se a gastos com reparações dos navios e pontões da frota realizadas em estaleiros, no valor de 3.622.027,62€ (1.611.027,36€ em 2017). Esses trabalhos incluem manutenção de motores, sistemas de propulsão e pintura de cascos, entre outros. Nesta rubrica estão ainda incluídos trabalhos de manutenção de instalações por montantes menos relevantes;

ii) Trabalhos especializados: serviços especializados de apoio à manutenção (vistorias e emissão de certificações estatutárias e de classe dos navios e pontões), recurso a serviços de mão de obra especializada para manobras de amarração nas operações de atracação, serviços de auditoria financeira e outros apoios de consultadoria;

iii) Vigilância e segurança: encargos suportados pela Transtejo com os serviços de vigilância e segurança humana, segurança pública e privada, prestados quer nos terminais, quer a bordo das embarcações. Inclui ainda o serviço de transporte de valores e recolha de receita;

iv) Fretamento de navios: encargos suportados pela Transtejo com os contratos de afretamento de duas embarcações à Soflusa ("Cesário Verde" e "Pedro Nunes");

v) Seguros: esta rubrica inclui prémios de seguro de diversos ramos, sendo que o prémio de maior relevo se refere à cobertura de riscos relacionados com as 19 embarcações que compõem a frota da Transtejo (ramo marítimo-cascos);

vi) **Rendas e alugueres:** esta rubrica refere-se aos gastos suportados com o arrendamento temporário de uma doca na margem sul (Doca 13) e com a licença da APL para o uso de terraplenos em áreas de domínio público marítimo;

vii) **Limpeza, higiene e conforto:** gastos do exercício associados à limpeza das instalações, embarcações e equipamentos da Empresa;

viii) **Eletricidade:** consumos nas instalações da Empresa (Edifícios administrativos e Terminais). Estes gastos refletem o efeito do aumento de tarifas.

23.4. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2018 e 2017, foram como segue:

	2018	2017
Remunerações		
Orgãos sociais	260 092,91	263 765,29
Pessoal	6 706 502,09	6 401 710,44
Sub-total	**6 966 595,00**	**6 665 475,73**
Encargos sobre remunerações	1 567 635,10	1 496 146,11
Seguros acidentes de trabalho	181 645,11	92 027,09
Custos ação social	2 362,01	-
Indemnizações	78 679,40	-
Outros gastos com pessoal	156 339,21	162 930,64
Sub-total	**1 986 660,83**	**1 751 103,84**
Gastos com o pessoal	**8 953 255,83**	**8 416 579,57**

Em 2018, o aumento ocorrido na rubrica Gastos com Pessoal é justificado, essencialmente, por uma regularização no seguro de acidentes de trabalho, decorrente do aumento da sinistralidade.

O número de efetivos em 31 dezembro de 2018 foi de 301, não existindo variação face ao verificado no final de 2017.

23.5. Outros gastos operacionais

O detalhe da rubrica de "Outros Gastos", referente aos exercícios de 2018 e 2017, é como segue:

	2018	2017
Outros gastos		
Impostos	35 339,89	41 522,46
Perdas em investimentos não financeiros	25 125,00	79 466,70
Outros gastos	112 301,27	93 786,41
	172 766,16	**214 775,57**

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Outros gastos" compreende, essencialmente, as taxas associadas aos consumos de água e de eletricidade (35.339,89€), gastos com sinistros de navios (25.125,00€), perdas em inventários (35.459,07€) e outros gastos, tais como quotizações e correções relativas a exercícios anteriores.

23.6. Rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2018 e 2017 é como segue:

	2018	2017
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	333 645,92	292 383,31
	333 645,92	**292 383,31**

Juros obtidos - referem-se essencialmente a juros obtidos no âmbito do empréstimo de tesouraria de corrente concedido à subsidiária Soflusa à taxa de 3,32%.

Lisboa, 23 de abril de 2020

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Ema Maria de Almeida Ferreira

TRANSTEJO SOFLUSA

TRANSTEJO - Transportes Tejo, S.A.

EXERCÍCIO DE 2018

CONTAS INDIVIDUAIS

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

ANEXO II

Demonstração do desempenho orçamental

Rubrica	Recebimentos	Fontes de Financiamento (n)						n-1
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos Alheios	Total	
	Saldo de gerência anterior							
	Operações orçamentais (1)	**4 466 317,75**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4 466 317,75**	**0,00**
	Restituição do saldo por. Orçamentais							
	Operações de tesouraria (A)							
	Receita corrente	**13 199 732,44**	**1 337 224,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**14 536 956,44**	0,00
R1	**Receita Fiscal**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
R11	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	35 160,42	0,00	0,00	0,00	0,00	35 160,42	0,00
R5	**Transferências Correntes**	**0,00**	**1 337 224,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1 337 224,00**	0,00
R51	**Administrações Públicas**	**0,00**	**1 337 224,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1 337 224,00**	0,00
R511	Administração central - Estado	0,00	1 337 224,00	0,00	0,00	0,00	1 337 224,00	0,00
R512	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R513	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R514	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R515	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R52	Exterior - EU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R53	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	10 526 310,70	0,00	0,00	0,00	0,00	10 526 310,70	0,00
R7	Outras receitas correntes	2 638 261,32	0,00	0,00	0,00	0,00	2 638 261,32	0,00
	Receita de capital	**0,00**	**855 000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**855 000,00**	**0,00**
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	**Transferências de Capital**	**0,00**	**855 000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**855 000,00**	**0,00**
R91	**Administrações Públicas**	**0,00**	**855 000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**855 000,00**	**0,00**
R911	Administração Central - Estado	0,00	855 000,00	0,00	0,00	0,00	855 000,00	0,00
R912	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R913	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R914	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R915	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R92	Exterior - EU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R93	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita efetiva (2)	**13 199 732,44**	**2 192 224,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15 391 956,44**	
	Receita não efetiva (3)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11 470 780,00**	**0,00**	**11 470 780,00**	
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	11 470 780,00	0,00	11 470 780,00	0,00
	Soma (4)= (1)+(2)+(3)	**17 666 050,19**	**2 192 224,00**	**0,00**	**11 470 780,00**	**0,00**	**31 329 054,19**	
	Operações de tesouraria (B)					168 478,03	**168 478,03**	0,00

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

Rubrica	Pagamentos	Fontes de Financiamento (n)						n-1
		RP	RG	U E	EMPR	Fundos Alheios	Total	
	Despesa corrente	**13 887 814,77**	**1 229 571,36**	**0,00**	**6 766 562,89**	**0,00**	**21 883 949,02**	0,00
D1	Despesas com o pessoal	3 254 943,77	1 228 477,43	0,00	3 989 783,95	0,00	8 473 205,15	0,00
D11	Remunerações certas e permanentes	1 515 627,35	1 189 108,43	0,00	2 548 713,36	0,00	5 253 449,14	0,00
D12	Abonos variáveis ou eventuais	866 789,21	39 369,00	0,00	748 872,91	0,00	1 655 031,12	0,00
D13	Segurança Social	872 527,21	0,00	0,00	692 197,68	0,00	1 564 724,89	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	10 378 019,20	11,93	0,00	2 776 778,94	0,00	13 154 810,07	0,00
D3	Juros e outros encargos	407,25	0,00	0,00	0,00	0,00	407,25	0,00
D4	**Transferências correntes**	**6 513,63**	**1 087,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7 595,63**	**0,00**
D41	**Administrações Públicas**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
D411	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D412	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D413	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D414	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D415	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D42	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D43	Famílias	6 513,63	1 082,00	0,00	0,00	0,00	7 595,63	0,00
D44	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	247 930,92	0,00	0,00	0,00	0,00	247 930,92	0,00
	Despesa de capital	**1 039 667,85**	**818 299,57**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1 857 967,42**	
D7	Investimento	1 039 667,85	818 299,57	0,00	0,00	0,00	1 857 967,42	0,00
D8	**Tranferências de capital**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
D81	**Administrações Públicas**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
D811	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D812	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D813	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D814	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D815	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D82	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D83	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D84	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa efetiva (5)	**14 927 482,62**	**2 047 870,93**	**0,00**	**6 766 562,89**	**0,00**	**23 741 916,44**	**0,00**
	Despesa não efetiva (6)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4 703 055,00**	**0,00**	**4 703 055,00**	**0,00**
D10	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	4 703 055,00	0,00	4 703 055,00	0,00
D11	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma (7) = (5)+(6)	**14 927 482,62**	**2 047 870,93**	**0,00**	**11 469 617,89**	**0,00**	**28 444 971,44**	**0,00**
	Operações de tesouraria (C)	0,00	0,00	0,00	0,00	212 477,63	212 477,63	0,00
	Saldo para a gerência seguinte							
	Operações orçamentais (8)= (4)-(7)	2 738 567,57	144 353,07	0,00	1 162,11	0,00	2 884 082,75	0,00
	Operações de tesouraria (D)= (A)+(B)-(C)	0,00	0,00	0,00	0,00	-43 999,60	-43 999,60	0,00
	Saldo global (2)-(5)	-1 727 750,18	144 353,07	0,00	-6 766 562,89	0,00	-8 349 960,00	0,00
	Despesa primária	14 927 075,37	2 047 870,93	0,00	6 766 562,89	0,00	23 741 509,19	0,00
	Saldo corrente	-688 082,33	107 652,64	0,00	-6 766 562,89	0,00	-7 346 992,58	0,00
	Saldo de capital	-1 039 667,85	36 700,43	0,00	0,00	0,00	-1 002 967,42	0,00
	Saldo primário	-1 727 342,93	144 353,07	0,00	-6 766 562,89	0,00	-8 349 552,75	0,00
	Receita total (1)+(2)+(3)	**17 666 050,19**	**2 192 224,00**	**0,00**	**11 470 780,00**	**0,00**	**31 329 054,19**	**0,00**
	Despesa total (5)+(6)	**14 927 482,62**	**2 047 870,93**	**0,00**	**11 469 617,89**	**0,00**	**28 444 971,44**	**0,00**

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

Demonstração de execução orçamental da receita

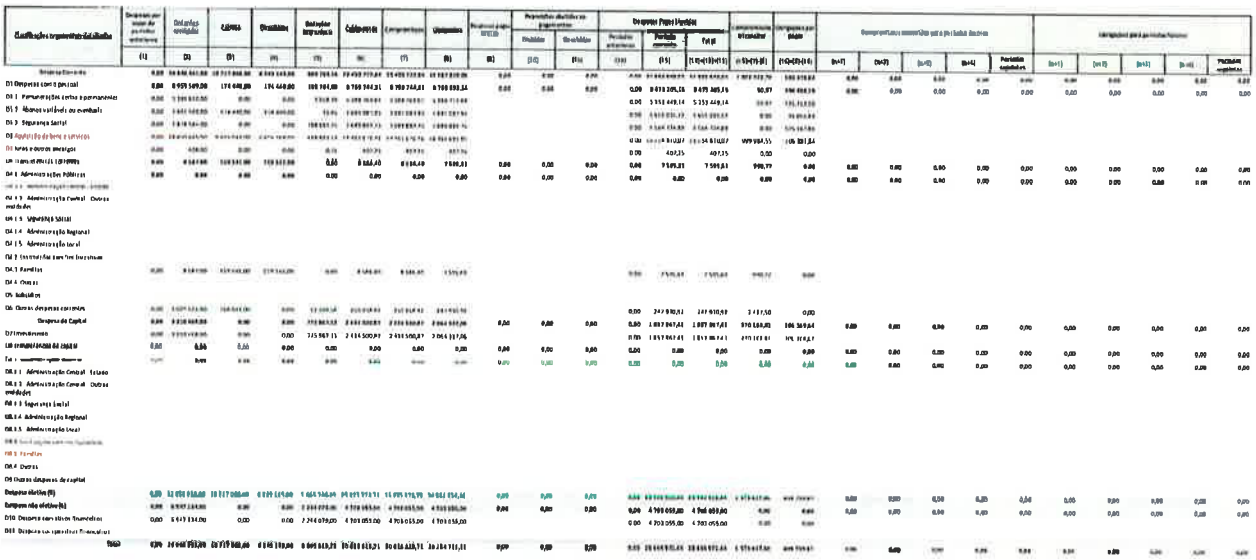
Classificações orçamentais detalhadas	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Recebimentos diferidos	Receitas por cobrar no final do período
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		
Receita corrente	**13 679 090,00**		**0,00**	**16 794 921,64**	**2 068 465,64**	**16 794 587,58**	**1 257 631,44**	**1 257 631,44**	**0,00**	**14 536 956,44**	**14 536 956,44**	**0,00**	**189 499,36**
R1 Receita Fiscal	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1 Impostos diretos													
R1.2 Impostos indiretos													
R2 Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde													
R3 Taxas, multas e outras penalidades													
R4 Rendimentos de Propriedade	35 160,00		0,00	35 160,42	0,00	35 160,42	0,00	0,00	0,00	35 160,42	35 160,42		0,00
R5 Transferências correntes	1 337 224,00		0,00	1 337 224,00	0,00	1 337 224,00	0,00	0,00	0,00	1 337 224,00	1 337 224,00	0,00	0,00
R5.1 Administrações Públicas	**1 337 224,00**		**0,00**	**1 337 224,00**	**0,00**	**1 337 224,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1 337 224,00**	**1 337 224,00**	**0,00**	**0,00**
R5.1.1 Administração Central - Estado	1 337 224,00		0,00	1 337 224,00	0,00	1 337 224,00	0,00	0,00	0,00	1 337 224,00	1 337 224,00		0,00
R5.1.2 Administração Central - Outras entidades													
R5.1.3 Segurança Social													
R5.1.4 Administração Regional													
R5.1.5 Administração Local													
R5.2 Exterior - EU													
R5.3 Outras													
R6 Venda de bens e serviços	9 297 004,00		0,00	12 459 642,59	2 055 592,87	11 780 889,78	1 254 579,08	1 254 579,08	0,00	10 526 310,70	10 526 310,70		-122 260,98
R7 Outras receitas correntes	2 909 702,00		0,00	2 962 894,63	12 872,97	2 641 313,68	3 052,36	3 052,36	0,00	2 638 261,32	2 638 261,32		311 760,34
Receita de capital	**855 000,00**		**0,00**	**855 000,00**	**0,00**	**855 000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**855 000,00**	**855 000,00**	**0,00**	**0,00**
R8 Venda de bens de investimento													
R9 Transferências de capital	855 000,00		0,00	855 000,00	0,00	855 000,00	0,00	0,00	0,00	855 000,00	855 000,00	0,00	0,00
R9.1 Administrações Públicas	**855 000,00**		**0,00**	**855 000,00**	**0,00**	**855 000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**855 000,00**	**855 000,00**	**0,00**	**0,00**
R9.1.1 Administração Central - Estado	855 000,00		0,00	855 000,00	0,00	855 000,00	0,00	0,00	0,00	855 000,00	855 000,00		0,00
R9.1.2 Administração Central - Outras entidades													
R9.1.3 Segurança Social													
R9.1.4 Administração Regional													
R9.1.5 Administração Local													
R9.2 Exterior - EU													
R9.3 Outras													
R10 Outras receitas de capital													
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos													
Receita efetiva (2)	**14 434 090,00**		**0,00**	**17 649 821,64**	**2 068 465,64**	**16 649 587,58**	**1 257 631,44**	**1 257 631,44**	**0,00**	**15 391 956,44**	**15 391 956,44**	**0,00**	**189 499,36**
Receita não efetiva (3)	**30 252 687,75**	**0,00**	**0,00**	**15 937 097,75**	**0,00**	**15 937 097,75**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15 937 097,75**	**15 937 097,75**	**0,00**	**0,00**
R12 Receita com ativos financeiros													
R13 Receita com passivos financeiros	25 786 370,00		0,00	11 470 780,00	0,00	11 470 780,00	0,00	0,00	0,00	11 470 780,00	11 470 780,00		0,00
Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	4 466 317,75		0,00	4 466 317,75	0,00	4 466 317,75	0,00	0,00	0,00	4 466 317,75	4 466 317,75		0,00
Total	**44 686 777,75**		**0,00**	**33 587 019,39**	**2 068 465,64**	**32 586 685,33**	**1 257 631,44**	**1 257 631,44**	**0,00**	**31 329 054,19**	**31 329 054,19**	**0,00**	**189 499,36**

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

Demonstração de execução orçamental da despesa



Demonstração da Execução dos Encargos Plurianuais de Investimento e Funcionamento

Encargos plurianuais de investimento

Objetivo	Número do Projeto SCEP	Portaria Extensão Encargos	Designação do Projeto	Económica	F.F.	Datas		Valor Contrato cIVA	Anos Anteriores	Ano t		Escalonamento					Modificação (+/-)
						Início	Fim			Dotação Anual	Despesa do Ano	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Outros	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18) = (12) - (11)
Investimento Bens/Serviços	05/2017		Aquisição de Bens e Serviços de **100 Validadores** de Acesso de Passageiros **Novabase Digital SA**	07.01.07.B0	713	31/12/2017	31/12/2018	40 858,00 €		40 858,00 €	40 858,00 €						
Investimento Serviços	16/2018		Aquisição de serviços de licenciamento e manutenção de **gestão de escalas**	07.01.10.B0	713	01/04/2018	31/12/2021	61 132,23 €		61 132,23 €	37 097,78 €	14 194,45 €	4 920,00 €	4 920,00 €			(24 034,45)
Investimento Bens	22/2018	Portaria n.º 460/2018 de 24 de setembro	Remotorização dos catamarãs denominados **"Algés", "Castelo" e "Chiado"**	07.01.10.B0	713	01/07/2018	31/07/2019	1 076 250,00 €		1 845 000,00 €	768 750,00 €	1 076 250,00 €					(1 076 250,00)
Investimento Serviços	29/2018		Aquisição de serviços para a **renovação dos postos automático de venda (MAVB) Novabase Digital SA**	07.01.15.B0	713	15/09/2018	15/02/2019	189 328,16 €		189 328,16 €	157 887,30 €	31 440,86 €					(31 440,86)
Investimento Bens/Serviços	32/2018		Aquisição de bens e serviços para a **instalação de rede wireless nos terminais e navios da** Transtejo	07.01.10.B0	713	15/10/2018	28/02/2019	209 245,76 €		209 245,76 €	188 321,18 €	20 924,58 €					(20 924,58)
Investimento Serviços	36/2018		Aquisição de serviços para a **elaboração de estudo de viabilidade no âmbito do projeto da nova frota da Transtejo**	07.01.15.B0	713	01/11/2018	31/12/2019	31 340,40 €		31 340,40 €	6 646,23 €	24 694,17 €					(24 694,17)
Investimento Serviços	37/2018		Aquisição de serviços para a implementação de **módulo de recursos humanos Primavera**	07.01.07.B0	713	15/11/2018	31/01/2019	57 997,06 €		57 997,06 €	28 998,53 €	28 998,53 €					(28 998,53)
Investimento Serviços	40/2018	RCM Nº 11/2019 de 18 janeiro	Aquisição de serviços de arquitetura e engenharia naval com vista à definição das especificações técnicas da tipologia de navio a considerar no âmbito do Projeto de Renovação da **Frota de Navios da Transtejo**	07.01.10.B0	713	01/12/2018	31/07/2019	196 800,00 €		196 800,00 €	61 500,00 €	135 300,00 €					(135 300,00)
Investimento Bens	02/2019/2018	Portaria n.º 251/2019 de 17 de abril	Aquisição de **motores novos "Sé"**	07.01.10.B0	713	15/10/2018	14/02/2019	430 192,50 €		430 192,50 €	193 586,63 €	236 605,87 €					(236 605,87)

Encargos plurianuais de funcionamento

Objetivo	Número do Projeto SCEP	Portaria Extensão Encargos	Designação do Projeto	Económica	F.F.	Datas		Valor Contrato c/IVA	Anos anteriores	Ano t		Escalonamento			Ano t+4	Outros	Modificação (+/-)
						Início	Fim			Dotação Anual	Despesa do Ano	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18) = (12) - (11)
Funcionamento Serviços	2140000012/2003		Administração do Porto Lisboa	02.02.08.OR	S13	05/02/2003	04/02/2022	2 367 934,20 €	1 892 117,15 €	95 165,41 €	95 163,41 €						
Funcionamento Serviços	0001/2017/2017		Aquisição de Serviços Fornecimento de **Energia Elétrica** (ESPAP)	02.02.01.EI	S13	01/01/2018	31/12/2018	173 526,71 €		173 526,71 €	173 526,71 €						-
Funcionamento Serviços	04/2017		Aquisição de Serviços de Trabalho Temporário de **Bilheteiros** **Forum selecção**	02.02.20.EO	S13	31/12/2017	31/12/2018	16 531,00 €		16 531,00 €	16 531,00 €						-
Funcionamento Serviços	06/2017		Aquisição de Serviços de **Medicina do Trabalho** **Ecosaude SA**	02.02.20.EO	S13	01/03/2017	31/12/2018	24 816,00 €		24 816,00 €	24 816,00 €						-
Funcionamento Bens e Serviços	07/2017		Aquisição de Bens e Serviços de equipamento **Multifunções** **Cannon Portugal**	07.01.07.BO	S13	02/11/2017	31/12/2018	28 134,00 €		28 134,00 €	28 134,00 €						-
Funcionamento Serviços	08/2017		Aquisição de Serviços reparação e **Docagem "Algés"** **C&C**	02.02.03.MF	S13	22/09/2017	31/10/2018	102 823,00 €		102 823,00 €	102 823,00 €						-
Funcionamento Serviços	09/2017		Aquisição de Serviços Adaptação do **Pontão "Alvito"** para Acostagem na Estação de Belém **Weldiblue ind. E reparação naval Lda**	02.02.03.MF	S13	18/12/2017	21/02/2018	20 261,00 €		20 261,00 €	20 261,00 €						-
Funcionamento Serviços	10/2017		Aquisição de serviços Reparação e **Docagem "Seixalense"** **Navaltagus rep. E cont. naval SA**	02.02.03.MF	S13	21/11/2017	21/02/2018	103 071,00 €		103 071,00 €	103 071,00 €						-
Funcionamento Serviços	11/2017	Portaria n.º 276/2018 de 8 de maio	Aquisição de Serviços para a reparação e **docagem "Castelo"** **Navaltagus reaparação e construção naval**	02.02.03.MF	S13	11/10/2017	31/12/2018	252 150,00 €	75 645,00 €	176 505,00 €	176 505,00 €						-
Funcionamento Serviços	12/2017		Locação de bens Móveis Licenças de uso de software Microsoft por Tempo Determinado	02.02.05.OS	S13	01/01/2018	31/12/2020	156 159,00 €		156 159,00 €	52 053,00 €	52 053,00 €	52 053,00 €				(104 106,00)
Funcionamento Serviços	13/2017	Portaria n.º 274/2018 de 8 de maio	Aquisição de Serviços para a reparação e **docagem "Carnide"** **Cecilio e carlos sanfins**	02.02.03.MF	S13	16/11/2017	31/12/2018	295 176,63 €		295 177,00 €	295 176,63 €						0,37
Funcionamento Serviços	01/2018/2017	Portaria n.º 229/2018 de 11 de abril	**Revisão motores Carnide** **Induma**	02.02.03.MF	S13	31/12/2017	31/12/2018	541 175,00 €		541 175,00 €	541 175,00 €						-
Funcionamento Serviços	19/2018	Portaria n.º 424/2018 de 20 de agosto	Aquisição de serviços de manutenção do sistema **Meta4**	02.02.20.EO	S13	01/01/2018	31/12/2020	52 275,00 €		55 350,00 €	18 450,00 €	15 375,00 €	18 450,00 €				(36 900,00)
Funcionamento Serviços	20/2018		Aquisição de serviços de recolha, transporte, tratamento, armazenamento e eliminação de **resíduos** gerados pelas actividades da Transtejo	02.02.20.EO	S13	01/07/2018	30/06/2021	36 900,00 €		36 900,00 €	6 150,00 €	12 300,00 €	12 300,00 €	6 150,00 €			(30 750,00)
Funcionamento Serviços	21/2018		Aquisição de serviços de logística de tratamento e **transporte de valores**	02.02.18.VS	S13	01/07/2018	30/06/2019	107 422,00 €		107 422,00 €	53 711,00 €	53 711,00 €					(53 711,00)
Funcionamento Serviços	26/2018		Aquisição de serviços de **vigilância e segurança** humana (ESPAP)	02.02.18.VS	S13	01/03/2018	28/02/2019	615 777,17 €		513 147,64 €	102 629,53 €						(102 629,53)
Funcionamento Serviços	27/2018		Aquisição de serviços de **manutenção do sistema de bilhética**	02.02.03.OR	S13	01/08/2018	02/08/2019	90 157,48 €		90 157,48 €	37 648,95 €	52 708,53 €					(52 708,53)
Funcionamento Serviços	28/2018		Aquisição de bens e serviços para o fornecimento de impressoras para os **postos automáticos de venda (MAVB)** **Nowabase Digital SA**	07.01.07.BO	S13	15/10/2018	15/02/2019	14 501,70 €		14 370,70 €	5 800,68 €	8 701,02 €					(9 070,02)
Funcionamento Serviços	31/2018		Aquisição de serviços para a **substituição dos MPP's "Sé"**	02.02.03.MF	S13	10/11/2018	10/01/2019	356 700,00 €		356 700,00 €	249 690,00 €	107 010,00 €					(107 010,00)
Funcionamento Serviços	33/2018		Aquisição de serviços de **consultoria de viabilidade de financiamento da nova frota**	02.02.1480	S13	15/10/2018	15/02/2019	22 140,00 €		22 140,00 €	15 498,00 €	6 642,00 €					(6 642,00)
Funcionamento Serviços	38/2018		Aquisição de serviços de conservação de edifícios e **manutenção de edifícios** e manutenção de instalações técnicas a afetar ao desenvolvimento de serviço público de transporte fluvial da Transtejo **Manvia**	02.02.01.EI	S13	30/04/2018	30/04/2019	45 251,45 €		45 251,45 €	30 167,63 €	15 083,82 €					(15 083,82)
Funcionamento Serviços	49/2018		Aquisição de Serviços de Trabalho Temporário de **Bilheteiros**	02.02.20.EO	S13	01/11/2018	30/04/2019	60 833,33 €		60 833,33 €	20 277,38 €	40 555,95 €					(40 555,95)
Funcionamento Serviços	50/2018		Aquisição de serviços de **auditoria externa** às contas individuais da Transtejo e revisão do relatório de contas individual e consolidado do grupo Transtejo referente ao exercício de 2018	02.02.20.EO	S13	30/12/2018	15/04/2019	9 326,47 €		9 825,24 €	1,23 €	9 825,24 €					(9 824,01)
Funcionamento Serviços	51/2018		Aquisição de Serviços de Trabalho Temporário de **Operador Comercial**	02.02.20.EO	S13	20/11/2018	19/05/2019	13 494,04 €		13 494,04 €	3 198,80 €	10 296,04 €					(10 296,04)
Funcionamento Serviços	01/2019/2018	Portaria n.º 249/2019 de 17 de abril	Aquisição de serviço de reparação e **docagem "Chiado"**	02.02.03.MF	S13	11/09/2018	14/02/2019	399 527,00 €		399 527,00 €	119 888,10 €	279 738,90 €					(279 738,90)

Síntese do Desempenho Orçamental - Notas Explicativas

Execução Orçamental da RECEITA

- Conforme apresentado na Demonstração Orçamental da Receita, a **Receita Liquidada** em 2018 ascendeu ao montante global de 33.587.019 €, representando um grau de execução de 71,9% relativamente ao montante do orçamento, que apresentava uma previsão de 46.686.778 €.
- A **Receita Cobrada Líquida** ascendeu a 31.329.054 €, tendo transitado por cobrar, no final do período, o montante de 189.499€
- Conforme detalhe apresentado na Demonstração do Desempenho Orçamental, a **Receita Cobrada Líquida** teve proveniência das seguintes Fontes de Financiamento:
    a) **Saldo de Gerência transitado = 4.466.318 €**
    b) **Receita efetiva = 15.391.956€**
        - RP - Receita Própria corrente = 13.199.732 € - Receitas da prestação de serviços de transporte, receitas de atividades acessórias e reembolsos de impostos.
        - RG - Transferências correntes = 2.192.224 € - Transferências efetuadas pela Entidade Coordenadora do Programa Orçamental, referentes a subsídios à exploração (Indemnizações compensatórias e compensações tarifárias);
    c) **Receita não efetiva = 11.470.780 €**
        - Empréstimos - 11.470.780 € - Operação de financiamento - empréstimo de M/L Prazo, obtido junto do IGCP-Agência da Tesouraria e da Divida Pública.

Execução Orçamental da DESPESA

- Conforme apresentado na Demonstração Orçamental da Despesa, a **Despesa Líquida** de 2018 ascendeu ao montante global de 28.444.971 €, representando um grau de execução de 72,9% relativamente ao orçamento aprovado, que apresentava uma dotação de 39.006.063 €.
- Os **Compromissos** assumidos ascenderam a 30.628.329 €, tendo transitado por pagar, no final do período, o montante de 1.373.618 €

Saldo Global

A execução orçamental da Transtejo apresenta uma despesa efetiva de 23.741.916 € e receita efetiva de 15.391.956 €, pelo que o Saldo Global (Receita Efetiva - Despesa Efetiva) se apresenta negativo, no montante de 8.349.960 €.

Anexo às Demonstrações Orçamentais

I. Alterações orçamentais da receita

Rubricas	Tipo	Receita					Observações
		Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	
			Inscrições/ reforços	Diminuições/ anulações	Créditos especiais		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
Receita corrente		**13 543 930,00**	**35 160,00**	**0,00**	**0,00**	**13 579 090,00**	
R4 Rendimentos de Propriedade	P	0,00	35 160,00	0,00	0,00	35 160,00	
R5 Transferências correntes		1 337 224,00	0,00	0,00	0,00	1 337 224,00	
R5.1 Administrações Públicas		1 337 224,00	0,00	0,00	0,00	1 337 224,00	
R5.1.1 Administração Central - Estado		1 337 224,00	0,00	0,00	0,00	1 337 224,00	
R6 Venda de bens e serviços		9 297 004,00	0,00	0,00	0,00	9 297 004,00	
R7 Outras receitas correntes		2 909 702,00	0,00	0,00	0,00	2 909 702,00	
Receita de capital		**26 641 370,00**	**855 000,00**	**855 000,00**	**0,00**	**26 641 370,00**	
R9 Transferências de capital	P	0,00	855 000,00	0,00	0,00	855 000,00	
R9.1 Administrações Públicas		0,00	855 000,00	0,00	0,00	855 000,00	
R9.1.1 Administração Central - Estado		0,00	855 000,00	0,00	0,00	855 000,00	
R13 Receita com passivos financeiros		26 641 370,00	0,00	855 000,00	0,00	25 786 370,00	
Outras receitas		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4 466 317,75**	**4 466 317,75**	
Saldo da gerência anterior - operações orçamentais		0,00	0,00	0,00	4 466 317,75	4 466 317,75	
	Total	**40 185 300,00**	**890 160,00**	**855 000,00**	**4 466 317,75**	**44 686 777,75**	

II. Alterações orçamentais da despesa

Rubricas	Tipo	Despesa					Observações
		Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas	
			Inscrições/ reforços	Diminuições/ anulações	Créditos especiais		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
Despesa Corrente		**27 467 153,00**	**20 660 667,00**	**19 279 359,00**	**0,00**	**28 848 461,00**	
D1 Despesas com o pessoal	P	**8 300 000,00**	**2 719 713,00**	**2 060 204,00**	**0,00**	8 959 509,00	
D1.1 Remunerações certas e permanentes		4 691 138,00	2 373 116,00	1 674 432,00	0,00	5 389 822,00	
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais		1 848 510,00	206 597,00	364 004,00	0,00	1 691 103,00	
D1.3 Segurança Social		1 760 352,00	140 000,00	21 768,00	0,00	1 878 584,00	
D2 Aquisição de bens e serviços		18 118 477,00	17 781 533,00	17 049 564,00	0,00	18 850 446,00	
D3 Juros e outros encargos		0,00	408,00	0,00	0,00	408,00	
D4 Transferências correntes		**159 541,00**	**7 697,00**	**158 651,00**	**0,00**	8 587,00	
D4.3 Famílias		159 541,00	7 697,00	158 651,00	0,00	8 587,00	
D6 Outras despesas correntes		889 135,00	151 316,00	10 940,00	0,00	1 029 511,00	
Despesa de Capital		**11 538 910,00**	**5 125 534,00**	**6 506 842,00**	**0,00**	**10 157 602,00**	
D7 Investimento	P	4 591 776,00	5 125 534,00	6 506 842,00	0,00	3 210 468,00	
D10 Despesa com ativos financeiros		6 947 134,00	0,00	0,00	0,00	6 947 134,00	
	Total	**39 006 063,00**	**25 786 201,00**	**25 786 201,00**	**0,00**	**39 006 063,00**	

III. Operações de tesouraria

Código das Contas	Designação	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
07	**Operações de Tesouraria**				
071	**Recebimentos por operações de tesouraria**	**0,00**	**168 478,03**	**0,00**	**168 478,03**
0711	Intermediação de fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
0712	Cobrança de receita por conta de outrem	0,00	0,00	0,00	0,00
07122	Receita não Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00
0713	Constituição e reforço de cauções e garantias	0,00	19 146,15	0,00	19 146,15
0714	Cobrança de recursos próprios comunitários	0,00	0,00	0,00	0,00
0716	Retenções - Transição para o SNC-AP	0,00	0,00	0,00	0,00
0719	Outras Receitas de operações tesouraria	0,00	149 331,88	0,00	149 331,88
072	**Pagamentos por operações de tesouraria**	**0,00**	**134,44**	**212 612,07**	**-212 477,63**
0721	Intermediação de fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
0722	Entrega de receita por conta de outrem	0,00	0,00	0,00	0,00
07222	Receita não fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00
0723	Devolução de cauções e garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
0724	Entrega de recursos próprios comunitários	0,00	0,00	0,00	0,00
0726	Retenções - Transição para o SNC-AP	0,00	0,00	0,00	0,00
0729	Outras despesas de operações de tesouraria	0,00	134,44	212 612,07	-212 477,63
	Total	**0,00**	**168 478,03**	**212 477,63**	**-43 999,60**

As operações de tesouraria correspondem a fluxos financeiros associados a pagamentos e recebimentos relacionados com operações extraorçamentais, destacando-se recebimentos de cauções e garantias bancárias e pagamentos de prémios de seguro de saúde referentes à inclusão de familiares de trabalhadores no contrato do Grupo de Empresas.

IV. Contratação administrativa

Situação dos contratos

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (7)	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações (19)
	Objeto (1)	Data (2)	Valor do Contrato (3)- s/IVA	Preço Contratual (4) - c/ IVA	Número do Registo (5)	Data (6)		Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (12)	Trabalhos normais (14)	Revisão de preços (15)	Trabalho a mais (16)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (17)	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (18)	
Equitocal - Serviços e Equipamentos Técnico-Industriais, Lda.	Aquisição de serviços para reparação de 32 cabeças de cilindro, motor diesel TB616V16	05/01/2018	13 776,00€	16 944,48 €	n.a.	n.a.	20/04/2018	16 944,48 €	n.a.	3 073,16 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Valor do aditamento contemplado em
Equitocal - Serviços e Equipamentos Técnico-Industriais, Lda.	Aquisição de serviços para reparação de 32 cabeças de cilindro, motor diesel TB616V16 - Aditamento ao contrato nº 1/TT-2018	29/05/2018	2 498,50 €	3 073,15 €	n.a.	n.a.	23/07/2018	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Induma- Máquinas Industriais Lda	Aquisição de bens e serviços para reparação motor propulsor principal MTU 12V396 TE nº 558 3306	29/01/2018	78 345,22€	96 364,62€	n.a.	n.a.	15/03/2018	96 364,62 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda	Aquisição de eletricidade ao abrigo do acordo quadro (AQ-ELE2015) para o fornecimento de energia elétrica	27/12/2017	112 000,00 €	137 760,00 €	n.a.	n.a.	16/04/2018	173 256,71 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Primavera Business Software Solutions, SA	Aquisição de serviços para implementação de sistema aplicacional ERP	05/02/2018	72 098,50 €	88 681,15 €	n.a.	n.a.	20/04/2018	75 378,98 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Weidiblue- Industria e Reparação Naval, Lda	Aquisição de serviços para manobra de substituição de 3 pontões	06/02/2018	51 750,00 €	63 652,50 €	n.a.	n.a.	29/03/2018	63 652,50 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Informática El Corte Inglés, SA	Aquisição de bens para fornecimento de painéis de informação ao público	02/02/2018	14 922,17 €	18 354,26 €	n.a.	n.a.	20/04/2018	18 354,27 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Securitas - Serviços e Tecnologia de Segurança, SA	Aquisição de serviços de vigilância e segurança	09/02/2018	57 706,54 €	70 979,04 €	n.a.	n.a.	20/04/2018	70 979,04 €	n.a.	1 797,03 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Valor do aditamento contemplado em
Securitas - Serviços e Tecnologia de Segurança, SA	Aquisição de serviços de vigilância e segurança - Aditamento ao contrato nº 7/TT-2018	19/04/2018	1 461,00 €	1 797,03 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Tnolen Estudos e Serviços de Proteção Ambiental, Lda	Aquisição de serviços de desinfestação e controlo de pragas	01/03/2018	10 848,00 €	13 343,04 €	n.a.	n.a.	22/06/2018	2 607,60 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Previnave- Prevenção e Segurança no Trabalho, Lda	Aquisição de serviços de manutenção e meios de 1ª intervenção	26/02/2018	5 868,99 €	7 218,85 €	n.a.	n.a.	22/06/2018	5 736,24 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Rinave Registo Internacional Naval, SA	Elaboração de estudo para validação técnica naval das especificações da tipologia de embarcação adequada à Transreio	09/03/2018	12 600,00 €	15 498,00 €	n.a.	n.a.	22/06/2018	15 498,00 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Prosegur Companhia de Segurança Lda	Aquisição de bens e serviços para modernização do sistema de videovigilância das instalações	27/03/2018	390 494,27 €	480 307,95 €	n.a.	n.a.	13/09/2018	282 787,17 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Otlis Operadores de Transportes na Região de Lisboa, A.C.E.	Aquisição de bens para fornecimento de suportes sem contato	16/03/2018	94 400,00 €	116 112,00 €	n.a.	n.a.	06/06/2018	96 943,36 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Securitas - Serviços e Tecnologia de Segurança, SA	Aquisição de serviços de segurança humana	29/03/2018	458 912,52 €	564 462,39 €	n.a.	n.a.	22/06/2018	459 719,28 €	n.a.	147,60 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Valor do aditamento contemplado em
Securitas - Serviços e Tecnologia de Segurança, SA	Aquisição de serviços de segurança humana - Aditamento ao contrato nº 13/TT-2018	09/11/2018	120,00 €	147,60 €	n.a.	n.a.	21/11/2018	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Trenmo Engenharia, SA	Aquisição de serviços para implementação de sistema de gestão de escalas	10/04/2018	49 701,00 €	61 132,23 €	n.a.	n.a.	17/08/2018	37 097,78 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
BDO & Associados, Soc. de Revisores Oficiais de Contas, Lda	Aquisição de serviços de auditoria externa Financeira e Contabilística)	09/04/2018	7 988,00 €	9 825,24 €	n.a.	n.a.	17/08/2018	9 825,24 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Cotesi Companhia de Têxteis Sintéticos, SA	Aquisição de bens para fornecimentos de cabo de amarração	30/04/2018	10 395,00 €	12 785,85 €	n.a.	n.a.	17/08/2018	12 638,25 €	147,60 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
NPCF Soc. De Advogados, RL	Serviços jurídicos e de consultoria em matéria de Contratação Pública	04/04/2018	19 920,00 €	24 501,60 €	n.a.	n.a.	22/06/2018	23 419,20 €	n.a.	n.a.	n.a.	1 082,40 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (7)	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações (19)
	Objeto (1)	Data (2)	Valor do Contrato (3)- s/IVA	Preço Contratual (4) - c/ IVA	Número do Registo (5)	Data (6)		Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (12)	Trabalhos normais (14)	Revisão de preços (15)	Trabalho a mais (16)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (17)	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (18)	
S&C Gestão de Tripulações e Navios, Lda	Aquisição de serviços de consultoria e apoio técnico à manutenção da frota da Transtejo e fiscalização de contratos	10/04/2018	130 000,00 €	159 900,00 €	n.a.	n.a.	23/07/2018	143 910,06 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Manvia Manutenção e Exploração de Instalações e Construção SA	Aquisição de serviços de conservação de edifícios e manutenção de instalações técnicas	30/04/2018	36 789,80 €	45 251,45 €	n.a.	n.a.	23/07/2018	26 396,72 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Informática El Corte Inglês, SA	Aquisição de licenças de uso Software Microsoft por tempo determinado em regime de locação	20/04/2018	42 139,00€	51 830,97 €	n.a.	n.a.	22/06/2018	51 830,97 €	n.a.	885,60 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Valor do aditamento contemplado em Contrato/ compromisso plurianual p 3
Informática El Corte Inglês, SA	Aquisição de licenças de uso Software Microsoft por tempo determinado em regime de locação Aditamento ao contrato nº 20/TT/2018	22/05/2018	720,00€	885,60 €	n.a.	n.a.	22/06/2018	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Eurofiltros Auto Acessórios, Lda	Aquisição de filtros	27/04/2018	13 803,58€	16 978,40 €	n.a.	n.a.	23/07/2018	17 019,23 €	40,83 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Fórum Seleção	Aquisição de serviços trabalho temporário de bilheteiros	20/04/2018	41 812,68 €	51 429,59 €	n.a.	n.a.	06/06/2018	51 429,59 €	n.a.	17 721,82 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Valor do aditamento contemplado em
Fórum Seleção	Aquisição de serviços trabalho temporário de bilheteiros Aditamento ao contrato nº 22/TT 2018	08/12/2018	15 888,82 €	19 543,24 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Novabase Digital	Aquisição de bens para o fornecimento de 18 postos manuais de venda de títulos	29/08/2018	61 722,09€	75 979,67 €	n.a.	n.a.	11/10/2018	75 979,67 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Cecílio & Carlos Sanfins	Serviços de reparação e docagem do Navio Carnide	17/05/2018	96 285,46€	118 431,11 €	n.a.	n.a.	23/07/2018	118 431,11 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Drey Técnica- Serviços Navais, Lda	Serviços de revisão anual aos meios de salvação da frota	27/06/2018	103 410,00 €	127 194,30 €	n.a.	n.a.	17/08/2018	118 714,69 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Informantem Informática e Manutenção SA	Aquisição de bens para fornecimento de storage com discos SSD e Switch	18/05/2018	18.960,00€	23 320,80 €	n.a.	n.a.	23/07/2018	23 320,80 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
ISIA- Soc. Inovação Ambiental, Lda	Aquisição de serviços de disponibilização de base de dados de legislação em matéria de ambiente	26/07/2018	4 000,00€	4 920,00 €	n.a.	n.a.	13/09/2018	4 920,00 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Polartrade, Lda	Aquisição de bens para fornecimento de sobressalentes para motores MTU	03/07/2018	102 772,94€	126 410,72 €	n.a.	n.a.	05/12/2018	126 410,72 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Masapi- Motores Diesel e Material de Tracção, Lda	Aquisição de bens para fornecimento de sobressalentes para os motores MWM	03/07/2018	57 771,80€	71 059,31 €	n.a.	n.a.	13/09/2018	71 059,31 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
MAXPEOPLE- Gestão Estratégica e Consultoria de Recursos Humanos, Lda	Aquisição de serviços de manutenção do sistema Meta4	04/07/2018	15.000,00€	18 450,00 €	n.a.	n.a.	23/07/2018	15 375,00 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Prosegur Logística e Tratamento de Valores Portugal, SA	Aquisição de serviços de logística de tratamento e transporte de valores	31/07/2018	87.335,00€	107 422,05 €	n.a.	n.a.	11/10/2018	36 294,78 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
REFRIGUE, Lda	Aquisição de bens, fornecimento de fardamento (184 blusões)	18/07/2018	11.040,00€	13 579,20 €	n.a.	n.a.	02/11/2018	13 579,20 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
WW- Consultores de Hidráulica e Obras Marítimas, SA	Aquisição de serviços para elaboração do projeto de reabilitação da envolvente próxima da EF da Trafaria	09/07/2018	15.600,00€	19 188,00 €	n.a.	n.a.	05/12/2018	16 309,80 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Wartsila Portugal, SA	Aquisição de bens para fornecimento de peças sobressalentes UPS	26/07/2018	14.909,36€	18 338,51 €	n.a.	n.a.	11/10/2018	18 336,52 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (7)	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações (19)
	Objeto (1)	Data (2)	Valor do Contrato (3)- s/IVA	Preço Contratual (4) - c/ IVA	Número do Registo (5)	Data (6)		Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (12)	Trabalhos normais (14)	Revisão de preços (15)	Trabalho a mais (16)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (17)	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (18)	
Siemens, SA	Aquisição de serviços de manutenção de sistema SADI no TF do C. Sodré	02/08/2018	1.500,00€	1 845,00 €	n.a.	n.a.	13/12/2018	1 845,00 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Correia & Correia	Aquisição de serviços de separação de resíduos sólidos da Doca 13	01/07/2018	29.760,00€	36 604,80 €	n.a.	n.a.	11/10/2018	8 675,04 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
OTAR- Tecnologia Avançada de Recuperação,Lda	Aquisição de serviços de reparação de veios e jatos de água do Navio Sé	13/08/2018	79.460,00€	97 735,80 €	n.a.	n.a.	14/11/2018	62 889,90 €	n.a.	n.a.	n.a.	34 845,90 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
OTAR- Tecnologia Avançada de Recuperação,Lda	Aquisição de serviços de reparação de veios e jatos de água do Navio Chiado	13/08/2018	79.460,00€	97 735,80 €	n.a.	n.a.	21/12/2018	62 889,90 €	n.a.	n.a.	n.a.	34 845,90 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Primavera Business Software Solutions, SA	Aquisição de serviços para elaboração do manual de processos e procedimentos de compras	22/08/2018	12.490,00€	15 362,70 €	n.a.	n.a.	-	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Cecilio & Carlos Sanfins	Aquisição de serviços de reparação e docagem do Pontão Cruz de Pau	22/08/2018	167.000,00€	205 410,00 €	n.a.	n.a.	02/11/2018	164 328,00 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a	n.a	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
OTAR- Tecnologia Avançada de Recuperação,Lda	Aquisição de bens e serviços para reparação e recuperação do veio propulsor e cubo do Navio Dafundo	23/08/2018	30.875,00€	37 976,25 €	n.a.	n.a.	-	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Cecilio & Carlos Sanfins	Aquisição de serviços de reparação e docagem do Navio Dafundo	23/08/2018	131.831,00€	162 152,13 €	n.a.	n.a.	-	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Navaltagus- Reparação e Construção Naval, SA	Aquisição de serviços de reparação e docagem do navio Campolide	20/08/2018	181.750,00€	223 552,50 €	n.a.	n.a.	11/10/2018	223 552,50 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Navaltagus- Reparação e Construção Naval, SA	Aquisição de serviços de reparação e docagem do navio Sé	20/08/2018	236.658,00€	291 089,34 €	n.a.	n.a.	11/10/2018	291 089,34 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Nafersal-Indústria de Reparação Naval, Unipessoal, Lda	Aquisição de serviços para a preparação e adaptação do pontão Cova da Piedade	27/08/2018	29.600,00€	36 408,00 €	n.a.	n.a.	02/11/2018	36 408,00 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Weldiblue- Indústria e Reparação Naval, Lda	Aquisição de serviços para reparação e docagem do pontão Caselas	27/08/2018	154.005,00€	189 426,15 €	n.a.	n.a.	02/11/2018	189 426,15 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Cecilio & Carlos Sanfins	Aquisição de serviços de reparação e docagem do Navio Chiado	31/08/2018	324.900,00€	399 627,00 €	n.a.	n.a.	11/10/2018	119 888,10 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
OTAR- Tecnologia Avançada de Recuperação,Lda	Aquisição de bens e serviços para reparação e recuperação do veio propulsor e cubo do Navio Campolide	04/09/2018	32.475,00€	39 944,25 €	n.a.	n.a.	02/11/2018	20 842,35 €	n.a.	n.a.	n.a.	19 101,90 €	n.a.	n.a	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
J. Henriques Coelho, Lda	Empreitada de serviços para reabilitação das instalações elétricas do TF de Cacilhas	13/09/2018	42 267,62 €	IVA autoliquidação	n.a.	n.a.	05/12/2018	43 731,80 €	n.a.	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Valor do aditamento contemplado em
J. Henriques Coelho, Lda	Empreitada de serviços para reabilitação das instalações elétricas do TF de Cacilhas- Aditamento 1 ao contrato nº 54/TT-2018	25/09/2018	12 754,37 €	IVA autoliquidação	n.a.	n.a.	-	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
J. Henriques Coelho, Lda	Empreitada de serviços para reabilitação das instalações elétricas do TF de Cacilhas- Aditamento 2 ao contrato nº 54/TT-2018	08/10/2018	2 586,33 €	IVA autoliquidação	n.a.	n.a.	-	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Novabase Digital	Aquisição de bens e serviços para manutenção do sistema de bilhética	13/09/2018	73.461,36€	90 357,47 €	n.a.	n.a.	02/11/2018	37 648,95 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (7)	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações (19)
	Objeto (1)	Data (2)	Valor do Contrato (3)- s/IVA	Preço Contratual (4) - c/ IVA	Número do Registo (5)	Data (6)		Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (12)	Trabalhos normais (14)	Revisão de preços (15)	Trabalho a mais (16)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (17)	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (18)	
SCMA- Soc. Consultores Marítimos, Lda	Aquisição de serviços de consultoria técnica para elaboração do estudo do novo Navio (frota nova)	14/09/2018	85.000,00€	104 550,00 €	n.a.	n.a.	11/10/2018	104 550,00 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Novabase Digital, SA	Aquisição de bens e serviços para renovação de postos automáticos de venda e concentrador de estações	25/09/2018	153.925,33€	189 328,15 €	n.a.	n.a.	-	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
NavalRocha- Soc. De Construção e Reparação Navais,SA	Aquisição de serviços de reparação e docagem do Navio Almadense	12/09/2018	317.750,00€	390 832,50 €	n.a.	n.a.	02/11/2018	390 831,27 €	1,23 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Navaltagus- Reparação e Construção Naval, SA	Aquisição de serviços para reparação, docagem e revisão dos MPP, veio e cubo do Navio Sintrense	14/09/2018	284.500,00€	349 935,00 €	n.a.	n.a.	02/11/2018	349 935,00 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Sodoca- Representações Técnico Marítimas,Lda	Aquisição de bens e serviços para a remotorização do Navio Campolide	25/09/2018	183.674,36€	225 857,96 €	n.a.	n.a.	02/11/2018	135 514,51 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Manvia Manutenção e Exploração de Instalações e Construção SA	Empreitada de regularização de não conformidade nas instalações eléctricas	25/09/2018	12 699,68 €	15 620,60 €	n.a.	n.a.	31/12/2018	12 459,26 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
EGEO- Tecnologia e Ambiente,SA	Aquisição de serviços de recolha, transporte, tratamento, armazenamento e eliminação de resíduos	25/09/2018	24.663,96€	26 143,79 €	n.a.	n.a.	11/10/2018	4 411,04 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Contrato renovável até 3 anos c/
Ietherm- Instalações Especiais Térmica, Lda	Empreitada de substituição dos sistemas de climatização do edifício 12 em Cacilhas	03/10/2018	36.800,00€	45 264,00 €	n.a.	n.a.	05/12/2018	45 264,00 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Certitecna- Engenheiros Consultores, SA	Aquisição de serviços para elaboração de planos de segurança /medidas de autoproteção e atualização do manual de segurança e proteção do Ambiente	11/10/2018	19.205,00€	23 622,15 €	n.a.	n.a.	-	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Navalprime-Serviços, Engenharia e Inovação, SA	Aquisição de novos motores propulsores principais para o Navio Sé	10/10/2018	349.750,00€	430 192,50 €	n.a.	n.a.	14/11/2018	193 586,63 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Best Ability- Financial Consulting, Lda	Aquisição de serviços Bussiness Process Outsourcing para apoio à Direçãode Gestão Financeira	12/10/2018	13.515,00€	16 623,45 €	n.a.	n.a.	14/11/2018	15 396,53 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Arianseu Digital Solutions, SA	Aquisição de bens e serviços para implementação de WIFI nos terminais e Navios	19/10/2018	170.118,49€	209 245,74 €	n.a.	n.a.	27/12/2018	146 472,02 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Magellan- Assoc. p/ Rep. Int. Port. Exterior	Aqursição de serviços de consultoria viabilidade de financiamento da nova frota	25/10/2018	18.000,00€	22 140,00 €	n.a.	n.a.	05/12/2018	22 140,00 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Sunnebo Portugal, SA	Aquisição de bens e serviços para instalação de portas tipo "Glasstle" para os corredores de saída de passageiros do TF do C. do Sodré	29/10/2018	87.680,00€	107 846,40 €	n.a.	n.a.	28/12/2018	107 846,40 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Novabase Digital	Aquisição de bens e serviços para renovação de impressoras MAVB	26/10/2018	11.790,00€	14 501,70 €	n.a.	n.a.	28/12/2018	14 501,70 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
VTM- Consultores Engenharia e Planeamento	Aqulsição de serviços de consultoria técnica para apoio à análise de "Cenários de investimento da modernização da frota da Transtejo"	07/11/2018	18.000,00€	22 140,00 €	n.a.	n.a.	27/12/2018	22 140,00 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Navaltagus-Reparação Construção Naval, SA	Aquisição de serviços de substituição de 2 motores propulsores principais do Navio "Sé"	07/11/2018	289.800,00€	356 454,00 €	n.a.	n.a.	-	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (7)	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações (19)
	Objeto (1)	Data (2)	Valor do Contrato (3)- s/IVA	Preço Contratual (4) - c/ IVA	Número do Registo (5)	Data (6)		Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (12)	Trabalhos normais (14)	Revisão de preços (15)	Trabalho a mais (16)	Trabalhos ce suprimento de erros e omissões 17)	Outros trabalhos, inclu.inde ao trabalhos a menos (18)	
Primavera Business Software Solutions, SA	Aquisição de serviços suporte manutenção evolutiva e licenciamento adicional	09/11/2018	33.213,44€	40 852,53 €	n.a.	n.a.	05/12/2018	19 407,06 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Induma- Máquinas Industriais, Lda	Aquisição de um "Governor" para o Navio "Sé"	13/11/2018	14 344,90€	17 644,22 €	n.a.	n.a.	-	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Macedo Vitorino & Associados, Soc. Advogados, RL	Aquisição de serviços de assessoria jurídica no âmbito do projeto da renovação da frota	15/11/2018	19 250,00€	23 677,50 €	n.a.	n.a.	-	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Manna Manutenção e Exploração de Instalações e Construção, SA	Empreitada para impermeabilização e pintura da cobertura de fibrocimento do TF de Cacilhas	15/11/2018	14 680,00€	18 056,40 €	n.a.	n.a.	31/12/2018	8 576,79 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
SETH- Sociedade Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, SA	Empreitada de reabilitação envolvente da EF da Trafaria	14/11/2018	49 917,27 €	IVA autoliquidação	n.a.	n.a.	31/12/2018	17 198,44 €	n.a.	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Valor do aditamento contemplado em
SETH- Sociedade Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, SA	Empreitada de reabilitação envolvente da EF da Trafaria - Aditamento ao contrato nº77/TF/2018	19/12/2018	3 900,00 €	IVA autoliquidação	n.a.	n.a.	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
FAT- Future Architecture Thinking, Lda	Aquisição de serviços para elaboração de projeto de beneficiação das estruturas e substituição da cobertura do TF de Cacilhas	21/11/2018	24.500,00€	30 135,00 €	n.a.	n.a.	31/12/2018	12 054,00 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
ID77, Lda	Aquisição de serviços de consultoria e apoio à gestão técnica do denominado "Projeto de renovação da frota da Transtejo"	21/11/2018	25.480,00€	31 340,40 €	n.a.	n.a.	28/12/2018	6 646,23 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Induma- Máquinas Industriais, Lda	Aquisição de "união de torção 78217" Torsion Bushig para o Navio Sexalense	29/11/2018	12.736,45€	15 665,83 €	n.a.	n.a.	-	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Estaleiros Navais de Peniche, SA	Aquisição de serviços de reparação e docagem do Pontão Ribeira	03/12/2018	374.323,00€	460 417,29 €	n.a.	n.a.	21/12/2018	230 208,65 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Submarit- Subempreitadas e Trabalhos Marítimos, Lda	Aquisição do Pontão "Oceano Ártico"	14/12/2018	88.000,00€	108 240,00 €	n.a.	n.a.	21/12/2018	221 892,00 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Submarit- Subempreitadas e Trabalhos Marítimos, Lda	Aquisição do Pontão "Oceano Pacífico"	14/12/2018	132.000,00€	162 360,00 €	n.a.	n.a.			n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Induma- Máquinas Industriais, Lda	Aquisição de artigos stock (sobressalentes motores MTU) para o Navio Sé	21/12/2018	21.610,09€	26 580,41 €	n.a.	n.a.	encargos em 2019	encargos em 2019	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Iberlim- Sociedade Técnica de Limpezas, SA	Aquisição de serviços de amarração de navios e apoio ao embarque/desembarque de passageiros	26/12/2018	103.356,36€	127 128,32 €	n.a.	n.a.	encargos em 2019	encargos em 2019	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Forúm Seleção- Consultoria em Recursos Humanos e E.T.T., Lda	Aquisição de serviços de trabalho temporário de 1 (um) operador comercial	27/12/2018	10.970,76€	13 494,03 €	n.a.	n.a.	28/12/2018	2 996,55 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Magellan- Assoc. p/ Rep. Int. Port. Exterior	Aquisição de serviços de consultoria técnica para o Estudo viabilidade de transportes fluviais no Tejo entre o Seixal e o Barreiro	01/01/2019	19.800,00€	24 354,00 €	n.a.	n.a.	encargos em 2019	encargos em 2019	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Forúm Seleção- Consultoria em Recursos Humanos e E.T.T., Lda	Aquisição de serviços de trabalho temporário de 4 (quatro) bilheteiros	27/12/2018	49.458,48€	60 833,93 €	n.a.	n.a.	28/12/2018	20 407,47 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

V. Transferências e subsídios

Transferências e subsídios - Despesa

Nada a reportar referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Transferências e subsídios - Receita

Tipo de receita	Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Financiadora (3)	Receita Prevista (4)	Receita Recebida (5)	Receita Prevista e não recebida (6)=(4)-(5)	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício (7)	Observações (8)
Transferências Correntes				**1 337 224,00**	**1 337 224,00**	**0,00**		
0603014253 Indemnizações Compensatórias	Resolução Conselho de Ministros nº 141/2018		Secretaria Geral do Ministério do Ambiente	1 337 224,00	1 337 224,00	0,00		
Total Transferências correntes				**1 337 224,00**	**1 337 224,00**	**0,00**		
Transferências de Capital				**855 000,00**	**855 000,00**	**0,00**		
L00301 Estado	Lei nº114/2017	Investimento em embarcações	Secretaria Geral do Ministério do Ambiente	855 000,00	855 000,00	0,00		
Total Transferências capital				**855 000,00**	**855 000,00**	**0,00**		
Total				**2 192 224,00**	**2 192 224,00**	**0,00**		

Lisboa, 23 de abril de 2020

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia

Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento														Total	
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Consulta Prévia		Contratação Excluída			
	Número dos contratos (1)	Preço contratual (2)	Número dos contratos (3)	Preço contratual (4)	Número dos contratos (5)	Preço contratual (6)	Número dos contratos (7)	Preço contratual (8)	Número dos contratos (9)	Preço contratual (10)	Número dos contratos (11)	Preço contratual (12)	Número dos contratos (13)	Preço contratual (14)	Número dos contratos (15)	Valor (16)
Empreitada de obras públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	42 267,62 €	4	114 096,95 €	5	156 364 57 €
Aquisição de serviços	2	91 513,68 €	-	-	-	-	-	-	22	1 332 575,27 €	9	1 414 114,48 €	20	1 717 461,74 €	53	4 555 765,17 €
Locação ou aquisição de bens móveis	1	42 139,00 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	42 139,00 €
Concessão de obras públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de serviços públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	2	452 216,36 €	1	112 000,00 €	-	-	-	-	6	485 104,69 €	3	29 355,00 €	14	1 205 851,63 €	26	2 284 527,70 €

TRANSTEJO SOFLUSA

TRANSTEJO - Transportes Tejo, S.A.

EXERCÍCIO DE 2018

CONTAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO III

Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2018

Rubricas	Notas	Datas	
		31.12.2018	31.12.2017
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	40 213 707,34	41 292 332,67
Ativos intangíveis	3	265 591,88	207 976,47
Investimentos financeiros		334 927,75	238 868,26
Accionistas/sócios/associados		-	-
Outros ativos financeiros		2 777,46	2 109,17
Total Ativo Não Corrente		**40 817 004,43**	**41 741 286,57**
Ativo Corrente			
Inventários	10	1 034 968,65	965 728,50
Clientes, contribuintes e utentes	9, 18.2.a)	138 080,50	334 778,06
Estado e outros ente públicos	18.2.f)	1 642 686,60	1 153 155,48
Outras contas a receber	18.2.b), 14	2 106 159,57	1 792 260,68
Diferimentos	18.2.e)	34 429,89	30 991,29
Caixa e depósitos	1.2.e)	7 695 278,34	7 535 908,49
Total Ativo Corrente		**12 651 603,55**	**11 812 822,50**
Total do ATIVO		**53 468 607,98**	**53 554 109,07**
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18.15	208 025 085,00	208 025 085,00
Resultados transitados	18.18	(262 137 307,72)	(250 443 077,84)
Ajustamentos em ativos financeiros	18.18	224 911,55	189 751,13
Outras variações no património líquido	18.18	17 661 084,87	18 961 326,11
Resultado líquido do período		(13 457 983,28)	(11 659 069,46)
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		**(49 684 209,58)**	**(34 925 985,06)**
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	15	973 058,18	1 049 558,18
Financiamentos obtidos	7, 18.9	44 680 002,82	57 388 155,99
Total Passivo Não Corrente		**45 653 061,00**	**58 437 714,17**
Passivo Corrente			
Fornecedores	18.2.c)	757 068,44	69 461,49
Estado e outros entes públicos	18.2.f)	495 865,92	386 402,10
Financiamentos obtidos	7, 18.9	47 941 200,17	23 762 267,00
Forncedores de investimentos		206 369,64	18 158,34
Outras contas a pagar	18.2.d)	7 544 856,59	5 108 856,33
Diferimentos	18.2.e)	554 395,80	697 234,70
Total Passivo Corrente		**57 499 756,56**	**30 042 379,96**
TOTAL DO PASSIVO		**103 152 817,56**	**88 480 094,13**
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		**53 468 607,98**	**53 554 109,07**

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O Contabilista Certificado:

Dra. Ema Maria de Almeida Ferreira

Demonstração dos Resultados por Natureza Consolidada
período findo em 31 de dezembro de 2018

Rendimentos e Gastos	Notas	Período	
		31.12.2018	31.12.2017
Prestações de serviços e concessões	13	17 924 299,88	16 659 540,69
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	1 953 195,23	1 795 837,65
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		131 219,90	70 320,83
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(7 484 014,04)	(6 171 811,05)
Fornecimentos e serviços externos	23.2	(10 527 574,46)	(7 862 147,29)
Gastos com pessoal	23.3	(13 020 123,98)	(12 369 362,43)
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	10	28 144,65	(14 797,30)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(28 876,76)	-
Provisões (aumentos/reduções)	15	(58 500,00)	(621 825,62)
Outros rendimentos	13/14	4 096 215,40	4 241 338,89
Outros Gastos	23.4	(343 199,05)	(473 935,52)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		**(7 329 213,23)**	**(4 746 841,15)**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	(4 476 153,09)	(4 556 453,75)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		**(11 805 366,32)**	**(9 303 294,90)**
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	7	(1 629 300,99)	(2 321 800,04)
Resultado antes de imposto		**(13 434 667,31)**	**(11 625 094,94)**
Imposto sobre o rendimento	18.2.f)	(23 315,97)	(33 974,52)
Resultado líquido do Período		**(13 457 983,28)**	**(11 659 069,46)**
Resultado líquido do Período atribulável a: (2)			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O Contabilista Certificado:

Dra. Ema Maria de Almeida Ferreira

Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido em 31 de dezembro de 2018

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património líquido da entidade-mãe						
		Capital/Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do Período (1)		**208 025 085,00**	-	**(250 443 077,84)**	**189 751,13**	**18 961 326,11**	**(11 659 069,46)**	**(34 925 985,06)**
Alterações no Período		-	-	-	-	-	-	-
Transferências e subsídios de capital	18.18	-	-	-	-	(1 300 241,24)	-	(1 300 241,24)
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	18.18	-	-	(11 694 229,88)	35 160,42	-	11 659 069,46	-
(2)		-	-	**(11 694 229,88)**	**35 160,42**	**(1 300 241,24)**	**11 659 069,46**	**(1 300 241,24)**
Resultado Líquido do Período (3)		-	-	-	-	-	**(13 457 983,28)**	**(13 457 983,28)**
Resultado Integral (4)=(2)+(3)		-	-	**(11 694 229,88)**	**35 160,42**	**(1 300 241,24)**	**(1 798 913,82)**	**(14 758 224,52)**
Operações com detentores de Capital no Período		-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital/património		-	-	-	-	-	-	-
(5)		-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do Período (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		**208 025 085,00**	-	**(262 137 307,72)**	**224 911,55**	**17 661 084,87**	**(13 457 983,28)**	**(49 684 209,58)**

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O Contabilista Certificado:

Dra. Ema Maria de Almeida Ferreira

Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2018

Rubricas	Notas	Período	
		2018	2017
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		22 037 574,23	19 951 356,30
Pagamentos a fornecedores		(22 116 446,83)	(20 069 168,55)
Pagamentos ao pessoal		(12 095 328,88)	(11 232 029,25)
Caixa Gerada de Operações		**(12 174 201,48)**	**(11 349 841,50)**
Outros recebimento/pagamentos		4 445 609,51	3 785 458,77
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)		**(7 728 591,97)**	**(7 564 382,73)**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos tangíveis		86 978,33	-
Investimentos Financeiros		70 320,83	-
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos tangíveis		(3 538 570,03)	(1 542 534,61)
Ativos Intangíveis		(166 386,89)	-
Propriedades de Investimento		-	-
Investimentos Financeiros		(35 160,42)	-
Outros ativos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		**(3 582 818,18)**	**(1 542 534,61)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		11 470 780,00	2 500 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-	65 811 958,77
Outras Operações de Financiamento		-	68 322,56
		-	-
Pagamentos respeitantes a:		-	-
Financiamentos obtidos		-	(55 000 000,00)
Juros e gastos similares		-	(744 387,42)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		**11 470 780,00**	**12 635 893,91**
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		**159 369,85**	**3 528 976,57**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		7 535 908,49	4 006 931,92
Caixa e seus equivalentes no fim do período		7 695 278,34	7 535 908,49
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		**7 535 908,49**	**4 006 931,92**
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		7 535 908,49	4 006 931,92
De execução orçamental			
De operações de tesouraria			
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**7 695 278,34**	**7 535 908,49**
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		7 695 278,34	7 535 908,49
De execução orçamental		7 732 875,06	7 271 873,49
De operações de tesouraria		-	-

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O Contabilista Certificado:

Dra. Ema Maria de Almeida Ferreira

Adoção pela primeira vez do SNC-AP - divulgação transitória

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas pela Transtejo - Transportes Tejo, S.A. de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP), dando cumprimento ao disposto no Decreto-Lei nº192/2015, de 11 de setembro. Esta legislação determinou que, durante o período de 2018, todas as entidades públicas deviam assegurar as condições para transitar para o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

No cumprimento das orientações sobre a transição para este normativo, as entidades públicas que adotam o SNC-AP pela primeira vez devem:

- Reconhecer todos os seus ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas normas de contabilidade pública;
- Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas normas de acordo com o Plano Oficial de Contas de Contabilidade Pública, e
- Aplicar as normas de contabilidade pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Os ajustamentos resultantes da mudança das políticas contabilísticas que se verifiquem devem ser reconhecidos no saldo de resultados transitados no período em que os elementos são reconhecidos e mensurados e as entidades públicas devem reconhecer ainda os correspondentes ajustamentos no período comparativo anterior.

A NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras - contém um conjunto de divulgações que devem ser efetuadas no ano de transição. No primeiro período de relato em que a entidade aplica pela primeira vez o SNC-AP, deve ser efetuada a divulgação de um conjunto de informações:

- Forma como a transição dos normativos anteriores para as NCP afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados;
- Reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores com património líquido segundo as NCP;
- Reconciliação do resultado relatado segundo os normativos anteriores, relativo ao último período de mais recentes demonstrações financeiras anuais;
- Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com a s NCP;
- Se as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCP são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas.

Com todas as dificuldades inerentes à mudança que esta alteração implicou (ao nível dos processos internos e sistema de informação), a Transtejo e a sua participada Soflusa, procuraram dar cumprimento ao desafio de adotar um novo referencial, apresentando-se neste documento as contas do exercício de 2018 de acordo com o mesmo.

Os procedimentos de consolidação e as Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas observando o disposto na *NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas*.

Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP

Rubricas do Balanço	Valores conforme normativo anterior 31/12/2017	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de mensuração	Imparidades/ reversões	Outros	Erros	Reclassificações	SNC-AP 01/01/2018
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(2)+...+(9)
ATIVO									
ATIVOS NÃO CORRENTES	41 741 286,57								41 741 286,57
Ativos fixos tangíveis	41 292 332,67								41 292 332,67
Ativos Intangíveis	207 976,47								207 976,47
Participações Financeiras	238 868,26								238 868,26
Outros ativos financeiros	2 109,17								2 109,17
ATIVOS CORRENTES	11 814 565,79							(1 743,29)	11 812 822,50
Inventários	965 728,50								965 728,50
Clientes, contribuintes e utentes	386 249,86							(51 471,80)	334 778,06
Estado e outros entes públicos	1 153 155,48								1 153 155,48
Outras contas a receber	1 742 532,17							49 728,51	1 792 260,68
Diferimentos	30 991,29								30 991,29
Caixa e depósitos	7 535 908,49								7 535 908,49
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	(55 792 448,98)							20 866 463,92	(34 925 985,06)
Património/Capital	208 025 085,00								208 025 085,00
Resultados transitados	(250 443 077,84)								(250 443 077,84)
Ajustamentos de ativos financeiros	189 751,13								189 751,13
Outras variações no património líquido	(1 905 137,81)							20 866 463,92	18 961 326,11
Resultado líquido do período	(11 659 069,46)								(11 659 069,46)
PASSIVO									
PASSIVO NÃO CORRENTE	77 088 811,93							(18 651 097,76)	58 437 714,17
Provisões	1 049 558,18								1 049 558,18
Financiamentos obtidos	57 388 155,99								57 388 155,99
Diferimentos	18 651 097,76							(18 651 097,76)	
PASSIVOS CORRENTE	32 259 489,41							(2 217 109,45)	30 042 379,96
Fornecedores	69 461,49								69 461,49
Estado e outros entes públicos	386 402,10								386 402,10
Financiamentos obtidos	23 887 060,24							(124 793,24)	23 762 267,00
Fornecedores de investimentos								18 158,34	18 158,34
Outras contas a pagar	5 003 964,72							104 891,61	5 108 856,33
Diferimentos	2 912 600,86							(2 215 366,16)	697 234,70

O saldo por utilizar em 31 de dezembro de 2017 dos subsídios ao investimento é de 20.866.463,92€, os quais são reconhecidos em rendimentos, à medida que são contabilizadas as amortizações e depreciações dos bens subsidiados. Este valor foi transferido de diferimentos para outras variações do património líquido (593 - Transferências e subsídios de capital).

Quantias dos subsídios reconhecidos na demonstração de resultados e no balanço			Período de 2018			Período de 2017		
			Demonstração de Resultados	Balanço		Demonstração de Resultados	Balanço	
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período	Quantias reconhecidas no capital	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período	Quantias reconhecidas no capital
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	DGTT Novo Interface Seixal	79 807,68	79 807,68	2 234 614,62	79 807,62	79 807,62	2 314 422,30
		Feder - PIDDAC - C. Seixalinho	96 927,24	96 927,24	3 287 447,47	96 927,12	96 927,12	3 384 374,71
		PIDDAC - Ferries Novos	398 818,92	398 818,92	4 785 827,60	60 124,92	60 124,92	5 184 646,52
		PIDDAC - T. F. Cacilhas I	16 250,00	16 250,00	-	398 819,08	398 819,08	16 250,00
		SGMAMB - Remot. Campolide	-	-	225 857,96	16 249,92	16 249,92	-
		SGMAMB - Remot. Sé	-	-	430 192,50	-	-	-
		SGMAMB - Implement. WI-FI	-	-	198 949,54	-	-	-
		Damião de Goes (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	195 707,52	195 707,52	946 391,70	195 707,52	195 707,52	1 142 099,22
		Miguel Torga (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	197 615,76	197 615,76	1 054 459,23	197 615,76	197 615,76	1 252 074,99
		Fernando Namora (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	197 842,20	197 842,20	1 055 703,46	197 842,20	197 842,20	1 253 545,66
		Gil Vicente (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	197 864,04	197 864,04	1 055 617,96	197 864,04	197 864,04	1 253 482,00
		Jorge Senna (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	192 604,68	192 604,68	1 028 194,23	192 604,68	192 604,68	1 220 798,91
		Almeida Garrett (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	192 746,64	192 746,64	1 028 078,23	192 746,64	192 746,64	1 220 824,87
		Fernando Pessoa (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	192 828,60	192 828,60	1 108 119,90	192 828,60	192 828,60	1 300 948,50
		Antero Quental (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	196 227,96	196 227,96	1 126 768,28	196 227,96	196 227,96	1 322 996,24
Total			**2 155 241,24**	**2 155 241,24**	**19 566 222,68**	**2 215 366,06**	**2 215 366,06**	**20 866 463,92**

Balanço para a primeira prestação de contas em SNC-AP

Rubricas	SNC-AP 31-12-2018	SNC-AP 31-12-2017	Normativo anterior 31-12-2017
ATIVOS NÃO CORRENTES			
Ativos fixos tangíveis	40 213 707,34	41 292 332,67	41 292 332,67
Ativos Intangíveis	265 591,88	207 976,47	207 976,47
Participações Financeiras	334 927,75	238 868,26	238 868,26
Acionistas/sóclos/assoclados	-	-	-
Outros ativos financeiros	2 777,46	2 109,17	2 109,17
ATIVO CORRENTE			
Inventários	1 034 968,65	965 728,50	965 728,50
Clientes, contribuintes e utentes	138 080,50	334 778,06	386 249,86
Estado e outros entes públicos	1 642 686,60	1 153 155,48	1 153 155,48
Outras contas a receber	2 106 159,57	1 792 260,68	1 742 532,17
Diferimentos	34 429,89	30 991,29	30 991,29
Caixa e depósitos	7 695 278,34	7 535 908,49	7 535 908,49
Total do Ativo	**53 468 607,98**	**53 554 109,07**	**53 555 852,36**
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	208 025 085,00	208 025 085,00	208 025 085,00
Resultados transitados	(262 137 307,72)	(250 443 077,84)	(250 443 077,84)
Ajustamentos de ativos financeiros	224 911,55	189 751,13	189 751,13
Outras variações no património líquido	17 661 084,87	18 961 326,11	(1 905 137,81)
Resultado líquido do período	(13 457 983,28)	(11 659 069,46)	(11 659 069,46)
Total do Património Liquido	**(49 684 209,58)**	**(34 925 985,06)**	**(55 792 448,98)**
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	973 058,18	1 049 558,18	1 049 558,18
Financiamentos obtidos	44 680 002,82	57 388 155,99	57 388 155,99
Diferimentos	-	-	18 651 097,76
PASSIVOS CORRENTE			
Fornecedores	757 068,44	69 461,49	69 461,49
Estado e outros entes públicos	495 865,92	386 402,10	386 402,10
Financiamentos obtidos	47 941 200,17	23 762 267,00	23 887 060,24
Fornecedores de investimentos	206 369,64	18 158,34	-
Outras contas a pagar	7 544 856,59	5 108 856,33	5 003 964,72
Diferimentos	554 395,80	697 234,70	2 912 600,86
Total do Passivo	**103 152 817,56**	**88 480 094,13**	**109 348 301,34**
Total do Património Liquido e Passivo	**53 468 607,98**	**53 554 109,07**	**53 555 852,36**

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

1 Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. Identificação a entidade e período de relato

O Grupo Transtejo ("Grupo") é constituído pela Transtejo - Transportes Tejo, S.A. ("Transtejo" ou "Empresa") e Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. ("Soflusa").

		Percentagem efectiva do capital	
Denominação social	Sede	2017	2016
Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	Lisboa	Empresa-mãe	
Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Lisboa	100,00	100,00

A Transtejo é uma sociedade de capitais públicos, com sede em Lisboa, criada em 17 de dezembro de 1975 como empresa pública e transformada em sociedade anónima em 21 de julho de 1992. A Empresa tem como atividade principal a exploração de transportes fluviais de passageiros, podendo, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis e comerciais, industriais e financeiras relacionadas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com aquele objeto ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização. Na prossecução deste objetivo, o Grupo, embora não dispondo de concessão oficialmente atribuída, explora as cinco carreiras fluviais existentes entre as margens do rio Tejo.

O Grupo detém, presentemente, uma área de negócio principal: prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros. O Grupo exerce ainda uma atividade acessória de exploração de espaços comerciais (espaços publicitários, parques de estacionamento, entre outros).

A Transtejo é detida integralmente pelo Estado Português, representado pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), entidade responsável pela realização das intervenções financeiras do Estado Português, acompanhamento de assuntos respeitantes às políticas financeiras da Administração Pública, assegurar a gestão integrada do património estatal, e ainda intervir em operações patrimoniais do sector público.

A Transtejo é uma sociedade de capitais públicos que se rege pelos seus Estatutos, pelas normas reguladoras de sociedades anónimas, por disposições do Governo Central relacionadas com o sector dos transportes públicos e com a própria Empresa (disciplina estatutária da Transtejo).

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

A Transtejo é uma sociedade de capitais públicos que age sob a tutela do Estado Português, em articulação com a rede de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa. A Empresa rege-se pelos seus Estatutos, pelas normas reguladoras de sociedades anónimas, por disposições do Governo Central relacionadas com o sector dos transportes públicos e com a própria Empresa (disciplina estatutária da Transtejo).

A Transtejo e a Soflusa são Entidade Pública Reclassificada (EPR), equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos (SFA) desde 2013, encontrando-se sob tutela do Ministério do Ambiente. Os códigos da classificação orgânica são o 5871 (Transtejo) e o 5872 (Soflusa).

Considerando a condição de EPR - Entidades Públicas Reclassificadas com autonomia de reporte e execução orçamental junto da DGO, estas sociedades divulgam informação referente ao desempenho orçamental de 2018 (Demonstrações Orçamentais e Anexo) apenas nos documentos de prestação de contas individuais.

Com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014, o regime jurídico e financeiro do organismo encontra-se subordinado ao cumprimento da seguinte legislação:

a) Lei do Orçamento de Estado aplicável a cada ano (no caso concreto do ano em análise, Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro - Lei do Orçamento de Estado de 2018);
b) Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 2/2018 de 29 de janeiro e republicada pela Lei n.º 37/2018 de 7 de agosto, alterada pela Lei n.º 41/2014 de 10 de julho), implicando obrigações de reporte à Direção-Geral do Orçamento / Ministério das Finanças;
c) Cumprimento das orientações transmitidas através das Circulares DGO para preparação das Propostas Orçamentais para o OE (em 2018, no âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento do Estado 2019, foi aplicada a Circular n.º 1390, de 08 de agosto de 2018);
d) No âmbito da execução do OE2018: reportes, previstos no artigo 95.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DL n.º 33/2018, de 15 de maio);
e) Aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a partir de janeiro de 2014.

Participação financeira da Transtejo na Soflusa

A constituição do Grupo Transtejo ocorreu em dezembro de 2001, desencadeada pela aquisição da totalidade do capital da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., constituída por escritura pública de 11 de novembro de 1992, com o objeto social de exploração de transportes fluviais de passageiros, bem como o exercício de quaisquer outras atividades comerciais ou industriais, conexas ou complementares, suscetíveis de facilitar ou favorecer a realização da atividade principal, tendo iniciado a atividade em junho de 1993.

A Soflusa foi constituída pela CP - Caminhos-de-ferro Portugueses, E.P., ao abrigo das disposições dos seus Estatutos - que incluíam a concessão da ligação Lisboa-Barreiro, com o objetivo de articular a rede ferroviária entre as duas margens do Rio Tejo - com o objetivo de explorar aquela ligação.

Em dezembro de 2009, com a publicação dos novos estatutos da C.P. - Comboios de Portugal, E.P.E., foi extinta a base legal na qual lhe era concedida a concessão da exploração da ligação Lisboa - Barreiro, não tendo até ao momento sido, a mesma, formalmente atribuída à Transtejo.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis com exercício anterior.

c) Reclassificação de itens nas demonstrações financeiras

Natureza da reclassificação	Quantia do item ou classe	Razão da classificação
Subsídios não reembolsáveis de capital (transferência da #2823 para #5931)	20 866 463,92	Alteração do referencial contabilístico de IFRS para SNC-AP
Clientes para Outros Terceiros	51 471,80	Alteração de critério de classificação
Outros Terceiros para Fornecedores de Investimento	18 158,34	Alteração de critério de classificação
Financiamentos obtidos para Outras Contas a Pagar	124 793,24	Alteração do referencial contabilístico de IFRS para SNC-AP

Enquadramento sobre as principais reclassificações efetuadas:

- Reclassificação na rubrica 593 - Transferências e subsídios de capital, do montante igual a 20.866.463,92€ referente a Subsídios ao Investimento a reconhecer em compensação das amortizações dos bens subsidiados (de acordo com o mesmo grau de depreciação) anteriormente reconhecidos em Diferimentos. Este valor encontrava-se repartido em rubricas de Diferimentos do Passivo Corrente (2.215.366,16€), montante a reconhecer em período inferior a 1 ano) e Passivo não Corrente (18.651.097,76€).
- Reclassificação nas rubricas de Outros Terceiros por alteração do critério de classificação das entidades da atividade não principal.

d) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não existiam saldos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

e) Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era como segue:

Conta PCM	Natureza	31.dez.2018	31.dez.2017
111	Caixa/Máquinas Automáticas	83 639,80	128 195,80
118	Caixa Pequena	700,00	600,00
		-	-
121	Depósitos à ordem no Tesouro	6 583 684,91	6 652 019,05
1221	Banco BPI, S.A.	994 673,17	729 042,07
1222	Novo Banco, S.A.	32 564,58	26 035,69
1223	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	15,88	15,88
	Equivalentes de caixa	-	-
	Descobertos bancários	-	-
Total		7 695 278,34	7 535 908,49

2 Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas de acordo com a NCP 1 e são apresentadas em Euros, correspondendo à moeda funcional do Grupo, dado que a maior parte das suas transações são efetuadas nesta moeda tratando-se, também, da moeda do seu ambiente económico.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
c) Razão para a reclassificação.

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, o Grupo Transtejo continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

i) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas (as suas subsidiárias). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos na demonstração consolidada dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Todas as transações e saldos entre subsidiárias e entre a Empresa e suas subsidiárias, assim como os rendimentos e gastos resultantes das referidas transações e saldos são integralmente anulados no processo de consolidação. Ganhos ou perdas não realizados são também eliminados, sendo estas últimas consideradas como um indicador de imparidade para o ativo transferido.

ii) Investimentos financeiros em empresas subsidiárias

Empresas subsidiárias são todas aquelas entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) nas quais a Transtejo tem poder de decisão sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a Transtejo detém o controlo sobre uma entidade.

Os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Os dividendos recebidos das subsidiárias são registados como um rendimento do exercício, quando deliberados pela Assembleia Geral.

Adicionalmente, sempre que as responsabilidades assumidas pela Empresa ultrapassem o custo de aquisição, além da perda de imparidade registada para o investimento financeiro, é registado adicionalmente uma provisão pelo montante das responsabilidades que ultrapassam a perda de imparidade reconhecida.

iii) Investimentos em empreendimentos conjuntos

Os interesses do Grupo em entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A quota-parte do Grupo nos ganhos ou perdas do empreendimento conjunto é reconhecida na demonstração do rendimento integral consolidado e a quota-parte nos movimentos de reservas do empreendimento conjunto é reconhecida em reservas. Transações e ganhos ainda não realizados entre o Grupo e os empreendimentos conjuntos são eliminados tendo em conta o interesse do Grupo.

As políticas contabilísticas das entidades em empreendimento conjunto são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Quando os interesses em empreendimentos conjuntos são imateriais, o Grupo Transtejo regista-os ao custo de aquisição, tendo em conta qualquer potencial de imparidade.

iv) Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que esta opera (moeda funcional), o Euro. As demonstrações financeiras consolidadas e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro (moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza.

Ganhos ou perdas cambiais, relativos a empréstimos, caixa e/ou equivalentes de caixa são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza como "Juros e gastos similares suportados" ou "Juros e rendimentos similares obtidos". Todos os outros ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza como outros rendimentos ou gastos operacionais.

No período, não se registaram transações, nem existem saldos em moeda diferente do Euro.

Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2018	2017
USD	1,4500	1,1993
GBP	0,8945	0,8872

Fonte: cotações do Banco de Portugal à data de 31 de dezembro de 2018 e 2017.

v) Ativos fixos tangíveis

O tratamento contabilístico dos ativos fixos tangíveis foi efetuado de acordo com o disposto na *NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis*, estando estes valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Sempre que as partes integrantes de dado ativo fixo tangível possuam ritmos de desgaste funcional diferentes, e caso estas sejam materialmente significativas quando comparadas com o *main* item (componente principal), o Grupo efetua a depreciação do ativo por componentes (navio e recondicionamentos), em função das suas vidas úteis esperadas.

As despesas subsequentes incorridas com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidas no valor do ativo. Tais despesas

poderão ser registadas como um ativo independente apenas se se confirmar como sendo provável que os benefícios económicos associados à posse do ativo sejam benéficos para a Empresa, e caso estes possam ser mensurados com fiabilidade.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que estes são incursos.

Os dispêndios a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 3 a 50 anos
Embarcações	Entre 16 a 22 anos
Recondicionamento motores embarcações	Entre 5 a 7 anos
Equipamento básico - Outros	Entre 3 a 22 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 12 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 3 a 12 anos

As embarcações de uma das empresas do Grupo (Soflusa SA) duas unidades da frota Transtejo (novos ferries adquiridos em 2011) encontram-se componentizadas, estando separado do custo de aquisição da embarcação o montante correspondente ao recondicionamento dos motores principais, o qual é amortizado entre cinco e sete anos, período estimado da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que se encontrem concluídos e na condição de uso pretendido pela gestão.

Aos ativos fixos tangíveis que demorem mais do que 12 meses a ficarem na sua condição de uso, são adicionados durante o período de construção, os custos de financiamento específico ou geral incorrido na quota-parte do investimento em ativos que não tenha sido subsidiada.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza.

vi) Ativos intangíveis

O tratamento contabilístico dos ativos intangíveis é efetuado de acordo com o disposto na NCP 3 - Ativos Intangíveis.
Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando:

i) sejam identificáveis;
ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros;
iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como gastos quando incorridos sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do período em que são incursos.

O custo dos ativos intangíveis adquiridos compreende:

i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;
ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

O Grupo valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. Os ativos intangíveis registados na demonstração da posição financeira da Transtejo referem-se a software informático (licenças), o qual é amortizado segundo a vida útil estabelecida, a qual não excede 3 anos.

vii) Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. O Grupo não tem reconhecido ativos com vida útil indefinida.

Relativamente aos ativos não financeiros com vida útil definida, os testes de imparidade são efetuados sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras individuais não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Grupo avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se assim for, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa). O valor de uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A determinação da existência de imparidade

é efetuada para cada ativo individualmente quando gerem fluxos de caixa separados ou de forma agregada ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

viii) Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

a) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
b) Empréstimos concedidos e contas a receber - inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
c) Investimentos detidos até à maturidade - incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a Transtejo tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
d) Ativos financeiros disponíveis para venda - incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital próprio. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda não cotados correspondentes a instrumentos de capital, estes são valorizados ao custo quando não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado ("*bid*"). Se não existir um mercado ativo, o Grupo estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que a condições de mercado, a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de fluxos de caixa

descontados quando existe informação disponível, fazendo o máximo uso de informação de mercado em detrimento da informação interna da Transtejo visada.

Empréstimos concedidos e contas a receber são classificados na demonstração da posição financeira consolidada como "Clientes" e "Outros créditos a receber", e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que o Grupo não irá receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

Na identificação de situações de imparidade nas rubricas de empréstimos concedidos e contas a receber, são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Análise de incumprimento;
- Incumprimento há mais de 6 meses;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

O Grupo avalia, a cada data de relato, se existe evidência objetiva de que os ativos financeiros sofreram perda de valor. No caso de participações de capital classificadas como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor (+ 20%) abaixo do seu custo é considerado como um indicador de que o ativo financeiro está em situação de imparidade. Se existir evidência de perda de valor para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada - calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse ativo financeiro reconhecida previamente em resultados - é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração dos resultados consolidados. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis na demonstração consolidada do rendimento integral.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse

ix) Inventários

O Grupo reconhece como inventários as matérias de consumo (ex.: combustível, lubrificantes), materiais para reparações e peças sobressalentes a consumir pelo Grupo em intervenções de manutenção às embarcações.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor estimado de realização.

x) Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados por natureza, em "Imparidade de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas, correspondendo o valor líquido das contas a receber, aproximadamente ao seu justo valor.

xi) Caixa e depósitos bancários

O caixa e depósitos bancários incluem caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e outros instrumentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidade no curto prazo. Sempre que existam, os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e não são considerados na elaboração da demonstração de fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo não dispunha de qualquer montante registado como descoberto bancário.

xii) Capital social

O capital corresponde à quantia de capital estatutário da Empresa, estando totalmente titulado em ações ordinárias. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

xiii) Passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os "Financiamentos obtidos", "Fornecedores" e "Outras contas a pagar". Os saldos classificados em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

xiv) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao custo, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração do rendimento integral ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Transtejo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

xv) Gastos com financiamentos

Os gastos com financiamentos incluem juros e outros gastos incorridos pelo Grupo ao contrair financiamentos bancários. Estes incluem:

- Juros incorridos com descobertos bancários;
- Juros de empréstimos a curto, médio e longo prazo;
- Amortização de descontos ou prémios derivados da emissão ou re-pagamento de empréstimos;
- Amortização de gastos auxiliares incorridos com a contratação de empréstimos;
- Diferenças de câmbio que surjam no âmbito de empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que tais valores sejam encarados como custos adicionais aos juros incorridos.

Os gastos com financiamentos são reconhecidos como gastos do exercício no período em que incorrem, exceto se associados à construção ou aquisição de um ativo qualificável, caso em que são obrigatoriamente capitalizados.

A capitalização de gastos com financiamentos começa quando o investimento num ativo está a decorrer e existem custos efetivos suportados com os financiamentos, e cessa quando todas as atividades necessárias para preparar um ativo qualificável para o seu uso pretendido, ou venda, são completadas.

xvi) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados por natureza, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no património líquido. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras individuais.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

O Grupo não reconhece ativos por impostos diferidos devido à existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização dos ativos por impostos diferidos, na medida que respeitam, essencialmente, a prejuízos a reportar.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existem situações geradoras de passivos por impostos diferidos.

xvii) Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem:

i) uma obrigação presente legal contratual ou construtiva resultante de eventos passados;
ii) para a qual é mais provável que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e
iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Grupo divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando: a Transtejo tem uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de eventos passados; seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação; e o montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As provisões para reestruturação compreendem compensações para terminação de contratos de colaboradores. Não são reconhecidas provisões para fazer face a perdas operacionais futuras.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para liquidar a obrigação é determinada ao se considerar a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de um ex-fluxo que respeite a um item incluído na mesma classe de obrigações seja reduzida.

Os ativos contingentes são ativos "possíveis" gerados por acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas, mas divulgados nas notas anexas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

xviii) Subsídios e apoios do Governo

O Grupo reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis (fundo perdido) são, no âmbito da "NCP14 - Rendimentos de transações sem contraprestação", reconhecidos na rubrica "Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis", no momento em que se cumprem as condições, sendo subsequentemente creditados na demonstração de resultados por natureza à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos que foram financiados e na respetiva proporção.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração de Resultados por Natureza no mesmo exercício em que os gastos associados são incursos e registados (contrapartidas das obrigações contratuais assumidas em termos de exploração, de transporte e de tarifas).

O Grupo regista como resultados do exercício os valores das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado, decorrentes das obrigações contratuais assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. Adicionalmente são reconhecidos subsídios à exploração referentes às compensações a atribuir ao transporte fluvial, relativas às modalidades de passes "4_18@", "Sub_23" e "Social +".

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

xix) Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente aos quais o Grupo detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais

situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de "Financiamentos obtidos". Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração de resultados por natureza, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando o Grupo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando o Grupo tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração de resultados por natureza numa base linear, durante o período da locação.

xx) Fornecedores e outras contas a pagar

As rubricas de "Fornecedores" e "Outras contas a pagar", correntes, não vencem juros e são registados pelo seu valor nominal, que corresponde, aproximadamente ao seu justo valor. Quando os saldos a pagar sejam exigíveis para além de 12 meses ou da data de pagamento normal do negócio, o Grupo terá de registar os passivos pelo valor presente.

As rubricas de "Outras contas a pagar" não correntes são valorizadas ao valor nominal da dívida acrescido dos juros a pagar decorridos.

xxi) Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, caso se qualifiquem como tal.

xxii) Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade do Grupo. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito do Grupo refere-se à prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros. A contraprestação recebida pela prestação destes serviços resulta das seguintes transações:

i) venda de bilhetes nas estações;
ii) venda de passes exclusivos Transtejo, passes intermodais ou passes combinados com outros operadores de transportes (ex.: CP, ML e TCB)

Para os diversos tipos de títulos de transporte:

i) O rédito é reconhecido quando os bilhetes são utilizados;
ii) O rédito da venda de passes exclusivos Transtejo é reconhecido no mês a que respeita a venda/carregamento do título de transporte. Já o rédito da venda de passes combinados é reconhecido de acordo com a repartição da receita mensal, efetuada pela AML - Área Metropolitana de Lisboa, de acordo com as quotas fixadas para os diversos operadores de transportes da área da Grande Lisboa. Esta entidade é responsável pela regulação do setor dos

transportes, nos termos do disposto na Lei nº 25/2015 de 09 de junho (RJSTPT - Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros).

O rédito da prestação de serviços é reconhecido quando:

i) o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e
ii) seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo. Assim, o rédito é reconhecido na demonstração de resultados por natureza no período em que os serviços são prestados, de acordo com o princípio da especialização do período.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

xxiii) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCP1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, através do recurso ao método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (a) atividades operacionais; (b) atividades de financiamento; e (c) atividades de investimento.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são fundamentalmente provenientes das transações que constituem a principal fonte de geração de recursos financeiros da entidade. São exemplos de fluxos de caixa de atividades operacionais:

(a) Recebimentos de impostos, contribuições, taxas e multas;
(b) Recebimentos pela venda de bens e prestação de serviços;
(c) Recebimentos de subsídios ou transferências e outras dotações ou autorizações orçamentais atribuídas pelo Governo central ou outras entidades do setor público;
(d) Recebimentos de royalties, honorários, comissões e outros rendimentos;
(e) Pagamentos a outras entidades do setor público para financiar as suas operações (não incluindo empréstimos);
(f) Pagamentos a fornecedores de bens e serviços;
(g) Pagamentos a empregados;
(h) Recebimentos e pagamentos de uma entidade seguradora relativos a prémios e indemnizações, anuidades e outros benefícios da apólice;
(i) Pagamentos de impostos sobre a propriedade ou sobre o rendimento (quando apropriado) em relação às atividades operacionais;
(j) Recebimentos ou pagamentos relativos a contratos celebrados para negociação ou comercialização;
(k) Recebimentos ou pagamentos de operações descontinuadas;
(l) Recebimentos ou pagamentos relativos à resolução de litígios.

A divulgação separada de fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento é importante porque tais fluxos representam a extensão das saídas de caixa no sentido de obter recursos que se espera contribuam para a prestação futura de serviços da entidade. Apenas as saídas de caixa que resultem num ativo reconhecido no balanço são elegíveis para se classificarem como atividades de investimento. São exemplos de fluxos de caixa provenientes da atividade de investimento:

(a) Pagamentos para adquirir ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos de longo prazo. Estes pagamentos incluem os relativos a custos de desenvolvimento capitalizados e trabalhos para a própria entidade;
(b) Recebimentos provenientes da venda de ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos de longo prazo;

(c) Pagamentos para adquirir instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e interesses em Diário da República, 1.ª série — N.º 178 — 11 de setembro de 2015 7611 empreendimentos conjuntos (que não sejam pagamentos relativos a instrumentos considerados equivalentes de caixa ou instrumentos financeiros detidos para negociação);
(d) Recebimentos provenientes da venda de instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e de interesses em empreendimentos conjuntos (que não sejam recebimentos relativos a instrumentos considerados equivalentes de caixa ou instrumentos financeiros detidos para negociação);
(e) Adiantamentos e empréstimos feitos a outras entidades (que não sejam adiantamentos e empréstimos feitos por uma instituição financeira pública);
(f) Recebimentos provenientes do reembolso de adiantamentos e empréstimos feitos a outras entidades (que não sejam adiantamentos e empréstimos de uma instituição financeira pública);
(g) Pagamentos relativos a contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos forem detidos para negociação, ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento; e
(h) Recebimentos provenientes de contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos forem detidos para negociação, ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

A divulgação separada dos fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento é importante porque é útil para estimar os fluxos de caixa futuros a pagar a financiadores de capital à entidade. São exemplos de fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento:

(a) Recebimentos provenientes da emissão de títulos de dívida, empréstimos, livranças, obrigações, hipotecas e outros empréstimos de curto ou longo prazo;
(b) Reembolsos de empréstimos obtidos; e
(c) Pagamentos efetuados por um locatário relativos à redução do passivo em aberto de uma locação financeira, incluindo juros.

xxiv) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informações sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

xxv) Segmentos operacionais

O Grupo identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, materialmente relevante, o transporte fluvial de passageiros.

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Transtejo são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expetativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

- **Provisões:** O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

  A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

  O Grupo utiliza a avaliação dos processos judiciais pelos seus advogados para determinar o reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências.

- **Depreciações:** A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração de resultados por natureza consolidada de cada exercício.

  Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

- **Imparidade das contas a receber:** O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica dos outros devedores e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela Gestão, dos riscos de cobrança existentes à data do fecho das demonstrações financeiras, os quais podem vir a divergir do risco efetivo a incorrer.

- **Perdas por Imparidade:** A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao Grupo.

  No entanto, tendo em conta a estrutura acionista do Grupo e a natureza dos serviços prestados, a determinação da existência de imparidade não é expectável.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Grupo, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2.5. Aplicação inicial de uma NCP

No Grupo não se verifica a aplicação inicial de uma NCP, que tenha efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou possa ter efeito em períodos futuros.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidade, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

i) Fatores do risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro como:

a) riscos de mercado;
b) risco de crédito; e
c) risco de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável pela definição e controlo das políticas de gestão de risco do Grupo, sendo a evolução dos mercados analisada de acordo com as mesmas.

Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos a que o Grupo está sujeito, para definir limites de risco, os controlos adequados para monitorizar a evolução desses riscos e o cumprimento das políticas de gestão de risco implementadas. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para que se mantenham eficazes face à realidade dos mercados e à atividade desenvolvida pelo Grupo.

A gestão do risco é conduzida centralmente pela Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo identifica, avalia e remete à aprovação do Conselho de Administração, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro e a eventual utilização de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados.

Risco de mercado

- Risco de taxa de câmbio: A atividade operacional do Grupo desenvolve-se em Portugal e a maioria das suas transações são mantidas na moeda funcional do Grupo, o Euro. O risco de taxa de câmbio é pouco expressivo para a realidade do Grupo, não existindo qualquer política de cobertura para este tipo de risco.
- Risco de taxa de juro: O risco associado à flutuação da taxa de juro tem como principal impacto nas contas do Grupo o custo do serviço da dívida contratada com instituições financeiras nacionais e internacionais.

  O objetivo da gestão do risco de taxa de juro é a redução da flutuação dos custos financeiros, permitindo a obtenção de um resultado líquido mais estabilizado.

Risco de crédito:

O risco de crédito do Grupo é reduzido uma vez que parte significativa do rédito dos serviços prestados aos clientes é recebida antecipadamente ou na data da prestação do serviço. No caso dos passes intermodais, os valores mensais a receber/a pagar são monitorizados pelo regulador dos transportes, a AML - Área Metropolitana de Lisboa, não existindo riscos de crédito significativos a considerar.

No que se refere aos saldos de "Outras contas a receber" estes resultam maioritariamente de transações pontuais, contudo existem saldos a receber das atividades imobiliárias para os quais o risco de crédito é mais significativo. A política de cobertura de risco definida pelo Grupo passa pela exigência da prestação de garantias e cauções no início do contrato e uma monitorização das atividades dos arrendatários.

Risco de liquidez:

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da empresa, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável e a previsão atempada das necessidades de tesouraria em conjunto com uma adequada gestão das cobranças.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo, que tem como objetivo manter um nível mínimo de tesouraria para fazer face às necessidades financeiras da Transtejo no curto, médio e longo prazo, através da disponibilidade e flexibilidade de financiamento com facilidades de crédito não utilizadas, assim como outras fontes de financiamento. As necessidades pontuais de tesouraria são cobertas pelo controlo das contas a receber e pelo suporte financeiro do Estado Português e do seu acionista.

ii) *Gestão do risco de capital*

O objetivo da Transtejo em relação à gestão de capital alheio, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma utilização prudente de dívida.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de investimento em ativos tangíveis; ii) as tarifas definidas para a prestação de serviços; iii) as comparticipações do Estado e iv) as necessidades de financiamento da exploração.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas

Não existem alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materialmente relevantes de períodos anteriores.

3 Ativos Intangíveis

3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data do relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

b) Método de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes.

c) Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
Projectos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	1 192 793,85	1 040 012,26	-	152 781,59	2 113 482,33	2 005 683,47	-	107 798,86
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	55 194,88	-	-	55 194,88	157 793,02	-	-	157 793,02
Total	**1 247 988,73**	**1 040 012,26**	**-**	**207 976,47**	**2 271 275,35**	**2 005 683,47**	**-**	**265 591,88**

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de depreciações e amortizações respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na demonstração dos resultados por natureza.

e) Quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões e perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projectos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	152 781,59	18 262,88	-	-	-	-	(63 245,61)	-	-	107 798,86
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	55 194,88	117 361,02	(14 762,88)	-	-	-	-	-	-	157 793,02
Total	207 976,47	135 623,90	(14 762,88)	-	-	-	(63 245,61)	-	-	265 591,88

i) Ativos Intangíveis - Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes adições:

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projectos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	-	3 500,00	-	14 762,88	-	-	-	-	-	18 262,88
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	117 361,02	-	-	-	-	-	-	-	117 361,02
Total	-	120 861,02	-	14 762,88	-	-	-	-	-	135 623,90

ii) Ativos Intangíveis - Diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes diminuições:

Rubricas	Diminuições				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2)+(3)+(4)+(5)
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-
Projectos de desenvolvimento	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	-	-	-	-	-
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	14 762,88	-	-	14 762,88
Total	-	**14 762,88**	-	-	**14 762,88**

3.2. Outras divulgações de ativos intangíveis

a) Ativos intangíveis materialmente relevantes

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo não detinha ativos intangíveis que, individualmente, se apresentem como materialmente relevantes para as demonstrações financeiras.

b) Ativos intangíveis adquiridos através de transações sem contraprestação e inicialmente reconhecidos pelo justo valor

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o Grupo não detinha ativos intangíveis adquiridos através de transações sem contraprestação.

c) Ativos intangíveis de titularidade restringida e ativos intangíveis dados como garantia de passivos

Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo não detinha passivos garantidos por ativos intangíveis.

d) Compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis

Em 2018 foram assumidos novos compromissos no montante de 240.551,38€ para a aquisição de ativos intangíveis e transitaram de 2017 compromissos no montante de 34.334,07€. Durante o ano libertaram-se verbas destes compromissos no valor de 35.905,18€, por terem sido comprometidos em excesso.

A quantidade total de compromissos assumidos em 2018 para a aquisição de Ativos Intangíveis ascendeu a 274.885,45€.

e) Ativos intangíveis mensurados após reconhecimento que tenham sofrido revalorizações

No exercício de 2018 não existiu revalorização de ativos intangíveis.

3.3. Ativos intangíveis revalorizados

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

3.4. Gastos de pesquisa e desenvolvimento

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

3.5. Outras divulgações

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

4 Acordos de concessão de serviços: concedente

Norma não aplicável.

5 Ativos fixos tangíveis

5.1. Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2017 encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização em conformidade com o período de vida útil máximo dado, constante no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utlizadas correspondem aos períodos de vida estimada.

As vidas úteis e métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

d) Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Outros Ativos Tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	44 996,79	-	-	44 996,79	44 996,79	-	-	44 996,79
Edifícios e outras construções	16 123 514,12	7 964 533,34	-	8 158 980,78	16 307 588,59	8 359 590,37	-	7 947 998,22
Equipamento básico	131 277 660,78	99 051 127,82	-	32 226 532,96	130 973 824,55	100 608 236,71	-	30 365 587,84
Equipamento de transporte	247 398,65	247 398,65	-	-	247 398,65	247 398,65	-	-
Equipamento Administrativo	1 167 840,00	1 122 392,22	-	45 447,78	1 473 343,06	1 243 296,72	-	230 046,34
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	946 733,91	917 722,44	-	29 011,47	1 047 006,55	648 980,25	-	398 026,30
Ativos fixos tangíveis em curso	787 362,89	-	-	787 362,89	1 227 051,85	-	-	1 227 051,85
	150 595 507,14	109 303 174,47	-	41 292 332,67	151 321 210,04	111 107 502,70	-	40 213 707,34
Total	**150 595 507,14**	**109 303 174,47**	-	**41 292 332,67**	**151 321 210,04**	**111 107 502,70**	-	**40 213 707,34**

e) Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações								
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças Cambiais	Diminuições	Quantia escriturada (final)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Outros Ativos Tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	44 996,79	-	-	-	-	-	-	-	-	44 996,79
Edifícios e outras construções	8 158 980,78	99 687,19	-	-	-	-	(310 669,75)	-	-	7 947 998,22
Equipamento básico	32 226 532,96	1 960 257,35	198 388,87	-	-	-	(4 019 591,34)	-	-	30 365 587,84
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento Administrativo	45 447,78	233 231,55	(1 091,46)	-	-	-	(47 541,53)	-	-	230 046,34
Outros	29 011,47	409 327,10	(5 207,41)	-	-	-	(35 104,86)	-	-	398 026,30
Ativos fixos tangíveis em curso	787 362,89	2 345 984,58	(1 906 295,62)	-	-	-	-	-	-	1 227 051,85
	41 292 332,67	5 048 487,77	(1 714 205,62)	-	-	-	(4 412 907,48)	-	-	40 213 707,34
Total	41 292 332,67	5 048 487,77	(1 714 205,62)	-	-	-	(4 412 907,48)	-	-	40 213 707,34

i) Ativos Fixos Tangíveis - Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes adições:

Rubricas	Adições										
	Internas	Compras	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)
Outros Ativos Tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	99 687,19	-	-	-	-	-	-	-	-	99 687,19
Equipamento básico	-	246 051,73	-	1 906 295,62	-	-	-	-	-	-	2 152 347,35
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento Administrativo	-	233 231,55	-	-	-	-	-	-	-	-	233 231,55
Outros	-	409 327,10	-	-	-	-	-	-	-	-	409 327,10
Ativos fixos tangíveis em curso	-	2 345 984,58	-	-	-	-	-	-	-	-	2 345 984,58
	-	3 334 282,15	-	1 906 295,62	-	-	-	-	-	-	5 240 577,77
Total	-	3 334 282,15	-	1 906 295,62	-	-	-	-	-	-	5 240 577,77

O aumento registado em Ativos Fixos Tangíveis no exercício de 2018 resultou da capitalização de ativos que se encontravam em curso em períodos anteriores, designadamente em Equipamento Básico, no montante de 1.796.783,45€, e respeita, essencialmente, às revisões das caixas redutoras e dos motores diesel MTU que se encontravam em curso (1.714.205,62€) correspondentes a grandes beneficiações de motores dos navios Fernando Namora (616.194,12€), Gil Vicente (556.541,22€) e Miguel Torga (541.470,28€) e à aquisição de 100 validadores (sistema de bilhética e controlo de acessos) e equipamentos para os terminais de fiscalização (192.090,00€). O aumento registado na rubrica de equipamento administrativo resultou do contrato referente à aquisição de equipamento informático (233.231,55€), na rubrica "Outros" encontra-se registado a aquisição de um sistema de videovigilância para os terminais da Transtejo (386.398,27€).

O valor apresentado em Ativos Fixos Tangíveis em Curso (1.616.743,56€) diz respeito a: aquisição/reparação de pontões (367.561,50€), trabalhos de recondicionamento de motores que se encontravam em curso do ano anterior (1.116.254,23€), a novos contratos para revisão geral dos motores e caixas redutoras (356.489,33€) dos navios Cesário Verde (191.230,62€), Almeida Garrett (94.879,28€) e Fantasia (70.000€), à reabilitação do Terminal Fluvial do Barreiro (95.895,50€) e à implementação de Wi-Fi nos terminais e navios (167.566,87€).

ii) Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes diminuições:

Rubricas	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
Outros Ativos fixos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	1 703 005,94	-	-	-		1 703 005,94
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento Administrativo	145,15	-	-	-	-	145,15
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-
Outros	3 465,81	-	-	-	-	3 465,81
Ativos fixos tangíveis em curso	-	192 090,00	-	-	-	192 090,00
	1 706 616,90	192 090,00	-	-	-	1 898 706,90
Total	**1 706 616,90**	**192 090,00**	-	-	-	**1 898 706,90**

As diminuições registadas na rubrica de "Ativos fixos tangíveis" reconhecidas durante o exercício de 2018, ascendem a 1.898.706,90€, e respeitam essencialmente, à alienação dos navios Palmelense e Alentejense (1.561.835.51€), e respetivos acessórios e utensílios de navegação (70.931,00€), máquinas e acessórios (70.376,85€), equipamento administrativo (145,15€) e outros ativos tangíveis (3.465,81€), tendo esta operação originado uma mais valia de 83.437,20€.

5.2. Outras divulgações de ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis de titularidade restringida e ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

b) Quantia de dispêndios reconhecidos na quantia escriturada do ativo durante a sua construção

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

c) Quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis

Em 2018 foram assumidos novos compromissos no montante de 2.867.518,85€ na Transtejo e 1.445.259,68€ na Soflusa para a aquisição de ativos fixos tangíveis e transitaram de 2017 compromissos no montante de 98.791,68€ na Transtejo e 1.222.268,44€ na Soflusa. Durante o ano libertaram-se verbas destes compromissos no valor de 806.695,11€ na Transtejo e 258.828,85€ na Soflusa, por terem sido comprometidos em excesso.

A quantidade total de compromissos assumidos em 2018 para a aquisição de Ativos Fixos Tangíveis ascendeu a 2.159.615,42€ na Transtejo e 2.408.699,27€ na Soflusa.

d) Quantia da compensação por terceiros em imparidade, relativa a bens ativos fixos tangíveis, perdidos ou cedidos

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

5.3. Depreciações de ativos fixos tangíveis

Rubricas	Depreciações do período	
	Reconhecidas nos resultados	Incluídas nos custos de outros ativos
Outros Ativos fixos Tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	310 669,75	-
Equipamento básico	4 019 591,34	-
Equipamento de transporte	-	-
Equipamento Administrativo	47 541,53	-
Equipamentos biológicos	-	-
Outros	35 104,86	-
Ativos fixos tangiveis em curso	-	-
	4 412 907,48	-
Total	**4 412 907,48**	-

5.4. Alterações de estimativas contabilísticas

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

5.5. Ativos fixos tangíveis revalorizados

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

5.6. Outras divulgações

a) Ativos fixos tangíveis temporariamente sem uso

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

b) Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estejam em uso

A 31 de dezembro de 2018 o Grupo tinha os seguintes montantes em ativos fixos tangíveis totalmente depreciados e ainda em uso:

Descrição	
Edifícios	912 628,26
Estações Fluviais e Cais Embarque	1 913 786,02
Pontões, Passadiços e Flutuadores	6 805 432,02
Embarcações	45 127 430,41
Acessórios Utensílios de Navegação	251 925,95
Máquinas e Acessórios	2 943 380,68
Ferramentas e Utensílios	191 594,54
Veículos	247 398,65
Equipamento informático e de telecomunicações	869 520,65
Equipamento de escritório e de reprografia	64 128,91
Mobiliário de escritório e de arquivo	285 300,79
Equipamento do Servico Medicina do Trabalho	13 655,20
Equipamento de decoração e conforto, de utilização comum	571 674,11
	60 197 856,19

c) Ativos fixos retirados de uso ativo e detidos para alienação

Em 31 de dezembro de 2017 a Transtejo tinha identificados para venda 3 navios retirados da operação: Ferries Alentejense e Eborense e o Cacilheiro Palmelense.

Em 2018 foram alienados os navios Alentejense e Palmelense (conforme 5.1.e)).

A 31 de dezembro de 2018 o navio Eborense, registado no ativo fixo pelo valor bruto de 36.741,77€, encontra-se inoperacional, para possível alienação.

6 Locações

Norma não aplicável.

7 Custos de empréstimos obtidos

a) Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

b) Os custos de empréstimos incorridos no exercício de 2018 foram os seguintes:

Entidade	Data do Contrato	Data do visto do TC	Prazo do Contrato	Capital		Taxa de juro		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de janeiro	Saldo a 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
Direção Geral de Tesouro e Finanças	28/08/2013	n/a	7 anos	11 496 000,00	5 748 000,00	2,37%	2,37%	5 748 000,00	1 033 311,57	6 781 311,57	-	122 667,91	122 667,91		5 748 000,00	5 748 000,00
	13/09/2013	n/a	7 anos	81 050 000,00	40 525 000,00	2,39%	2,39%	40 525 000,00	7 260 519,04	47 785 519,04	-	872 141,15	872 141,15		40 525 000,00	40 525 000,00
	08/10/2013	n/a	7 anos	20 579 000,00	10 289 500,00	2,18%	2,18%	10 289 500,00	1 650 348,15	11 939 848,15	-	201 983,84	201 983,84		10 289 500,00	10 289 500,00
	18/11/2013	n/a	7 anos	2 500 000,00	1 250 000,00	1,87%	1,87%	1 250 000,00	166 655,09	1 416 655,09	-	21 048,32	21 048,32		1 250 000,00	1 250 000,00
	19/12/2013	n/a	7 anos	3 000 000,00	1 500 000,00	1,89%	1,89%	1 500 000,00	197 242,50	1 697 242,50	-	25 528,13	25 528,13		1 500 000,00	1 500 000,00
	27/01/2014	n/a	7 anos	1 500 000,00	1 000 000,00	3,19%	3,19%	500 000,00	174 098,68	674 098,68	-	29 629,34	29 629,34		1 000 000,00	1 000 000,00
	28/02/2014	n/a	7 anos	707 188,00	471 458,67	2,89%	2,89%	235 728,33	72 544,49	308 273,82	-	12 655,31	12 655,31		471 458,67	471 458,67
	15/04/2014	n/a	7 anos	2 000 000,00	1 333 333,33	2,59%	2,59%	666 666,67	177 247,13	843 913,80	-	32 075,23	32 075,23		1 333 333,33	1 333 333,33
	15/07/2014	n/a	7 anos	2 268 413,00	1 512 275,33	2,78%	2,78%	756 137,67	199 841,93	955 979,60	-	39 048,73	39 048,73		1 512 275,33	1 512 275,33
	15/10/2014	n/a	7 anos	1 507 577,00	1 005 051,33	1,72%	1,72%	502 525,67	75 546,08	578 071,75	-	16 056,39	16 056,39		1 005 051,33	1 005 051,33
	19/02/2015	n/a	7 anos	4 423 741,00	3 686 450,83	1,43%	1,43%	737 290,17	176 526,21	913 816,38	-	49 860,78	49 860,78		3 686 450,83	3 686 450,83
	19/05/2015	n/a	7 anos	1 179 020,00	982 516,67	1,17%	1,17%	196 503,33	35 198,41	231 701,75	-	10 872,78	10 872,78		982 516,67	982 516,67
	15/09/2015	n/a	7 anos	3 094 939,00	2 579 115,83	1,40%	1,40%	515 823,17	96 925,53	612 748,70	-	34 224,97	34 224,97		2 579 115,83	2 579 115,83
	17/11/2015	n/a	7 anos	3 000 000,00	2 500 000,00	1,41%	1,41%	500 000,00	87 129,78	587 129,78	-	33 293,33	33 293,33		2 500 000,00	2 500 000,00
	15/07/2016	n/a	7 anos	2 267 721,00	2 267 721,00	2,00%	2,00%	-	66 738,40	66 738,40	-	43 390,45	43 390,45		2 267 721,00	2 267 721,00
	23/09/2016	n/a	7 anos	2 000 000,00	2 000 000,00	2,17%	2,17%	-	55 799,33	55 799,33	-	41 618,01	41 618,01		2 000 000,00	2 000 000,00
	28/12/2017	n/a	7 anos	2 500 000,00	2 500 000,00	0,55%	0,55%	-	153,33	153,33	-	13 892,64	13 892,64		2 500 000,00	2 500 000,00
	06/07/2018	n/a	7 anos	6 000 000,00	6 000 000,00	0,76%	0,76%	-	-	-	-	22 524,17	22 524,17		-	6 000 000,00
	08/11/2018	n/a	7 anos	5 470 780,00	5 470 780,00	0,83%	0,83%	-	-	-	-	6 703,51	6 703,51		-	5 470 780,00
				156 544 379,00	92 621 202,99			63 923 176,00	11 525 825,66	75 449 001,66	-	1 629 215,00	1 629 215,00	-	81 150 423,00	92 621 203,00

Desde 2013 a Transtejo tem vindo a aplicar um modelo de financiamento com recurso à contratação de empréstimos de médio e longo prazo junto do Estado Português, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Recorrendo à dotação orçamental inscrita no OE2013 retificativo, foi possível reestruturar toda a dívida de curto prazo contratada na banca comercial, contraindo para o efeito, uma operação de financiamento no montante de 118.625.000,00€, a reembolsar em 12 prestações semestrais de igual montante, com início em 31 de maio de 2014 e termo em 30 de novembro de 2019.

Este modelo de financiamento, possibilitado pela condição de Entidade Pública Reclassificada, tem-se mantido em vigor, tendo em 2014 sido celebrado novo contrato de financiamento a 7 anos, com as mesmas condições, no montante de 7.983.178,00€, destinando-se a cobrir necessidades de tesouraria corrente.

Em 2015, no âmbito do mesmo modelo de financiamento, o stock de dívida contratada foi reforçado em 11.697.700,00€.

Em 2016, através de Despacho nº626/16-SEATF de 06 de julho, foi autorizado novo reforço do stock de dívida contratada, tendo ocorrido 2 novos desembolsos, totalizando 4.267.721€.

Também em 2016 ocorreu uma operação de conversão em capital, dos créditos referentes ao serviço da dívida dos exercícios de 2015 e 2016 (aumento de capital em espécie no montante de 46.543.955,38€, contemplado os juros vencidos no montante de 5.671.759,04€ e amortizações no montante de 40.872.196,34€.

Em 2017, através de Despacho do Secretário de Estado do Tesouro de 22 de dezembro, foi autorizada a concessão de um empréstimo de médio e longo prazo para reforço da dívida contratada, no montante de 2.500.000€.

Ainda em 2017 ocorreu uma operação de conversão em capital, dos créditos referentes ao serviço da dívida do exercício de 2017 (aumento de capital em espécie no montante de 25.242.161,23€ (nota 21)), contemplado os juros vencidos no montante de 2.191.181,55€ e amortizações no montante de 23.050.979,68€.

No final de 2017, em consequência das operações acima descritas, o montante em dívida ao Estado ascendia a 81.150.422,99€.

Em 2018, através dos Despachos do Secretário de Estado do Tesouro nº518/18 - SET, de 3 de julho, e nº837/18 - SET, de 29 de outubro, foram autorizadas as concessões de dois empréstimos de médio e longo prazo para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes da atividade operacional, nos montantes de 6.000.000€ em julho de 2018 e de 5.470.780€ em outubro de 2018, respetivamente.

Ainda em 2018, foi solicitado à Direção Geral de Tesouro e Finanças um diferimento do pagamento do serviço da dívida referente aos empréstimos contratados junto do IGCP. Nesse âmbito, foi diferido o pagamento de juros e amortizações vencidos em 31 de maio e em 30 de novembro de 2018, sem encargos financeiros adicionais.

Face a todas estas situações, no final de 2018, o montante em dívida ao Estado ascendia a 92.621.203€ (47.941.200,17€ em passivo corrente e 44.680.002,82€ em passivo não corrente).

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

O detalhe destes empréstimos de acordo com o prazo de reembolso é apresentado na Nota 18.9.

Todos os empréstimos estão negociados em euros.

8 Propriedades de Investimento

Norma não aplicável.

9 Imparidade de ativos

As imparidades para clientes de cobrança duvidosa são avaliadas anualmente tendo em conta a avaliação dos riscos de cobrança dos respetivos saldos.

Ativos Financeiros	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo Utilizado	
					Justo Valor	Valor de Uso
Dívidas de Clientes	Gerador de caixa	428 745,40	290 664,90	138 080,50		Fluxos de Caixa
TOTAL		428 745,40	290 664,90	138 080,50		

O montante em imparidade, 290.664,90€, diz respeito, essencialmente, às entidades:

	Saldo 31/12/2017	Reforços	Reversões	Saldo 31/12/2018
Turisbuilding, Act Maritimo-Turísticas, S.A.	30 302,16	-	-	30 302,16
João Lagos Sports - Gestão de Eventos, S.A.	24 197,60	-	-	24 197,60
Calado & Brito	-	13 607,09	-	13 607,09
Bússola Perfeita, Unipessoal Lda	-	11 936,15	-	11 936,15
Damens Shipyards	183 019,18	-	-	183 019,18
Outros	24 269,20	3 333,52	-	27 602,72
	261 788,14	**28 876,76**	-	**290 664,90**

A dívida ajustada em 31 de dezembro de 2018 respeita, essencialmente, ao montante de direitos aduaneiros de duas embarcações construídas pela sociedade holandesa Damen Shipyards, cuja regularização se encontra pendente de decisão por parte da Comissão Europeia (183.019,18 €) e às entidades: Turisbuilding (30.302,16€) e João Lagos (24.197,60€).

A antiguidade dos saldos vencidos com imparidade é superior a 24 meses.

10 Inventários

a) Política contabilística e método de custeio usado

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo.

O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão de obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

O Grupo adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

b) Quantia de inventários registada

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os inventários detalham-se conforme se segue:

Descrição	Quantia escriturada inicial	Compras líquidas	Consumos / Gastos	Perdas por imparidade	Reversão de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	Quantia escriturada final
Mercadorias								
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	965 728,50	8 207 730,25	7 484 014,04	614 502,65	28 144,65	68 118,06	-	1 034 968,65
Produtos acabados e intermédios								
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos								
Produtos e trabalhos em curso								
Total	**965 728,50**	**8 207 730,25**	**7 484 014,04**	**614 502,65**	**28 144,65**	**68 118,06**	-	**1 034 968,65**

O valor dos inventários reconhecidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresenta a seguinte decomposição:

	2018	2017
Combustíveis	152 131,22	159 921,08
Lubrificantes	26 084,59	22 517,26
Materiais de consumo	30 212,90	26 893,96
Fardamentos	23 165,50	7 227,37
Bilhetes	26 343,80	25 086,77
Sobresselentes	1 494 609,98	1 468 975,38
Materiais para reparações	144 179,74	145 010,41
Subtotal	**1 896 727,73**	**1 855 632,23**
Imparidades de inventários	(861 759,08)	(889 903,73)
Total inventários	**1 034 968,65**	**965 728,50**

A totalidade de itens registados em inventários encontra-se contabilizada pelo valor de realização líquido.

O valor dos inventários reconhecidos em 2018, como gasto e incluído na rubrica "custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 7.484.014,04€ (em 2017: 6.171.811,05€), dos quais 6.614.474,49€ correspondem a consumos de combustíveis (2017: 5.457.011,13€).

c) Quantia de inventários registada pelo justo valor menos custos de venda

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

d) Quantia de inventários reconhecida como gasto no período

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas é como segue:

Descrição	2018	2017
Combustíveis	6 614 474,49	5 457 011,13
Consumo de lubrificantes	113 011,87	105 163,89
Materiais de consumo	23 207,61	21 556,90
Economato	126 889,81	136 077,58
Fardamento	6 807,81	20 118,21
Consumo de sobressalentes	495 685,71	378 908,66
Consumo Mat. Reparações	103 936,74	52 974,68
Total	**7 484 014,04**	**6 171 811,05**

O montante de maior relevância corresponde aos consumos de combustível (gasóleo) realizado pelas embarcações na atividade de exploração. O acréscimo registado no custo deste consumo deve-se, principalmente, ao aumento do preço médio do gasóleo consumido (0,08€/L), passando de 0,49€/L, em 2017, para 0,58€/L, em 2018.

O apuramento do custo das matérias consumidas nos exercícios de 2018 e 2017 foi determinado como segue:

	2018	2017
Existências iniciais	965 728,50	872 684,04
Compras de materiais diversos	8 235 874,90	7 154 759,24
Regularização de existências	(682 620,71)	(889 903,73)
Existências finais	(1 034 968,65)	(965 728,50)
Gastos do exercício	**7 484 014,04**	**6 171 811,05**

e) Quantia de redução de inventários reconhecida como gasto no período

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

f) Quantia das perdas por imparidade e das reversões de inventários reconhecidas como um gasto do período

A evolução das perdas por imparidade acumuladas e das reversões de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é detalhada como se segue:

Imparidades	Saldo inicial 31.12.2017	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31.12.2018
Mercadorias Matérias-primas, subsidiárias e de consumo Produtos acabados e intermédios Produtos e trabalhos em curso	889 903,73	-	(28 144,65)	-	861 759,08
Total	**889 903,73**	**-**	**(28 144,65)**	**-**	**861 759,08**

A imparidade de inventário acumulada corresponde aos sobressalentes da frota sem rotação e/ou obsoletos.

No exercício de 2018 foram efetuadas contagens físicas aos diversos armazéns, originando a reversão de imparidades.

g) Circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é reconhecida quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existam ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como "imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

h) Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantias a passivos

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

11 Agricultura

Norma não aplicável.

12 Contratos de construção

Norma não aplicável.

13 Rendimentos de transações com contraprestação

a) Política contabilística e métodos adotados

VENDAS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados:

i) Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
ii) Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
iii) Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
iv) Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
v) Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de concretização da prestação de serviços à data do balanço.

JUROS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

b) Quantia de cada categoria de Rendimentos

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, têm a seguinte decomposição:

Rendimento	31.12.2018	31.12.2017
Prestação de Serviços	17 924 299,88	16 659 540,69
Venda de bens	-	-
Outros rendimentos	1 868 942,44	1 566 749,44
Juros	-	-
Total	**19 793 242,32**	**18 226 290,13**

O montante de Prestações de serviços reconhecidos tem o seguinte detalhe:

Descrição		2018	2017
Tráfego de passageiros			
Bilhetes	i)	4 134 313,08	4 188 738,89
Intermodais	ii)	4 032 941,67	3 808 000,52
Passes próprios	iii)	1 387 106,80	1 230 998,76
Combinados	iv)	5 355 238,18	4 909 251,99
Zapping	v)	2 842 608,22	2 302 163,45
Bilhete 24h	vi)	103 089,01	90 263,42
Outros		1 240,01	417,38
Tráfego de veículos	vii)	65 486,52	62 646,08
Aluguer de embarcações	viii)	1 550,00	66 350,00
Serviço de turismo		-	-
Outros		726,39	710,20
Total prestações de serviços		**17 924 299,88**	**16 659 540,69**

i) **Bilhetes:** rendimentos de títulos de transporte para viagens ocasionais (carregamentos de cartões Viva Viagens e em máquinas de venda automática).

ii) **Intermodais:** rendimentos de passes de transporte que podem ser utilizados em diversos operadores de transporte público.

iii) **Passes próprios:** passes mensais exclusivos para carreiras Transtejo/Soflusa.

iv) **Combinados:** sistema de passes que permitem a realização de viagens entre um conjunto limitado de operadores de transporte.

v) **Zapping:** sistema de aquisição de viagens que permite aos passageiros ocasionais utilizar os serviços da Transtejo, Soflusa, Carris e Metro mediante carregamento de valores em suporte Viva Viagens.

vi) **Bilhete 24h:** rendimentos de títulos de transporte válidos por um dia para um número ilimitado de viagens.

vii) **Tráfego de veículos:** serviço de transporte de veículos em ferryboats na ligação Belém-Trafaria-Porto Brandão.

viii) **Aluguer de embarcações:** alugueres pontuais de embarcações a terceiros.

O montante reconhecido em Outros Rendimentos diz respeito a rendimentos suplementares e tem o seguinte detalhe:

Descrição	2018	2017
Outros rendimentos		
Aluguer de espaços e outros	604 070,37	596 215,81
Cedências	83 983,36	69 640,49
Concessão/protocolo	498 865,32	428 321,05
Cartões para passes e outros	540 519,20	461 846,16
Ganhos em alienações	83 437,20	-
Outros	58 066,99	10 725,93
	1 868 942,44	**1 566 749,44**

A rubrica "Outros rendimentos" decompõe-se essencialmente em: rendimentos referentes ao aluguer de espaços nas suas instalações (terminais, parques de estacionamento e administrativas), à venda de cartões para carregamento de títulos de transporte e a concessão da atividade de passeios turísticos, efetuados diariamente no Tejo.

c) Rendimentos provenientes da troca de bens ou serviços

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

14 Rendimentos de transações sem contraprestação

14.1. Divulgação das classes de rendimentos sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados:

Rendimentos	31.12.2018	31.12.2017
Subsídios obtidos	**1 953 195,23**	**1 795 837,65**
Indemnizações Compensatórias	1 333 018,01	1 333 018,88
Compensação 4/18 e Sub 23	311 983,91	229 025,74
Compensação Passe Social +	308 193,31	233 793,03
Outros Rendimentos	**2 227 272,96**	**2 674 589,45**

O valor na rubrica "Outros Rendimentos" inclui o valor de imputação de subsídios para investimentos, conforme quadro seguinte:

Quantias dos subsídios reconhecidos na demonstração de resultados e no balanço			Período de 2018			Período de 2017		
			Demonstração de Resultados	Balanço		Demonstração de Resultados	Balanço	
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período	Quantias reconhecidas no capital	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período	Quantias reconhecidas no capital
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	DGTT Novo Interface Seixal	79 807,68	79 807,68	2 234 614,62	79 807,62	79 807,62	2 314 422,30
		Feder - PIDDAC - C. Seixalinho	96 927,24	96 927,24	3 287 447,47	96 927,12	96 927,12	3 384 374,71
		PIDDAC - Ferries Novos	398 818,92	398 818,92	4 785 827,60	60 124,92	60 124,92	5 184 646,52
		PIDDAC - T. F. Cacilhas I	16 250,00	16 250,00	-	398 819,08	398 819,08	16 250,00
		SGMAMB - Remot. Campolide	-	-	225 857,96	16 249,92	16 249,92	-
		SGMAMB - Remot. Sé	-	-	430 192,50	-	-	-
		SGMAMB - Implement. WI-FI	-	-	198 949,54	-	-	-
		Damião de Goes (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	195 707,52	195 707,52	946 391,70	195 707,52	195 707,52	1 142 099,22
		Miguel Torga (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	197 615,76	197 615,76	1 054 459,23	197 615,76	197 615,76	1 252 074,99
		Fernando Namora (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	197 842,20	197 842,20	1 055 703,46	197 842,20	197 842,20	1 253 545,66
		Gil Vicente (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	197 864,04	197 864,04	1 055 617,96	197 864,04	197 864,04	1 253 482,00
		Jorge Senna (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	192 604,68	192 604,68	1 028 194,23	192 604,68	192 604,68	1 220 798,91
		Almeida Garrett (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	192 746,64	192 746,64	1 028 078,23	192 746,64	192 746,64	1 220 824,87
		Fernando Pessoa (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	192 828,60	192 828,60	1 108 119,90	192 828,60	192 828,60	1 300 948,50
		Antero Quental (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	196 227,96	196 227,96	1 126 768,28	196 227,96	196 227,96	1 322 996,24
Total			2 155 241,24	2 155 241,24	19 566 222,68	2 215 366,06	2 215 366,06	20 866 463,92

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos em exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 têm a seguinte decomposição no balanço:

Balanço	Ano 2018	Ano 2017
Activos Sujeitos a restrições		
Contas a Receber de transações sem contraprestação	157 358,43	
Adiantamento de recebimentos de transações sem contraprestação		
Passivos relacionados com ativos transferidos sujeitos a condições		
Passivos relativos a empréstimos bonificados sujeitos às condições dos activos transferidos		
Passivos perdoados		

O valor indicado corresponde a um valor a receber de subsídios à exploração referente a valores que transitaram de compensações de 4_18 e sub23 e Social+, conforme informação recebida por parte da Secretaria Geral do Ministério do Ambiente.

14.2. Outras divulgações

a) Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de rendimentos provenientes de transações sem contraprestação

O valor mais significativo registado nesta rubrica corresponde às indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado Português como contrapartida das obrigações assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. As verbas atribuídas, registadas nesta conta pelo seu valor líquido de IVA, correspondem ao montante atribuído à Transtejo e à sua participada Soflusa pela Entidade Coordenadora do Programa Orçamental (Secretaria Geral do Ministério do Ambiente). Este montante, inscrito no Orçamento de Estado de cada um dos anos em referência, foi fixado por distribuição de *plafond*, de acordo com a RCM nº150/2018 e 133/2017. Estes diplomas suportaram, também, a distribuição das compensações recebidas, entre indemnizações compensatórias e compensações tarifárias. À data da preparação deste documento encontra-se em fase de apreciação e assinatura um novo Contrato do Serviço Público de suporte à atribuição de compensações financeiras à Transtejo e à Soflusa.

b) Bases em que foi mensurado o justo valor dos recursos que fluíram para a entidade

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

c) Para as principais classes de réditos de impostos que a entidade não tenha podido mensurar com fiabilidade durante o período em que o acontecimento tributável ocorra, informação acerca da natureza desses impostos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

d) A natureza e tipo das principais classes de legados, ofertas e doações, evidenciando separadamente as principais classes de bens em espécie recebidos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

14.3. Serviços em espécie recebidos, incluindo os não reconhecidos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

15 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1. Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

i) Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
ii) Seja provável que um ex-fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
iii) Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro em 2018 e 2017, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Provisões	Saldo inicial 31.12.2017	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31.12.2018
Impostos					
Contribuições					
Juros de mora					
Garantias a clientes					
Processos judiciais em curso	956 558,18	58 500,00	-	(135 000,00)	880 058,18
Acidentes de trabalho e doenças profissionais					
Matérias ambientais	93 000,00	-	-	-	93 000,00
Contratos onerosos					
Reestruturação					
Outras Provisões					
Total	**1 049 558,18**	**58 500,00**	**-**	**(135 000,00)**	**973 058,18**

Em 2018 as provisões foram reforçadas em 58.500€ e dizem respeito a diversos processos judiciais interpostos por trabalhadores ao serviço da Empresa.

Houve, ainda, uma utilização de provisão constituída para o efeito, no montante de 135.000€, referente ao desfecho de um processo judicial com a entidade "Actual - Actividades Hoteleiras, Lda.", cuja sentença foi conhecida durante o ano de 2018.

15.2. Breve descrição da natureza das obrigações e momento esperado de quaisquer ex-fluxo de benefícios económicos esperados ou de potencial de serviço

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

15.3. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo não tinha qualquer passivo contingente a reportar. Porém, salienta-se o risco de encargos futuros associados aos processos judiciais referidos no ponto anterior, para os quais se encontra constituída provisão.

15.4. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo não tinha quaisquer ativos contingentes a reportar.

16 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

O Grupo reconhece as transações em moeda estrangeira às taxas de câmbio das datas das referidas transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizados para as taxas de câmbio da data de fecho.

Os itens não monetários mensurados ao custo histórico por uma moeda estrangeira mantêm o valor transposto à data da transação, não sendo atualizados. Os itens não monetários mensurados ao justo valor numa moeda estrangeira são atualizados para as taxas de câmbio à data em que os justos valores foram determinados.

16.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

As diferenças de câmbio resultantes de transposições atrás referidas são reconhecidas nos resultados do período em que ocorram.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não existiam diferenças de câmbio registadas.

16.2. Moeda de apresentação

A moeda de apresentação é o Euro

17 Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão a 23 de Abril de 2020 pelo Conselho de Administração.

A aprovação deste documento de prestação de contas, decorre num contexto de pandemia internacional, qualificada pela Organização Mundial de Saúde, devido à situação de emergência de saúde pública, ocasionada pelo surto da doença Covid-19, provocada pelo novo Coronavírus.

De uma forma particular e à semelhança dos outros países da União Europeia, foi decretado pelo Presidente da República, em 18 de março de 2020, o estado de emergência (Decreto do Presidente da República nº 14-A/2020), que foi objeto de regulamentação pelo Decreto do Governo nº 2-A/2020 de 20 de março, tendo o mesmo sido sucessivamente renovado, com fundamento na evolução da situação de calamidade pública. Todas as ações foram sendo enquadradas pela intervenção do Governo, através da implementação de medidas orientadas para a contenção dos impactos sociais e económicos decorrentes do surto epidémico, promovendo o apoio às empresas, aos trabalhadores e à sociedade em geral. Todas as medidas foram acompanhadas de enquadramento legislativo, com destaque para sucessivas Resoluções do Conselho de Ministros e Decretos da Assembleia da República.

Ao nível dos transportes públicos de passageiros e salientando o impacto direto na atividade da Transtejo, foram determinadas medidas essenciais para garantir os serviços indispensáveis à mobilidade e liberdade de circulação das pessoas, destacando-se o Despacho do Senhor Ministro do Ambiente nº

3547-A/2020 de 22 de março, através do qual foram fixados limiares de oferta de serviço público e condições de operação a cumprir pelos operadores de transporte.

Pelo exposto, assiste-se a uma significativa redução da atividade económica e ameaça dos impactos financeiros, decorrentes da atual situação, ainda não totalmente conhecidos e avaliados, mas antevendo-se, essencialmente, provocados pela redução de receitas diretas de exploração e aumento de custos decorrentes da adoção de medidas de prevenção e mitigação da pandemia. Não obstante, merece destaque o cumprimento da atividade do Grupo Transtejo, assegurando um serviço público essencial à comunidade, pelo que encontra enquadramento no conjunto de medidas de apoio financeiro anunciadas pelo Decreto-Lei nº 14-C/2020 de 07 de abril.

Embora não sendo possível apurar a totalidade dos efeitos diretos e indiretos, atuais ou potenciais, do presente contexto que se vive a nível mundial, é nossa convicção que os desenvolvimentos futuros da atual situação, não constituirão impactos financeiros com materialidade relevante que implique alteração aos documentos de prestação de contas agora apresentados.

18 Instrumentos financeiros

18.1. Políticas contabilísticas e bases de mensuração

Os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidos pelo Grupo quando este se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, cujos retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo casos de risco de crédito), são mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas. São também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos.

Os demais instrumentos são mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados e os custos de transação na mensuração inicial destes ativos ou passivos financeiros.

As políticas de mensuração de instrumentos financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permanecerem na posse do Grupo.

18.2. Quantia escriturada dos ativos financeiros e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as categorias de ativos e passivos financeiros estão detalhadas conforme segue:

	Notas	31/12/2018			31/12/2017		
		Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia líquida	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia líquida
Ativos Financeiros							
Caixa e equivalentes a caixa							
Caixa		84 339,80	-	84 339,80	128 795,80	-	128 795,80
Depósitos bancários		7 610 938,54	-	7 610 938,54	7 407 112,69	-	7 407 112,69
		7 695 278,34	-	**7 695 278,34**	**7 535 908,49**	-	**7 535 908,49**
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado:		-	-	-	-	-	-
Acionistas/sócios		-	-	-	-	-	-
Ativos correntes		-	-	-	-	-	-
Clientes	a)	428 745,40	(290 664,90)	138 080,50	596 566,20	(261 788,14)	334 778,06
Estado e Outros Entes Públicos	f)	1 642 686,60	-	1 642 686,60	1 153 155,48	-	1 153 155,48
Acionistas/sócios		-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	b)	2 196 409,53	(90 249,96)	2 106 159,57	1 882 510,64	(90 249,96)	1 792 260,68
Diferimentos	e)	34 429,89	-	34 429,89	30 991,29	-	30 991,29
		4 302 271,42	**(380 914,86)**	**3 921 356,56**	**3 663 223,61**	**(352 038,10)**	**3 311 185,51**
		11 997 549,76	**(380 914,86)**	**11 616 634,90**	**11 199 132,10**	**(352 038,10)**	**10 847 094,00**
Passivos Financeiros		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros ao custo amortizado		-	-	-	-	-	-
Passivos não correntes		-	-	-	-	-	-
Financiamentos bancários		44 680 002,82	-	44 680 002,82	57 388 155,99	-	57 388 155,99
		44 680 002,82	-	**44 680 002,82**	**57 388 155,99**	-	**57 388 155,99**
Passivos correntes		-	-	-	-	-	-
Fornecedores	c)	757 068,44	-	757 068,44	69 461,49	-	69 461,49
Financiamentos bancários		47 941 200,17	-	47 941 200,17	23 762 267,00	-	23 762 267,00
Estado e Outros Entes Públicos	f)	495 865,92	-	495 865,92	386 402,10	-	386 402,10
Fornecedores de Investimento		206 369,64	-	206 369,64	18 158,34	-	18 158,34
Outras contas a pagar	d)	7 544 856,59	-	7 544 856,59	5 108 856,33	-	5 108 856,33
Diferimentos	e)	554 395,80	-	554 395,80	697 234,70	-	697 234,70
Acionistas/ sócios		-	-	-	-	-	-
		57 499 756,56	-	**57 499 756,56**	**30 042 379,96**	-	**30 042 379,96**
		102 179 759,38	-	**102 179 759,38**	**87 430 535,95**	-	**87 430 535,95**

a) Clientes: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de terceiros relacionados com protocolos celebrados com entidades públicas (concessão de viagens, repartição de receitas de passes intermodais, etc.).

b) Outras Contas a receber: A decomposição da rubrica de "Outras contas a receber", é como segue:

Descrição	Obs.	2018	2017
Outros devedores	i)	774 656,96	677 475,28
Pessoal	ii)	82 987,61	94 619,94
Perdas de imparidade		(90 249,93)	(90 249,93)
Outros Devedores		**767 394,64**	**681 845,29**
Rendimentos a reconhecer no período		69 541,51	309 623,39
Indemnizações compensatórias		157 358,43	-
Otlis - Operadores Trans. Região Lisboa		12 207,94	54 611,65
Operadores Repartição		929 780,82	589 180,14
Indemnizações a receber de seguradoras		110 825,56	110 825,56
Outros acréscimos de rendimentos		18 596,87	8 394,46
Acréscimos de rendimentos		**1 298 311,13**	**1 072 635,20**
Gastos a reconhecer		40 453,80	37 780,19
Gastos diferidos		**40 453,80**	**37 780,19**
Total		**2 106 159,57**	**1 792 260,68**

i) Outros devedores: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos da rubrica de Outros devedores apresentam a seguinte decomposição:

		2018			2017		
		Valor bruto	Imparidade	Total	Valor bruto	Imparidade	Total
Caistejo - Actividades Hoteleiras, Lda.	a)	61 904,48	(61 904,48)	-	61 904,48	(61 904,48)	-
Manuel Rui Azinhais Nabeiro, Lda.	b)	20 825,00	(20 825,00)	-	20 825,00	(20 825,00)	-
Cristina de Jesus Vaz da Costa	c)	1 523,04	(1 523,04)	-	1 523,04	(1 523,04)	-
Outros	d)	690 404,44	(5 997,41)	684 407,03	593 222,76	(5 997,41)	587 225,35
Total		**774 656,96**	**(90 249,93)**	**684 407,03**	**677 475,28**	**(90 249,93)**	**587 225,35**

a) O saldo a receber refere-se a rendas por ocupação de espaço de restauração a bordo dos catamarãs da Empresa e em terminais, encontrando-se registada uma perda por imparidade correspondente à sua totalidade. Durante o primeiro semestre de 2012 a Empresa rescindiu o contrato com este concessionário, encontrando-se em curso processo judicial associado a este contrato;

b) Foi constituída uma perda por imparidade na totalidade do saldo referente a um débito datado de 2005, relacionado com a comercialização, pelo concessionário Actual em regime de exclusividade dos cafés marca DELTA;

c) Foi constituída uma perda por imparidade na totalidade do saldo referente a débitos de 2013 relacionados com a licença de ocupação de espaços por este concessionário;

d) Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Outros" compreende, essencialmente, saldos a receber da Carristur (243.367,42€) no âmbito do Protocolo de Exploração de atividades de "Cruzeiros no Tejo", passeios turísticos (Yellow Boat) e o valor remanescente do protocolo assinado em 2014 com a Navalria (198.240,00€), referente à compensação devida à Transtejo por responsabilidades financeiras imputáveis à Navalria no âmbito do projeto de construção de 2 navios ferryboats. Este último saldo tem contrapartida nos diferimentos passivos.

ii) Pessoal: Esta rubrica é constituída, essencialmente, por adiantamentos de valores aos colaboradores, a título de posterior regularização por parte da Segurança Social e da Companhia de Seguros (subsídios de doença e sinistros).

c) Fornecedores: Os saldos mais significativos são como segue:

Descrição entidade	2018	2017
Companhia Carris Ferro Lisboa	271 983,18	-
Petrogal	198 637,20	-
Soc. Consultores marítimos , Lda	108 510,91	-
Cecílio & Carlos Sanfins, Lda.	41 364,90	-
Rodoviária de Lisboa	25 585,19	-
OTLIS	16 211,49	37 396,38
Rinave-Reg. Internacional Naval,SA.	4 385,74	-
Prosegur - Log. Trat. Val. Portugal, Unipessoal, L	3 692,92	-
HR - Aluguer Automóveis	1 739,20	5 349,11
Capitania do Porto de Lisboa	1 424,94	-
Triângulo d'Ideias, Lda.	1 142,31	-
TNOLEN, Lda.	460,02	-
Informantem, SA.	159,90	-
Outras entidades	81 770,54	26 716,00
Total	**757 068,44**	**69 461,49**

d) Outras contas a pagar:

Descrição	Nota	2018	2017
Credores diversos	i)	2 770 788,13	2 748 806,37
Outros credores		**2 770 788,13**	**2 748 806,37**
Juros a pagar	ii)	1 754 008,27	124 793,24
Remunerações a pagar	iii)	1 756 632,57	1 632 275,72
Outros	iv)	1 263 427,62	602 981,00
Acréscimo de gastos		**4 774 068,46**	**2 360 049,96**
Total		**7 544 856,59**	**5 108 856,33**

i) Credores Diversos - Os saldos mais significativos referem-se a valores em aberto para com a DGTF (2.650.239,56€), montante a regularizar no âmbito do acordo celebrado em 2014 entre o Estado Português, Metropolitano de Lisboa, E.P.E, e Transtejo, referente à transmissão de titularidade do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, correspondente à diferença entre o valor do imóvel relevado no referido acordo apurado pelo custo histórico (13.575.239,56€) e a avaliação do mesmo apurada em 2015, no valor de (10.925.000,00€), que, conforme estabelecido no âmbito da referida operação, deveria ter sido objeto de regularização no momento da primeira operação de aumento de capital da Transtejo a regularizar pelo Estado em 2015.
A Transtejo já solicitou à DGTF a reapreciação desta pendência, sobre a qual se aguardam desenvolvimentos;

ii) Juros a pagar - especialização dos encargos financeiros devidos pelos contratos de empréstimo com a DGTF;

iii) Remunerações a pagar - especialização de encargos de colaboradores, por conta de direitos adquiridos e reconhecidos durante o ano. A estimativa respeita a gastos com férias, encargos sociais e abonos variáveis, como sejam subsídios de refeição, prémio de assiduidade, entre outros;

iv) Outros - diz respeito, à repartição de receita com outros operadores de transporte e à especialização de licenças de ocupação.

e) Diferimentos: Especialização das receitas de carregamentos de passes intermodais, passes próprios, combinados e zapping, obtidas em dezembro, referentes a janeiro do ano seguinte.

f) Estado e Outros Entes Públicos:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos da rubrica de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte decomposição:

	2018		2017	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
IRC - Imposto s/ rendimento das pessoas coletivas	122 746,89	-	130 427,33	-
Imposto a recuperar	48 746,05	-	51 437,52	-
Imposto a pagar	-	23 315,97	-	33 974,52
IRS - Imposto s/ rendimento das pessoas singulares	-	212 574,12	-	117 202,25
IVA - Imposto s/ valor acrescentado	1 471 193,66	-	971 290,63	-
Contribuições p/ segurança social	-	256 293,03	-	231 735,03
Outras tributações	-	3 682,80	-	3 490,30
Total	**1 642 686,60**	**495 865,92**	**1 153 155,48**	**386 402,10**

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de IVA a receber ascendia a 1.471.193,66€, cujo reembolso, no montante de 1.310.000€ foi solicitado em dezembro de 2018 (300.000€), em janeiro de 2019

(630.000€) e fevereiro de 2019 (380.000€), valor que foi recebido em março e abril de 2019, respetivamente.

Os valores credores identificados correspondem a saldos de natureza corrente para com os Centros Regionais de Segurança Social (contribuições do pessoal e da entidade empregadora para a Segurança Social) e ainda retenções de Impostos Sobre o Rendimento sobre entidades terceiras.
Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

Imposto sobre o rendimento corrente

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os montantes a receber e a pagar relativos a IRC têm a seguinte composição:

	2018	2017
Imposto a recuperar	48 746,05	51 437,52
Imposto a pagar	(23 315,97)	(33 974,52)
Total	**25 430,08**	**17 463,00**
Estimativa de imposto a pagar	(23 315,97)	(33 974,52)
Retenções na fonte de terceiros	48 746,05	51 437,52
Total	**25 430,08**	**17 463,00**

O montante relativo à estimativa de imposto corrente sobre o rendimento foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

	2018	2017
Tributação Autónoma	(23 315,97)	(33 974,52)
	(23 315,97)	**(33 974,52)**

As Empresas são tributadas individualmente em sede de IRC não sendo aplicado o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social até 2013), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais das Empresas dos anos de 2014 a 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração das Empresas entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas as Empresas encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Prejuízos fiscais	2018	2017	Ano Limite de Utilização
Gerados no exercício de 2018	13 242 727,47	-	2023
Gerados no exercício de 2017	10 020 870,21	10 020 870,21	2022
Gerados no exercício de 2016	9 916 048,72	9 916 048,72	2028
Gerados no exercício de 2015	7 088 014,40	7 088 014,40	2027
Gerados no exercício de 2014	2 800 504,20	2 800 504,20	2026
	43 068 165,00	**29 825 437,53**	

As Empresas não reconhecem ativos impostos diferidos, em virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar.

As empresas encontram-se sujeitas ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 21% sobre a matéria coletável, acrescida de Derrama Municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, perfazendo uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 87º - A do Código do IRC, os lucros tributáveis que excedam os 1,5 milhões de Euros são sujeitos a Derrama Estadual à taxa de 3%, 5% para entidades com um lucro tributável entre 7.500.000€ e 35.000.000€ e 9% para entidades com um lucro tributável superior a 35.000.000€. Em resultado das modificações introduzidas pela lei nº 82 - B/2014 de 31 de dezembro, que alterou: (i) o artigo 87º do Código do IRC e (ii) o art.º 52 do Código do IRC, a partir de 2015 inclusive, a taxa de IRC passou para 21%; a dedução dos prejuízos fiscais foi limitada a 70% do lucro tributável, sendo estendido para 12 anos o período de reporte de prejuízos fiscais apurados a partir de 2014. A lei nº 7-A/2016 de 30/3 alterou a redação do nº1 do artº 52º do CIRC, com efeito aos prejuízos apurados em 2017, a dedução do prejuízo apurado no ano de 2017 poderá ser utilizada apenas em 5 anos.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas as Empresas encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Em 31 de dezembro de 2018 existia uma diferença temporária relativa a prejuízos a reportar no valor de 43.068.165,00€ (2017: 29.825.437,53€). A Empresa não reconhece os ativos por impostos diferidos, em virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar.

18.3. Bases de determinação do justo valor

Nada a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

18.4. Instrumentos de capital próprio cuja mensuração do justo valor deixou de ser fiável

Nada a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

18.5. Ativos financeiros transferidos que não se qualificaram como desreconhecimento

Nada a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

18.6. Ativos financeiros dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes

Nada a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

18.7. Situações de incumprimento para empréstimos obtidos reconhecidos à data do balanço

Nada a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

18.8. Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo obtidos que impliquem pagamento acelerado

Nada a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

18.9. Dívidas superiores a 5 anos e dívidas cobertas por garantias reais

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da Transtejo por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela correspondem a fluxos de caixa contratuais não descontados:

31 de dezembro de 2018	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos obtidos não correntes				
Empréstimos Obtidos	47 941 200,17	42 768 206,15	1 911 796,67	92 621 202,99
Outros passivos não correntes	-	-	-	-
Financiamento obtidos correntes	-	-	-	-
Fornecedores	757 068,44	-	-	757 068,44
Outras contas a pagar	7 544 856,59	-	-	7 544 856,59
Diferimentos	554 395,80	-	-	554 395,80
	56 797 521,00	42 768 206,15	1 911 796,67	101 477 523,82

31 de dezembro de 2017	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos obtidos não correntes				
Empréstimos Obtidos	23 762 267,00	56 971 489,32	416 666,67	81 150 422,99
Outros passivos não correntes	-	-	-	-
Financiamento obtidos correntes	-	-	-	-
Fornecedores	69 461,49	-	-	69 461,49
Outras dívidas a pagar	5 108 857,23	-	-	5 108 857,23
Diferimentos	697 234,70	-	-	697 234,70
	29 637 820,42	56 971 489,32	416 666,67	87 025 976,41

O valor indicado como empréstimos obtidos a menos de 1 ano, corresponde ao montante de amortização prevista para 2019 (24.178.933,17€) e ao o montante de 23.762.267,00€ transitado de 2017, que no âmbito do modelo de apoio financeiro do Estado, deveria de igual modo ser amortizado através de operação de conversão de créditos. Através do ofício da DGTF com referência SAI_DGTF/2019 de 30 de dezembro de 2019, foi transmitido Despacho nº 1555/19-SET, do Sr. Secretário de Estado do Tesouro, aprovando diferimento de pagamento destes montantes (Dívidas vencidas) para 31 de maio de 2020, sem custos adicionais.

Nenhuma das dívidas em 31 de dezembro de 2018 e 2017, constantes da tabela anterior se encontra coberta por garantias reais.

18.10. Rendimentos e gastos de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Grupo não dispunha de quaisquer instrumentos financeiros geradores de ganhos ou perdas a reportar.

18.11. Contabilidade de cobertura

Não aplicável no Grupo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.12. Cobertura de risco de taxa de juro fixa

Não aplicável no Grupo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.13. Cobertura do risco de taxa de juro variável

Não aplicável no Grupo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.14. Instrumentos de capital próprio

Não aplicável no Grupo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.15. Ações representativas do capital

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social no Grupo, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 41.605.017 ações e 41.605.017 ações, respetivamente com o valor nominal de 5€ cada.

O detalhe do capital social em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

2018		2017	
Número de acções	Capital Social	Número de acções	Capital Social
41 605 017	208 025 085	41 605 017	208 025 085

As ações representativas do capital são detidas integralmente pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

18.16. Reconciliação do número de ações em circulação

Não aplicável no Grupo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.17. Aumentos de capital realizados no período

Em 2018 não existiram aumentos de capital.

18.18. Outros instrumentos de capital próprio emitidos

Outras componentes do Património Líquido são as seguintes:

	Reserva de Cobertura	Resultados Transitados	Ajustamentos	Outras Variações Capital Próprio
1 de janeiro de 2017	**(155 220,88)**	**(237 674 619,80)**	**-**	**(1 905 137,81)**
Reserva de Cobertura	155 220,88	-	-	-
Ajustamentos em Ativos Financeiros	-	-	189 751,13	-
Ajustamentos de Transição	-	-	-	20 866 463,92
Aplicação de Resultado 2016	-	(12 768 458,04)	-	-
31 de dezembro de 2017	**-**	**(250 443 077,84)**	**189 751,13**	**18 961 326,11**
Ajustamentos em Ativos Financeiros	-	-	35 160,42	-
Outros Ajustamentos	-	(35 160,42)	-	(1 300 241,24)
Aplicação de Resultado 2017	-	(11 659 069,46)	-	-
31 de dezembro de 2018	**-**	**(262 137 307,72)**	**224 911,55**	**17 661 084,87**

Património Líquido (Capital Próprio)

Em 31 de dezembro de 2018, o Património Líquido da Empresa encontra-se negativo no montante de 49.684.209,58€ em resultado da sucessiva acumulação de resultados líquidos negativos, facto que a coloca na situação prevista no art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 35º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro. Assim, nos termos do mesmo artigo, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006 de 29 de março, o Conselho de Administração, irá alertar o Acionista para que sejam tomadas as medidas necessárias.

Os ajustamentos de transição dizem respeito à alteração do referencial contabilístico em que os subsídios ao investimento foram reclassificados de Diferimentos, no Passivo, para Outras Variações no Capital Próprio.

18.19. Riscos relativos a instrumentos financeiros

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.20. Outras situações

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.21. Participações de capital em entidades que sejam subsidiárias, associadas ou entidades conjuntamente controladas

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.22. Investimentos financeiros inscritos por uma quantia acima do seu justo valor

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

19 Benefícios dos empregados

Norma não aplicável.

20 Divulgações de partes relacionadas

20.1. Divulgação de controlo

Em 31 de dezembro de 2018, a Transtejo é detida pela Direção Geral do Tesouro e de Finanças a 100%, sendo esta entidade o único acionista da Empresa.

20.2. Transações entre partes relacionadas

a) Natureza do relacionamento entre partes relacionadas

Partes relacionadas	Sede	Percentagem de Participação	
		31.12.2018	31.12.2017
Empresa-mãe:			
Entidades conjuntamente controladas:			
OTLIS, ACE	Rua 1º de Maio, 103 1300-472 Lisboa	14,28%	14,28%
Subsidiárias:			
Associadas:			
Outras entidades:			

b) Transações que ocorreram entre partes relacionadas

Transações	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017			
	Compra ou venda de ativos	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Outras	Compra ou venda de ativos	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Outras
Entidades com controlo conjunto								
Otlis, A.C.E.	-	120 352,00	1 767 171,02	133 962,34	-	108 306,00	1 484 543,06	182 390,28
Outras partes relacionadas								
APL - Administração do Porto de Lisboa	-	-	-	126 709,59	-	-	-	124 469,04
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-	-	1 139 588,16	887 709,01	-	-	575 070,41	826 231,97
CP - Combolos de Portugal, E.P.E.	-	-	313 105,51	266 671,96	-	-	202 635,59	71 593,20
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-	-	245 475,92	383 652,95	-	-	61 374,61	465 846,70
	-	120 352,00	3 465 340,62	1 798 705,85	-	108 306,00	2 323 623,67	1 670 531,19

c) Quantias ou proporções de itens em saldo

Saldos	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Saldos Ativos	Saldos Passivos	Saldos Ativos	Saldos Passivos
Entidades com controlo conjunto				
Otlis, A.C.E.	25 947,26	16 641,99	58 233,14	37 396,38
Outras Partes relacionadas				
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	6 935,46	271 983,18	483,30	-
CP - Combolos de Portugal, E.P.E.	62 928,85	-	132 582,10	7 715,70
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	44 513,65	-	21 215,61	-

21 Relato por segmentos

O Grupo identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos

operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, o transporte fluvial de passageiros, materialmente relevante.

22 Interesses em outras entidades

Norma não aplicável.

23 Outras divulgações

23.1. Informação sobre o regime da prestação do serviço público

Contrato de serviço público

Apesar da relevância social do serviço prestado pela Transtejo e pela sua subsidiária Soflusa, em 31 de dezembro de 2018, este não se encontrava contratualizado. Em setembro de 2012, foi celebrado entre o Estado Português e cada uma das Empresas que compõem o Grupo um Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros, a vigorar pelo prazo de 3 anos (2012-2014), através do qual foram definidas as condições de prestação por parte da Empresa, dos serviços públicos do transporte fluvial de passageiros, entre as duas margens do rio Tejo, nas ligações de Lisboa a Cacilhas, Seixal, Montijo, Porto Brandão e Trafaria (Transtejo) e do Barreiro (Soflusa).

Atualmente encontra- se em fase de preparação novo contrato de serviço público, na expetativa da sua entrada em vigor em 2020.
Neste contrato encontram-se definidas as obrigações de prestação de serviços do Grupo bem como a compensação devida pelo seu cumprimento.

Destacam-se, nas obrigações do serviço público a contratar:

- Assegurar a oferta do número de circulações definido no contrato;
- Praticar, nos termos da legislação em vigor, preços de transporte controlados administrativamente, nos termos da legislação em vigor;
- Assegurar o transporte das pessoas e entidades com direito de transporte gratuito ou a preços bonificados, nos termos da legislação em vigor.

Serão, igualmente, contratualizadas as regras de determinação do montante das compensações financeiras a atribuir pelas duas componentes: Obrigação do Serviço Público (OSP) e Disponibilização de Infraestruturas (D.I.).

23.2. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos, referente aos exercícios de 2018 e 2017, é como segue:

		2018	2017
Conservação e reparação	i)	5 909 959,97	3 704 736,68
Trabalhos especializados	ii)	1 404 697,02	1 154 657,51
Vigilância e Segurança	iii)	994 220,39	950 517,38
Seguros	iv)	588 960,36	659 148,73
Rendas e alugueres	v)	495 245,08	302 826,50
Limpeza, Higiene e conforto	vi)	340 140,97	343 632,61
Eletricidade	vii)	254 139,12	315 249,75
Outros		540 211,55	431 378,13
Fornecimentos e serviços externos		**10 527 574,46**	**7 862 147,29**

i) **Conservação e reparação: constitui a principal natureza de gastos operacionais em** fornecimentos e serviços externos. Refere-se a gastos com reparações em estaleiros dos navios e pontões da frota realizadas em estaleiro. Esses trabalhos incluem manutenção de motores, sistemas de propulsão e pintura de cascos, entre outros. Nesta rubrica estão ainda incluídos trabalhos de manutenção de instalações por montantes menos relevantes;

ii) **Trabalhos especializados:** serviços especializados de apoio à manutenção (vistorias e emissão de certificações estatutárias e de classe dos navios e pontões), recurso a serviços de mão de obra especializada para manobras de amarração nas operações de atracação, serviços de auditoria financeira e outros apoios de consultadoria;

iii) **Vigilância e segurança:** encargos suportados pelo Grupo com os serviços de segurança pública e privada, prestados quer nos terminais, quer a bordo das embarcações. Inclui ainda o serviço de transporte de valores e recolha de receita;

iv) **Seguros:** esta rubrica inclui prémios de seguro de diversos ramos, sendo que o prémio mais preponderante se refere à cobertura de riscos relacionados com as 30 embarcações que compõem a frota do Grupo (ramo marítimo-cascos);

v) **Rendas e alugueres:** esta rubrica refere-se aos gastos suportados com o arrendamento temporário de uma doca na margem sul (Doca 13), com a licença da APL para o uso de terraplenos em áreas de domínio público marítimo e o valor correspondente à taxa de concessão por ocupação e utilização dos terminais do Terreiro do Paço e do Barreiro;

vi) **Limpeza, higiene e conforto:** gastos do exercício associados à limpeza das instalações, embarcações e equipamentos do Grupo;

vii) **Eletricidade:** consumos nas instalações da Empresa (Edifícios administrativos e Terminais). Estes gastos refletem o efeito do aumento de tarifas.

23.3. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2018 e 2017, foram como segue:

	2018	2017
Remunerações		
Orgãos sociais	260 417,13	263 765,29
Pessoal	9 766 740,12	9 437 381,34
Sub-total	**10 027 157,25**	**9 701 146,63**
Encargos sobre remunerações	2 255 003,80	2 181 666,84
Seguros acidentes de trabalho	409 162,07	152 200,60
Custos ação social	2 362,01	125,00
Indemnizações	78 679,40	65 016,56
Outros gastos com pessoal	247 759,45	269 206,80
Sub-total	**2 992 966,73**	**2 668 215,80**
Gastos com o pessoal	**13 020 123,98**	**12 369 362,43**

Em 2018, o aumento ocorrido na rubrica Gastos com Pessoal é justificado, essencialmente, por uma regularização no seguro de acidentes de trabalho, decorrente do aumento da sinistralidade.

O número de efetivos em 31 dezembro de 2018 foi de 434 (em 31 dezembro de 2017: 440), assinalando-se uma redução de 6 trabalhadores.

Esta redução é justificada por saídas em situação de reforma ao longo do exercício (5 colaboradores).

23.4. Outros gastos operacionais

O detalhe da rubrica de "Outros Gastos", referente aos exercícios de 2018 e 2017, é como segue:

	2018	2017
Outros gastos		
Impostos	60 894,70	83 561,62
Perdas em investimentos não financeiros	145 310,32	215 472,20
Outros gastos	136 994,03	174 901,70
	343 199,05	**473 935,52**

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Outros gastos" compreende, essencialmente, as taxas associadas aos consumos de água e de eletricidade, gastos com sinistros de navios, perdas em inventários e outros gastos, tais como quotizações e correções relativas a exercícios anteriores.

Lisboa, 23 de abril 2020

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Ema Maria de Almeida Ferreira

TRANSTEJO SOFLUSA

TRANSTEJO - Transportes Tejo, S.A.

EXERCÍCIO DE 2018

CONTAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

ANEXO IV

Demonstração Consolidada do desempenho orçamental

Rubrica	Recebimentos	2018	2017
	Saldo de gerência anterior		
	Operações orçamentais (1)	7 535 908,49	-
	Restituição do saldo por. Orçamentais		
	Operações de tesouraria (A)		
	Receita corrente	**26 112 848,38**	-
R1	**Receita Fiscal**	-	-
R11	Impostos diretos	-	-
R12	Impostos indiretos	-	-
R2	Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-
R4	Rendimentos de propriedade	35 160,42	-
R5	**Transferências Correntes**	**1 903 587,00**	-
R51	**Administrações Públicas**	**1 903 587,00**	-
R511	Administração central - Estado	1 903 587,00	-
R512	Administração Central - Outras entidades	-	-
R513	Segurança Social	-	-
R514	Administração Regional	-	-
R515	Administração Local	-	-
R52	Exterior - EU	-	-
R53	Outras	-	-
R6	Venda de bens e serviços	20 593 224,04	-
R7	Outras receitas correntes	3 580 876,92	-
	Receita de capital	**855 000,00**	-
R8	Venda de bens de investimento	-	-
R9	**Transferências de Capital**	**855 000,00**	-
R91	**Administrações Públicas**	**855 000,00**	-
R911	Administração Central - Estado	855 000,00	-
R912	Administração Central - Outras entidades	-	-
R913	Segurança Social	-	-
R914	Administração Regional	-	-
R915	Administração Local	-	-
R92	Exterior - EU	-	-
R93	Outras	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	-	-
	Receita efetiva (2)	**26 967 848,38**	-
	Receita não efetiva (3)	**11 470 780,00**	-
R12	Receita com ativos financeiros	-	-
R13	Receita com passivos financeiros	11 470 780,00	-
	Soma (4)= (1)+(2)+(3)	**45 974 536,87**	-
	Operações de tesouraria (B)	**206 632,19**	-

Rubrica	Pagamentos	2018	2017
	Despesa corrente	**34 213 338,72**	-
D1	Despesas com o pessoal	**12 217 574,65**	-
D11	Remunerações certas e permanentes	7 406 368,66	-
D12	Abonos variáveis ou eventuais	2 546 734,37	-
D13	Segurança Social	2 264 471,62	-
D2	Aquisição de bens e serviços	21 684 231,29	-
D3	Juros e outros encargos	407,25	-
D4	**Transferências correntes**	**7 595,63**	-
D41	**Administrações Públicas**	-	-
D411	Administração Central - Estado	-	-
D412	Administração Central - Outras entidades	-	-
D413	Segurança Social	-	-
D414	Administração Regional	-	-
D415	Administração Local	-	-
D42	Instituições sem fins lucrativos	-	-
D43	Famílias	7 595,63	-
D44	Outras	-	-
D5	Subsídios	-	-
D6	Outras despesas correntes	303 529,90	-
	Despesa de capital	**4 028 323,09**	-
D7	Investimento	4 028 323,09	-
D8	**Tranferências de capital**	-	-
D81	**Administrações Públicas**	-	-
D811	Administração Central - Estado	-	-
D812	Administração Central - Outras entidades	-	-
D813	Segurança Social	-	-
D814	Administração Regional	-	-
D815	Administração Local	-	-
D82	Instituições sem fins lucrativos	-	-
D83	Famílias	-	-
D84	Outras	-	-
D9	Outras despesas de capital	-	-
	Despesa efetiva (5)	**38 241 661,81**	-
	Despesa não efetiva (6)	-	-
D10	Despesa com ativos financeiros	-	-
D11	Despesa com passivos financeiros	-	-
	Soma (7) = (5)+(6)	**38 241 661,81**	-
	Operações de tesouraria (C)	-	-
	Saldo para a gerência seguinte		
	Operações orçamentais (8)= (4)-(7)	7 732 875,06	-
	Operações de tesouraria (D)= (A)+(B)-(C)	206 632,19	-
	Saldo global (2)-(5)	(11 273 813,43)	-
	Despesa primária	38 241 661,81	-
	Saldo corrente	(8 100 490,34)	-
	Saldo de capital	(3 173 323,09)	-
	Saldo primário	(11 273 813,43)	-
	Receita total (1)+(2)+(3)	**45 974 536,87**	-
	Despesa total (5)+(6)	**38 241 661,81**	-

Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

Liquidações	2018	2017
Receita corrente	**30 207 704,78**	-
R1 Receita Fiscal	-	-
R1.1 Impostos diretos	-	-
R1.2 Impostos Indiretos	-	-
R2 Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde	-	-
R3 Taxas, multas e outras penalidades	-	-
R4 Rendimentos de Propriedade	35 160,42	-
R5 Transferências correntes	**1 903 587,00**	-
R5.1 Administrações Públicas	**1 903 587,00**	-
R5.1.1 Administração Central - Estado	1 903 587,00	-
R5.1.2 Administração Central - Outras entidades	-	-
R5.1.3 Segurança Social	-	-
R5.1.4 Administração Regional	-	-
R5.1.5 Administração Local	-	-
R5.2 Exterior - EU	-	-
R5.3 Outras	-	-
R6 Venda de bens e serviços	24 168 844,28	-
R7 Outras receitas correntes	4 100 113,08	-
Receita de capital	**855 000,00**	-
R8 Venda de bens de investimento	-	-
R9 Transferências de capital	**855 000,00**	-
R9.1 Administrações Públicas	**855 000,00**	-
R9.1.1 Administração Central - Estado	855 000,00	-
R9.1.2 Administração Central - Outras entidades	-	-
R9.1.3 Segurança Social	-	-
R9.1.4 Administração Regional	-	-
R9.1.5 Administração Local	-	-
R9.2 Exterior - EU	-	-
R9.3 Outras	-	-
R10 Outras receitas de capital	-	-
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	-	-
Receita efetiva (2)	**31 062 704,78**	-
Receita não efetiva (3)	**11 470 780,00**	-
R12 Receita com ativos financeiros	-	-
R13 Receita com passivos financeiros	11 470 780,00	-
	7 535 908,49	-
Total	**50 069 393,27**	-

Classificações orçamentais detalhadas	2018	2017
Despesa Corrente	**35 143 146,47**	-
D1 Despesas com o pessoal	**12 626 514,37**	-
D1.1 Remunerações certas e permanentes	7 604 240,47	-
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais	2 582 791,20	-
D1.3 Segurança Social	2 439 482,70	-
D2 Aquisição de bens e serviços	22 205 099,32	-
D3 Juros e outros encargos	407,25	-
D4 Transferências correntes	**7 595,63**	-
D4.1 Administrações Públicas	-	-
D4.1.1 Administração Central - Estado	-	-
D4.1.2 Administração Central - Outras entidades	-	
D4.1.3 Segurança Social	-	-
D4.1.4 Administração Regional	-	-
D4.1.5 Administração Local	-	-
D4.2 Instituições sem fins lucrativos	-	-
D4.3 Famílias	7 595,63	-
D4.4 Outras	-	-
D5 Subsídios	-	-
D6 Outras despesas correntes	303 529,90	-
Despesa de Capital	**4 234 692,73**	-
D7 Investimento	4 234 692,73	-
D8 Transferências de capital	-	-
D8.1 Administrações Públicas	-	-
D8.1.1 Administração Central - Estado	-	-
D8.1.2 Administração Central - Outras entidades	-	-
D8.1.3 Segurança Social	-	-
D8.1.4 Administração Regional	-	-
D8.1.5 Administração Local	-	-
D8.2 Instituições sem fins lucrativos	-	-
D8.3 Famílias	-	-
D8.4 Outras	-	-
D9 Outras despesas de capital	-	-
Despesa efetiva (5)	**39 377 839,20**	-
Despesa não efetiva (6)	-	-
D10 Despesa com ativos financeiros	-	-
D11 Despesa com passivos financeiros	-	-
Total	**39 377 839,20**	-

Anexo às Demonstrações Orçamentais Consolidadas

A apresentação e a divulgação das demonstrações orçamentais consolidadas é determinada pela aplicação do SNC-AP, Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, em cumprimento da NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental e a apresentação.

Estas demonstrações orçamentais consolidadas foram preparadas com base nas demonstrações orçamentais de cada uma das sociedades que integram o Grupo Transtejo: Transtejo -Transportes Tejo, SA. (EPR - Entidade Pública Reclassificada com código 5871) e Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. (EPR - Entidade Pública Reclassificada com código 5872). Neste sentido, as demonstrações orçamentais consolidadas apresentam a informação orçamental relativa a estas entidades como se de uma única entidade se tratasse, utilizando o método de consolidação simples.

As demonstrações orçamentais consolidadas, constituindo um complemento, e não um substituto, das demonstrações orçamentais individuais, são elaboradas após a realização das homogeneizações e das eliminações de operações orçamentais internas para que seja possível obter uma imagem verdadeira e apropriada das obrigações, pagamentos, liquidações e recebimentos efetuados no exercício.

As demonstrações orçamentais preparadas apresentam exclusivamente informação respeitante ao ano de 2018, por ser este o 1º exercício de adoção, por estas entidades, do referencial contabilístico SNC-AP e relato de contabilidade orçamental, em conformidade com a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, em cumprimento do Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro.

Lisboa, 23 de abril de 2020

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia

ADENDA

Substitui a informação apresentada na Tabela 60 – Atrasos nos Pagamentos (2018) inserida no capítulo "Cumprimento das Orientações Legais", no ponto *4. "Prazo médio de pagamentos (PMP)"*, publicada na página 91 do Relatório de Gestão de 2018.

Esta informação encontra-se devidamente assinada pelo Conselho de Administração em funções.

Assinado por : LUÍS FILIPE DIAS CARVALHO MAIA
Num. de Identificação: BI081237219
Data: 2021.03.10 15:24:45+00'00'

Considerando a aplicação do nº 1, do artigo 146º, do DLEO de 2018 e tendo em conta o montante de investimento de 1.675 mil€, e a aplicação da fórmula do "limite máximo de crescimento do endividamento" resultaria:

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - NovosInvestimentos_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

$$\frac{(11.470.780) + (0) - ()}{(81.150.423 + 208.025.085)} = \mathbf{3,97\%}$$

Nos termos do nº 1, do artigo 56º, da Lei do OE2018, a Transtejo não contribuiria para o objetivo de não agravamento superior a 2% dos níveis de endividamento do setor público empresarial.

4. Prazo médio de pagamentos (PMP)

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, consta da tabela infra:

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	2018	2017	Variação 18/17	
			Valor	%
Prazo (dias)	44	60	-16	-27,2%

Tabela 59 – PMP (2018-2017)

Ao longo do exercício 2018 foi efetuada uma criteriosa gestão de tesouraria e das dotações orçamentais disponíveis para efetuar Despesa, considerando o objetivo de não agravamento dos prazos de pagamento para além das datas de vencimento acordadas com os fornecedores (60 dias), tendo sido possível alcançar esse objetivo.

Tomando em consideração e no pressuposto que o apuramento do indicador é influenciado pelos dados históricos dos 12 meses decorridos anteriormente, e continuidade do cumprimento mensal deste objetivo, prevê-se que a curto prazo seja possível alcançar melhorias no PMP.

O mapa seguinte apresenta a posição em 31-12-2018 das contas a pagar, com evidência das dívidas vencidas e dos pagamentos em atraso ("arrears"), conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

	Dívidas não vencidas	Dívidas Vencidas de acordo com o Art.º1º DL 65-A/2011					Total
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	
Aquisições de Bens e Serviços	448 590	0	0	0	0	-125	448 465
Aquisições de Capital	0	0	0	0	0	0	0
Saldo em dívida	448 590	0	0	0	0	-125	448 465

Tabela 60 – Atrasos nos Pagamentos (2018)

O controlo dos Pagamentos em Atraso é um dos requisitos críticos da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)[5], aplicáveis às sociedades Transtejo e Soflusa a desde de janeiro de 2014, em

[5] O Art.º 3 da LCPA (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro), estabelece como «Pagamentos em atraso» as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura.

[Assinatura Qualificada] Marina João da Fonseca Lopes Ferreira
Assinado de forma digital por [Assinatura Qualificada] Marina João da Fonseca Lopes Ferreira
Dados: 2021.03.10 15:36:15 Z

Assinado por : JOSE RICARDO FIGUEROLA HENRIQUES DA SILVA
Num. de Identificação: PASES-AAE807170
Data: 2021.03.10 14:38:11+00'00'

CHAVE MÓVEL

ADENDA

Substitui a informação inserida no capítulo "Cumprimento das Orientações Legais", *nos seguintes pontos:*

- **ponto 13. "*Medidas de Redução de Gastos Operacionais*", Tabela 78 – Avaliação do cumprimento do PRC (2018) publicada na página 96 e 97 do Relatório de Gestão de 2018;**

- **ponto 17. "*Cumprimento de Obrigações Legais (Quadro Síntese)*", Tabela 81 – Resumo do Cumprimento das Orientações Legais (2018) publicada na página 100 do Relatório de Gestão de 2018.**

Esta informação encontra-se devidamente assinada pelo Conselho de Administração em funções.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Assinatura Qualificada] Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Assinado de forma digital por [Assinatura Qualificada] Marina João da Fonseca Lopes Ferreira
Dados: 2021.05.05 17:45:21 +01'00'

Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Assinado por : **JOSE RICARDO FIGUEROLA HENRIQUES DA SILVA**
Num. de Identificação: PASES-AAE807170
Data: 2021.05.05 16:51:24+01'00'

(Presidente)

CHAVE MÓVEL

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

(Vogal)

Luís Filipe Dias Carvalho Maia

Assinado de forma digital por Luís Filipe Dias Carvalho Maia
Dados: 2021.05.05 17:42:21 +01'00'

Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia

(Vogal)

controlos instituídos que visam a sua mitigação e prevenção, os seus impactos e a sua probabilidade de ocorrência.

Foi elaborado o Relatório de Execução do Plano Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que obteve aprovação do Conselho de Administração em 27 de junho de 2019.

Nota: O relatório de execução do ano de 2018, foi carregado no SIRIEF em 19 de julho de 2019.

Esta matéria será divulgada com maior profundidade no Relatório do Governo Societário referente ao ano de 2018.

11. Contratação Pública

Em 2018, a Transtejo, aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.

A Empresa cumpriu ainda todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente as relativas à auscultação da Agência de Modernização Administrativa nas aquisições de bens e serviços abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de Maio, na redação dada pela Lei n.º 83-C/2014, de 31 de Dezembro, bem como pelo Decreto-Lei n.º 151/2015, de 6 de Agosto, e considerando os pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais exigidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de Março e pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de Junho. Durante o exercício de 2018, não houve lugar à submissão de contratos a visto prévio do Tribunal de Contas.

Esta matéria será divulgada com maior detalhe no Relatório do Governo Societário referente ao ano em análise.

12. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNPC)

Nesta matéria, desde 2010 que a Transtejo implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

13. Medidas de Redução de Gastos Operacionais

Nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, publicado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro de 2013, as orientações específicas para a preparação dos IPG foram transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), através do Ofício Circular n.º 3708, de 07 de agosto de 2017, referente às "Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2018" estabeleceu os seguintes "Princípios Financeiros" de referência para o exercício, em conformidade com o estabelecido no artigo 145º do DLEO 2018:

- Crescimento do EBITDA, face ao ano anterior;
- Para empresas deficitárias, redução de custos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com Pessoal, sem indemnizações por rescisão contratual), no seu conjunto, face a 2017.
- Redução ou manutenção dos gastos com comunicações e deslocações, face a 2017.
- Redução ou manutenção dos gastos com Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria face a 2017
- Redução ou manutenção dos gastos com ajudas de custo, alojamento e frota automóvel face a 2017.

Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente (Inf nº 1662/DPCO/2017 de 27 de novembro), com indicação da remissão do mesmo, para o Senhor Secretário de Estado do Tesouro, através do Ofício nº 2041, de 15-12-2017. A concretização do cenário de otimização previsto, decorrente da fusão por integração da Soflusa na Transtejo, pressuposto que tem vindo a ser considerado nas propostas de Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) desde 2010, teria facilitado o atingir dos limites de despesa máxima fixados.

Ao longo de 2018, foi mantido o foco da gestão na aplicação de medidas de contenção de gastos de funcionamento, procurando dar cumprimento às medidas estabelecidas.

O desempenho da Transtejo, no exercício 2018 foi o seguinte:

(Perspetiva: Contas Individuais)

PRC	2018 Exec.	2018 Orc.	2017 Exec.	2016 Exec.	2018/2017	
					Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	(10 031 281)	(16 539 602)	(7 560 619)	(7 734 177)	(2 470 662)	32,7%
(1) CMVMC	3 825 721	3 834 590	3 185 167	2 639 986	640 554	20,1%
(2) FSE	7 143 421	10 637 124	5 019 320	4 758 752	2 124 101	42,3%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	8 632 605	9 991 568	8 416 580	7 608 385	216 026	2,6%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	78 679	100 000	-	123 728	78 679	
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018	241 971	291 922	-	-	241 971	
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto o artigos 21.º da Lei n.º 42/2016 de 29 de dezembro	-	-	-	-	-	
(4) Gastos Operacionais[a] = (1)+(2)+(3)	19 601 748	24 463 282	16 621 067	15 007 123	2 980 681	17,9%
(5) Volume de negócios (VN)[b]	8 279 787	8 342 565	7 663 721	6 824 513	616 066	8,0%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	2,4	2,9	2,2	2,2		9,2%
(i) Gastos com Deslocações (FSE)	3 708	5 352	448	273	3 260	727,2%
(ii) Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	1 001	3 285	-	-	1 001	
(iii) Gastos com as viaturas[c]	65 339	67 950	57 144	29 372	8 195	14,3%
Total = (i) + (ii) + (iii)	70 048	76 587	57 592	29 645	12 456	21,6%
(7) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	42 988	89 000	144 679	9 300	(101 691)	-70,3%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	301	339	301	297	-	0,0%
N.º Órgãos Sociais (OS)	10	9	10	10	-	0,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	10	10	10	3	-	0,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	291	329	291	294	-	0,0%
N.º Trabalhadores/N.º CD	29	33	29	98	-	0,0%
N.º de viaturas	11	11	11	11	-	0,0%

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMCMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, o efeito da reversão das reduções remuneratórias, nem o efeito do disposto nos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

2017 | Valores reexpressos em SNC-AP

Tabela 78 - Avaliação do cumprimento do PRC (2018)

No que diz respeito ao controlo da frota automóvel, importa referir que o número de viaturas se mantém inalterado, contudo salienta-se a dificuldade em conter o aumento dos gastos devido à elevada antiguidade do parque automóvel.

17. Cumprimento de Obrigações Legais (Quadro Síntese)

Cumprimento das Orientações legais - 2018	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objectivos de Gestão			
Indicadores de Acompanhamento definidos para 2018	S		9-1.a)
Metas a Atingir constantes no PAO 2018	S		9-1.b)
Princípios Financeiros de Referência	S		9-1.b)
Investimento	S	Variação de -123%	9-1.b)
Gastos com pessoal	S	Variação de -13%	9-1.b)
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	Receita = 71,9% | Despesa =72,9%	9-1.c)
Gestão do Risco Financeiro	N.A.	Taxa média de financiamento = 0,8%	9-2.
Limites de Crescimento do Endividamento	N	Variação Endividamento = 3,97%	9-3.
Evolução do PMP a fornecedores	S	Variação do PMP = -16 dias relativamente a 2017	9-4.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	Total de "Arrears" em 31 de Dezembro (em euros) 22.696€	9-4.
Recomendações do acionista na última aprovação de contas (Última Assembleia-Geral de aprovação de contas ocorrida em 03 de março de 2020 - aprovação de contas do exercicio de 2017)	S		9-5.
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	S		9-6.a)
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)	S		9-6.a)
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)	S		9-6.a)
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2018 (se aplicável)	N.A.		9-6.b)
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		9-7.
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		9-7.
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	Tabela 76 - Gastos com Comunicações	9-7.
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	Tabela 77 - Gastos com Viaturas	9-7.
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		9-8.
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S		9-9.
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	https://ttsl.pt/wp-content/uploads/2019/08/TTSL_Relatorio-de-Execucao-PPRCIC_2018.pdf	9-10.
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		9-11. / 9-12.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S		9-11. / 9-12.
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		
Auditorias do Tribunal de Contas [(b)]			
Recomendações	S	A última auditoria operacional às empresas Transtejo e Soflusa ocorreu em 2010 (Processo n.º 16/10-AUDIT)	9-15.
Parque Automóvel			
N.º de Viaturas	S	Variação (em n.º) 0 Viaturas	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	N	Despacho de excecionamento	9-13.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)	S		9-14.
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	92% disponibilidades e aplicações junto no IGCP em 31 de Dezembro	9-14.
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	N.A.	Ofício de 09.julho.2018 - Dispensa do cumprimento 2018 e 2019	9-14.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.		9-14.

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

Tabela 81 – Resumo do Cumprimento das Orientações Legais (2018)